

A sunset scene with a bright sun in the upper left, casting a warm orange and yellow glow over a range of dark, silhouetted mountains. The sky transitions from a pale yellow near the sun to a deep orange and then to a dark, almost black, blue at the bottom.

# Novo Espírito Santo

Governo do Estado  
2003-2010

Catálogo na fonte

Biblioteca Pública do Espírito Santo

---

M379n Martinuzzo, José Antonio.

Novo Espírito Santo - Governo do Estado 2003-2010  
/José Antonio Martinuzzo. – Vitória : Governo do Estado  
do Espírito Santo, 2010.  
424 p.: il. 25 cm X 30 cm

1. Administração pública – Espírito Santo (Estado).  
2. História - Espírito Santo (Estado). 3. Prestação de  
Contas - Espírito Santo (Estado). I. Título.

CDD 351.098152

---

FOTO CAPA: Sol nascente na Região do Caparaó

Novo  
Espírito  
Santo



Governo do Estado  
2003-2010

## SUMÁRIO

	Apresentação	07
	Introdução	21
	<b>Cap. I Fundamentos</b>	<b>27</b>
	<b>Cap. II Travessia</b>	<b>41</b>
	<b>Cap. III Nova Fronteira, Novos Horizontes</b>	<b>67</b>
	<b>Cap. IV A Vida em Oito Anos</b>	<b>369</b>
	Pronunciamentos	389
	Equipe de Governo	410
	Referências	417

# APRESENTAÇÃO

Entre os anos de 2003 e 2010, os capixabas passaram a experimentar uma vida diferente. E para melhor. Os sorrisos, o dia a dia, as estatísticas e o orgulho de ser capixaba comprovam essa afirmativa, que resume os oito anos de gestão dos quais prestamos contas com este relatório.

Nesse período, as terras capixabas se tornaram mais ricas. Entre 2003 e 2009, o total da riqueza produzida (Produto Interno Bruto) no Espírito Santo cresceu 31%. Nesse mesmo período, o PIB do Brasil cresceu 27%.

Mesmo com a crise que tomou conta do mundo entre 2008 e 2009, estimativas do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) mostram que a economia estadual irá crescer algo próximo a 10% em 2010. Ou seja, a geração de prosperidade não para, pelo menos por aqui.

No emprego formal, o Espírito Santo apresentou crescimento acumulado de 49,8% no nível de empregados com carteira assinada no período de 2002 a 2009, sendo superior à taxa verificada para o Brasil (40,3%). Esse resultado coloca o Estado na primeira posição entre as Unidades da Federação que mais geraram postos de trabalho no período, ficando acima de Estados mais dinâmicos e tradicionais como São Paulo (43,1%), Minas Gerais (42,5%), Rio de Janeiro (37,8%) e Rio Grande do Sul (32,2%).

Nunca se abriu tantas vagas de emprego no Estado. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), entre outubro de 2009 e setembro de 2010, foram criados 41.720 novos postos de trabalho, um recorde para o período de 12 meses. A expectativa é que 2010 supere 2005, ano que registrou o maior crescimento desde 1999, quando a pesquisa começou a ser feita.

O número de capixabas extremamente pobres e pobres foi reduzido em centenas de milhares. O maior crescimento da renda obtida pelos menos favorecidos possibilitou a redução das desigualdades. A renda dos 10% mais pobres cresceu 8% na média anual entre 2003 e 2009. A renda dos 10% mais ricos também cresceu, mas em menor intensidade (4,3%), e isso explica, em grande medida, por que a sociedade se torna cada vez menos desigual.



Entre 2003 e 2009, a proporção de pessoas pobres caiu de 29,4% para 15,0% dos habitantes. A porcentagem de indigentes passou de 9,1% para 3,6%. Ou seja, nesse período, 437 mil capixabas saíram da pobreza e 173 mil, da indigência. Mais de 560 mil capixabas melhoraram de condição de vida e ascenderam à classe média. Ainda há muito o que fazer para oferecer cidadania plena a todos os capixabas, mas o Espírito Santo avançou e muito.

Na educação, a base da transformação do presente e da construção de um futuro diferente, a realidade também mudou. Precisa avançar muito mais, até porque esse é um setor em constante evolução, mas a história é muito diversa, em comparação àquela que se registrava na virada do milênio. O número de analfabetos está acima do aceitável, mas diminuiu de 10,3% em 2003 para 8,5% em 2009. Se se considerar apenas os jovens entre 15 e 24 anos, a taxa de alfabetização atingiu, em 2009, um nível extraordinário: mais de 99%. Também precisamos destacar a frequência dos jovens entre 15 e 17 anos à escola: o aumento foi de 77,8% em 2003 para 84,5% em 2009. Entre os jovens pobres a evolução foi mais destacável ainda: de 71% em 2003 para 79,2% em 2009.

O nível médio de escolaridade da população adulta do Estado (25 anos ou mais) também apresentou evolução de 6,2 anos de estudo em 2003, para 7,2 anos de estudo em 2009. Considerando-se a educação, certamente, um futuro melhor já está contratado.

Entre 2007 e 2009, o crescimento registrado na rede estadual no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é o dobro do resultado observado na rede privada. O índice das escolas estaduais cresceu 21,95% e o das escolas privadas, 11,11%.

Os capixabas ganharam mais tempo de vida, cuja expectativa se ampliou em mais de três anos (de 71,6 anos, em 2000, para 74,4 anos, em 2008). A qualidade de vida também deu um salto e se expandiu. Por exemplo, quase todas (99,9%) as moradias passaram a contar com energia elétrica.

É mais conforto, mais respeito ao meio ambiente e saúde. Em particular, na saúde, nessa área de complexo enfrentamento e de pesadas heranças, a taxa de mortalidade infantil caiu mais ainda, de 16,3 por mil nascidos vivos em 2003 para 12,2 por mil nascidos vivos em 2009, com redução de 25,4%.

## Transformação

» A maior realização de um governante é a transformação positiva da vida do conjunto da população de seu Estado. Como já evidenciado, conseguimos avançar em todos os indicadores essenciais para a qualidade de vida do capixaba.

Para chegar lá, tivemos de fazer um realinhamento governamental, com os choques ético e gerencial. Recuperamos a credibilidade e a confiabilidade institucional. Com o fim de privilégios e o enfrentamento sistemático da corrupção e dos tentáculos do crime organizado, retomamos a capacidade de investimento que, de menos de um por cento da arrecadação, chegou a 16% nos últimos anos, com recordes históricos: mais de R\$ 3,13 bilhões de 2003 a 2009, devendo chegar a algo próximo de R\$ 4,6 bilhões, considerando 2010.

A retomada da capacidade de investimentos por parte do Governo e a estabilidade institucional, que trouxe de volta os investimentos privados para o Estado, acabaram levando as terras capixabas a iniciar uma nova fase de sua história, com o terceiro ciclo de desenvolvimento econômico.

Em todas as áreas de atuação do Governo, podemos contabilizar vitórias. Evidentemente que não fizemos tudo, nem há como fazer isso, uma vez que a história é dinâmica. Mas avançamos muito e, podemos dizer, mais até do que pensávamos ser possível quando assumimos o Governo, com dívidas de curto prazo de R\$ 1,2 bilhão, o equivalente a cinco arrecadações à época, e uma estrutura governativa totalmente esfacelada.

Só para falar de áreas prioritárias para a população, no período entre 2003 e 2010, o acumulado de investimentos do Governo na educação pública estadual somará mais de R\$ 7,5 bilhões. Estima-se que até o fim de 2010, o investimento apresente ampliação de 135% em relação a 2003. As aplicações por aluno, entre 2003 e 2009, tiveram elevação na ordem de 181%. Os profissionais que atuam na rede pública de ensino participaram de cursos de capacitação, e a equipe recebeu reforços com a contratação de 2.880 novos professores aprovados em concursos públicos. Em 2010, já foram nomeados 448 profissionais de ensino médio e 252 professores pedagogos. Também foi realizado concurso para o preenchimento de 450 vagas do cargo de agente de suporte educacional.

Além disso, o Programa Bolsa Sedu financia os cursos em escolas da rede privada para alunos da rede pública estadual desde 2007. Ao todo são 11 municípios atendidos pelo programa em 12 diferentes modalidades de cursos e já são 3.500 alunos beneficiados.

No quesito educação, também podemos relatar o Programa Nossa Bolsa, que visa a oferecer aos estudantes das escolas públicas do Estado a oportunidade de cursar o ensino superior. O Nossa Bolsa foi-se ampliando a cada ano e chega a 2010 com mais de 5 mil alunos atendidos, gerando qualificação em áreas estratégicas para o Espírito Santo, além de interesse pela ciência e inclusão social.

Outra iniciativa pioneira é o Programa Bolsa Sedu Idiomas, por meio do qual são disponibilizadas vagas em cursos de inglês, com 300 horas de duração. O programa atende 5.121 alunos da rede estadual, selecionados por meio de um processo que utiliza como parâmetro as médias obtidas nas disciplinas Língua Portuguesa e Língua Estrangeira, além da frequência mínima de 80% no ano anterior e teste de conhecimentos em Português.

Em obras de novas construções, ampliações e reformas, foram investidos cerca de R\$ 500 milhões. Entre 2003 e 2010, serão totalizadas 345 obras de reconstrução e ampliação. No mesmo período, a rede estadual ganhou obras de construção de 33 novas escolas, sete das quais com previsão de inauguração para 2011 e 2012. Essas são unidades com um padrão renovado, inédito, com equipamentos completos.

Na saúde, desde 2003, foram implantados mais de mil leitos em toda a rede de atendimento à população. Fizemos o Hospital Central, iniciamos a ampliação do São Lucas, e um novo Dório Silva está sendo erguido, entre tantas outras ações, que incluem suporte a filantrópicos e fornecimento de medicamentos de alto custo, entre outros. A atenção primária se sustenta no fortalecimento da infraestrutura de saúde, nos centros de tratamento aos toxicômanos, em prontos-atendimentos, além de um kit completo para atuação das equipes do Programa Saúde da Família (PSF) e uma intensa qualificação profissional.

Com relação à infraestrutura, em 2009, foi financiada a implantação de 59 novas unidades de saúde, cada uma representando duas novas Equipes de Saúde da Família (ESF) para as comunidades beneficiadas. Em 2010, serão mais sete unidades. Ao todo, serão 66 novas unidades de saúde e 132 ESF, beneficiando diretamente cerca de 500 mil usuários em 50 municípios. Também foram repassados recursos para a

construção de cinco unidades de atendimento em saúde mental e em 2010 serão implantados, com recursos do Estado, 10 centros de tratamento de toxicômanos em diversos municípios. Em todo o Estado, havia apenas três Centros de Atenção Psicossocial. Três novos prontos-atendimentos também estão em construção.

As realizações no setor de saúde dependeram fundamentalmente de recursos próprios do Governo do Estado, inclusive com investimentos na rede filantrópica e outros serviços essenciais. O que se espera para 2011 é um melhor financiamento federal para a saúde.

Na área da Justiça, que, entre outros, cuida do sistema prisional, são R\$ 420 milhões de recursos próprios. Já foram inauguradas 18 novas unidades prisionais. A previsão para o período 2003-2010 é a criação de aproximadamente 10 mil vagas. Vale ressaltar que passamos a desenvolver, no âmbito do sistema carcerário, programas de reinserção no mercado de trabalho, educação, capacitação e atenção à saúde, entre outras ações de ressocialização.

Na segurança pública, o investimento do Governo do Estado foi crescente nos últimos anos. Entre 2003 e 2010, os investimentos, que incluem despesas com pessoal, custeio e capital, subiram de R\$ 488 milhões para R\$ 1 bilhão, destinados a obras e reformas, aquisição de viaturas, modernização do sistema de telecomunicação, implantação de projetos, equipamentos de informática, contratação de policiais e criação de dois Centros Operacionais de Defesa Social (Ciodes), na Grande Vitória e em Cachoeiro de Itapemirim.

Balanço em números: desde 2004, 2.095 novos policiais já foram incorporados, 1.021 estão em formação e foi autorizada seleção para mais mil policiais militares. Ou seja, 4.116 vagas criadas para o efetivo militar. Além disso, foram inaugurados três novos batalhões (o 12º em Linhares, o 13º em São Mateus e o 14º em Ibatiba) e uma companhia independente em Anchieta.

No Corpo de Bombeiros, desde 2003, foram abertas 485 novas vagas, sendo 15 para oficiais e 470 para praças. Na Polícia Civil, foram nomeados, por meio de concurso, um total de 486 profissionais, incluindo delegados, escrivães, médicos, agentes de polícia, investigadores, peritos, auxiliares de perícia.

Acerca das questões de segurança pública e defesa social, é necessária a efetiva participação do Governo Central nos processos de enfrentamento da violência no País, incluindo maior controle de fronteiras, tendo em vista o combate ao tráfico de

armas e de drogas. A área de Justiça-sistema prisional também demanda maior contribuição federal.

Na área de estradas e mobilidade, realizamos intervenções em 2.000 quilômetros de rodovias estaduais e vamos entregar, até o final de 2010, 750 quilômetros de estradas asfaltadas nas zonas rurais, por meio do projeto Caminhos do Campo.

Empresas públicas decisivas para o desenvolvimento e a qualidade de vida no Estado passaram efetivamente a ter um papel de destaque. Fato comum a todas e essencial para o êxito dos últimos anos: implantação de uma gestão profissionalizada, tecnicamente balizada e orientada.

A Cesan, cujas ações precisamos recomprar no início do Governo, pois os títulos estavam nas mãos do BNDES, foi reestruturada e tornou-se uma das melhores empresas de saneamento do País. Nos 52 municípios onde atua, a empresa universalizou o serviço de abastecimento de água tratada e está triplicando a coleta e o tratamento do esgoto. Em 2003, apenas 20% do esgoto era tratado corretamente. Ao longo da atual gestão, esse índice já alcançou 40% e, até 2011, a meta é chegar aos 60% de cobertura.

O Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) dava prejuízo e, numa tentativa de manter os empregos dos funcionários, nem sequer foi aceito como doação pelo Banco do Brasil. Hoje, o banco dá lucro e reparte dividendos com os seus acionistas, sendo o maior deles o povo capixaba.

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) foi modernizado e criou, proporcionalmente à população, o maior programa de microcrédito do Brasil, o Nossocrédito, presente em todos os 78 municípios capixabas.

Na área de gestão e recursos humanos, também fundamental para a prestação de serviços públicos à população, investimos significativamente. Além de pagar todos os compromissos atrasados, realizamos 46 concursos públicos até agosto de 2010, com a nomeação de 13.506 profissionais. Somente este ano, foram nomeados 5.459 servidores e autorizados mais 11 concursos, com 1.374 vagas. Também fizemos a reestruturação de Planos de Cargos e Salários de 114 categorias da administração direta e indireta.

Isso é apenas um panorama rápido, em áreas essenciais, mas, como dissemos, em todas as áreas temos vitórias conquistadas, conforme se poderá conferir nas páginas deste relatório de prestação de contas.

## Razões

» São pelo menos três fatores determinantes do processo que nos levou a conquistar tantas vitórias. Primeiramente, a equipe de trabalho, um time de primeira, que está entre as melhores cabeças pensantes e executivas deste Estado. Ao longo dos dois mandatos, montamos as melhores equipes já recrutadas para governar o Espírito Santo. Um time que soube inserir a ética republicana como norte do trabalho no Governo do Estado e adotou o planejamento estratégico como ferramenta prioritária de gestão.

Também registramos o mutirão de homens e mulheres de bem que sempre esteve comigo, da eleição até hoje, dando suporte nos momentos difíceis, ajudando a pensar as soluções para a enorme e pesada herança que encontramos e respaldando as ações de moralização da gestão pública. A união do Espírito Santo em torno do projeto de reconstrução político-institucional e a confiança que me foi depositada foram e são decisivas.

Um terceiro ponto é a adoção das melhores ferramentas gerenciais à disposição, geralmente comuns no setor privado, que aplicamos na administração pública, como o planejamento estratégico e a gestão intensiva de projetos prioritários.

## Momentos

» Nessa caminhada de travessia rumo a uma nova fronteira, houve muitos momentos marcantes. Ainda em 2003, em março, o assassinato do juiz Alexandre Martins, um jovem magistrado talentoso que enfrentava o crime organizado. Essa morte brutal veio como uma tentativa de intimidação do Governo e das forças políticas e sociais que empreendiam a reconstrução do Estado. Não nos intimidamos e caminhamos firmes.

Um outro momento marcante, mas felizmente de natureza bem diferente da primeira, foi a quitação dos pagamentos atrasados e de muitos direitos dos servidores previstos nos planos de cargos e salários. Essa conquista, ainda no primeiro ano de governo, fez avançar o processo de normalização da prestação de serviços públicos.

Com o passar do tempo, os momentos marcantes se multiplicaram. A partir da retomada de nossa capacidade de investimento, cada realização tornou-se uma emoção, se pensarmos de onde viemos. A cada obra inaugurada, a cada êxito de uma política pública e a cada superação de um desafio, nem que seja em parte, sempre houve uma emoção. Essa emoção bate forte porque conseguimos avançar a partir de uma realidade extremamente desafiante. Fomos além do que imaginávamos no início.

Vale destacar que, a cada escola inaugurada, cada programa aberto para garantir educação melhor, somaram-se momentos de absoluta e especial emoção. Isso porque a educação é o nosso melhor investimento para o presente, mas principalmente para o futuro. É herança eterna, com usufruto constante, com ganhos individuais e coletivos. A educação é o melhor instrumento para construirmos o reino da igualdade nas terras capixabas, aliás, em qualquer lugar.

## Futuro

» Nesses últimos anos, avançamos muito, alcançamos importantes conquistas, mas temos consciência dos desafios que temos pela frente. A única certeza é que, na caminhada de travessia e num percurso de muitas conquistas, encontramos o rumo. Nossa tarefa é não permitir retrocessos e garantir a permanência na direção certa.

Reiteramos que o Estado tem grandes desafios de infraestrutura. Precisamos de um novo aeroporto. Há um gargalo portuário a ser resolvido. Também é mais que urgente solucionar a ampliação das BRs 101 e 262. Todas questões que demandam uma maior presença do Governo Central.

É preciso fazer um rigoroso estudo de planejamento de uso e ocupação de regiões que ganharam dinamismo com o início da terceira fase de desenvolvimento econômico, a partir de 2003. Regiões de Linhares, Aracruz, Ubu – Anchieta, Presidente Kennedy, entre outras, têm de ter atenção especial. Não se pode repetir os mesmos erros cometidos na segunda etapa do crescimento econômico estadual, com a implantação dos grandes projetos na Grande Vitória, com sérias consequências que até hoje pautam a vida capixaba.

Sobre o futuro, o petróleo e gás são temas centrais. Esses setores configuram negócios extraordinários, ainda mais com as descobertas e produção na camada

do pré-sal. No entanto, há de se considerar que esta é uma fonte finita de riqueza. A tarefa é inserir o Espírito Santo em toda a cadeia produtiva desse negócio e distribuir os ganhos para toda a população. Ao mesmo tempo, é preciso fortalecer os setores tradicionais da economia e atrair novos segmentos, promovendo a diversificação produtiva, de modo a garantir um desenvolvimento sustentado que se mantenha no pós-petróleo e gás. É nessa direção que temos trabalhado.

Como dissemos, o negócio do petróleo e gás é uma oportunidade para o Brasil e o Espírito Santo, mas é de igual forma um desafio. Temos a tarefa de compartilhar a riqueza do petróleo entre todos os cidadãos de uma mesma coletividade, respeitando-se as peculiaridades de produtores e não produtores. Nesse sentido, estamos caminhando com ações inovadoras no Espírito Santo.

A questão que se colocou foi: como distribuir riquezas entre municípios produtores e não produtores, de forma a alcançar, com justiça, os 3,5 milhões de capixabas? Mais: como fazer isso sem alimentar rivalidades e ao mesmo tempo partilhar um bem que é comum, mas cuja fonte está restrita a poucas cidades que arcam com riscos e demandas bem específicas? Ao contrário da situação esdrúxula que estão querendo estabelecer no País, o Espírito Santo vem seguindo uma linha de vanguarda, com ações em várias frentes.

Nessa direção, criamos o Fundo para Redução das Desigualdades Regionais (Lei nº 8.308/2006), que transfere aos municípios 30% da arrecadação estadual proveniente da compensação financeira dos royalties. Esses recursos são aplicados em preservação ambiental, educação, saúde, assistência social, transporte, segurança, geração de emprego e renda, entre tantos outros benefícios para a sociedade capixaba.

A transferência é destinada àqueles municípios que recebem menos de 2% de royalties e até 10% de participação no bolo do ICMS, diminuindo a concentração de renda nas regiões metropolitana e de extração de petróleo e gás, portanto, descentralizando o desenvolvimento. Foi o primeiro projeto desse tipo aprovado no País.

Os recursos dos royalties também alcançam todo o Estado por meio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fundágua), criado pela Lei 8.960/2008, e através da regulamentação do Pagamento por Serviços Ambientais (Lei 8.995/2008). Por esse mecanismo, garantimos compensação financeira a proprietários rurais que conservarem áreas verdes próximas às nascentes, visando à preservação da água em todo o território capixaba.

Falando nesse assunto, destacamos que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama) passou por um completo redesenho, com vistas a modernizar seus procedimentos, tornando os serviços mais ágeis e transparentes. Além disso, foi feito concurso público e instituíram-se políticas públicas em todas as áreas essenciais para a recuperação e a preservação dos recursos naturais no Estado, tendo em vista o desenvolvimento com sustentabilidade.

Destacamos ainda a aplicação sustentável e compartilhada dos royalties por meio da Política Pública de Formação e Capacitação Profissional. Estamos ampliando a nossa capacidade de formação de capital humano, principalmente da juventude, com a compra de vagas em instituições particulares de ensino técnico, escolas de línguas e faculdades, sempre de acordo com as demandas dos arranjos produtivos capixabas. Cinco mil jovens oriundos da rede pública são bolsistas matriculados em cursos superiores, com seleção pela nota do Enem. Também estamos investindo na formação de mestres e doutores.

Não custa repetir: investimento em instrução e qualificação, aliado ao fortalecimento e à diversificação de nossa economia, é decisivo para democratizar o acesso às oportunidades e para a distribuição da prosperidade entre nós.

No entanto, é importante ressaltar que os recursos por compensações da produção de petróleo e gás ainda são uma promessa quanto à dinamização da economia e à melhoria das condições de vida nas terras capixabas.

Todo o processo de retomada dos investimentos públicos a partir de 2003 no Espírito Santo foi sustentado pela reconquista da estabilidade político-institucional e pelo combate sistemático e recorrente à corrupção e à sonegação, principalmente, relativa ao ICMS.

Com moralização governamental, o Estado reconquistou a credibilidade e voltou a atrair investimentos privados para expansão de atividades ou início de operações, estabelecendo a dinamização da base econômica instalada.

Em verdade, o negócio do petróleo e gás, incluindo o pré-sal, inaugura um novo ciclo de nossa economia, mas ainda se coloca como uma potencialidade – uma extraordinária oportunidade, mas ainda assim apenas uma potencialidade.

Nesse sentido é que o Espírito Santo, no vislumbre de novas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico, não pode cruzar, e nem tem cruzado, os braços diante de nenhuma ilegalidade e injustiça.

Até porque, ao longo de sua trajetória de quase cinco séculos, pode-se dizer que essa é uma oportunidade histórica de virada econômica de um Estado que, até o século XIX, fora relegado ao ostracismo oficial, com sérias consequências para o seu povo.

Como venho sempre registrando, a questão do petróleo e gás se apresenta como uma grande oportunidade e ao mesmo tempo um enorme desafio, e requer do Brasil um sério debate acerca do que o País fará com esse patrimônio.

A força do Brasil está, como sempre esteve, na união dos Estados, no respeito ao Pacto Federativo. A oportunidade do petróleo e gás não pode se transformar num fator de risco de desagregação e disputa insana entre os entes federados.

Esse debate precisa ser travado com racionalidade, distante da politicagem, do casuísmo e do oportunismo. Além disso, é preciso considerar que o planeta vive um momento desafiante, enfrentando o aquecimento global e as mudanças climáticas, e já caminha na alocação de recursos para a viabilização de fontes de energias alternativas, renováveis e limpas.

Enfim, considerando questões nacionais e globais, é preciso ter visão de futuro, clareza do País que queremos legar às próximas gerações. O desafio é fazer de uma riqueza natural, de um bem mineral, mais um instrumento para a construção da emancipação de homens e mulheres, para o fortalecimento do Brasil como um país justo, igualitário e sustentável.

## Legado – Casa arrumada

» Até 2002, conforme salientamos, o Espírito Santo vivia uma situação de calamitosa peculiaridade: a assunção do crime organizado sobre o governo, a corrupção endêmica e o desmonte vergonhoso da máquina pública. O nosso trabalho foi pautado pela arrumação da casa e, com isso, pela retomada dos investimentos públicos, principalmente na área social, em especial na educação, que é a base de um futuro melhor. Também implantamos um novo modelo de desenvolvimento econômico, socialmente inclusivo, ambientalmente sustentável e geograficamente desconcentrado. Os resultados foram sumariamente ditos aqui e podem ser conferidos, com um pouco mais de detalhamento, neste livro.

À próxima administração, deixamos uma casa arrumada, um orçamento de apro-



ximadamente R\$ 12,7 bilhões, equilíbrio financeiro-orçamentário, políticas públicas efetivas e legitimadas pela sociedade, além de uma base política sólida. Bem diferente do que encontramos: um Estado endividado, desorganizado e desacreditado.

Para se ter uma ideia da transformação, em 2003 o orçamento global do Estado foi de R\$ 4,2 bilhões, sendo R\$ 2,3 bilhões de recursos de caixa (esse é o dinheiro que se tem realmente para trabalhar, já que no global entram as transferências e valores já engessados).

Este ano o orçamento global está orçado em R\$ 11,6 bilhões, sendo R\$ 5,9 bilhões de recursos de caixa. De 2003 para 2010 quase triplicou o orçamento. Para 2011, a previsão é de que o orçamento fique em 6,5% maior que o deste ano.

Estamos deixando R\$ 1,2 bilhão para investimentos em 2011. Há em andamento várias obras de porte que vão mudar os padrões de atendimento em suas áreas. Refiro-me ao Estádio Estadual Kleber Andrade, aos novos hospitais Dório Silva e São Lucas, e ao Cais das Artes (teatro, museu e praça), além das 67 escolas estaduais em reforma ou reconstrução, das 66 unidades de saúde, dos três pronto-atendimentos, dos 10 Centros de Prevenção e Tratamento dos Toxicômanos (CPTT), dos 50 Centros de Referência de Assistência Social, unidades prisionais, entre outras obras em construção.

Ao todo, são mais de 200 obras em execução que estarão prontas para inauguração ao longo de 2011, entre realizações diretas do Governo do Estado e convênios com municípios.

Também estamos deixando uma carteira de projetos de engenharia contemplando todas as áreas do desenvolvimento socioeconômico do Estado, em benefício de todos os capixabas.

Temos clareza de que governar é uma corrida de revezamento. Com base no que construímos, os projetos e obras iniciados serão concluídos. Há recursos e condições para isso. Além do mais, num movimento inédito em nosso Estado, logo após a promulgação dos resultados das eleições deste ano, passamos ao processo de transição, com despachos periódicos com o governador eleito, para discutir as questões que afetam o dia a dia da população.

Um bilhão e duzentos milhões de reais – abrindo e encerrando o período de Governo, números iguais, situações completamente diferentes. Encontramos uma dívida de R\$ 1,2 bilhão, mas vamos deixar mais de R\$ 1,2 bilhão para investimentos no próximo ano, conforme salientamos.

O montante que representava dívidas sufocantes, de contas vencidas e não pagas, hoje significa legado, patrimônio para garantir dias cada vez melhores. Sempre trabalhamos com o olhar que transcende o nosso período de Governo. Essa é a base da conduta republicana e democrática, e que norteia a nossa trajetória de homem público.

Nesse sentido, o nosso legado inclui uma cultura de profissionalização do serviço público e seriedade da administração; o Planejamento Estratégico Espírito Santo 2025; a valorização da política como instrumento de civilização e emancipação; um exemplo de representação política de mãos limpas; uma ação que cultivou princípios republicanos e democráticos, consciente de que o governo não pertence aos governantes; uma gestão que priorizou valores como a solidariedade e a compaixão, frente ao individualismo crescente, além do destaque ao papel da família na construção de uma sociedade melhor, entre outros.

Nos últimos oito anos, a vida mudou no presente e novas perspectivas foram abertas para o futuro nas terras capixabas. No rumo que encontramos a partir de 2003, temos a segurança de avançar na construção de um Espírito Santo cada vez mais próspero, com oferta de oportunidade a todos, a partir de um modelo de desenvolvimento socialmente inclusivo, geograficamente desconcentrado e ambientalmente responsável. Ou seja, um Estado com igualdade de oportunidade e sustentável.

Como sempre tenho dito: Espírito Santo! Quem te viu, quem te vê, quem te verá!

**Paulo Hartung**

*Governador do Estado do Espírito Santo*

# INTRODUÇÃO

**E**ste é um livro de balanço, de prestação de contas e, por isso, necessariamente, com o olhar voltado para os dias que se passaram sob determinada liderança político-administrativa. Trata-se de um retrospecto atualizado da ação do Executivo Estadual capixaba entre os anos de 2003 e 2010.

No entanto, o convite, pelo real significado das conquistas e enfrentamentos aqui narrados, é para que se leia este texto tendo em vista o futuro. Pois nada mais pertinente do que afirmar que os últimos oito anos de Governo, além de transformar o presente, fundamentaram uma nova possibilidade de futuro nas terras capixabas.

Com as vitórias e realizações, um novo horizonte passou a ser vislumbrado por todos os moradores do Espírito Santo. Um renovado alicerce político-governamental e também econômico foi construído em mutirão pelos homens e mulheres de bem deste Estado, garantindo tempos novos no dia a dia da população e sustentando projetos e sonhos de um Estado cada vez mais justo e igualitário, com sustentabilidade e oportunidade para todos.

Essa história de transformação do presente e renovação das perspectivas capixabas é o que se encontrará nas próximas páginas, como registro republicano de devidas prestações de contas.

A partir de 2003, os capixabas iniciaram uma caminhada de travessia, num percurso pleno de desafios, mas igualmente eivado de conquistas, configurando um tempo de superação, em que também se abriram novas perspectivas para o futuro capixaba.

Nessa direção, o primeiro capítulo fala dos fundamentos da ação político-administrativa. Na segunda seção, há uma breve síntese dos desafios encontrados e da travessia que se fez para que se começasse uma nova história em todos os setores de ação governamental, relato que compõe o terceiro capítulo.

Na quarta parte, há um resumo dos indicadores socioeconômicos que bem traduzem a renovação do cotidiano capixaba, marcado por transformações do modo de viver e por melhorias na qualidade de vida nos últimos anos.

Na parte final, estão reunidos os principais pronunciamentos do excelentíssimo senhor governador do Estado no ano de 2010, tendo em vista que os anteriores já foram publicados na prestação de contas elaborada em 2009. São falas e posicionamentos do Governo acerca de questões centrais à vida capixaba.

Esta publicação concentra, atualiza e amplia a série de prestações de contas que o Executivo Estadual empreendeu ao longo do período de 2003-2010. Como se disse, é um ato republicano de quem deve prestar contas aos cidadãos que elegem dirigentes e mantêm máquinas governativas com o propósito de conquistar uma vida melhor.

Muito se fez nessa direção e ainda há muito por se fazer, em função da densidade dos desafios encontrados em 2003 e do dinamismo da contemporaneidade, para além do fato de a história não estar jamais concluída.

Mas este relatório traz uma clara evidência de que os cidadãos capixabas não apenas passaram a viver um novo presente como também ganharam um novo horizonte.

Para marcar a conquista de novas perspectivas, inclui-se neste livro uma série de fotografias panorâmicas do Estado, de norte a sul, simbolizando a ampliação dos horizontes nas terras capixabas. Doze dessas fotos são destacáveis, distribuídas aleatoriamente ao longo do livro, num convite à interação, à contemplação e, fundamentalmente, à inspiração para a luta cotidiana por dias sempre melhores. Afinal, nos últimos anos, conquistamos um presente renovado e um futuro de novos horizontes.

Boa leitura!





**Convento da Penha** Vila Velha

FOTO: DAVID PROTTI



FUNDAMENTOS

*Cap. I*

## Cap. I Fundamentos

» Valores republicanos e orientações e preceitos claros a fundamentar todas as políticas públicas governamentais, formuladas e implementadas a partir da metodologia do planejamento estratégico. Eis a síntese dos fundamentos da gestão 2003-2010 do Estado do Espírito Santo – um tempo marcado pela inauguração de uma nova era da história capixaba.

### 1.1 Valores

» Desde janeiro de 2003, o Governo do Estado do Espírito Santo orientou-se por um conjunto de valores e por uma ação político-administrativa focados na primazia do interesse coletivo e na construção de uma realidade com democratização do acesso às oportunidades de crescimento individual e coletivo.

A ação política devotou-se, estritamente nos marcos da democracia e da ética republicana, a constituir um Espírito Santo com prosperidade sustentável, compartilhada por todos os capixabas. Nesse sentido, apresentam-se, abaixo, os valores que nortearam a ação política da gestão 2003-2010:

**1** A democracia é um valor fundamental para a garantia da pessoa humana e o exercício da cidadania. Da democracia não se abre mão em hipótese alguma;

**2** O poder político se disputa pelo voto universal, e os projetos políticos se implementam pelo convencimento e não pela imposição;

**3** A democracia representativa deve ser fortalecida e aprimorada, com o estímulo aos movimentos da sociedade civil organizada a participarem da condução da coisa pública;

**4** A corrupção, a criminalidade e a impunidade devem ser incansavelmente combatidas por todos os agentes públicos, alçados a essa condição pelo voto ou pela carreira profissional;

**5** A miséria deve ser erradicada e as injustiças sociais, combatidas e eliminadas;

**6** A todos devem ser dadas oportunidades iguais de crescimento individual e de exercício pleno da cidadania;

**7** O acesso à Justiça deve ser facilitado e garantido a todos, individual e coletivamente;

**8** O crescimento econômico deve promover a superação das desigualdades, criando melhores condições de emprego e renda;

**9** O desenvolvimento econômico deve compatibilizar-se com o meio ambiente, nos parâmetros da sustentabilidade;

**10** O econômico deve subordinar-se ao social, contribuindo para superar desigualdades da ordem vigente. As leis de mercado não são um valor absoluto, devendo coadunar-se e harmonizar-se, sob a direção do Governo, com o interesse geral da sociedade;

**11** As instituições públicas devem aperfeiçoar-se e regenerar-se em busca da eficácia e da credibilidade, rompendo com as práticas clientelistas e paternalistas, e eliminando a corrupção de suas estruturas; e

**12** A transparência e a austeridade político-administrativa constituem as bases de trabalho da administração pública.

### 1.2 Oportunidade com sustentabilidade

» Espírito Santo, Estado sustentável com oportunidade para todos. Esse foi o norte da caminhada, objetivo da ação e obra do mutirão que se mobilizou para construir um novo tempo em solo espírito-santense a partir de 2003.

Mas o que se entende por oportunidade e sustentabilidade? “Qualidade do que é oportuno”. “Momento propício”. “Ocasão favorável”. Assim, em linhas gerais, descrevem os dicionários o que significa a palavra oportunidade. O campo da política soma a essas acepções o sentido da chance histórica de conquista da autonomia e da realização cidadã de indivíduos, comunidades e povos.

As palavras do ex-presidente norte-americano Abraham Lincoln acerca do que deve ser um governo são exatas para classificar o sentido político do termo oportunidade. Disse Lincoln que o objetivo essencial do governo é “elevar a condição dos homens [...] para permitir um começo a todos e uma chance justa na corrida da vida”.

O poeta Mario Quintana, vinculando o conceito de democracia com o de reino da igualdade, poetizou: “Democracia? É dar, a todos, o mesmo ponto de partida. Quanto ao ponto de chegada, isso depende de cada um”.

No Espírito Santo, a luta, estabelecida com vigor em 2003, obteve importantes vitórias em frentes fundamentais à constituição de uma realidade de igualdade de oportunidade. A ação político-administrativa esteve comprometida e trabalhou para a conquista de um Estado com prosperidade compartilhada.



Em geral, “sustentabilidade” é definida pelos dicionários como “característica ou condição do que é sustentável, que pode ser sustentado; passível de sustentação”. De forma bastante efetiva, o debate contemporâneo tem vinculado sustentabilidade a questões ambientais. Discute-se muito hoje se o modo de produção capitalista tem condições de se manter ou mesmo de garantir a existência humana, em função da sua voracidade e do desrespeito à natureza.

A caminhada até aqui mostra que é urgente repensar o paradigma hegemônico de produção de riqueza, tendo em vista os limites do ambiente em que vivemos. Mas a sustentabilidade tem de ser observada também a partir da perspectiva das relações sociopolíticas, culturais e econômicas.

Preservar e respeitar o meio ambiente é fundamental, vital e determinante para a existência humana, mas é necessário que se institua uma sociabilidade que respeite os homens, segundo o paradigma da igualdade, liberdade e fraternidade. Sem tal comprometimento, parece inviável qualquer modelo de civilização.

Nenhum modelo de desenvolvimento prospera sem inclusão social, respeito ao próximo, e compartilhamento das conquistas históricas relativas à qualidade de vida e cidadania.

A sustentabilidade é, antes de tudo, humana – um conceito de civilização, fundado no equilíbrio e no respeito ao semelhante e à vida que ele encerra e da qual ele depende, no caso, o meio ambiente.

Mais ainda: nos tempos da sociedade do conhecimento, articulada planetariamente em rede, não se pode pensar em desenvolvimento a longo prazo sem investimento em educação e produção de tecnologia e saber. Da produção de commodities à constituição do universo digital, tudo passa pela pesquisa, formação e atualização profissional.

E é exatamente pela via da educação que a sustentabilidade se encontra com a democratização das oportunidades no processo de construção de uma realidade melhor para todos. A educação é o caminho para “elevar a condição dos homens [...], para permitir um começo a todos e uma chance justa na corrida da vida”, conforme considerou Lincoln. A educação é fundamento do desenvolvimento sustentado na era do conhecimento. Sem falar no processo de conscientização ambiental, política e cidadã.

A partir dos valores político-administrativos e dos fundamentos da democratização do acesso às oportunidades e da sustentabilidade, e em função das demandas e desafios capixabas, o Governo do Estado definiu um mapa de caminhada. Confira a seguir os parâmetros para a construção de um Espírito Santo sustentável, com oportunidades para todos.

### *Prioridade à educação*

» O Governo priorizou o investimento na formação cidadã e na capacitação profissional da juventude, para que as novas e as futuras gerações tenham acesso às oportunidades do mundo contemporâneo. A educação se qualificou e se ampliou, fornecendo o instrumental básico para a emancipação – o saber cidadão e o conhecimento técnico. Uma sociedade sustentável tem seu fundamento essencial na educação de qualidade, focada na cidadania e na inovação.

### *Combate à pobreza*

» O Governo articulou-se para superar as causas da pobreza no Estado, por meio da inclusão socioeconômica produtiva. A ação buscou transformar estruturalmente a realidade, de modo que todos tenham acesso a condições de constituir uma vida digna.

### *Promoção da qualidade de vida*

» A qualidade de vida é também um fator que interfere na conquista de um quadro de oportunidades para todos. O bem-estar individual e coletivo é pré-condição de êxito na luta por uma existência saudável e empreendedora. Nesse sentido, o Governo investiu na melhoria e na ampliação da ação pública em segurança/defesa social, saúde, infraestrutura urbana e rural, saneamento, estradas, cultura, esportes, meio ambiente, entre outros.

### *Desenvolvimento econômico responsável*

» Oportunidades sustentáveis e efetivas só são conquistadas por meio de um desenvolvimento responsável. Por isso, o Governo promoveu, incentivou e fomentou atividades produtivas em todo o Estado, a partir do modelo de crescimento com inclusão social, desconcentração geográfica, incremento de logística, valorização das vocações locais e sustentabilidade ambiental.

### *Parceria governo–sociedade*

» Parceiros de caminhada, atores de uma mesma história, Governo e sociedade caminham juntos, em mutirão, para a construção do novo Espírito Santo. Uma realidade de pleno acesso às oportunidades é uma conquista coletiva.

Além de um Governo honesto, organizado, realizador e mobilizador, é necessário que se tenha uma sociedade civil ativa, com cidadãos, comunidades, organizações, empresas, entre outros, politicamente atuantes em favor da prosperidade de todos.

O Governo sozinho não dá conta de tudo. Cada um tem um papel imprescindível a cumprir. O avanço é, historicamente, uma construção coletiva, como bem demonstra a constituição do novo Espírito Santo.

As boas e necessárias práticas cidadãs não são exclusividade das instituições públicas. Elas florescem no âmbito da sociedade civil, produzindo condutas e resultados que se somam à ação do Governo e suas instituições, ajudando a constituir uma realidade melhor. Foi assim que se caminhou no Espírito Santo a partir de 2003.

### *Cultivo de ideias e valores*

» Em tempos de profundas transformações nos modos de vida, muitas vezes por meio de quebra de contratos sociais conquistados nos últimos séculos, à luz da razão e da luta política, é preciso ressaltar a importância dos fundamentos da vida civilizada em coletividade.

Trabalho, conhecimento, mérito, democracia, igualdade, liberdade, fraternidade, comunidade, respeito à diversidade, entre outros, são alguns dos valores e fundamentos que norteiam a relação entre Governo e sociedade, seja na realização de obras e projetos, seja em ações de comunicação.

A construção de uma realidade melhor também passa pelos valores que o povo cultiva e privilegia. E isso também tem a ver com as instituições públicas, com a ética político-administrativa que orienta as ações governamentais e sua relação com a sociedade civil.

## **1.3 Planejamento Estratégico**

» A partir de janeiro de 2003, o Governo do Estado do Espírito Santo passou a trabalhar com o objetivo de constituir uma realidade de prosperidade compartilhada, fundada na democratização do acesso às oportunidades de crescimento individual e coletivo. E atuou para que esta nova história capixaba de desenvolvesse em bases sustentáveis, ou seja, para que tivesse fundamentos sólidos e robustos.

O planejamento estratégico foi o instrumento utilizado na implementação dessa política. Cumprindo o que fora decidido no Governo de transição, já em março de 2003, secretários, gerentes, assessores, entre outros, se reuniam para traçar o plano de desenvolvimento para o período inicial de administração – 2003/2006.

Tendo avançado no processo de normalização da oferta de serviços e obras públicas e também no realinhamento governamental, o Governo pôde ampliar seu planejamento estratégico, desenhando um plano que aprofunda a interface entre todo o conjunto de forças produtivas e político-administrativas capixabas.

### **1.3.1 ES 2025**

» Trata-se do Espírito Santo 2025, escrito pelo Governo e pela sociedade, em 2006, com vistas a orientar a ação político-governamental no Espírito Santo. O Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 é, essencialmente, uma agenda para a construção de uma duradoura realidade de prosperidade nas terras capixabas. Duradoura porque fundada na democratização das oportunidades de crescimento individual e coletivo e, também, porque constituída a partir do prioritário investimento em educação e do respeito ao meio ambiente, entre outros.

O Espírito Santo 2025 estabelece a consolidação e o avanço do modelo de desenvolvimento que, a partir de 2003, deu início a uma nova história capixaba. O cumprimento das prescrições de ordem político-institucional e socioeconômica do Espírito Santo 2025 pode levar o Estado a alcançar, em menos de 20 anos, padrões de desenvolvimento socioeconômico próximos aos dos países com as melhores condições de vida na atualidade.

As estratégias de desenvolvimento para o alcance desse novo ciclo histórico são:

- 1 Desenvolvimento humano capixaba segundo padrões internacionais de excelência;
- 2 Erradicação da pobreza e a redução das desigualdades para ampla inclusão social;
- 3 Redução drástica e definitiva da violência e da criminalidade no Espírito Santo;
- 4 Promoção de um desenvolvimento equilibrado entre a Região Metropolitana, o interior e o litoral;
- 5 Desenvolvimento de uma rede de cidades;
- 6 Recuperação e conservação dos recursos naturais;
- 7 Diversificação econômica, com agregação de valor à produção e adensamento das cadeias produtivas;
- 8 Alcance de níveis crescentes de eficiência, integração e acessibilidade do sistema logístico;
- 9 Desenvolvimento da mobilização e da participação política da sociedade civil e dos cidadãos (capital social), assim como a devoção absoluta à ética republicana por parte das instituições públicas;
- 10 Fortalecimento da identidade capixaba e da imagem do Estado; e
- 11 Estabelecimento de alianças estratégicas regionais para aproveitamento de oportunidades de desenvolvimento integrado de interesse do Estado.

A meta é, até 2025, erradicar a pobreza e diminuir a desigualdade em 26%, segundo o índice de Gini, alcançando indicadores semelhantes aos registrados pelos países do primeiro mundo atualmente.

A educação é o grande caminho para se chegar lá. Já estão sendo feitos investimentos na pré-escola, na universalização do ensino básico e na expansão dos ensinos médio, superior e técnico-profissional, potencializando o sistema educacional capixaba.

Com isso, em 2025, o Espírito Santo apresentará uma escolaridade de 12 anos da população de 25 anos ou mais. Escolaridade equivalente à da Finlândia ou à da média dos países desenvolvidos nos dias de hoje.

O Espírito Santo será um dos Estados mais igualitários do País. Dos 15 milhões de brasileiros que, infelizmente, ainda estariam em condição de pobreza, nenhum será residente das terras capixabas.

Os índices de criminalidade também serão controlados e estarão entre os melhores do Brasil. O capixaba viverá em um clima de paz, num espaço geográfico em que o desenvolvimento socioeconômico, interiorizado, alcança todos os municípios do Estado, articulados numa rede de cidades que cresce de maneira ordenada e bem planejada.

Nessa direção, o plano preconiza a promoção de uma eficaz e massiva atração de investimentos produtivos, sempre dentro do objetivo maior de capacitar todos os capixabas a usufruir das oportunidades geradas pelo negócio do petróleo e gás e pelo desenvolvimento do complexo siderúrgico e do agronegócio, dentre outros.

Como resultado, a economia estadual aumentará sua inserção competitiva no mercado nacional e internacional, ancorada em uma agricultura de valor agregado; em um setor terciário avançado; e em um conjunto de arranjos produtivos locais e grandes empreendimentos competitivos em escala planetária. O PIB per capita dos capixabas em 2025 deverá alcançar US\$ 18.500, próximo ao da Coreia do Sul dos dias de hoje.

O Espírito Santo será o 5º Estado mais competitivo da Federação, crescendo 6% ao ano. Os investimentos são atraídos, sobretudo, pelo capital humano de elevada qualidade e pela excelência de seu sistema de transportes e serviços logísticos, com alto grau de mobilidade, acessibilidade e conectividade. O Estado terá uma economia, incluindo a Grande Vitória e o interior, de elevado valor agregado, diversificada e integrada à economia global.

Registre-se que o meio ambiente é parte essencial deste novo modelo de desenvolvimento. Em 2025, 16% do território do Espírito Santo já estará em fase de recuperação da vegetação nativa. O Estado será referência sul-americana em biotecnologia.

Uma outra linha fundamental de ação é o incentivo à participação e mobilização social e a profissionalização do serviço público e sua reconstrução em bases modernas, para evitar a instrumentalização do Estado por interesses particulares e criminosos e, acima de tudo, para prestar serviços e oferecer obras de qualidade à população.

Dessa forma, em 2025, o Espírito Santo terá uma administração pública de alto desempenho, cumprindo seu objetivo maior que é servir ao cidadão e à sociedade, com obras e serviços públicos essenciais, assim como uma ação determinante em favor da emancipação coletiva.

Visando a garantir as condições de qualidade de vida e de desenvolvimento socioeconômico no território capixaba, o que inclui atenção ao entorno geográfico, o Governo do Estado já estará celebrando parcerias duráveis com os Estados vizinhos. Entram nessa agenda, dentre outros, a expansão do sistema logístico e o desenvolvimento de territórios limítrofes que concentravam pobreza e ausência de oportunidades.

A partir da ampla conscientização de que a política é uma das principais ferramentas para se construir a justiça social e garantir a liberdade e a igualdade, e que isso passa por ações educacionais e também pelo exemplo da melhoria da ação dos homens e das instituições públicas, o Espírito Santo viverá uma realidade de destacada mobilização social e cidadã.

A sociedade capixaba, já com uma identidade fortalecida, orgulhosa da realidade construída e consciente de seu patrimônio cultural e suas riquezas econômicas, terá alcançado níveis elevados de participação na formulação, implantação e acompanhamento de políticas públicas em prol do bem comum.

### 1.3.2 Projetos prioritários

» De acordo com os fundamentos e parâmetros acima descritos, e a partir do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, o Governo do Estado elaborou as Diretrizes Estratégicas 2007-2010, destacando-se uma carteira de projetos estruturantes.

Em função dessa caminhada, o Governo do Estado criou um Escritório de Gerenciamento de Projetos, no início de 2007, que, mais tarde, em abril de 2008, se transformou em Secretaria de Estado de Gerenciamento de Projetos (Segep).

A Segep faz o gerenciamento intensivo dos programas estruturantes do Governo do Estado do Espírito Santo por meio de um Escritório de Projetos, que trabalha com um programa denominado Pró-Gestão. Nesse grupo de projetos prioritários, o Governo investiu cerca de 70% dos recursos previstos para os anos de 2007 até 2010, com recursos da ordem de R\$ 4,1 bilhões.

O Governo definiu uma carteira inicial de 20 projetos estruturantes. Atualmente, o portfólio contempla 28 projetos, em diversas áreas: saúde, educação, ciência e tecnologia, cultura, esporte, segurança pública e justiça, meio ambiente, infraestrutura, saneamento e transportes, gestão, agricultura e outras.



## Projetos Estruturantes do Governo do Estado (2007 A 2010)\*

### EDUCAÇÃO

- » Ampliação do Acesso à Educação Profissional
- » Qualidade no Ensino Médio
- » Leia Espírito Santo
- » Ler, Escrever e Contar
- » Na Real, Gravidez na Adolescência não é Legal
- » Mais Tempo na Escola
- » Ampliação e Modernização da Rede Escolar

### SAÚDE

- » Ampliação e Modernização da Rede Hospitalar
- » Expansão e Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde no Espírito Santo

### TRANSPORTES

- » Mobilidade Urbana Vias, Corredores Exclusivos
- » Mobilidade Urbana Terminais
- » Mobilidade Urbana Aquaviário
- » Mobilidade Urbana Corredores Exclusivos

### DER-ES

- » Ampliação da Malha Rodoviária
- » Recuperação da Malha Rodoviária Estadual

### SANEAMENTO

- » Espírito Santo Sem Lixão

### CESAN

- » Águas Limpas

### CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- » Ampliação do Nossa Bolsa

### SEGURANÇA

- » Modernização Tecnológica e da Gestão da Defesa Social
- » Prevenção à Violência

### JUSTIÇA

- » Ampliação e Modernização do Sistema Prisional

### GESTÃO

- » Implantação da Central Faça Fácil - Unidade em Cariacica
- » Valorização do Servidor e Profissionalização da Administração Pública

### MEIO AMBIENTE

- » Produtores de Água

### CULTURA

- » Cais das Artes

### ESPORTES E LAZER

- » Estádio Estadual Kleber Andrade

### AGRICULTURA

- » Caminhos do Campo

### MEIO AMBIENTE

- » Programa Capixaba de Mudanças Climáticas

\* Estão associados a esses programas cerca de 400 projetos

Para o controle efetivo de todas as ações vinculadas aos projetos, foi desenvolvido um software, denominado Sistema de Gerenciamento Estratégico de Projetos do Governo do Espírito Santo (SigES).

Para cada um dos projetos da carteira, foram escolhidos gerentes para liderá-los. São os gerentes os responsáveis diretos pelo acompanhamento físico e financeiro dos projetos, além de alimentarem de informações o sistema SigES.

Todos os projetos foram estruturados no sistema contemplando metas, cronograma, escopo, público-alvo, dentre outras variáveis. O gerente do projeto informa, em tempo real, o andamento do projeto, suas restrições/riscos e aciona o Escritório de Projetos, por meio dos gestores de projetos, para o apoio que se fizer necessário, objetivando assim um monitoramento intensivo, eficaz e uma comunicação integrada.

Atualmente está em curso ou já foi concluída a transferência da metodologia de gerenciamento de projetos adotado pelo Governo do Estado do Espírito Santo em várias instituições, interna e externamente ao Executivo capixaba.

São exemplos: as secretarias de Estado de Economia e Planejamento, de Gestão e Recursos Humanos, da Educação, da Fazenda, da Saúde, além do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN); do Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes); e do Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (Bandes).

Destaca-se ainda a transferência dessa metodologia para as prefeituras de Aracruz, Conceição da Barra, Cachoeiro de Itapemirim, Guaçuí, Presidente Kennedy, Serra e Vila Velha. Também, recentemente o Governo do Uruguai, através de uma parceria bilateral, adotou naquele país o sistema de gerenciamento intensivo de projetos do Governo do Estado do Espírito Santo.

## Resultados

» A partir da carteira de projetos prioritários, o Governo do Estado vem conseguindo resultados que estão transformando o dia a dia dos capixabas, de norte a sul. Confira algumas conquistas.

- > Entre 2003 e 2010 foram criadas cerca de 10 mil novas vagas no sistema prisional capixaba.
- > O Hospital Central, antigo São José, já em funcionamento, conta com um novo modelo de gestão. O hospital é gerenciado por uma Organização Social (OS).
- > 50 trechos de rodovias estaduais concluídos e entregues pelo DER-ES à população, totalizando 634 km.
- > 14 novas intervenções viárias metropolitanas implantadas.
- > 04 novos terminais do sistema Transcol construídos (Itaparica, Vila Velha; Jacaraípe, Serra; Jardim América, Cariacica; e São Torquato, Vila Velha) e ampliação do Terminal de Laranjeiras (Serra).

- > No projeto Nossa Bolsa, cerca de 6 mil estudantes carentes da rede pública foram beneficiados com bolsa coberta pelo Governo do Estado, em ensino superior da rede privada.
- > Foram assinados convênios com os municípios para a construção de 10 Centros de Tratamento ao Toxicômano.
- > Foram entregues 59 Unidades Básicas de Saúde nas diversas regiões do Estado.
- > Cerca de 100 escolas de ensino fundamental e médio construídas, reformadas ou ampliadas.
- > Em 2010, foram abertas 17 mil oportunidades de capacitação profissional. Até hoje 45 mil matrículas já foram realizadas.
- > No projeto Mais Tempo na Escola, 556 escolas estaduais funcionam com jornada escolar ampliada.
- > 100% das escolas públicas estaduais de ensino médio conscientizadas acerca da problemática da gravidez na adolescência (Na Real, Gravidez na Adolescência não é Legal).

### Andamento

- » Para os anos de 2010 e 2011, a Secretaria de Estado de Gerenciamento de Projetos (Segep) prevê uma série de novas conquistas de relevância para a população capixaba, alcançando todas as áreas de atenção prioritária da administração. Confira algumas.
  - > Vitória será a primeira capital do Brasil com 100% do esgoto tratado (Projeto Águas Limpas).
  - > 60% do esgoto tratado em todo o Estado.
  - > Construção, reforma ou ampliação de 50 escolas do ensino fundamental e médio.
  - > 100% das crianças das 1ª e 2ª séries do ensino fundamental das escolas públicas estaduais alfabetizadas (Ler, Escrever e Contar).
  - > Quatro mil bolsas de estudo concedidas para alunos da rede pública estadual em faculdades particulares (Nossa Bolsa).
  - > Novo Hospital Dório Silva construído e equipado, com 371 leitos.
  - > 3.555 profissionais capacitados em atenção primária à saúde.
  - > Cerca de 70 unidades de Saúde da Família construídas e 03 Prontos-atendimentos entregues à população.
  - > 70% da população estadual coberta pela estratégia Saúde da Família.
  - > 07 intervenções viárias metropolitanas.
  - > Ampliação dos terminais de Vila Velha e Itacibá, em Cariacica, e início da construção do Novo Terminal Carapina, na Serra.
  - > 4.120 novas vagas em presídios.
  - > 936 km de estradas construídas e recuperadas.

O Espírito Santo vem alcançando vitórias inéditas em todos os setores da vida capixaba, assim como novas conquistas estão em vias de se estabelecer. Projetos estruturantes bem gerenciados buscam garantir realizações que levem a importantes melhorias na qualidade de vida de todos os cidadãos.

### Programa R\$ 1 bilhão

» A Secretaria de Estado de Gerenciamento de Projetos (Segep) também monitora todas as intervenções do Programa Capixaba de Investimentos Públicos e Empregos, que superou o recorde histórico de R\$ 1 bilhão em investimentos, em 2010.

Os investimentos do Programa geraram, somente em 2010, mais de 24 mil empregos, beneficiando todos os 78 municípios capixabas. São quatro grandes eixos de ação: primeiro, de desenvolvimento social e humano, com 235 obras nas áreas de educação, segurança pública, saúde, esporte e cultura. O segundo, de mobilidade urbana e projetos metropolitanos, resultou em 39 obras. O terceiro, saneamento, meio ambiente e habitação, com mais 85 obras, incluindo estação de tratamento de água e esgoto, projetos ambientais e casas populares. O quarto eixo – desenvolvimento regional, transportes e agricultura –, totalizou outras 217 obras. Ou seja, são 576 obras, totalizando aproximadamente R\$ 2,5 bilhões investidos nos períodos de 2009/2010.

Até se chegar a essas transformações de nível conceitual, administrativo e gerencial, com resultados sumariamente descritos a partir da ação da Segep, muito teve de ser superado.

A herança de anos e anos de desgoverno era pesada e demandou um esforço conjunto de todas as pessoas de bem do Estado, seja no seu dia a dia, seja em sua ação profissional e cidadã, nas organizações públicas, privadas, associativas e não governamentais às quais estavam ligadas. Confira, a seguir, um pouco dessa caminhada de travessia, efetivamente iniciada em 2003, para que se chegasse a uma nova fronteira histórica.





TRAVESSIA

*Cap. II*

## Cap. II Travessia

» O caminho se faz com a caminhada. Nossos passos definem nossos caminhos. A história passa ao largo do determinismo. O que se pode fazer são escolhas, tendo em vista horizontes sonhados, desejados, buscados.

Em janeiro de 2003, os passos capixabas estavam prestes a abrir uma fronteira nova, a empreender uma caminhada de travessia, rumo a um novo tempo desejado, sonhado, buscado, em função da opressão que o desgoverno impunha ao povo espírito-santense.

Envolvidos numa trama em que se misturavam crime organizado, corrupção e instrumentalização da máquina pública, o capixaba atravessou o milênio tendo de administrar o presente com toda a sorte de dificuldades.

A decisão de mudança foi sacramentada nas urnas de 2002 e uma nova história começou. A trajetória foi desafiante. Grande clamor dos cidadãos de bem na virada do milênio, a constituição de um Governo estadual a serviço do povo capixaba foi a primeira missão da administração 2003-2010.

E governar para todos os capixabas significava enfrentar desafios gigantescos. A missão era monumental. E, pelo tamanho da herança, ainda continua oferecendo grandes desafios. Mas as vitórias foram muitas – conquistas que permitem ao Estado avançar sem parar rumo à consolidação de um novo tempo em terras capixabas.

Em 31 de dezembro de 2002, os restos a pagar, ou seja, dívidas com servidores, fornecedores, prestadores de serviços, entre outros, chegavam a R\$ 1,2 bilhão. Em 2005, todo esse passivo foi zerado.

O caixa estadual foi recebido com minguidos R\$ 400 milhões em 2003, valor ainda menos significativo diante de uma dívida bilionária, como se viu – só com os servidores os atrasos somavam mais de R\$ 370 milhões. Em absoluto contraste com o que se recebeu, para 2011, o orçamento global previsto é de cerca de R\$ 12,7 bilhões.

O Estado também estava inadimplente com o contrato de renegociação da dívida com a União, que fazia a retenção do Fundo de Participação do Espírito Santo. Hoje, o Estado é citado País afora como exemplo de equilíbrio nas contas públicas. O Espírito Santo saiu da posição de um dos piores Estados da Federação no quesito das contas públicas para a dianteira do ranking do Tesouro Nacional.

Eliminaram-se privilégios fiscais e administrativos; iniciou-se um combate sistemático e severo à sonegação, à corrupção e ao crime organizado; e investiu-se na modernização da máquina pública, com realização de vários concursos, introdução do planejamento estratégico, incluindo instrumentos de acompanhamento da sua aplicação e redução de gastos, entre outros.

Enfim, com os choques ético e de gestão, fez-se um realinhamento governamental, recuperando-se a capacidade de investimento do Estado para realizar obras e

prestar serviços essenciais. Resultado: o Espírito Santo saiu de menos de 1% de investimentos com recursos próprios em 2003 para o patamar de 16% nesses últimos anos.

Com a ampliação da arrecadação, os serviços foram normalizados e abriram-se frentes de obras em todos os municípios capixabas. Esse trabalho tem levado melhorias a todos os 3,5 milhões de capixabas.

A efetivação de uma nova realidade político-institucional a partir de 2003 também dinamizou a economia estadual, inaugurando o terceiro ciclo de desenvolvimento capixaba, após a predominância da agricultura e da primeira fase da industrialização voltada para o comércio exterior.

O atual movimento se estabelece pela ampliação do comércio exterior, pela dinamização dos arranjos produtivos locais, pela emergência do negócio ligado ao petróleo e gás.

O avanço ocorre com novos investimentos dos empreendimentos já instalados e também pela atração de novos negócios, em nível nacional e internacional. Nesse sentido, o Estado alcançou os melhores índices de atração e incremento de investimentos privados no Brasil nos últimos anos.

Deve-se ressaltar que este terceiro ciclo econômico se estabelece a partir de um novo modelo de desenvolvimento, socialmente inclusivo, ambientalmente responsável e geograficamente desconcentrado.

Como se pode notar, no ano de 2003, o Espírito Santo iniciou uma caminhada de travessia, do descontrole administrativo para uma nova fronteira histórica, marcada pela estabilidade político-administrativa, pela normalização, ampliação e qualificação dos serviços públicos e pela inauguração de uma nova era econômica.

Esse foi um tempo de superação, de arrumar a casa e estabelecer as bases de um novo futuro. Mas foi também um tempo de muitas conquistas, até certo ponto inesperadas em função da gravidade do quadro encontrado há oito anos. Foi, essencialmente, um tempo em que os capixabas, com a casa arrumada, ganharam novos horizontes a guiar seu trabalho e sua confiança.

Os passos dados em mutirão distanciaram definitivamente o Estado daquele passado de humilhação e vergonha. O Governo do Espírito Santo voltou a trabalhar para o povo do Espírito Santo. E, hoje, vivem-se dias de uma nova história capixaba.

Um tempo em que o Governo passou a governar para o povo e que, com credibilidade política e honestidade, foi capaz de fomentar e articular o desenvolvimento econômico para o benefício de toda a sociedade, com inclusão e justiça social e respeito ao meio ambiente.

Até o ano de 2002, o Espírito Santo perdeu muito tempo em função da corrupção, do desgoverno e do crime organizado. A partir de 2003, um mutirão entre poderes e instituições públicas, sociedade civil, partidos políticos, homens e mulheres de bem deste Estado começou a escrever uma nova história.



Desde então, são muitas as vitórias. Mas a mudança não é um passe de mágica, nem mesmo uma conquista inabalável. É preciso avançar muito ainda. Também é necessário que se esteja vigilante para que não se percam as vitórias alcançadas. O processo de depuração e mudanças político-institucionais e de melhoria das condições socioeconômicas demanda ação constante e vigilância permanente.

A caminhada de travessia, iniciada em 2003, segue em nova fronteira histórica. Novos passos vão desenhar o caminho do futuro espírito-santense, até porque o tempo não para, e a história é um livro eternamente inconcluso.

A seguir, um artigo produzido pela diretora-presidente do Instituto Jones dos Santos Neves, Ana Paula Vescovi, que expõe com rigor científico e honestidade republicana o quadro desses anos recentes, com suas muitas conquistas, seus desafios, além, é claro, de ser uma bússola para os passos seguintes da caminhada capixaba.

## O Espírito Santo em Perspectiva<sup>1</sup>

Ana Paula Vescovi<sup>2</sup>

O progresso observado no Espírito Santo durante os últimos dois períodos de governo é notório e contundente. O Estado saiu da 8ª para a 4ª posição na economia nacional, entre os Estados da Federação com maior renda *per capita*. Reduziu à metade a incidência de pobreza, como consequência do aumento da renda domiciliar *per capita* e de redução da desigualdade. Em 2010, mais da metade dos capixabas já estava inserida na classe média, compondo um mercado consumidor ativo, com acesso a crédito, bens de consumo duráveis e, mais importante, com acesso ao mercado de trabalho em franca expansão<sup>3</sup>.

Em particular, o movimento dos últimos oito anos acelerou a convergência da renda estadual para os patamares dos Estados mais desenvolvidos do País, e contribuiu para compensar o desenvolvimento tardio do Espírito Santo desde o processo de colonização do solo brasileiro. Consolidou, assim, uma terceira onda de crescimento, após 100 anos de predominância da monocultura cafeeira, e após a industrialização concentradora dos anos 70 e 80. Para os observadores pouco atentos, este seria mais um ciclo caracterizado pela expansão dos negócios nas áreas dos grandes projetos em cujo rol agora se inclui o petróleo e o gás. Mas uma observação mais atenta do processo revela que o Estado vem conquistando um desenvolvimento institucional que o destaca entre os demais Estados da Federação e que poderá engendrar conquistas importantes para as gerações subsequentes.

As mudanças se traduzem não apenas nas condições de governança pública — onde sobressaem a reestruturação da máquina estatal e os expressivos ganhos de eficiência da atividade governamental —, mas também em substancial melhoria no ambiente de negócios derivada daquelas mudanças. Dessa forma, o Estado tem conseguido aproveitar e conciliar com êxito vantagens comparativas naturais e construídas ao longo do seu desenvolvimento passado. Mais do que isso, passou a significar um exemplo de desenvolvimento bem-sucedido a partir de uma base industrial concentrada em *commodities* e essencialmente voltada às exportações<sup>4</sup>.

Parte desse sucesso, impulsionado pela melhoria das condições de governança

<sup>1</sup> Texto adaptado de VESCOVI, A.P.V.J. e BONELLI, R. "Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social - Introdução". IJSN, 2010, pp 9-28.

<sup>2</sup> Diretora-presidente do Instituto Jones dos Santos Neves.

<sup>3</sup> VESCOVI, A.P.V.J.; Castro, M.W. A evolução recente da classe média no Espírito Santo. Nota Técnica n.02, IJSN, 2008, 22p.

<sup>4</sup> Toscano, V.N.; Magalhães, M.A. Boletim de Comércio Exterior do Espírito Santo – 2º Semestre de 2009, IJSN, abr.2010, 27p.

e do ambiente de negócios, repousa sobre a maturidade dos grandes projetos de investimento instalados mais de trinta anos atrás. Contudo, mais recentemente, a ênfase tem recaído sobre políticas públicas que permitam alavancar o impacto daquelas atividades sobre a economia estadual e sobre o bem-estar da população. Outra parte relaciona-se ao potencial e às oportunidades dos negócios da indústria do petróleo e gás do Estado, no sentido de aprofundar o crescimento sustentado com inclusão social, algo que precisa ser continuamente assegurado pelos capixabas.

No intuito de melhor compreender a natureza e a intensidade das mudanças, o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) contratou um conjunto de estudos que, ademais, poderão contribuir para vislumbrar de que forma a experiência do passado pode ajudar na compreensão dos desafios do futuro. Todos os estudos foram realizados por observadores externos ao Governo com notória contribuição científica nos diversos temas. Ao final, foi possível tecer uma análise macroeconômica e social sobre a experiência recente de desenvolvimento vivenciada pelo Estado do Espírito Santo. O objetivo deste artigo, produzido especialmente para esta publicação, é apresentar algumas das lições apreendidas nesse esforço de pesquisa que deu origem aos livros “Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social” e “Finanças do Estado do Espírito Santo: do Plano Real à crise de 2009”.

Uma primeira abordagem se concentra sobre as transformações no campo político institucional<sup>5</sup>. Após década e meia de associação do poder público com o crime organizado, uma ampla mobilização em favor do resgate das instituições e organizações do poder político foi conduzida por forças identificadas com os valores da ordem democrática de transparência, ética cívica e responsabilidade social. Com a vitória dessas forças nas eleições de 2002, iniciou-se um período marcado pela restauração das instituições políticas e pela busca de sinergias positivas com os circuitos mais modernos que estavam dando o tom do desenvolvimento econômico do Espírito Santo.

No período pós-2003 fortaleceu-se assim a imagem do Estado perante investidores externos e internos. Uma teia de apoios foi costurada com diversos movimentos empresariais, sociais e políticos, o que permitiu a elaboração de um arrojado plano estratégico para o desenvolvimento do Estado, denominado de “Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025”<sup>6</sup>. Além de proporcionar um amplo diagnóstico sobre o Estado do Espírito Santo, a construção do Plano definiu estratégias e permitiu o alinhamento institucional. Para o Governo do Estado fundamentou o foco nos investimentos

5 Zorzal e Silva, M. *Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo*. In: **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória: IJSN, 2010, pp 29-66.

6 Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo. *Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 (ES 2025) – Avaliação Estratégica do Espírito Santo e Elementos para a Visão de Futuro*. Abril, 2006 (<http://www.espiritosanto2025.com.br/>).

públicos para redução dos *déficits* de infraestrutura, ambiental e social, com especial atenção sobre o viário, o sanitário e o educacional.

Após esse movimento, a economia do Espírito Santo cresceu em média 5% ao ano entre 2002 e 2007<sup>7</sup>, fase que coincide com o ciclo de crescimento brasileiro mais recente. Foi um dos Estados que mais cresceu, superando a média do País como um todo nesse período. Evolução semelhante retrata o PIB *per capita*: em 1985, o do Espírito Santo era pouco inferior ao do Brasil (-1%), ao passo que em 2007 chegou-se a um PIB *per capita* 25% superior ao do País. O processo de desenvolvimento estadual foi acompanhado de intensa mudança estrutural, o que replicou em nível regional, ainda que com alguma defasagem, o que se passou no País: a participação da Agropecuária, que era em média de 19% do valor adicionado em 1985-87, passou para 9,0% em 2002-2007; a da Indústria de Transformação variou de 27% em 1985-87 para 17% em 2002-2007; a Indústria Extrativa Mineral aumentou sua participação de 3% para 8,4%.

Quanto às fontes de crescimento pelo lado da produção, destaca-se entre 2002 e 2007 a importância das Indústrias de Transformação e Extrativa Mineral que, em conjunto respondem por quase 50% do aumento do PIB estadual. Para entender, contudo, os determinantes desse crescimento, é preciso olhar para o longo prazo. Uma decomposição do crescimento pelo lado da oferta registra para o Espírito Santo taxa de crescimento da produtividade da economia - medida de ganhos de eficiência - da ordem de 1,3% ao ano entre 1970 e 2005. Dado o crescimento médio do PIB de 6,4% nesse mesmo período, conclui-se que a produtividade “explicou” 20% do crescimento. Os fatores capital e trabalho explicam 32% e 48%, respectivamente.

Na mesma linha de tentar explicar os determinantes do crescimento, os modelos econométricos estimados associam boa parte do desempenho diferenciado entre os Estados brasileiros ao comportamento da produtividade total dos fatores, além daquele associado à acumulação de capital físico. No caso do Espírito Santo, o crescimento do capital explica mais da metade do crescimento médio anual de 2,9% do PIB por trabalhador registrado entre 1970 e 2005, muito superior à média de 1,9% do País no período. Quando o modelo é *ampliado para incluir também o capital humano*, constata-se forte influência da escolaridade média da população adulta tanto sobre os níveis de produtividade do trabalho quanto sobre o crescimento desta. Para o Espírito Santo, o crescimento estimado da produtividade revelou-se especialmente elevado; e a produtividade foi fundamental para o crescimento do PIB estadual no longo prazo coberto pela análise. O complemento ficou por conta da acumulação de capital.

Finalmente, destaca-se desse estudo que o caminho para o crescimento de

7 BONELLI, R e LEVY, P. Determinantes do crescimento econômico do Espírito Santo: uma análise de longo prazo. In: **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória: IJSN, 2010, pp 67-94.

longo prazo no Estado passou pela acumulação de capital humano, o qual, por sua vez, traz como benefício o aumento da produtividade. As implicações para o crescimento futuro são, nesse sentido, claras: o investimento na acumulação de capital humano deve merecer tanta atenção dos gestores de políticas públicas quanto a acumulação de capital físico. Além de suas implicações para o crescimento de longo prazo, a educação se reflete também no desempenho do mercado de trabalho, como será comentado mais adiante.

Parte da alta produtividade da economia capixaba pode ser explicada por sua inserção externa: o coeficiente de abertura capixaba é o maior entre os Estados brasileiros — e ainda cresceu, entre 2000 e 2008, de 48% para 54%<sup>8</sup>. A inserção externa contribui para elevar a produtividade numa economia na medida em que as firmas que ali produzem são competidoras, diretas ou indiretas em uma arena global. Precisam, portanto, de um constante aumento de eficiência para continuarem atuando nesse mercado com um número muito maior de competidores e um maior grau de exigência — cumprimento de contratos, preço, qualidade, escala e conformidade — do que o observado em mercados locais.

A participação do Estado nas exportações brasileiras chegou a 5,1%, em 2008, após apresentar crescimento médio anual de 25,4% (2002-08), taxa superior à do País. O Estado manteve a mesma posição relativa nos anos de 2002 e 2008, de sétima principal unidade exportadora da Federação, com exportações concentradas em cinco *commodities* (minério de ferro aglomerado; produtos semimanufaturados de ferro e aço; pasta química de madeira; café torrado em grão; e granitos). No conjunto, esse grupo representou 87% do total exportado pelo Estado em 2008.

Além de serem importantes os esforços de diversificação da produção para exportação, o Estado pode explorar ainda mais sua infraestrutura portuária para gerar novas atividades associadas ao comércio exterior. O Espírito Santo tem demonstrado possuir vocação para o comércio exterior, que se reflete, por exemplo, no número de empresas *trading* registradas. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) o Estado figura na 3ª posição nacional entre os que mais concentram *trading companies* e firmas comerciais exportadoras<sup>9</sup>. É possível pensar ainda em agregar mais valor à atividade econômica à medida que o Espírito Santo consolide sua posição de distribuição de produtos nas cadeias produtivas.

8 PEREIRA, L.V. e MACIEL, D. O comércio exterior do estado do Espírito Santo. In: **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória: IJSN, 2010. Para um estudo que chega a um resultado semelhante a partir de metodologia distinta, ver MAGALHÃES, M.A.; TOSCANO, V.N. Estimativas de grau de abertura para a economia do Espírito Santo. *Nota Técnica n.08*, IJSN, dez.2009, 19p.

9 As *trading companies* são empresas maiores e as comerciais exportadoras tendem a ter porte de pequena e média empresa.

O desempenho da agropecuária também foi fundamental para o desenvolvimento estadual nos últimos oito anos<sup>10</sup>. A evolução de longo prazo do setor foi muito calcada na cultura do café e só a partir dos anos 70 desenvolveu-se a fruticultura. A agricultura capixaba é um caso particular no contexto brasileiro do ponto de vista de sua estrutura fundiária, e pode ser caracterizada pela predominância de pequenos e médios estabelecimentos rurais, explorados basicamente por seus proprietários. A participação de membros da família entre as pessoas ocupadas situa-se na média entre os estados das regiões Sul e Sudeste, embora tenha registrado forte crescimento nos últimos 20 anos.

A expansão da agropecuária do Estado foi marcada também pela diversificação, não apenas da produção, como também de sua localização, concentrada, até a década de 1970, nas terras mais altas, com clima mais adequado, onde imperava o café arábica. A partir daí, começa a aumentar a produção agrícola nas terras mais baixas e quentes, com o desenvolvimento da cafeicultura e da fruticultura, principalmente do mamão papaia, seguido mais atrás pelo maracujá.

Um dos principais fatores a contribuir para o recente desenvolvimento da agropecuária do Estado foi o esforço de pesquisa e assistência técnica, que desenvolveu novos cultivares (inclusive o do café conilon, que é um cultivar do café robusta) e avançou nas tecnologias de plantio, cultivo e manejo da fruticultura. Evidencia-se, assim, a importância da inovação tecnológica para o desenvolvimento da atividade agrícola no Espírito Santo.

Contudo, outras ações também contribuíram para o crescimento da agropecuária. Uma delas foi a expansão do crédito rural, aí incluídos os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) apesar de o Espírito Santo não ter tido uma variação tão grande no volume de crédito quanto a de outros Estados das regiões Sul e Sudeste. Foram importantes também os investimentos realizados em infraestrutura, quase todos no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba (Pedeag).

Junto com o fortalecimento do setor agropecuário, a tendência à industrialização no Estado persiste. A conclusão é possível mediante evidências da forte expansão dos investimentos anunciados para o Espírito Santo desde meados da década. Em 2009, ainda sob efeitos da crise financeira internacional, foram contabilizados mais de R\$ 62 bilhões de investimentos previstos para cinco anos à frente. Deste montante, os 20 maiores projetos respondem por R\$ 37 bilhões ou 59% do total de investimentos<sup>11</sup>. Continua, portanto, a tendência do desenvolvimento catapultado por “grandes projetos”. Por isso, a importância de se entender e avaliar os impactos trazidos por aqueles instalados a partir dos anos sessenta, até o início dos anos 80. Na infraestrutura, as décadas de

10 NONNENBERG, M e REZENDE, G. Desenvolvimento da Agropecuária do Espírito Santo. In: **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória: IJSN, 2010, pp 139-164.

11 TAVEIRA, A.M.A.; MARÇAL, C.P.; MAGALHÃES, M.A.; BRITTO, R.A.C.; TOSCANO, V.N. *Investimentos Previstos para o Espírito Santo: 2009-2014*, IJSN, jul.2010, 67p.

70 e 80 foram também marcadas pela realização de grandes investimentos estatais nos setores de portos, telecomunicações e de transportes.

Como seria de se esperar, esses grandes projetos tiveram forte impacto sobre a estrutura produtiva estadual, contribuindo para gerar uma especialização produtiva do estado em *commodities* industriais, de produção em larga escala e intensiva em recursos naturais<sup>12</sup>. Assim, o Espírito Santo transitou, em menos de 20 anos, de uma economia primário-exportadora, fundada na monocultura cafeeira, para uma economia industrial já nos anos oitenta. No início dos anos 2000, o setor de petróleo começou a atrair altos volumes de investimento e gerar novas oportunidades de negócios, inaugurando uma tendência que continua até o presente e se projeta para o futuro.

Mas, claramente, ninguém espera que os grandes projetos sejam a única ferramenta de desenvolvimento do Estado. A questão sob análise é mais sutil: quais são seus impactos nas firmas locais (fornecedoras ou compradoras) e na produção de externalidades tecnológicas e pecuniárias para essas firmas? As autoridades estaduais e os analistas têm a preocupação de entender que tipo de impactos setoriais se pode esperar desse tipo de investimento, de que fatores esses efeitos dependem e quais as políticas públicas adequadas para maximizar os impactos positivos.

Nesse particular, a expansão da última década difere da dos anos setenta, por várias razões. Em primeiro lugar, porque existem projetos de investimentos importantes em outros setores da economia e que representam encadeamentos dos grandes projetos de investimentos. Em segundo, porque o crescimento da renda per capita do Estado atraiu investimentos em setores ligados ao consumo da população, e já é possível observar projetos em outras atividades com vantagens comparativas e cuja contribuição para o volume de faturamento setorial (como mármore e granito; confecções; e alimentos) é significativa. Em terceiro, existem investimentos em setores de maior sofisticação do complexo metalmeccânico. Além disso, como parte de um ambiente de negócios aperfeiçoado, os setores privado e público capixaba têm se organizado para melhorar e aprofundar os encadeamentos e benefícios dos grandes projetos de investimentos, por meio de programas de certificação e de desenvolvimento de fornecedores locais.

No passado, houve desenvolvimento de indústrias associadas aos grandes projetos, inclusive a indústria de equipamentos mecânicos, mas esse desenvolvimento não parece ter sido suficiente para gerar um movimento de expansão autônomo em relação aos impulsos iniciais derivados dos grandes projetos. A vantagem do movimento atual tem a ver com o fato de que o Estado encontra-se em situação diferente da dos anos setenta e oitenta em termos de desenvolvimento médio,

<sup>12</sup> IGLESIAS, R. Análise dos grandes projetos de investimento no Espírito Santo. In: **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória: IJSN, 2010, pp 165-218.

tanto em termos tecnológicos quanto de capacidades produtivas. Outro aspecto positivo é que existem novos investimentos de fora do Estado, nacionais e internacionais, que chegam para atuar em setores associados e em setores industriais tradicionais. Mas de todos os setores com potencial, poucos se igualam ao de petróleo.

A cadeia produtiva do setor de petróleo e gás representa uma das áreas mais promissoras para o crescimento da atividade econômica estadual no médio prazo, a exemplo do que vem ocorrendo desde o começo da atual década.

O desenvolvimento do setor de Petróleo e Gás Natural no Espírito Santo ganhou impulso a partir das transformações nacionais ocorridas entre dois períodos históricos distintos<sup>13</sup>. No primeiro, o setor era controlado pela Petrobras, que detinha o monopólio da exploração, produção e refino, transporte marítimo e dutoviário da *commodity*, de seus derivados e do gás natural no Brasil. O segundo período inicia-se com uma nova fase institucional para o setor a partir da aprovação, em 1995, da Emenda Constitucional nº 5, que alterou a Constituição Federal brasileira, flexibilizou o monopólio da Petrobras e permitiu a atuação de empresas privadas em todos os elos da indústria do petróleo. Esse processo de reestruturação setorial permitiu a desregulamentação dos preços, a eliminação das barreiras legais à participação de empresas privadas no setor e a criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O modelo regulatório instituído em 1998 alcançou os resultados esperados: atração de novos investimentos, maior participação dos entes federativos sobre as receitas geradas pelas atividades do setor e o fortalecimento da Petrobras.

A nova regulação iniciou uma fase auspiciosa para o Brasil, para a Petrobras e para o setor petrolífero brasileiro. A partir daí, esse setor aumentou substancialmente sua participação na economia, crescendo sempre acima da média dos outros setores. A produção brasileira total de petróleo e gás natural mais do que dobrou em 12 anos, saltando de 1,24 milhão de barris equivalentes de petróleo/dia (bep/d) em 1998 para 2,5 milhões de bep/d em 2009. Com as mudanças na regulamentação, os pagamentos de *royalties* e participações especiais sobre a atividade de exploração e produção também cresceram significativamente. Esta transformação no setor petrolífero resultou em um grande crescimento da participação do Governo nas receitas do setor e o Espírito Santo é um dos Estados que mais se beneficiou com a expansão desta atividade no País. Entre 1999 e 2009, o Estado e os municípios capixabas arremataram cerca de 4% das receitas de *royalties* e participações especiais distribuídas entre Estados e municípios, ou seja, cerca de R\$ 2,3 bilhões.

Estima-se que o Estado passe de uma produção de petróleo de 100 mil b/d em 2009 para 500 mil b/d em 2013, e de uma produção de gás de 2,95 milhões

<sup>13</sup> PIREZ, A. A indústria do petróleo e o caso do Espírito Santo. In: **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória: IJSN, 2010, 219-242.



de m<sup>3</sup>/dia em 2009 para 20 milhões de m<sup>3</sup>/dia ainda em 2010. Embora a produção de petróleo e gás tenha sido reduzida em 2009 em função da crise mundial, ainda assim, o Estado representou 5,1% da produção nacional de petróleo e gás. Em 2010, essa participação passou para 9,3%. Em relação às reservas provadas de petróleo, a participação é ainda maior: 11% do total do Brasil, com crescimento médio de 96% ao ano a partir de 2000. Já as reservas provadas de gás no Espírito Santo corresponderam a 13% das brasileiras em 2009.

Mas existe ainda o potencial vindo do pré-sal. Embora apenas 7% da área total do pré-sal estejam localizados no mar capixaba, estima-se que as reservas de petróleo e gás possam chegar a 12 bilhões de bep, dos quais 65% correspondem a áreas ainda não licitadas. Com a definição do novo marco regulatório do pré-sal, outras empresas poderão participar das novas licitações para a produção e exploração de hidrocarbonetos nas novas áreas.

São muito grandes, portanto, as oportunidades para o desenvolvimento da Indústria do Petróleo e Gás Natural (IPGN) no Espírito Santo<sup>14</sup>. Ainda que as mudanças no regime regulamentar para o pré-sal apontem para uma mudança na articulação empresarial da IPGN, os cenários para a sua expansão seguem sendo fortemente determinados pelo comportamento do preço do petróleo. Com a mudança desse preço para patamar significativamente superior ao vigente no final do século passado, as bacias sedimentares da plataforma continental brasileira tornaram-se muito atrativas para as empresas petrolíferas.

Em 2025, a produção de petróleo capixaba deverá se situar entre o patamar mínimo de 0,98 milhão e o máximo de 1,3 milhão b/d, a depender do comportamento do preço do barril de petróleo na próxima década. Os recursos petrolíferos estaduais permitem sustentar essa produção nos próximos 30 anos, sem dificuldades.

O fluxo de compensações financeiras decorrentes da produção petrolífera estadual dependerá largamente da nova legislação que surgirá no Congresso para o pré-sal. No entanto, qualquer que seja ela, a produção crescente de petróleo gerará um fluxo anual também crescente de compensações financeiras para o Estado, alcançando US\$ 1 bilhão como patamar mínimo em 2025. Essa receita oferece amplo espaço para a adoção de políticas que permitam ao Espírito Santo fomentar o desenvolvimento de novas atividades produtivas, inclusive aquelas a montante e a jusante da cadeia produtiva do petróleo, evitando que a sociedade local seja contaminada pela maldição do petróleo<sup>15</sup>.

A jusante, a disponibilidade de grandes volumes de gás natural com baixo custo de oportunidade permite que o Estado desenvolva a produção de ferti-

<sup>14</sup> OLIVEIRA, A. Petróleo e desenvolvimento: oportunidades e desafios para o Espírito Santo. In: **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória: IJSN, 2010, pp 243-268.

<sup>15</sup> Em muitos países exportadores de petróleo, sua produção induz esquemas de corrupção e lutas regionais que destroem a compactação social. Esse processo é identificado na literatura como a maldição do petróleo (OLIVEIRA, 2010 APUD LEDERMAN; MALONEY, 2007).

lizantes e, sobretudo, a geração termelétrica, que trará como benefício garantir a confiabilidade do suprimento elétrico em toda a região Sudeste do País. A âncora elétrica permitirá acelerar a difusão do uso do gás natural na economia capixaba.

A montante, a mudança na escala produtiva da IPGN permitirá ao Brasil criar um polo supridor de bens e serviços para a indústria do petróleo de todo o Atlântico Sul. O Espírito Santo reúne condições para participar de forma ativa do desenvolvimento desse polo, com a adoção de políticas indutoras do desenvolvimento da oferta de bens e serviços.

Por fim, tornam-se estratégicos a criação e o fortalecimento de Programas de Desenvolvimento de Fornecedores para a IPGN pelo Governo do Estado. Porém, é fundamental para o sucesso do esforço de atração de empresas para o Espírito Santo que sejam aprofundadas as políticas que permitam o uso otimizado de toda a infraestrutura de ensino técnico, já estabelecida nas mais diversas áreas do Estado, para formar a mão de obra necessária e também para aumentar a capacidade de apoio à inovação de seu sistema universitário.

Por outro lado, dada a natureza exaurível dos recursos e das rendas petrolíferas, como melhor empregá-los torna-se um problema especialmente relevante para o gestor público. O mau uso dos recursos advindos da exploração de recursos naturais ou, no limite, a manifestação da “maldição dos recursos naturais,” é um problema que tem sido recorrentemente observado em diversas economias quando da exploração de recursos valiosos e abundantes.

Apesar de não haver um diagnóstico consensual dos motivos que levam sociedades a utilizar de forma destrutiva um presente da natureza, há inúmeras experiências e indicações de como o Estado deve se organizar para que a riqueza não seja totalmente dissipada ou não tenha um impacto destrutivo sobre a economia. Em particular, é preciso garantir que a riqueza exaurível possa beneficiar também as gerações futuras, o que restringe sua utilização para gastos correntes além dos rendimentos obtidos com base em taxas de retorno de prazo muito longo. Um dos elementos mais importantes da convivência do Estado com receitas petrolíferas abundantes, em particular, é o da existência de mecanismos que facilitem o controle social do recurso. O mais importante deles é a transparência no uso do recurso petrolífero.

Com essa perspectiva, a exploração da teoria econômica sugere um roteiro de ações que deveriam ser seguidas pelo Estado do Espírito Santo para que utilize da melhor forma possível os recursos provenientes da receita petrolífera<sup>16</sup>. Evidentemente, a adaptação dessas diretrizes a medidas práticas e efetivas de política econômica, bem como a construção de instituições, dependerá do engenho e

<sup>16</sup> PESSOA, S. O uso da renda petrolífera pelo estado do Espírito Santo. In: **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória: IJSN, 2010, pp 269-292.

arte dos gestores públicos locais, assim como da capacidade do governo em envolver o legislativo e a sociedade nesse debate.

Dois são os princípios teóricos básicos. Primeiro, a renda petrolífera constitui uma riqueza e como tal deve ser tratada. Os mesmos cuidados que o Executivo tem ao decidir elevar o endividamento do setor público para custear um investimento deve ter ao decidir empregar a renda petrolífera em um programa específico. Em particular, é preciso reconhecer a diferença que há entre a renda petrolífera permanente e a renda petrolífera transitória. Esta última é a diferença entre a renda permanente e a renda petrolífera corrente, ou aquela percebida como a arrecadação de receitas governamentais advindas da exploração do petróleo. A renda permanente, por sua vez, representa a remuneração anual associada à riqueza petrolífera. A diferença entre a renda permanente e a corrente, que é a renda transitória, deve ser acumulada em um fundo de “poupança” de longo prazo, cuja rentabilidade tem de ser igual, pelo menos, ao custo de rolagem da dívida pública do Estado.

Assim, a renda permanente deve ser tratada como uma renda qualquer do setor público, e pode ser aplicada em custeio e consumo do governo. Mas os recursos constituintes do fundo ou “poupança” de longo prazo proveniente do petróleo deveriam ser transferidos ao Tesouro Estadual somente para financiar investimentos cuja rentabilidade para o Estado seja superior ao custo de captação do setor público.

Segundo, há fortes evidências na literatura que rendas oriundas de recursos naturais não são bem empregadas. Apesar de não haver um diagnóstico consensual da maldição dos recursos naturais, há o entendimento que a transparência constitui o instrumento mais poderoso para combater essas *consequências* indesejadas da abundância de recursos naturais. Por isso, torna-se imprescindível criar mecanismos e instituições que elevem o controle social sobre a renda petrolífera.

Como no exemplo dos usos da renda do petróleo, a qualidade das instituições constitui aspecto fundamental para o crescimento econômico. Ao longo dos anos, a literatura econômica com foco no crescimento deslocou parte do seu interesse da abordagem tradicional, que privilegia o estudo da acumulação de fatores de produção e da inovação tecnológica, para a análise das instituições como causas fundamentais do crescimento econômico de longo prazo. Em particular, a experiência do Espírito Santo na última década, com as melhorias institucionais e do ambiente de negócios, atesta que boas instituições são uma das bases para o crescimento.

Além de buscar corrigir falhas de mercado, associadas a economias de escala ou assimetrias de informação, por exemplo, a regulação pode ser considerada uma instituição relacionada aos direitos de propriedade, na medida em que a natureza dos investimentos em infraestrutura cria incentivos para que, uma vez realizados, os governos expropriem as empresas pela imposição de novas metas ou aumento de custos.

Por esse motivo, torna-se necessário que os governos se comprometam de forma crível a não fazê-lo. Usualmente, tal comprometimento é conseguido pela delegação da regulação para agências independentes. Não por acaso, existem muitas evidências empíricas de que a boa governança regulatória, especialmente a presença de um regulador independente, é primordial para o bom desempenho dos mercados regulados<sup>17</sup>.

No Brasil, em boa parte dos setores, a esfera de regulação é federal. No entanto, em alguns setores, a função regulatória é estadual (e mesmo municipal). Sendo assim, a adoção de boas práticas regulatórias passa a ser mais uma ferramenta disponível aos governantes de entes federativos subnacionais na busca do desenvolvimento econômico e da redução da desigualdade de renda.

Nos últimos oito anos, houve investimento no Estado na criação de agências reguladoras nos setores de saneamento, distribuição de gás canalizado, e o aperfeiçoamento do modelo de compensações já desenvolvido para o setor de transporte urbano. Nesse quesito, as iniciativas foram positivamente avaliadas, havendo espaços muito específicos para melhorias nos modelos regulatórios adotados. Assim, por exemplo, no que toca à política de universalização, a sugestão é reavaliar a focalização dos mecanismos de subsídios cruzados e, principalmente no caso do saneamento, avaliar a possibilidade de migração para um esquema de subsídios diretos financiado pelo orçamento do Governo estadual.

A economia política do gasto público é um tema relacionado ao anterior, pela interface com a ação do Estado na execução da ampla gama de funções que lhe compete. Considerado um paradigma de má administração fiscal entre os estados brasileiros ainda no início da década atual, o Governo do Estado do Espírito Santo passou recentemente a ser tratado como um dos mais equilibrados em termos fiscais<sup>18</sup>.

Passada uma fase inicial, em que o Estado antecipou *royalties*, ganhando fôlego para saldar despesas em atraso, a expansão foi viabilizada pelo substancial crescimento das receitas próprias, conjugado a uma faceta crucial da política adotada: a que impediu que os recursos adicionais se traduzissem inteiramente por expansão de despesas permanentes<sup>19</sup>.

Além das receitas próprias, outros elementos desempenharam papel favorável à ampliação dos serviços públicos no Espírito Santo. No caso da saúde, o crescimento das transferências federais, com a responsabilidade da gestão plena, assumida pelo

17 CANEDO, M. Regulação e governança regulatória no Espírito Santo: saneamento, distribuição de gás canalizado e transporte urbano. In: **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória: IJSN, 2010, pp 293-332.

18 GARSON, S. Gestão fiscal do estado do Espírito Santo 2002-2008: pavimentando o caminho para o crescimento da economia estadual. In: **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória: IJSN, 2010, pp 333-354.

19 OLIVEIRA, J.T. O ajuste fiscal do governo do estado do Espírito Santo no triênio 2003-2005. Secretaria de Fazenda do Estado do Espírito Santo (SEFAZ), manuscrito, 2006.



Estado em 2004, trouxe recursos adicionais para a área, que lhe permitiram chegar a 2008 com aumento de 120% no orçamento em relação a 2002. A coordenação das ações no território estadual e a ampliação do montante de recursos próprios, decorrente da exigência constitucional, permitiram racionalizar o atendimento e expandir serviços, como a distribuição de medicamentos.

Do lado da educação, a diminuição do número de matrículas, devido principalmente ao intenso processo de municipalização do ensino fundamental, evitou maiores pressões de demanda. De toda forma, o gasto direto com a rede estadual cresceu 32% entre 2002 e 2008 e a transferência líquida do Fundef/Fundeb a municípios foi multiplicada por 5,6 vezes. Embora os efeitos do aumento dos gastos em educação sobre os índices médios de escolaridade se manifestem com grande defasagem, é importante notar que a evolução do Estado neste aspecto tem sido favorável.

Os gastos com dívida pública, embora ainda absorvam quase 7% das despesas, perderam expressão, assim como se reduziu o quociente entre a Dívida Consolidada e a Receita Corrente Líquida (RCL). O Estado passou a registrar, em sua dívida consolidada, parcelas crescentes de compromissos com precatórios não pagos no tempo devido. A retomada desses pagamentos será determinada ao se concluir a aprovação da legislação em discussão no Congresso Nacional.

Um aspecto comum aos processos de ajuste fiscal estaduais é a limitação das transferências a municípios aos limites mínimos constitucionais, o que implica reduzir a importância do Estado, com perdas de eficiência pela falta de coordenação federativa. No caso do Espírito Santo, não apenas as transferências constitucionais cresceram, mas também as transferências voluntárias se expandiram substancialmente, particularmente para financiar investimentos.

No processo de ajuste fiscal, o Governo ampliou sua capacidade de investimento, além de gerar substancial *superávit*, aumentando suas disponibilidades financeiras. Ao lado disso, entre 2002 e 2008, os investimentos estaduais expandiram-se em 258%, enquanto o montante dos demais estados cresceu 40%, apenas. O direcionamento de investimentos à ampliação da infraestrutura econômica – transporte, saneamento, entre outros – tende a estimular o setor privado e promover o crescimento do PIB, o que concorre para a sustentabilidade ao processo de crescimento.

Em 2009, a queda na RCL estadual no Espírito Santo provocada pela crise internacional foi uma das mais intensas do País<sup>20</sup>. Se, na média do País, a queda foi de -1,9%, no Espírito Santo foi de -6,8%, somente superada pela variação observada no estado do Amazonas (-8,2%). Estima-se que o Estado tenha reduzido sua arrecadação em R\$ 453,2 milhões, ou metade do total investido no ano anterior à crise. Mesmo diante desse cenário adverso, o Poder Executivo registrou aumento de gastos

<sup>20</sup> IJSN. Finanças do estado do Espírito Santo: do Plano Real à crise de 2009. Vitória: IJSN, 2010.

com pessoal e, especialmente, com investimentos, estes últimos com aumento real de 13,2% comparativamente ao ano de 2008. Esses aumentos foram financiados pela reserva financeira de curto prazo, formada nos anos de expansão da receita. Em 2008, era a segunda maior do Brasil, tanto como proporção da RCL quanto em termos absolutos, de acordo com dados dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) dos Estados. Em 2009, mesmo depois de ser parcialmente utilizada, foi a terceira mais robusta do País em termos absolutos, atrás somente dos estados de São Paulo e Paraná. Como proporção da RCL, manteve-se como a segunda maior, com o indicador de 22,9%.

Uma das lições que se pode tirar dos acontecimentos de 2009 refere-se ao caráter permanente que deve ser dado ao chamado ajuste fiscal. O Estado realizou uma forte reestruturação de suas finanças durante cinco anos que, no entanto, não pode ser considerado como um trabalho encerrado. A crise financeira internacional de 2009 veio mostrar a importância de um ente público deter uma situação fiscal bem alicerçada, que lhe permita contrabalançar os efeitos da crise ou mesmo revertê-los. A formação de uma suficiência financeira que funcione como uma reserva para ser utilizada em épocas difíceis é uma política fiscal prudente que pode permitir inclusive que governos lancem mão de políticas anticíclicas de estímulo à demanda, como corte de impostos e aumento de gastos em investimentos, sem comprometer o equilíbrio intertemporal de suas contas.

Um aspecto crucial relacionado à evolução futura dos gastos públicos relaciona-se às despesas com o sistema de previdência, sendo de suma importância a análise de tendências para o fundo previdenciário complementar para o funcionalismo estadual e o exame da sensibilidade dos resultados às hipóteses para variáveis-chave do sistema por meio de exercícios de simulação.

A população do Espírito Santo, como ocorre com o restante do País, está envelhecendo em ritmo acelerado<sup>21</sup>. Nesse sentido, há três razões principais para justificar a necessidade de reformas. O grupo etário de 60 anos e mais, que em 1980 representava apenas 5,7% do total da população, em 2030 (daqui a vinte anos) terá mais do que duplicado em termos relativos, atingindo 13,8% do total da população. Esse cenário não reflete apenas um ganho social que é a extensão da vida dos idosos. Ocorrerá em um quadro no qual a população crescerá a um ritmo próximo de zero e com taxa de fecundidade inferior à necessária para manter a população constante. Isso significa que nos próximos 40 a 50 anos, os sistemas de previdência no Brasil tenderão a apresentar sérios problemas de financiamento.

O Brasil estruturou seus sistemas de previdência em regime de repartição, com benefício definido e a quase totalidade está sob controle e administração

<sup>21</sup> TAFNER, P. Considerações sobre o sistema previdenciário brasileiro, características desse sistema no estado do Espírito Santo e algumas projeções para o instituto de Previdência dos Servidores do estado do Espírito Santo (IPAJM). In: **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória: IJSN, 2010, pp 355-398.

do Estado. Além disso, parte considerável do aparato jurídico que define suas regras está constitucionalizado, o que significa que, diante de mudanças nas condições externas à previdência — por exemplo, as referidas mudanças demográficas —, as alterações que se fizerem necessárias para reequilibrar o sistema previdenciário demandarão muito tempo e difíceis negociações políticas para sua aprovação.

De maneira geral, dois fatores básicos foram responsáveis por persistentes desequilíbrios atuariais da previdência no Brasil e no mundo: a) um efeito demográfico — as pessoas passaram a ter uma sobrevivência pós-aposentadoria maior do que a prevista nos planos de benefícios; e b) um efeito mercado de trabalho — relacionado ao aumento do desemprego, ao aumento da informalidade e à maior inserção da população feminina nas atividades econômicas.

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM) dispõe de dois regimes de financiamento para seus segurados, sendo um deles destinado aos beneficiários existentes até abril de 2004 e estruturado em regime de repartição simples. O outro plano é destinado aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressaram no serviço público estadual a partir da nova legislação e aos seus respectivos dependentes e está estruturado em regime de constituição de Reservas de Capital. O Instituto apresentou ao órgão regulador do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) uma projeção atuarial de ambos os planos na qual os resultados consolidados indicam passivo atuarial de R\$ 8,329 bilhões.

Para testar a sensibilidade desses resultados a mudanças exógenas, foram elaborados dois exercícios a partir das bases de dados do IPAJM. Esses exercícios consistiram na estimação do passivo atuarial segundo duas alternativas de taxas de juros: com taxa de juros real de 4,5% ao ano, ao invés dos 6,0% utilizados na Projeção feita pelo IPAJM, e na aplicação de regra de fixação de valor do benefício de pensão em que o valor do benefício é de 60% para o/a cônjuge e 20% adicionais para cada filho menor até o limite de 100% do benefício. Este segundo exercício procura incorporar ao debate um aspecto do sistema de previdência social já em vigor na grande maioria dos países.

Os resultados indicaram que a adoção da taxa de juros mais modesta eleva o passivo para R\$ 24,620 bilhões, enquanto a aplicação da regra de pensão faz com que o passivo projetado seja reduzido para R\$ 5,250 bilhões. A aplicação conjunta de ambas as simulações eleva o passivo para R\$ 21,488 bilhões. A taxa de juros, como previsto, revelou-se variável-chave para determinação do passivo. Assim, quaisquer variações de seus patamares devem merecer cuidados especiais por parte dos gestores. Se persistir a melhoria dos fundamentos macroeconômicos do País no longo prazo, haverá uma natural tendência de redução das taxas de juros reais praticadas na economia brasileira, o que implica a necessidade de permanente vigilância sobre esse parâmetro atuarial.

A questão previdenciária tem óbvia interface com a do desempenho do mercado de trabalho, como mencionado acima. Nesse sentido, o exame das perspectivas desse mercado, bem como de seus determinantes, é de fundamental importância.

O desempenho do mercado de trabalho de uma determinada região tem elevada determinação sobre o nível de bem-estar dos indivíduos que vivem nessa mesma área, seja um país, um estado ou um município<sup>22</sup>. O comportamento do mercado de trabalho, por sua vez, é influenciado por diversos fatores, como a estrutura produtiva, o nível de atividade da economia, a qualificação dos trabalhadores, elementos relacionados às decisões de oferta de trabalho dos indivíduos e características da legislação trabalhista, por exemplo. Esses fatores são importantes para determinar o bem-estar dos indivíduos por meio dos rendimentos recebidos no mercado de trabalho, das taxas de desemprego e de participação, e do grau de informalidade, os quais têm implicações diretas sobre a arrecadação do Governo e sobre a evolução da produtividade das empresas.

É sabido que os instrumentos de políticas públicas que podem ser adotados para influenciar o desempenho do mercado de trabalho e melhorar a sua eficiência podem variar espacialmente, dependendo da unidade de análise. Alguns dos determinantes do comportamento do mercado de trabalho podem ser diferentes entre áreas geográficas de um mesmo país, como a qualificação dos trabalhadores. Já outros fatores, como a legislação trabalhista, são praticamente iguais entre áreas geográficas de um mesmo país — embora o impacto das leis trabalhistas sobre o mercado de trabalho possa ser diferente, dependendo das condições de cada localidade. Assim, por exemplo, enquanto a formulação e execução de políticas educacionais estão ao alcance de governos estaduais e municipais, o mesmo não pode ser dito sobre reformas mais amplas na legislação trabalhista.

Os indicadores de desempenho do mercado de trabalho no Espírito Santo melhoraram num ritmo mais acelerado do que no restante do País. No início da década de 90, o Espírito Santo apresentava rendimentos menores, taxa de desemprego maior e proporção mais elevada de trabalhadores informais do que a média das Unidades da Federação brasileiras. O desempenho ao longo do tempo permitiu que o Espírito Santo em 2008 se igualasse à média nacional em alguns indicadores e passasse a apresentar uma posição mais destacada em outros. Os melhores resultados durante o período de 2003 até 2008 foram verificados para a taxa de desemprego, com redução de 3,1 pontos percentuais ante 2,3 pontos percentuais no Brasil; para os rendimentos do trabalho, que aumentaram 22% no Estado simultaneamente ao aumento médio de 17% no País; e para a proporção de trabalhadores informais, que diminuiu

<sup>22</sup> REIS, M.C. O mercado de trabalho no Espírito Santo: uma análise do período 1992-2008. In: **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória: IJSN, 2010, 399-422.

5,4 pontos percentuais no Espírito Santo, neste caso, com variação similar à média brasileira.

Adicionalmente, o nível educacional dos trabalhadores, medido pela escolaridade média da força de trabalho em cada estado, tem papel fundamental no desempenho do mercado de trabalho do Espírito Santo. De acordo com algumas simulações realizadas, os indicadores do Estado seriam bem melhores se o nível de educação de sua força de trabalho fosse mais elevado. Isso indica que o foco na expansão da educação perseguido pelas administrações estaduais e municipais deve ser reforçado. Deve-se enfatizar, a propósito, que entre 1992 e 2008 a educação média no Espírito Santo aumentou relativamente mais do que no restante do País: foram adicionados 2,55 anos de escolaridade no Estado contra 2,33 na média brasileira. Em outras palavras: se a evolução da educação no Estado tivesse acompanhado a média nacional, o Espírito Santo não teria apresentado os avanços observados no mercado de trabalho na magnitude em que o fez.

Os resultados apresentados ressaltam, portanto, a importância de investimentos no sistema educacional como instrumento para melhorar o desempenho do mercado de trabalho no Estado — assim como ocorre no total do País. Mas, se reformas da legislação trabalhista não estão ao alcance dos governos estaduais, o nível educacional da população pode ser influenciado por políticas públicas adotadas por entidades subnacionais. Os benefícios esperados dessas políticas são rendimentos mais elevados para os trabalhadores, uma taxa de desemprego mais baixa, maior participação da força de trabalho e uma menor proporção de trabalhadores informais entre os indivíduos ocupados.

É importante lembrar, no entanto, que alterações na média de escolaridade de um estado ocorrem de maneira bastante lenta. Com investimentos em educação, a qualificação dos trabalhadores que entram no mercado de trabalho a cada ano aumenta. Mas, para a maior parte dos indivíduos, não há alteração no nível de escolaridade — embora sua experiência aumente com o tempo. A escolaridade média também pode aumentar se o nível educacional dos trabalhadores provenientes de outros estados for maior do que o dos nativos, mas esse fluxo de entrada geralmente é pequeno em relação ao total da força de trabalho. Portanto, embora as políticas educacionais sejam importantes para determinar o desempenho do mercado de trabalho, seus resultados não são imediatos.

Por fim, a síntese dos objetivos a que se destinam os processos, as instituições e as políticas aqui analisados — é o da redução da pobreza em âmbito estadual. Ao longo das duas últimas décadas o Espírito Santo pôde reduzir a pobreza de forma muito acelerada. Em particular, o progresso alcançado pelo Estado em termos da redução da pobreza nesse período foi duas vezes mais acelerado do que a taxa proposta pelo 1º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, e quatro vezes mais acelerado do que a taxa proposta para a redução na extrema pobreza.

Além de se destacar pela magnitude mais acentuada na redução da

pobreza e da desigualdade no contexto nacional, também se destaca por ter sido, ao longo do quinquênio 2003-2008, o único Estado brasileiro onde a redução na pobreza foi acompanhada por uma substancial e concomitante redução na desigualdade. A porcentagem de pobres foi reduzida em 48%; a de extremamente pobres, em 54%; e a desigualdade de renda medida pelo coeficiente de Gini, em 7%. Nesse quinquênio, ao contrário dos demais, o declínio na desigualdade ocorrido no Espírito Santo foi responsável por cerca da metade da queda na pobreza<sup>23</sup>.

Mas, apesar do progresso em termos da redução nos graus de pobreza e desigualdade, seus níveis ainda continuam elevados. Para alcançar uma meta ousada de reduzir novamente a pobreza do Estado à metade (para 7,6%) seria necessário um crescimento da renda domiciliar *per capita*, com equidade, de 3,5% ao ano, e um declínio no grau de desigualdade de 1,5% ao ano. Essas taxas correspondem a um desempenho muito similar ao alcançado ao longo do último quinquênio.

Existe uma infinidade de combinações de fatores que poderiam levar ao alcance dessas metas. Mas, como exemplo, para que essas metas sejam alcançadas, bastaria que quatro condições fossem satisfeitas. Do ponto de vista demográfico, seria suficiente que, dentre as famílias pobres, a porcentagem de adultos continuasse a crescer 1% ao ano. No que se refere às transferências públicas, bastaria que seu valor real continuasse a crescer a 10% ao ano (as transferências públicas cresceram 12% ao ano na última década). Dadas essas transformações, seria adicionalmente necessário, pelo lado produtivo, que a qualidade dos postos de trabalho melhorasse de forma a atingir, em cinco anos, a qualidade vigente atualmente no estado de Santa Catarina, e que a escolaridade da força de trabalho aumentasse em 1 ano ao longo do quinquênio.

Essas são metas relativamente mais desafiadoras, que requerem um progresso mais acentuado do que o observado no Estado ao longo das últimas duas décadas. Por exemplo, a tendência histórica é de aumento na escolaridade da força de trabalho capixaba de 0,75 ano de estudo por quinquênio. Portanto, para que a meta de um ano adicional seja alcançada, seria necessário acelerar a expansão educacional em cerca de 30%. Assegurar, portanto, o progresso observado no último quinquênio torna-se fundamental.

Mas, como a natureza da pobreza encontra-se em permanente transformação, o fato de que as políticas atuais têm sido comprovadamente efetivas no combate à pobreza não implica que o sucesso no futuro possa ser alcançado com a continuidade dessas mesmas políticas. Para que seja possível reduzir de forma continuada a pobreza, é necessário que o leque de políticas públicas se adapte às mudanças no ambiente socioeconômico e na natureza da pobreza.

<sup>23</sup> BARROS, R.P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R.; ROSALÉM, A. *Pobreza no Espírito Santo*. In: *Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social*. Vitória: IJSN, 2010, pp 423-463.



Embora as evidências recentes registrem níveis ainda indesejáveis de pobreza e desigualdade no Espírito Santo, elas também apontam para a alta efetividade da política social no combate a estas carências. Essas políticas combinam melhorias na produtividade e remuneração dos trabalhadores mais pobres (redução estrutural da pobreza e desigualdade) com a construção e expansão de uma rede de proteção social bem focalizada (alívio imediato à pobreza extrema).

Na medida em que essa política social se adapte às mudanças na natureza da pobreza e da desigualdade, que inevitavelmente acompanham o processo de desenvolvimento e, desta forma, mantenha sua efetividade, estima-se que entre 10 e 15 anos o Estado terá eliminado o descompasso entre desenvolvimento econômico e social que tem marcado sua história, assim como da vasta maioria dos estados brasileiros. Apesar dos ainda elevados níveis de pobreza e de desigualdade, mantido o acelerado passo com que o Estado vem progredindo, em menos de 15 anos ele alcançará níveis compatíveis com seu grau de desenvolvimento econômico.

Como se pôde notar no artigo acima, são muitas vitórias e também enormes desafios, todos motivados por questões herdadas de anos e anos de desgovernos, marcas históricas da constituição nacional e estadual e também questões colocadas por um presente dinâmico e desafiante em função de seus paradigmas socioeconômicos e produtivos.

A seguir, confira o que foi feito nos últimos anos para enfrentar os desafios do presente, incluindo aqueles frontalmente ligados à desorganização do passado recente, e também para fundamentar uma nova história capixaba, com oportunidade para todos, num Estado sustentável. Trata-se de realizações que deram aos capixabas novas perspectivas para o futuro das atuais e futuras gerações.





**Parque Estadual Pedra Azul** Domingos Martins

FOTO: DAVID PROTTI



NOVA FRONTEIRA,  
NOVOS HORIZONTES

*Cap. III*



## Cap. III Nova Fronteira, Novos Horizontes

» Pela dimensão dos desafios que havia pela frente em 2003, os capixabas miravam pouco mais que impossibilidades ou gigantescas dificuldades no horizonte em que se colocava a moralização da gestão pública como fator de desenvolvimento socioeconômico.

Buscou-se o que, à primeira vista, numa situação de verdadeiro desgoverno e caos político-administrativo, parecia impossível, mas que se colocava extremamente necessário e impositivo para a volta à normalidade da vida capixaba.

A inspiração da urgência, a pauta da emergência, a imposição da superação, a certeza da conquista, e a consciência do merecimento de uma realidade justa e digna nas terras capixabas deram impulso e energia à caminhada de travessia – do desafiante percurso entre o lodaçal do desgoverno até a terra firme da confiabilidade e estabilidade político-administrativa de base republicana e democrática.

A caminhada levou o Estado a uma nova era, incluindo algumas conquistas imprevistas em função da dramática realidade que se vivia até 2003, ratificando o pensamento de Weber: “É exato dizer que não se teria atingido o possível se não se houvesse tentado o impossível.”

Max Weber, sagaz e basilar pensador da sociologia moderna, traduz, de forma clara e concisa, o valor do exercício da superação na constituição da história, da importância dos objetivos e da ação no contexto socioeconômico e político.

A seguir são relatadas algumas das principais realizações dos diversos setores do Governo do Estado, apresentadas na perspectiva da prestação de contas à população.

Registre-se que as atividades de setores como Vice-Governadoria, Casa Civil, Casa Militar, Chefia de Gabinete do Governador e Secretaria de Governo, que fundamentam, com imprescindíveis contribuições cotidianas, as ações das demais secretarias e órgãos governamentais, não constam em detalhes neste relatório. As suas contribuições devem ser vistas, em alguma medida e nas correlações devidas, em cada uma das ações aqui descritas.

De toda sorte, falar de tudo o que se realizou é uma tarefa impossível. A ideia é compartilhar com todos os capixabas alguns dos fatos mais marcantes que mudaram o dia a dia no Estado. É tornar comum o que individualmente todos veem na sua rua, no seu bairro, no seu município, na sua região.

Evidentemente que há muito a se fazer, mas contabilizar as conquistas tem o positivo efeito de fortalecer para a luta pela transformação, além de corroborar a crença no fato de que é possível mudar para melhor.

Fechar os olhos às vitórias é render-se ao pessimismo ou mesmo somar à hipo-

crisia do quanto pior melhor, contribuindo para que a boa política seja enterrada cotidianamente – justamente a política, criação dos gregos para a construção da justiça social e da cidadania entre os homens.

Das possibilidades que se deseja serem transformadas em realidade, são incontáveis as conquistas desses últimos anos de trabalho coletivo de homens e mulheres de bem do Espírito Santo. Um trabalho que mudou o presente e trouxe novas perspectivas para as terras capixabas. Confira.

### 3.1 Educação

» Em nenhuma outra área do Governo o percurso dos últimos anos acumulou tantas conquistas. Evidência da prioridade número um para a educação, vista como o fundamento da construção de uma realidade com oportunidades para todos.

A maior rede de ensino do Espírito Santo é vinculada ao Governo do Estado, que atribui à Secretaria da Educação (Sedu) a responsabilidade por sua administração e pela promoção de políticas públicas que garantam à população acesso a um ensino público de excelência. E os investimentos fazem com que esse objetivo seja nobre e fundamental.

#### 3.1.1 Investimentos

» No período entre 2003 e 2010, o acumulado de investimentos do Governo do Estado do Espírito Santo na educação pública estadual somará mais de R\$ 7,5 bilhões. Estima-se que, até o fim de 2010, o investimento apresente ampliação de 135% em relação a 2003. As aplicações por aluno, entre 2003 e 2009, tiveram elevação na ordem de 181%.

» **A construção de unidades com novo padrão de qualidade, como a Escola Renato Pacheco, em Vitória, integra o conjunto de investimentos em Educação**



EM JANEIRO DE 2003, A DÍVIDA DA SEDU COM FORNECEDORES, PRESTADORES DE SERVIÇO E SALÁRIOS DO MAGISTÉRIO, ATRASADOS HAVIA MAIS DE DOIS MESES, SOMAVA R\$ 85 MILHÕES. AS ESCOLAS TAMBÉM NÃO TINHAM CONSERVAÇÃO ADEQUADA

O trabalho na área da educação também foi estruturado em parcerias com os municípios. Tamanho investimento traduz a prioridade que se dá à educação, mas também evidencia a dimensão dos desafios enfrentados a partir de 2003. Confira, a seguir, o detalhamento dessa caminhada, do enfrentamento dos desafios e da conquista de resultados inéditos e históricos.

### 3.1.2 Passos da reconstrução

» Em 2003 foram identificados problemas urgentes a serem solucionados, especialmente em relação à infraestrutura das instituições de ensino, à falta de estímulo dos professores e, conseqüentemente, ao desempenho dos alunos.

A dívida da Sedu com fornecedores, prestadores de serviço e com os salários do magistério, atrasados havia mais de dois meses, somava R\$ 85 milhões. A rede física das escolas também não apresentava conservação adequada para atender à demanda satisfatoriamente.

As greves ocorridas nos anos anteriores atrasaram e desorganizaram o calendário escolar. Para se ter uma ideia, o início do ano letivo em uma só escola chegou a ser marcado para sete datas diferentes, conforme a série que o aluno iria cursar. Outra questão problemática envolvia os serviços de suporte à educação, como alimentação e transporte.

#### *Mudanças na legislação*

» A partir de 2003, foram promovidas modificações na legislação que define as atividades da Sedu. A abordagem de temas como gestão escolar, currículo e capacitação do corpo de profissionais pela equipe técnica configurou outras ações de destaque realizadas logo no primeiro ano da nova administração.

No ano de 2005 foi identificada a necessidade de tornar a atuação da Sedu mais focada e de dar mais visibilidade e autonomia às ações de esporte e lazer. Por isso, foi criada a Secretaria de Estado de Esportes e Lazer (Sesport). Para distribuir de forma mais adequada as funções e atribuições de cada área que envolve a administração estadual, o Governo realizou, em 2007, mudanças que deram à Sedu características gerenciais mais modernas e voltadas mais diretamente aos serviços oferecidos à sociedade.

#### *Planejamento e gestão*

» O setor de planejamento e avaliação foi transformado em subsecretaria, o que proporcionou ao órgão melhores condições de administrar seus investimentos

e fortaleceu ainda mais a importância da atividade para o avanço da educação pública estadual capixaba.

Além da estrutura de gestão central, formada pelo gabinete do secretário e por quatro subsecretarias, oito assessorias especiais e três gerências, a Sedu possui ainda 11 superintendências regionais de Educação, que são responsáveis por acompanhar e orientar os programas, projetos e atividades relacionados à educação em todo o território capixaba.

A partir da Lei Complementar nº 281, o Estado passou a oferecer cursos de curta duração, técnicos e de nível superior em música. Por essa razão, o Conselho Estadual de Educação e a Faculdade de Música do Espírito Santo (Fames) se tornaram estruturas vinculadas à Sedu.

A educação é ferramenta essencial para o desenvolvimento em qualquer lugar do planeta, especialmente nos tempos atuais em que a sociedade é pautada pelo conhecimento e mundialmente conectada em rede.

Desde os primeiros passos da caminhada em busca de transformar o Espírito Santo em um lugar com oportunidades para todos, a gestão do setor de ensino é orientada para apresentar resultados, oferecer conteúdo de qualidade e adaptado ao mundo contemporâneo e buscar constante inovação.

Desde a primeira série do ensino fundamental até o ensino médio, além de educação profissional e cursos técnicos, o setor de ensino capixaba oferece oportunidades que se estendem a crianças, jovens e adultos, inclusive os residentes no campo, os cidadãos que possuem necessidades especiais, os privados de liberdade, os hospitalizados ou outros que demandem atenção especializada.

#### *Recursos*

» Entre 2003 e 2006, após mais de quinze anos de baixos investimentos e greves constantes, a educação pública estadual encontrou um novo caminho por onde evoluir. Somente nos primeiros onze meses de administração, R\$ 72 milhões em dívidas foram quitados, e o magistério recebeu os salários atrasados, sendo a primeira categoria de servidores públicos atendida com a quitação dos atrasados.

A recuperação física das escolas, a construção de novas unidades, principalmente para atender ao ensino médio e à educação profissional, a expansão do número de laboratórios de informática nas escolas, a oferta abundante de vagas de educação profissional, além da construção de uma nova relação com o magistério e a organização da rede de ensino com municipalizações de escolas são outras ações de destaque.

Em 2003, foram encontradas paralisadas quase duzentas obras em escolas. Naquele mesmo ano, seis escolas foram concluídas em instituições de ensino



fundamental e médio. Outras 13 unidades tiveram suas sedes ampliadas, reformadas ou construídas a partir de parcerias firmadas com prefeituras municipais de todas as regiões do Estado.

O período de 2003 a 2006 apresentou resultados concretos para a educação capixaba especialmente pelas intervenções de cunho administrativo-gerencial e infraestrutural, visando à estabilidade do sistema educacional. Criaram-se as bases para que o período entre 2007 e 2010 esteja sendo dedicado ao estabelecimento de uma nova política de desenvolvimento para a educação capixaba, fundada no Plano Estratégico Nova Escola.

### *Nova escola*

» Com base do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 e nas Diretrizes Estratégicas 2007-2010, a Sedu elaborou em 2007 e lançou no ano seguinte o Plano Estratégico Nova Escola, que marcou o início de um novo ciclo da gestão da educação estadual, baseada em uma agenda de projetos e de ações prioritárias planejadas até 2011.

Para facilitar a atuação do professor, que passou a ter diretrizes mais claras para desenvolver seu trabalho, e proporcionar mais unidade às escolas em relação ao conteúdo abordado em cada série, foi elaborado o Currículo Básico das Escolas Estaduais, implantado em toda a rede de ensino capixaba.

Outra questão delineada e implantada estava relacionada ao tempo de permanência dos alunos na escola, que foi ampliado por meio do Programa Mais Tempo na Escola. Novas tecnologias chegaram às salas de aula com o Programa Sala de Aula Digital e a modernização da rede física escolar ocorreu de forma acelerada. A seguir, as principais realizações do Nova Escola.

### **3.1.3 Educadores**

» Os profissionais que atuam na rede pública de ensino participaram de cursos de capacitação, e a equipe recebeu reforços com a contratação de 2.880 novos professores aprovados em dois concursos públicos.

Durante a elaboração deste relatório, estava prevista a publicação de um novo edital para contratar outros 902 profissionais, entre professores e pedagogos. Além da avaliação de conhecimentos e de titulação, essa seleção terá uma etapa chamada prática didática para verificar a capacidade dos candidatos de atuarem em sala de aula.

Em 2010, foram nomeados 448 profissionais de ensino médio e 252 professores

pedagogos. Além disso, também foi realizado concurso para o preenchimento de 450 vagas do cargo de agente de suporte educacional.

### *Salários*

» A remuneração do magistério foi levada em consideração e passou a ser baseada em um novo modelo, que fez do Espírito Santo o Estado da região Sudeste com o maior salário de ingresso na carreira e o terceiro maior do País, atrás apenas de Roraima e Maranhão.

Uma forma diferenciada de remuneração do magistério, instituída pela Lei Complementar 428/2007, permitiu a ampliação em 250% do piso salarial da categoria. Em 2003, um professor com licenciatura plena, em início de carreira e com carga horária de 25 horas semanais, recebia R\$ 421,40. Em 2009, esses profissionais passaram a ter vencimento de R\$ 1.474,20.

Hoje um professor com licenciatura plena, em início de carreira e com carga horária de 25 horas semanais, recebe de subsídio R\$ 1.654,65.

### *Promoções e abonos*

» As promoções e mudanças de nível para os professores, que estavam atrasadas desde 1999, foram colocadas em dia em 2004, a partir de investimentos na ordem de R\$ 46 milhões. Além disso, os profissionais passaram a contar com calendário anual de pagamentos, com a data do pagamento em cada mês, que é rigorosamente respeitada pelo Governo Estadual.

De 2004 a 2008, os abonos oferecidos para os servidores da educação somaram cerca de R\$ 300 milhões. Por exemplo, um profissional, em início de carreira e carga horária semanal de 25 horas, recebeu nesse período R\$ 13,5 mil além de seu salário, o que representa nove vencimentos pagos a mais, quase dois por ano.

Em 2009, o valor do abono (Lei 9.353 de 11 de dezembro de 2009) foi de R\$ 1.000,00 para todas as categorias de servidores, exceto o magistério, que teve um abono mínimo de R\$ 1.000,00 para 25 horas, e proporcional para as demais cargas horárias, contemplando 25.689 servidores da Educação.

### *Quadro de servidores*

» A partir de 2003, houve uma redução de cerca de 20% no quadro de servidores da Secretaria de Estado da Educação. Atualmente, a Sedu conta com 25.171 profissionais, dos quais 20.906 são professores, que trabalham diariamente para atender mais de 300 mil alunos distribuídos em 583 unidades de ensino.

**EM 2003, UM PROFESSOR COM LICENCIATURA PLENA, EM INÍCIO DE CARREIRA E COM CARGA HORÁRIA DE 25 HORAS SEMANAIS, RECEBIA R\$ 421,40. EM 2009, ESSES PROFISSIONAIS PASSARAM A TER VENCIMENTO DE R\$ 1.474,20**

QUASE 10 MIL PROFESSORES EFETIVOS DO ESTADO FORAM BENEFICIADOS COM AJUDA DE CUSTO DE R\$ 1,5 MIL PARA COMPRA DE NOTEBOOK. O COMPUTADOR AUXILIA OS PROFISSIONAIS EM PESQUISAS E NA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE AULA

### *PC do professor*

» Quase 10 mil professores efetivos do Estado foram beneficiados pela Lei 9.119/2009, que oferece ajuda de custo no valor de R\$ 1,5 mil para a aquisição de um notebook. O computador auxilia os profissionais em pesquisas e na elaboração de planos de aula.

### *Pen drive do professor*

» Cinco mil professores, pedagogos, diretores e coordenadores de escola receberam pen drives de 4 Gb para usarem em suas atividades profissionais.

### *Equipamentos*

» Os quadros de giz de mais de 4.800 salas de aula foram substituídos por quadros brancos, visando a oferecer melhores condições de trabalho e de saúde para os professores.

### *Incentivo ao bom desempenho*

» A Secretaria da Educação criou e implantou programas de incentivo voltados para o corpo docente. O Programa Sedu Boas Práticas na Educação, por exemplo, está em sua quarta edição em 2010 e oferece aos professores vencedores TVs LCD de 42 polegadas e recursos que variam de R\$ 20 mil a R\$ 25 mil para serem investidos nas escolas onde atuam.

O Financiamento de Projetos de Aprendizagem é outro destaque que realizou duas edições somente em 2009. Esse programa garante recursos financeiros específicos para pôr em prática ideias inovadoras de professores que visem a proporcionar melhorias na aprendizagem dos alunos.

### *Capacitação*

» Para valorizar a carreira docente, atrair e manter os profissionais atualizados para desempenhar atividades no setor da educação, foram investidos, de 2007 a 2009, cerca de R\$ 22 milhões.

No ano de 2009, mais de 12,5 mil professores participaram de programas de formação continuada em diversas áreas de atuação. A alfabetização e leitura, matemática, implantação do currículo básico das escolas estaduais são algumas das prioridades.

No ano de 2010, no primeiro semestre foram desenvolvidas ações de formação continuada para 11 mil profissionais do magistério. Em setembro, estavam

previstas, para até o fim do segundo semestre, formação para mais 12 mil educadores, em matemática, português, educação física, ciências, inglês, educação digital e educação especial.

A Sedu também investiu em pesquisa para análise dos currículos das licenciaturas de pedagogia, letras, matemática e ciências biológicas. Com base nos resultados da pesquisa, vem desenvolvendo um trabalho com 30 instituições de ensino superior, para aprimorar os cursos de licenciatura nessas áreas, fazendo, assim, uma aproximação da proposta curricular dessas formações ao Currículo Estadual de Educação Básica.

### *Trio gestor*

» A partir da aprovação da Lei Complementar nº 448, em 2008, e da regulamentação do Decreto estadual nº 2.177 do mesmo ano, a equipe de gestão escolar passou a ser composta pelo chamado Trio Gestor, do qual fazem parte os seguintes profissionais: diretor da escola, gestor pedagógico e gestor educacional. O modelo já foi implantado em 27 escolas da Região Metropolitana da Grande Vitória e a meta é alcançar 100% das unidades estaduais.

O diretor atua como dirigente principal da escola. O gestor educacional é o responsável pelo planejamento, coordenação e organização de ações que envolvam os alunos e seus familiares com vistas a orientações mais específicas acerca da importância de se estabelecerem relações mais estreitas entre a comunidade escolar.

Já o gestor pedagógico tem entre suas atribuições a garantia do desenvolvimento da proposta pedagógica em consonância com as diretrizes da Secretaria de Estado da Educação, cujo foco é sempre a elevação da aprendizagem dos alunos. É responsabilidade do gestor pedagógico também a coordenação e o assessoramento de professores no tocante às suas práticas pedagógicas.

A designação dos gestores educacionais e pedagógicos obedece a rigorosos critérios de seleção como a avaliação pelo Conselho de Escola e posterior processo seletivo, envolvendo análise de currículo e prova de conhecimentos específicos da área de educação.

Atualmente, a seleção dos gestores é feita segundo parâmetros técnicos específicos. O profissional passa por análise de currículo, avaliação psicológica, dinâmica de grupo e entrevista.

No caso da função de diretor, o início do processo de seleção ocorre na escola, quando o conselho escolar indica três nomes de professores efetivos da rede como candidatos ao exercício do cargo naquela escola. Os indicados participam das outras fases do processo seletivo para a escolha do que está mais bem capacitado para assumir as funções.

A qualificação dos diretores das unidades de ensino e os novos métodos de seleção desses profissionais também foram implantados. O modelo de gestão das unidades de ensino foi atualizado para tornar a atividade mais atrativa.

O primeiro passo nesse sentido foi a ampliação do valor da função gratificada da função de diretor de escola, que entre 2004 e 2007 variava entre R\$ 400 a R\$ 1 mil, dependendo do porte da escola. A partir de 2008, esse valor passou para a faixa de R\$ 1.050,00 a R\$ 2.625,00, o que representou aumento da ordem de 162,5%.

Para desempenhar a função de diretor de escola da rede estadual, o profissional deve ser servidor do magistério estadual. No Espírito Santo, o rendimento de um diretor, incluindo seu salário base varia entre R\$ 3,5 mil e R\$ 11 mil. A média nacional desses salários é de R\$ 5 mil.

Os superintendentes regionais de Educação também tiveram uma melhoria em seus rendimentos, com aumento de cerca de 160%, que passaram de R\$ 1.679,18, em 2007, para R\$ 4.368,00, em 2009 e R\$ 4.564,56 em 2010.

#### *Informações on-line*

» Em conjunto com as mudanças em relação à seleção dos profissionais, em todos os âmbitos da rede de educação, a Sedu implantou, entre 2008 e 2009, o Sistema de Gestão Escolar. Por meio dele, os dados relacionados à matrícula, evasão, reprovação e rendimento de alunos, além de informações relativas a recursos humanos e sobre o funcionamento das escolas, passaram a ser registrados de forma eletrônica, permitindo acesso a eles on-line, em tempo real.

Entre os benefícios proporcionados pela ferramenta está o registro de informações confiáveis e atualizadas, o que permite o monitoramento de ações e o desenvolvimento de medidas para corrigir eventuais problemas identificados. O acompanhamento do desempenho dos alunos por seus pais também é possível por meio da internet.

### **3.1.4 Atendimento**

» De 2003 a 2009, a Secretaria de Estado da Educação atendeu, por ano, mais de 300 mil alunos matriculados na educação básica do Espírito Santo. O modelo de gestão, as práticas de incentivo a alunos e professores, a ampliação da oferta de vagas e a recuperação da infraestrutura das escolas foram fatores essenciais para a drástica redução da evasão escolar identificada no período.

Várias questões influenciam no quadro do processo de ingresso e permanência

dos alunos na escola. É de se notar a municipalização do ensino fundamental, em parceria com os municípios. Ao longo dos anos, alguns tipos de demanda foram reduzidos, o que não é, necessariamente, negativo. Essa questão pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- » Alteração na estrutura demográfica brasileira, que apresentou relativa redução da população mais jovem provocada pela queda do índice de fertilidade das mulheres.
- » Elevação do número de pessoas que concluíram a educação básica através do incentivo de programas de aceleração de aprendizagem.
- » Saída de alunos do ensino regular para a entrada nos cursos e exames de educação de jovens e adultos.
- » Aumento do número de alunos matriculados em escolas das redes municipais devido aos processos de municipalização do ensino fundamental e em consequência da ampliação da oferta de vagas.

### **3.1.5 Foco na aprendizagem**

» Todas as ações e projetos realizados pela Sedu têm como principal finalidade a aprendizagem dos alunos e a criação de oportunidades para eles. A seguir, são abordados alguns dos principais passos dados nessa direção.

#### *Currículo Básico das Escolas Estaduais*

» Após seis anos de constantes debates com profissionais nacionalmente reconhecidos, em 16 de setembro de 2009, foi oficialmente lançado o Programa Currículo Básico das Escolas Estaduais, que já estava disponível às escolas estaduais desde o início do calendário letivo desse ano.

O documento, elaborado por profissionais de diversas áreas do conhecimento, relaciona as competências e habilidades que os estudantes de cada série devem desenvolver ao longo do ano letivo. Alinhar o conteúdo lecionado em toda a rede de ensino possibilita a elevação do grau de confiabilidade das avaliações de resultados de aprendizagem e, também, a promoção de intervenções mais precisas visando à melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem.

#### *Programa de Avaliação da Educação Básica*

» O Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes), criado em 2004, é uma ferramenta desenvolvida para aferir a qualidade do ensino das

DE 2003 A 2009,  
A SECRETARIA DE  
ESTADO DA EDUCAÇÃO  
ATENDEU, POR ANO,  
MAIS DE 300 MIL ALUNOS  
MATRICULADOS NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA DO  
ESPÍRITO SANTO



escolas capixabas. Do primeiro ano até o final de 2010, terão sido realizadas mais de 768 mil avaliações em alunos das redes estadual, municipal e particular, o que tem permitido intervenções pedagógicas mais focadas e a ampliação das possibilidades de mudanças efetivas.

### *Mais Tempo na Escola*

» Com base em experiências de sucesso em outros países e conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Compromisso Todos pela Educação do Governo do Estado, a Sedu criou o Programa Mais Tempo na Escola, que está em operação desde 2007.

Por meio dessa iniciativa, a carga horária escolar foi ampliada de 20 para até 40 horas semanais, o que contribuiu para a melhoria do desempenho escolar do aluno e ampliação do universo de experiências socioculturais, esportivas e de iniciação científica oferecidas aos estudantes.

A participação das escolas no Mais Tempo na Escola é feita por adesão e a partir do desenvolvimento e da aprovação de uma proposta pedagógica de atividades a serem realizadas durante o tempo adicional em que o aluno ficará na instituição.

O processo de adesão aumentou gradativamente, passando de 42,85%, em 2007, das escolas estaduais participantes de pelo menos uma modalidade do programa para 100% em 2010. Hoje, o Mais Tempo na Escola alcança os 78 municípios do Espírito Santo, contando com a participação de mais de 231 mil estudantes.

### *Ler, Escrever e Contar*

» Alfabetização é mais uma questão considerada primordial nos cursos oferecidos pelo Governo do Estado. Isso porque, se esse projeto for realizado corretamente, são reduzidos custos desnecessários com correção de distorção idade-série, evasão escolar e outros indicadores negativos. Além disso, uma criança alfabetizada na idade correta tem mais chances de obter sucesso durante o período escolar e na formação acadêmica.

O objetivo da Sedu é que, em 2010, todas as crianças capixabas sejam alfabetizadas até os 8 anos de idade. Para incentivar o alcance dessa meta, em 2008, foi lançado o Programa Ler, Escrever e Contar. A iniciativa prevê:

- > **EXPANSÃO DA REDE FÍSICA ESCOLAR:** Para atender à demanda por vagas de crianças de seis anos de idade, foram construídas 60 novas salas de aula, adaptadas às necessidades desse tipo de aluno, em 2008. Outras 70 salas estavam em construção até o fechamento deste relatório.



- > **AQUISIÇÃO DE LIVROS:** Mais de 180 mil exemplares de títulos de literatura infantil foram adquiridos em 2008, a partir de investimento da ordem de R\$ 4 milhões.
- > **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS:** Cerca de R\$ 2 milhões em materiais pedagógicos foram investidos em 2008. Para 2011, uma nova aquisição será realizada para as turmas de alfabetização, com investimento aproximado de R\$ 1.200.000,00.
- > **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO:** No ano de 2010, foram adquiridos 2.975 conjuntos de trapézio, que incluem mesa e cadeira adaptadas para o atendimento de crianças das séries iniciais do ensino fundamental. A ação beneficiou 67 escolas estaduais. Outros ambientes escolares também foram beneficiados com a aquisição de novos mobiliários, como cadeiras, mesas, longarinas, armários, arquivos, estantes, conjunto de professor e

» **Investimento em alfabetização de qualidade garante melhores condições de sucesso escolar e profissional**



ar-condicionado, tudo levando em consideração a ergonomia e o conforto dos usuários. A Sedu adquiriu, ainda, mobiliário específico para cerca de 150 bibliotecas escolares. Foram compradas mesas, cadeiras, cabines de estudo e de informática, mesas administrativas, estantes e expositores, entre outros. Esse investimento foi de mais de R\$ 1,3 milhão e, para 2011, está previsto o atendimento de outras 150 bibliotecas escolares.

> **AVALIAÇÃO DE ALUNOS:** Por meio do Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo, até o final de 2010 terão sido realizadas sete edições do Paebes, avaliando os estudantes das redes estadual, municipal e particular de ensino. O projeto, iniciado em 2004 com a participação apenas da rede estadual, abrangeu 74 mil alunos do ensino fundamental e médio. Em 2008, o Paebes passou a avaliar também as classes de alfabetização, com a participação de 100% das escolas estaduais e de cinco redes municipais, sendo quatro da Região Metropolitana da Grande Vitória e o município de Castelo, somando 136 mil avaliações. Em 2009, além dos estudantes das escolas estaduais, o programa aferiu o desempenho de alunos integrantes de 76 redes municipais atingindo um total de 272 mil avaliações. Em 2010, o Paebes passou a contar com a adesão de escolas particulares e avaliará, até ao final do ano, um total de 286 mil alunos matriculados na rede estadual, nas 76 redes municipais e em 25 escolas da rede particular de ensino.

> **PROFESSOR ALFABETIZADOR:** O aperfeiçoamento dos profissionais que atuam na alfabetização dos alunos da rede estadual foi possível a partir de uma parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), desde 2008. A instituição oferece especialização com duração de seis meses e carga horária de 120 horas, que já atendeu mais de 1.200 professores alfabetizadores da rede estadual que puderam aperfeiçoar suas técnicas didáticas com base nos resultados das avaliações diagnósticas feitas pelos alunos em 2008 e 2009.

> **AMPLIAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO PROFESSOR ALFABETIZADOR:** Um pagamento adicional de cinco horas a mais de trabalho para professores que se dediquem aos estudos e ao atendimento de aluno foi outra iniciativa promovida pela Sedu. Em 2007, 572 professores aderiram à proposta. Já em 2008, foram 578 profissionais.





**Núcleo Histórico do Porto de São Mateus**

FOTO: DAVID PROTTI

> **ACOMPANHAMENTO E INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA:** Esse processo inclui a realização de reuniões técnicas regionais e visitas de assessoramento às escolas. Com base nos resultados da avaliação diagnóstica da alfabetização, são elaboradas medidas para propiciar a elevação do desempenho dos alunos. A elaboração de um Guia de Intervenção Pedagógica, com ações de mobilização dentro da escola e com a comunidade, e o desenvolvimento de sequências didáticas relacionadas às dificuldades de aprendizagem mais comuns com o auxílio de professores são outras ações que fazem parte do sistema.

> **criação do Comitê Interinstitucional de Alfabetização:** Para promover discussões e trocas de experiências entre instituições estaduais e municipais em relação à alfabetização infantil e desenvolver medidas para superar eventuais dificuldades, um comitê estadual e 11 comitês regionais foram formados em 2008 e já contam com a adesão de 77 municípios do Espírito Santo.

> **TERMO DE COMPROMISSO COM A ALFABETIZAÇÃO:** Com a meta de promover melhorias no desempenho de alunos na faixa etária entre seis e oito anos, as equipes escolares e unidade central da Sedu, cada um no seu espaço de atuação, assumiram o compromisso com a alfabetização. Em 2009 foram assinados 1.374 Termos de Compromisso. Já em 2010 outros 1.400 documentos foram assinados.

*Programa Leia, Espírito Santo*

» Em 2009, a Sedu lançou o Programa Leia, Espírito Santo, com o objetivo de promover ações de incentivo à leitura e à pesquisa nas escolas e, assim, contribuir para a formação de uma sociedade com interesse na leitura.

O programa está possibilitando aos leitores produzir sentido, compreender, analisar e dar significado ao que se lê, conectando-se à realidade. Para a Secretaria da Educação, ler é um processo complexo, em que o público é instigado a articular seus conhecimentos com as suas experiências, o que amplia seu entendimento de mundo e o torna capaz de dialogar com outros sujeitos e diferentes gêneros textuais presentes na atividade humana.

Ações efetivas de intervenção pedagógica têm sido realizadas nas escolas estaduais, com ênfase na utilização da biblioteca e desenvolvimento de projetos de leitura, que concorrem para a melhoria do desempenho dos estudantes.

## Ações estratégicas

### REVITALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

- > 100% das escolas da rede estadual foram abastecidas com acervo bibliográfico;
- > 864 mil livros adquiridos de literatura infanto-juvenil e adulto;
- > 353 escolas com espaços específicos de biblioteca;
- > 230 escolas com espaços alternativos de leitura;
- > 800 profissionais localizados no apoio à biblioteca escolar;
- > 02 bibliotecários contratados para formação continuada dos profissionais de apoio;
- > 153 escolas estão recebendo mobiliário novo em 2010.

### IMPLANTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE AÇÕES DE INCENTIVO À LEITURA

- > 100% das escolas estaduais realizam anualmente o Festival de Leitura na Escola, como foi feito nos anos de 2009 e 2010;
- > 100% das Regionais de Ensino promovem o Festival de Leitura Regional, com participação de escritores capixabas, já realizado no ano de 2010;
- > 46 salas de leitura foram implantadas nos municípios em parceria com o Instituto Oldenburg nos anos de 2005 e 2008;

### ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE FORMAÇÕES

- > Participação na Bienal do Livro;
- > Participação no Salão do Livro;
- > Realização da formação Professor Leitor com 160 participantes com CH de 60 horas;
- > Participação na Olimpíada de Língua Portuguesa – formação de 1.200 professores e 40 pedagogos

### BIBLIOTECA MÓVEL (AÇÃO CONJUNTA COM A SECULT)

- > Projeto piloto desenvolvido para a comunidade local em municípios da Grande Vitória;
- > Conta com acervo de 3.500 títulos;

### PROJETO MEMÓRIA CAPIXABA (AÇÃO CONJUNTA COM A SECULT)

- > Envolve publicação de obras historiográficas sobre o Espírito Santo;
- > Duas publicações em 2008 - História do Estado do Espírito Santo, de José Teixeira, e Viagem de D. Pedro II ao Espírito Santo, de Levi Rocha;

### BIBLIOTECA TRANSCOL

- > Ação desenvolvida com a Secretaria da Cultura e a Ceturb, para disponibilização de livros nos terminais do Transcol.

## Tecnologia e atratividade

» Medidas para tornar as escolas mais dinâmicas e atrativas levaram a Sedu a criar três novos programas: o Esporte na Escola, para incentivar a prática esportiva; o Ciência na Escola, voltado para a experimentação científica; e o Cultura na Escola, que apoia a realização de atividades culturais.

- > **SALA DE AULA DIGITAL:** As novas tecnologias da comunicação e da informação, que passaram a estar presentes no dia a dia dos professores (auxílio para comprar computador, recebimento de pen drive, informatização da gestão, etc.), também foram parar na sala de aula.

O Programa Sala de Aula Digital tornou as aulas mais atrativas graças aos equipamentos disponibilizados aos alunos e professores. Em 2003 havia 34 laboratórios de informática com acesso à internet, instalados em escolas estaduais. Três anos depois eram 292 salas.

No ano de 2010 as escolas passaram a contar com 434 laboratórios, uma ampliação da ordem de 1.200%. O parque tecnológico da rede compreende doze mil microcomputadores disponíveis para a realização de atividades pedagógicas, dos quais 6.145 foram adquiridos nos últimos dois anos.

Outro avanço: TVs multimídia foram instaladas em todas as salas de aula de 108 escolas. Outras 25 instituições tiveram seus laboratórios de informática equipados com o Quadro Interativo Digital. Esses equipamentos, além de facilitar o trabalho do professor, permitem que as aulas se tornem mais dinâmicas e interessantes. O sucesso com o uso do Quadro Digital Interativo fez com que a Sedu iniciasse, em 2010, o processo de expansão para mais 200 escolas.

» O número de laboratórios de informática passou de 34, em 2003, para 434, em 2010





### 3.1.6 Oferta de oportunidades

» A garantia de acesso equânime às condições de crescimento individual e coletivo tornou-se um dos fundamentos do Governo Estadual e passa, como se vem discutindo até aqui, pela oferta da educação de qualidade.

Para que as oportunidades do novo ciclo de desenvolvimento façam diferença na vida dos jovens capixabas, a Secretaria da Educação iniciou, em 2005, a estruturação de uma rede de Educação Profissional, assim como passou a ofertar uma série de programas de preparação da juventude para o mercado.

#### *Educação profissional técnica de nível médio*

» Para atender à demanda do mercado por mão de obra qualificada, que cresceu em consequência do desenvolvimento econômico do Espírito Santo, a Sedu passou a oferecer, em 2005, cursos técnicos de nível médio.

O início desse projeto, que contribui para a inserção dos alunos no mercado de trabalho, foi marcado pela inauguração do Centro Estadual de Educação Tecnológica Vasco Coutinho, em Vila Velha. Atualmente, a capacitação técnica é oferecida em 104 escolas regulares da rede de ensino e dois Centros Estaduais de Educação Tecnológica. Mais de dez mil jovens se formaram entre 2005 e 2008 e já estão atu-

ando no mercado, elevando seu padrão de vida e suas perspectivas profissionais e contribuindo para fortalecer a economia capixaba.

Além disso, o Programa Bolsa Sedu financia os cursos em escolas da rede privada para alunos da rede pública estadual desde 2007. Ao todo são 11 municípios atendidos pelo programa em 12 diferentes modalidades de cursos e já são 3.500 alunos beneficiados.

Ainda investindo na formação de profissionais técnicos de nível médio, a Sedu, em parceria com os Institutos Federais de Educação (Ifes) de Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Venda Nova do Imigrante e Piúma, oferece cursos concomitantes de Mecânica, Eletrotécnica, Mineração e Processamento de Pescado, oferecendo bolsa no valor de R\$ 150,00 mensais para os alunos regularmente matriculados no 3º ano do ensino médio.

O Governo do Estado oferece, ainda, cursos técnicos nas áreas de mineração, informática, turismo, agronegócio, comunicação, meio ambiente, comércio, apoio escolar, saúde, construção civil, gestão e indústria.

Para facilitar o acesso dos alunos ao mercado de trabalho e ao mesmo tempo estreitar os laços com as empresas que demandam mão de obra de nível técnico no Espírito Santo, foi criado, em 2007, o Banco de Talentos da Educação Profissional.

Por meio dessa ferramenta eletrônica interativa, o perfil dos alunos é registrado e disponibilizado para as empresas. As instituições também podem fazer seu cadastro e buscar estagiários ou outros profissionais.



» O Centro Estadual de Educação Tecnológica Vasco Coutinho, em Vila Velha, tornou-se um marco da política de ensino técnico de nível médio



### Comitê

» O Comitê Estadual de Educação Profissional do Espírito Santo (Ceepes), criado por meio do Decreto nº 2.140-R, de 15 de outubro de 2008, foi uma iniciativa essencial para o desenvolvimento da educação profissional no Estado.

Os integrantes se reúnem periodicamente com a finalidade de propor e articular as diretrizes referentes a implementação da educação profissional técnica de nível médio, favorecendo o debate interinstitucional, contribuindo para a definição de políticas públicas para a educação profissional. Coordenado pela Sedu, o Ceepes tem como integrantes os seguintes órgãos e instituições:

- > Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia
- > Secretaria de Estado de Desenvolvimento
- > Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência e Desenvolvimento Social
- > Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca
- > Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
- > Universidade Federal do Espírito Santo
- > Conselho Estadual de Educação
- > Movimento Espírito Santo em Ação
- > Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- > Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- > Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- > Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- > Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
- > Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado

### Universidade Para Todos

» O Projeto Universidade para Todos foi criado em 2005 com o objetivo de oferecer aos alunos melhores condições para concorrer em processos seletivos para o ingresso em instituições de ensino superior. Mais de 4.530 estudantes foram beneficiados pelo projeto entre 2005 e 2009. Para sua realização foi necessário um aporte da ordem de R\$ 4.534.085,10.

A Sedu é a responsável pelo financiamento do curso preparatório que tem como foco exames de vestibular, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), além de programas de concessão de bolsas de estudo universitárias em instituições de nível superior privadas, como o Nossa Bolsa, do Governo do Estado, e Prouni, do Governo Federal. O Governo Estadual oferece aos alunos participantes todo o material didático e o uniforme.

O programa é uma parceria com instituições estaduais e as aulas, oferecidas gratuitamente, são ministradas em nove municípios localizados em polos, abran-

gendo praticamente todo o Estado. Além de aulas regulares, são desenvolvidas atividades extras, como aulões, simulados e palestras temáticas.

### Bolsa Sedu Idiomas

» Outra iniciativa pioneira desenvolvida pela Secretaria de Estado da Educação é o Bolsa Sedu Idiomas, por meio do qual são disponibilizadas vagas em cursos de inglês, com 300 horas de duração.

O programa atende 5.121 alunos da rede estadual, selecionados por meio de um processo que utiliza como parâmetro as médias obtidas nas disciplinas Língua Portuguesa e Língua Estrangeira, além da frequência mínima de 80% no ano anterior e teste de conhecimentos em Português.

O desenvolvimento dos cursos de idiomas é realizado desde 2009 por uma instituição terceirizada. Atualmente, o Estado conta com seis Centros Estaduais de Idiomas (CEI), que funcionam nas escolas: EEEFM Florentino Avidos, em Vila Velha; EEEM Aristóbulo Barbosa Leão, na Serra; EEEFM Hunney E. Piovesan, em

» **Alunos do Centro Estadual de Idiomas, selecionados para intercâmbio estudantil patrocinado pela Sedu no Canadá: Reginaldo Radinz Gutter, Larissa Alves da Silva, Paloma do Carmo Silva, Jordan Batista Duarte Silva, Aisha Tuanny Sant'anna Jureswski e Allyne Salomão Cunha**



Cariacica; EEEM Professor Fernando Duarte Rabelo, em Vitória; na CEI Attila de Almeida Miranda, em Cachoeiro de Itapemirim; e, em Colatina, funciona em uma sala do Colatina Shopping.

A metodologia das aulas é baseada na abordagem comunicativa e utiliza recursos tecnológicos como ferramenta de inclusão digital. O objetivo é desenvolver nos alunos todas as habilidades relacionadas ao aprendizado de uma língua: ouvir, falar, ler e escrever.

Para melhorar o aprendizado, o programa oferece bolsas para intercâmbio de alunos para o exterior e formação continuada para 50 professores de inglês da rede estadual.

### 3.1.7 Atendimento e suporte

» A educação, em seu processo, deve considerar os mais diversificados aspectos da vida do estudante, considerando a oferta de programas específicos que deem suporte ao bom andamento do ensino e da aprendizagem. Se antes as condições socioeconômicas pouco favoráveis eram justificativas usadas para explicar o baixo índice de acesso e permanência nas escolas, em 2009 foi possível demonstrar o contrário com os resultados do trabalho.

#### Via Escola

» A partir de uma parceria feita com a Ceturb-GV, todos os alunos do ensino médio de escolas públicas da Região Metropolitana da Grande Vitória foram beneficiados com o Via Escola, que garantiu a gratuidade na passagem no Sistema Transcol no percurso de ida e volta da escola.

#### Alimentação

» Todos os alunos da rede estadual, inclusive jovens e adultos, recebem gratuitamente e todos os dias alimentação na escola. O serviço de alimentação passou a ser prestado por empresas terceirizadas com especialização na área, o que reduziu custos e elevou a qualidade dos alimentos produzidos conforme normas da vigilância sanitária. Essa iniciativa ampliou o número de estudantes beneficiados, que hoje passa de 300 mil.

#### Gravidez

» Na Real, Gravidez na Adolescência não é Legal é um programa de orientação sexual para adolescentes implantado pela Sedu em 2007, em 43 escolas estaduais de ensino médio da Serra e Cariacica, atendendo cerca de 22 mil alunos. Ele une o conhecimento sobre sexualidade, reprodução e contracepção ao sonho de futuro de cada jovem, visando ao desenvolvimento da responsabilidade pessoal e com o outro a partir do impacto da gravidez no projeto de vida. Ao todo, 90 pedagogos e 530 professores foram preparados para ir além das aulas de ciência e biologia e abordar questões sobre a sexualidade humana, envolvendo aspectos afetivos, éticos, socioculturais e de gênero.

Em consequência dos resultados positivos alcançados no primeiro ano do projeto, em 2008 ele foi ampliado para mais 50 escolas de ensino médio de Vitória, Viana, Vila Velha, Fundão e Guarapari e outras 182 instituições de ensino médio localizadas no interior do Estado.

Em 2009, todos os municípios capixabas já desenvolviam o programa em 282 escolas públicas estaduais de ensino médio, o que totalizava, aproximadamente, 118 mil alunos orientados, mais de 600 multiplicadores (pedagogos e professores) e mais de 2.800 professores agentes de prevenção capacitados para o uso da metodologia e aplicação das oficinas pedagógicas do projeto. Em todas as escolas foram disponibilizados os kits pedagógicos, cartilhas e material de apoio do programa. Os resultados são evidenciados pela redução de 18,8% no índice de gravidez entre adolescentes alunas do ensino médio da rede estadual de ensino durante o período de realização do programa.

Como o tema faz parte do novo Currículo Básico da Escola Estadual, em 2010 todas as escolas estaduais de ensino médio desenvolveram o programa com os alunos ingressantes, potencializando a participação dos alunos que já passaram pelas oficinas e que são protagonistas de ações de prevenção.

A partir do trabalho realizado pelas escolas, envolvendo a comunidade local, várias ações de cunho comunitário estão em curso, como campanhas de prevenção à gravidez na adolescência e às doenças sexualmente transmissíveis, peças de teatro encenadas por alunos, blogs das escolas e produção de material literário, entre outras.

#### Esporte na Escola

» O Programa Esporte na Escola envolve a formação de professores de educação física. São feitas ações, como a participação anual em congressos e no Fórum Estadual de Educação Física e, em 2010, a participação em capacitação de xadrez pedagógico para ser desenvolvido nas escolas estaduais. O programa realiza, ainda,

O PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL ALCANÇOU TODO O ESTADO. SÃO 282 ESCOLAS, COM 118 MIL ALUNOS ATENDIDOS POR MAIS DE 600 MULTIPLICADORES E 2.800 PROFESSORES CAPACITADOS. UM DOS RESULTADOS É A REDUÇÃO DE 18,8% NO ÍNDICE DE GRAVIDEZ ENTRE ADOLESCENTES



a distribuição de materiais esportivos, a construção e reformas de quadras poliesportivas em diversas modalidades, especialmente atletismo, salto em distância, arremesso de peso, basquete, handebol, vôlei e futsal.

O projeto inclui também a realização da competição de jogos estaduais Na Rede que teve sua primeira edição realizada em 2008, quando sete mil alunos de 97 escolas participaram. Após o sucesso dos jogos intermunicipais, eles se expandiram e tiveram, em 2010, a participação de aproximadamente 15 mil atletas de 253 escolas e 77 municípios.

### 3.1.8 Infraestrutura

» Ao longo dos últimos anos, as escolas da rede estadual ganharam um novo padrão construtivo, além de todo o processo de manutenção, reconstrução e reformas. É um dos maiores investimentos da história nessa área, o que também está permitindo a maior oferta de vagas de todos os tempos.

Entre 2004 e 2008 foram investidos mais de R\$ 186 milhões na construção de 61 escolas estaduais e 338 reformas e ampliações. As novas escolas são erigidas a partir de um novo padrão construtivo, com salas-ambiente, quadras poliesportivas e bibliotecas, todas adaptadas ao acesso de pessoas com necessidades especiais.

As intervenções usadas como principais referências das obras realizadas na estrutura física ocorreram na restauração do Colégio Estadual do Espírito Santo e na construção da EEEM Renato Pacheco, ambos em Vitória. Também se constituem como marcos a construção das EEEM Mário Gurgel, em Vila Velha; da EEEM Ewerton Montenegro Guimarães, em Viana; e da Escola Antonio José Peixoto Miguel, na Serra; além da reforma da Escola Don José Dalvit, em Montanha; e do Liceu Muniz Freire, em Cachoeiro de Itapemirim.

Em 2009, foram destinados mais R\$ 310 milhões para a infraestrutura do setor

de educação. Previa-se, com isso, a entrega de obras em 75 escolas que estavam sendo reformadas, ampliadas ou construídas. Para 2010, projeta-se a conclusão de outras 92 instituições de ensino.

### 3.1.9 Parceria com municípios

» A interface com os municípios, cujas gestões estão bem próximas dos cidadãos, capacitando-os a respostas mais ágeis e eficazes, vem se dando por meio da municipalização de escolas do ensino fundamental, transferências de recursos para melhorias físicas e ampliações das redes municipais, entre outros.

A transferência de 608 escolas com 86.400 alunos e mais de 2.700 servidores aos municípios marcou a educação pública estadual no período entre 2003 e 2009. Essa medida é conhecida como municipalização e visa a equilibrar as redes de ensino e facilitar a gestão de cada uma delas.

Em 2003, 44% de todas as matrículas no ensino fundamental eram feitas na rede estadual. A rede municipal era responsável por 45%. Já em 2009, o Estado respondeu por 24% e os municípios por 64% das matrículas. A previsão é de que até o final de 2010 todas as escolas unipluridocentes de ensino fundamental sejam administradas pela gestão municipal, o que envolverá a transferência de 126 escolas e 2.004 alunos às redes municipais.

Quanto aos recursos, além do repasse das verbas do Fundef/Fundeb, entre 2003 e 2008 o Estado transferiu aos municípios o montante de R\$ 116 milhões, gerado a partir de 258 convênios para execução de obras de reforma, ampliação e modernização de rede física escolar.

Essas ações evidenciam a preocupação da administração estadual com o avanço da educação no Espírito Santo, que não ficou restrita à rede estadual de ensino, e demonstram que as políticas formuladas e implementadas na área tiveram como foco central o desenvolvimento do Estado como um todo.



» O Governo investiu R\$ 500 milhões em construção de novas escolas, como é o caso da EEEM Cel. Gomes de Oliveira, em Anchieta, e em reformas e ampliações, a exemplo da EEEF Fazenda Emilio Schroeder, em Santa Maria de Jetibá, e da EMEI Pessanha Póvoa, em Santa Teresa, esta em parceria com o município



## 3.2 Saúde

» A gestão dos sistemas e serviços de saúde é uma das tarefas mais desafiadoras no âmbito da administração pública e privada. No Brasil, com o advento do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1998, deu-se um salto significativo para fortalecer o direito dos cidadãos à saúde integral e com equidade.

Entretanto, nem todas as condições necessárias, no campo legal, do financiamento e da gestão de pessoas se fizeram suficientes para sustentar esse processo. No Espírito Santo, não foi diferente, numa situação agravada por demandas crescentes e pelo desgoverno reinante na virada do milênio.

Até 2003, a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) era uma instituição focada na prestação de serviços, em particular na sua rede própria de hospitais e Centros de Referência de Especialidades. Diante da crise ético-financeira do Estado, com a incapacidade de financiar e induzir políticas públicas e a quase ausência de mecanismos de regulação dos prestadores de serviços do SUS, tinha-se um cenário de baixa capacidade de gestão.

O fato de o Espírito Santo ser, à época, um dos poucos Estados que ainda não havia assumido, junto ao Ministério da Saúde, a gestão plena do Sistema Estadual de Saúde é exemplar do descontrole na área da saúde pública capixaba.

Nesse ambiente, cabia a decisão institucional de se desconstruir e rever radicalmente seus papéis institucionais, para assim conduzir o processo de construção de um sistema de saúde capaz de produzir para a sociedade os cuidados necessários, no tempo certo e com o serviço mais adequado, garantindo a cada cidadão o direito de viver mais e melhor.

### *Caminhada*

» A primeira – e corajosa – providência foi formalizar junto ao Ministério da Saúde o pleito pela Gestão Plena do Sistema Estadual de Saúde. Detalhe: o Espírito Santo foi um dos três últimos Estados habilitados. A habilitação estadual se deu em novembro de 2004, possibilitando ao Governo o controle dos recursos federais alocados no Espírito Santo.

Várias determinantes levaram à decisão de reestruturar os processos de trabalho e a rede de serviços: a transição demográfica rumo ao envelhecimento da população; a dupla carga de doenças com prevalência relativa das condições crônicas; e o incremento dos fatores de risco em decorrência do processo de urbanização (violência urbana, acidentes de trânsito, entre outros); e o estilo de vida da população (uso abusivo de álcool e drogas, tabagismo, sedentarismo, sobrepeso e obesidade); entre outras.

Frente à fragmentação da assistência era necessário um sistema integrado de servi-

ços, com uma atuação primária resolutiva capaz de atender com a mesma competência condições agudas e crônicas. Para isso, foi necessário organizar as Redes de Atenção à Saúde, sustentadas num plano estadual de saúde com as seguintes diretrizes:

- > Fortalecimento da atenção primária
- > Redução da mortalidade infantil, com ênfase na fase neonatal
- > Redução da mortalidade materna
- > Redução das complicações por doenças crônicas
- > Implantação das redes regionais resolutivas de serviços de saúde
- > Descentralização administrativa e de serviços/municipalização
- > Fortalecimento regional
- > Novas alternativas de gestão hospitalar e outros serviços
- > Melhoria do atendimento à população
- > Mobilização intersetorial para enfrentamento da violência
- > Implementação da macrofunção Regulação
- > Fortalecimento do controle social no Sistema Estadual de Saúde
- > Implantação do Acolhimento com Classificação de Risco em todos os hospitais estaduais

A essas diretrizes foi-se agregando, ao longo dos anos, um conjunto de projetos estruturantes voltados para a organização do sistema estadual de saúde, com impacto direto na qualidade da assistência e melhoria da gestão, buscando eficiência na implantação das políticas. Confira alguns projetos:

- > Expansão e Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde
- > Política de Qualificação dos Profissionais de Saúde Municipais
- > Assistência Farmacêutica
- > Fortalecimento dos Filantrópicos
- > Programa Mais Leitos de UTI
- > Ampliação e Modernização da Rede Hospitalar Própria (Central, Dório Silva e São Lucas)
- > Organização das Redes Assistenciais de Saúde
- > Promoção da Saúde
- > Complexo Regulador
- > Saúde Digital (informatização completa dos hospitais estaduais e filantrópicos)
- > Reestruturação das Superintendências
- > Gestão de Situações Emergenciais Epidemiológicas e Sanitárias
- > Espírito Santo Enfrentando a Dengue
- > Novas Alternativas de Gestão
- > Institucionalização da Gestão por Projetos
- > Nova Sede Administrativa

Essa trajetória está sendo cumprida com o apoio indispensável dos gestores municipais, dos hospitais filantrópicos e principalmente das equipes da Sesa e secretarias municipais que abraçaram a proposta.

Os desafios são muitos, mas muito se avançou no caminho certo para atingir a missão da Secretaria da Saúde: “Garantir saúde à população em todos os níveis, de modo que as pessoas vivam mais e com qualidade, por meio da gestão moderna e eficiente dos recursos públicos destinados à saúde”. Os resultados que se apresentam a seguir são parte dessa trajetória ascendente, para que a cada dia o capixaba possa viver mais e melhor.

### 3.2.1 Assistência

» A rede hospitalar própria da Sesa não sofreu qualquer incremento significativo no final da década de 90 e início deste século. A partir de 2003, na lógica de reorganização dos serviços hospitalares, para descentralizar o acesso dos cidadãos nas diversas regiões de saúde e estruturar as redes assistenciais, diversos hospitais foram ampliados e reorientados em seu perfil assistencial, com implantação de novos serviços e de equipamentos de apoio diagnóstico e terapêutico.

Alguns exemplos: o Hospital Estadual Infantil de Vila Velha, único inaugurado no período anterior à atual gestão, funcionava em 2003 com apenas 13 leitos. Hoje funciona com 121 leitos e em 2010 deverá chegar a 172. Além disso, absorveu o atendimento obstétrico anteriormente realizado no Hospital Estadual Antônio Bezerra de Faria, tornando-se maternidade de referência para gestação de alto risco. Ele foi readequado para funcionar como hospital geral de adultos, passando de 66 para 78 leitos.

Ressalte-se que o modelo de atenção ainda é fortemente associado ao atendimento hospitalar para casos agudos, em absoluta contradição com o fato de que, hoje, aproximadamente 70% da população adoece e morre por condições crônicas, como hipertensão, diabetes, câncer e outros, que exigem um cuidado contínuo de uma equipe de saúde. O local adequado para esse cuidado não é o hospital, mas as unidades básicas de saúde, que, em geral, estão sucateadas e com profissionais despreparados para assumir essa responsabilidade sanitária.

Diversas intervenções foram realizadas também no Hospital Estadual Dório Silva (HDS), na Serra. Dentre elas, ampliação de leitos de UTI, novo centro cirúrgico, novo pronto-socorro com Acolhimento com Classificação de Risco.

Em maio de 2010, o Hospital Aduino Botelho, em Cariacica, passou por uma transformação no seu perfil de atendimento, tornando-se o Hospital Estadual de Atenção Clínica (Heac). A unidade foi toda reformada para abrigar a nova estrutura

e o seu novo perfil de atendimento. De hospital psiquiátrico, ele passou a funcionar como referência em Atenção Clínica, com 40 novos leitos, abrigando ainda uma unidade de atendimento à Urgência em Saúde Mental. O investimento total do projeto foi de R\$ 2,85 milhões.

Ao todo são 103 leitos. No atendimento em Saúde Mental serão 50 leitos de curta permanência e retaguarda para pacientes com urgência psiquiátrica e também com mais 13 leitos de observação na Unidade de Atenção à Saúde Mental.

O Hospital Estadual Silvío Avidos, em Colatina, ganhou mais onze leitos de UTI, nova urgência pediátrica e um novo centro cirúrgico, com cinco salas. O Hospital Estadual São José do Calçado, em São José do Calçado, recebeu nova ala de internação, centro cirúrgico e UTI com nove leitos.

O Hospital Estadual Roberto Arnizaut Silveiras, em São Mateus, está finalizando as obras para a ampliação dos leitos. Dos atuais 137, a unidade passará para 215, serão 78 novos leitos. Dos novos leitos, 12 serão de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), 40 cirúrgicos e 26 de clínica de observação.

No Hospital Estadual São Lucas, em Vitória, no início de 2008, tiveram início as obras de duplicação e a reestruturação da unidade. Com um investimento de R\$ 35 milhões, o São Lucas passará de 7 mil m<sup>2</sup> para 14,5 mil m<sup>2</sup> e de 161 para 234 leitos. Destes, 70 só de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Será o principal hospital de trauma do Estado e deverá ser inaugurado em 2011.



» O novo São Lucas fica pronto em 2011 e passará dos atuais 161 leitos para 234, dos quais 70 de UTI



Quanto ao Hospital Estadual Infantil de Vitória, deverá ser construída uma nova sede até 2012, na mesma área onde hoje está instalado, duplicando a área física e ampliando em 50% (de 150 para 230) o número de leitos.

O Hospital Estadual Central, inaugurado em dezembro de 2009, é o primeiro hospital da rede estadual inaugurado nos últimos 10 anos. Funciona como retaguarda para a rede de urgência metropolitana. Além disso, será o primeiro hospital do Estado a ter um novo modelo de gestão, com gerenciamento por meio de parceria com uma Organização Social (OS). Com investimentos de R\$ 21 milhões, a unidade conta com 172 leitos sendo 18 de UTI, cinco salas cirúrgicas e funcionando como retaguarda de urgência e emergência do Dório Silva, São Lucas e Antônio Bezerra de Faria. Todo atendimento é gerenciado pela Central de Regulação de Internação de Urgência.

Nessa mesma direção, foram realizadas parcerias com organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) para a operação da rede de imagem e laboratórios dos hospitais próprios, bem como para atuação de oito equipes de Saúde Prisional, atuando já em seis unidades prisionais, alcançando aproximadamente 4 mil detentos (50% do total da população carcerária).



» Inaugurado em 2009, o Hospital Estadual Central tem instalações modernas, equipamentos de última geração e funciona como retaguarda para atendimento de urgência







### *Novo Dório Silva*

» Em novembro de 2009, foi lançado o edital para construção do Novo Dório Silva. Com as obras iniciadas o ano passado, o novo Dório Silva será o maior hospital do Estado e referência estadual em urgência e emergência de politraumatismo, tratamento de queimados e maternidade de alto risco.

Serão investidos R\$ 120 milhões. O hospital contará com 371 leitos, sendo 84 intensivos, equipamentos de raios X, tomografia, ressonância magnética, endoscopia, ultrassom, ecodoppler e um novo videolaparoscópio. A estrutura terá oito salas no centro cirúrgico, quatro exclusivas para centro-obstétrico e um pronto-socorro mais ágil, com capacidade para 10 mil atendimentos por mês.

» **O novo Dório Silva, com capacidade para 10 mil atendimentos por mês, terá 371 leitos, dos quais 81 para UTI, além de completas instalações para atenção em urgência e emergência de politraumatismo, tratamento de queimados e maternidade de alto risco**



» Desde 2003, foram colocados à disposição da população mais de 1.000 leitos na rede de hospitais em todo o Estado, como no Hospital Rio Doce, em Linhares



### Leitos

» Desde 2003, foram implantados mais de mil leitos em toda a rede de atendimento à população, incluindo as realizações citadas e outras expansões na rede filantrópica.

Isso representa um incremento de mais de 20% de leitos no SUS-ES, todos de alta resolutividade (registre-se que cerca de 30% dos leitos disponíveis, no período anterior a 2003, eram de hospitais de pequeno porte – até 50 leitos – e de baixa resolutividade).

### Filantrópicos

» A rede hospitalar filantrópica conveniada com a Sesa recebeu, por meio de convênios, reajustes que permitiram a plena utilização de sua capacidade instalada e o saneamento financeiro necessário para a prestação de serviço de qualidade. Em 2003, o custeio desses hospitais foi de R\$ 43 milhões. Em 2009, superou a marca de R\$ 300 milhões.

Dez hospitais filantrópicos foram contemplados com recursos específicos da ordem de R\$ 36 milhões para modernização de gestão e aporte de tecnologia da informação, com incorporação do mesmo software em implantação na rede própria do Estado.

Além dos filantrópicos, diversos hospitais sob gestão municipal receberam recursos estaduais para fortalecer as redes assistenciais em implantação (urgência e emergência, mulher e criança), bem como para políticas específicas, como o Mais Leitos de UTI e UTIN ou cirurgias eletivas em regime de mutirão. Alguns exemplos de hospitais beneficiados: Hospital Padre Máximo (Venda Nova do Imigrante), Madre Regina Protmann (Santa Teresa), Hospital Municipal de Cariacica, Dr. Arthur Gerhardt Santos – Fhasdomar (Domingos Martins), São Camilo (Aracruz), Santa Casa (Guaçu) e São José (Colatina).



» O repasse aos filantrópicos passou de R\$ 43 milhões, em 2003, para mais de R\$ 300 milhões em 2009, beneficiando unidades em todas as regiões do Estado, como o Hospital Evangélico, em Vila Velha; a Santa Casa de Misericórdia, em Guaçu; o Hospital Madre Regina Protmann, em Santa Teresa; e o Hospital Rio Doce, em Linhares



### Eletivos

» Em 2009, para redução das filas de cirurgias eletivas, iniciaram-se mutirões em todas as regiões do Estado. A planilha demonstra os atendimentos.

### Atendimentos

Hospital	Cirurgia	Pessoas Atendidas	Cirurgias Realizadas
Hucam	Geral	300	62
	Ginecológica	300	48
	Revisão de marca-passo	400	19
	Retinopatia Diabética	300	120
SCM Vitória	Escoliose	169	32
	Geral (Hérnia e Vesícula)	200	106
	Oftalmologia	300	275
HEVV	Retinopatia Diabética	700	50
SCM Guaçuí	Geral	50	08
	Ginecológica	50	04
CM Iúna	Geral	60	36
	Ginecológica	60	13
Ferroviários	Artroscopia	3.425	372
	Otorrinolaringologia	350	125
Clínica dos Acidentados	Artroscopia	330	137
São Bernardo	Artroscopia	400	215
<b>TOTAL</b>		<b>7.394</b>	<b>1.622</b>



» O Samu 192 atende 1,7 milhão de moradores da Grande Vitória e nas regiões Serrana e Litoral Sul, com 355 profissionais atuando 24 horas por dia

### Serviços

» No mesmo período, diversos novos serviços, não existentes anteriormente, foram implantados no SUS-ES. O Samu 192, pelo seu impacto na assistência e na organização do atendimento de urgência merece destaque. Implantado no final de 2005, atende hoje 1,7 milhão de habitantes da Região Metropolitana da Grande Vitória, Região Serrana (municípios de Domingos Martins, Marechal Floriano e Venda Nova do Imigrante) e Litoral Sul (municípios de Anchieta e Piúma). São 26 ambulâncias, uma Central de Regulação e 355 profissionais atuando 24 horas por dia nas emergências em ruas e domicílios e transferindo pacientes graves dos prontos-atendimentos para hospitais.

### Acolhimento

» O Acolhimento com Classificação de Risco, protocolo que organiza o atendimento de urgência e emergência, foi implantado de forma experimental no Hospital Estadual Dório Silva em maio de 2008.

Os resultados se mostraram altamente positivos, o que incentivou a expansão desse sistema para todos os hospitais estaduais: São Lucas, Infantis de Vila Velha e Vitória, Antônio Bezerra de Faria, Silvio Avidos, Roberto Arnizaut Silveiras, além do Centro de Atendimento Psiquiátrico Aristides Alexandre Campos.



Com o Acolhimento com Classificação de Risco, o paciente passa por uma análise assim que chega ao hospital. Profissionais determinam a ordem de acolhimento, de acordo com a gravidade, ou seja, de acordo com a demanda em atendimento imediato ou grau de sofrimento do paciente.

A classificação obedece a um sistema de cores. A cor vermelha indica risco altíssimo, com necessidade de atendimento imediato. A cor amarela significa urgência e demanda atendimento mais rápido. Já a verde indica casos de menor urgência, que podem aguardar atendimento. A cor azul é para pacientes sem urgência e que podem ser atendidos em Unidades Básicas de Saúde.

### 3.2.2 Atenção Primária

» **O Espírito Santo está ganhando um conjunto de 66 novas unidades de saúde, beneficiando 500 mil usuários em 50 municípios, como acontece no Pronto-Atendimento de Vila Valério**

» O Projeto de Expansão e Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, uma das ações estruturantes do Governo, tem como objetivo ajudar os municípios a ofertarem assistência primária à saúde e, com isso, garantir o acesso dos usuários aos serviços.

Atualmente, o Espírito Santo possui 548 equipes atuantes, o que representa uma cobertura de 50%. Pretende-se expandir, até 2010, para 70%. Há 11 anos, eram apenas 26 equipes, com cobertura em apenas 15 municípios. Atualmente, há 77 cidades com Estratégia Saúde da Família. As equipes de saúde bucal, inexistentes em 1998, já são 392, em 2010.



» **Nova Venécia e São Mateus ganharam unidades de atendimento psicossocial e de tratamento de toxicômanos, que também estão chegando a outras regiões do Estado**

A atenção primária se sustenta no fortalecimento da infraestrutura de saúde, nos centros de tratamento aos toxicômanos, em prontos-atendimentos, além de um kit completo para atuação das equipes de PSF, com 85 itens, e uma intensa qualificação profissional.

Com relação à infraestrutura, em 2009, foi financiada a implantação de 59 novas unidades de saúde, cada uma representando duas novas Equipes de Saúde da Família (ESF) para as comunidades beneficiadas. Em 2010, serão mais sete unidades. Ao todo, serão 66 novas unidades de saúde e 132 ESF, beneficiando diretamente cerca de 500 mil usuários em 50 municípios.

Também foram repassados recursos para a construção de cinco unidades de atendimento em saúde mental e em 2010 serão implantados, com recursos do Estado, 10 centros de tratamento de toxicômanos em diversos municípios. Até então, em todo o Estado, há apenas três Centros de Atenção Psicossocial. Três novos prontos-atendimentos também estão em construção.

Os investimentos para financiar todas essas obras e equipamentos ultrapassa-



ção R\$ 150 milhões até o final de 2010, como parte do Programa de Investimentos Públicos e Empregos, para o qual o Governo do Estado destinou R\$ 1 bilhão em 2009 e a mesma quantia em 2010.

### Qualificação

» Entretanto, nada é mais impactante em saúde do que profissionais qualificados e motivados para o trabalho. Participaram da primeira etapa do Curso de Especialização em Atenção Primária à Saúde 1.500 profissionais de nível superior da rede de saúde dos 78 municípios capixabas que atuam nas Unidades de Saúde dos municípios.

Na segunda etapa, lançada em agosto com a presença do ex-ministro da Saúde Adib Jatene, participaram mais 1.575 profissionais.

O curso é ministrado por 13 instituições de ensino do Espírito Santo, com 430 horas de duração, parte das quais realizadas no próprio local de trabalho por tutores capacitados. Um MBA em Gestão de Saúde capacita 90 outros profissionais, entre gerentes de serviços da Sesa e hospitais filantrópicos.

Neste ano de 2010, em parceria com a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, desenvolve-se o Plano Diretor de Atenção Primária, por meio do qual todas as equipes de Gestão da Saúde da Família, ao mesmo tempo, planejam as ações e práticas assistenciais em seus territórios de saúde, influenciando diretamente a qualidade dos cuidados sanitários de 2 milhões de capixabas.

### 3.2.3 Expansão

» Além desses dois principais focos de intervenção para polos de organização do sistema estadual de saúde – o fortalecimento e a expansão da rede de atenção primária e a modernização da ampliação da rede hospitalar –, diversas políticas específicas de saúde foram e/ou estão sendo implantadas com impacto direto na assistência e nos indicadores de saúde.

Destacam-se ações relativas a assistência farmacêutica; oferta de mais leitos de UTI e de UTIN; mutirões; incentivo aos transplantes; ampliação da rede de alta complexidade em oncologia; cirurgia cardíaca; reabilitação física (órteses e próteses); reestruturação das superintendências regionais de saúde; implantação do Complexo Regulador; descentralização e capacitação em vigilância sanitária; e projeto saúde digital.

Nesse sentido, o Governo do Estado, por meio da Secretaria da Saúde (Sesa), deu passos decisivos na ampliação, melhoria e inovação no atendimento à população. Confira alguns exemplos.



### Transplante

» A Secretaria de Estado da Saúde lançou em setembro de 2009 a Política Estadual de Estímulo à Doação e Transplante de Órgãos, implantada pela Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos (CNCDO). O objetivo é incentivar o aumento da doação e transplante de órgãos e tecidos, tornando o Espírito Santo referência nacional na área.

Para atingir as metas, a nova política inclui maior financiamento das ações de doação, que abrange diretamente os profissionais que atuam nesse processo, sobretudo por meio de qualificações. A Secretaria da Saúde investirá R\$ 1,8 milhão por ano para financiar as atividades, desde a doação até a captação, valor quase três vezes maior daquele destinado pelo Governo Federal.

Além disso, a Sesa disponibiliza inicialmente mais R\$ 3 milhões para melhor equipar os 35 hospitais capixabas que devem aderir a essa política. Cada um deles que assinar o termo de adesão receberá um kit para manutenção do potencial doador, composto por ventilador mecânico, monitor multiparâmetro, oxímetro, bomba de infusão, cobertor térmico e eletroencefalógrafo, um dos aparelhos usados na comprovação de morte encefálica.

Como contrapartida, cabe às unidades hospitalares que aderirem à Política Estadual de Doação alguns deveres, como a sensibilização de funcionários sobre o tema; capacitação de equipes multiprofissionais envolvidas no processo de doação;

» **A ampliação da oferta de leitos de UTI neonatal (Utin) foi uma das prioridades da Secretaria de Estado da Saúde**

divulgação do assunto 'doação de órgão' na comunidade, por meio de palestras; e garantir a avaliação diagnóstica para morte encefálica.

Atualmente no Espírito Santo são realizados transplantes de córnea, fígado, coração, rim, rim/pâncreas conjugado, além de medula óssea autólogo (quando o paciente recebe a própria medula, porém tratada).

As instituições que executam algum tipo de transplante são: Hospital Santa Rita de Cássia, Vitória Apart Hospital, Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes (Hucam), Hospital Meridional, Hospital Evangélico de Vila Velha, Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim; Hospital Mata da Praia, Instituto Santa Luzia e Centro de Cirurgia Ocular.

#### *Farmácia Cidadã*

» A primeira Farmácia Cidadã de medicamentos de alto custo do Estado foi inaugurada em outubro de 2008, no Centro Regional de Especialidades (CRE) Metropolitano Juliano Almeida do Valle, em Cariacica. Atualmente, estão em funcionamento em Colatina, Linhares, Venda Nova do Imigrante, São Mateus e Nova Venécia. Posteriormente, a Sesa vai criar mais farmácias dentro do mesmo conceito na Serra e em municípios da Região Centro-Serrana do Estado.

**» A Farmácia Cidadã realiza anualmente 293 mil atendimentos, disponibilizando 185 medicamentos de alto custo para tratamento de doenças graves e raras**



Anualmente, são realizados 293 mil atendimentos. A Farmácia Cidadã disponibiliza 185 medicamentos de alto custo para doenças graves e raras, como asma grave, diabetes, osteoporose, hepatite C, artrite reumatoide, esquizofrenia refratária, doença de Parkinson, distonias, espasticidade, glaucoma, hipertensão pulmonar, entre outras.

Todas essas ações se refletem na melhoria dos indicadores de saúde da população capixaba. Os resultados aqui demonstrados dependeram, além do empenho da equipe, da garantia de aporte crescente de recursos financeiros pelo Governo do Estado, fruto da eficiente gestão econômica desenvolvida desde 2003.

#### *Ampliação e duplicação do Hemoes*

» Em agosto de 2010, foi inaugurada a duplicação e reforma do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Espírito Santo (Hemoes), da Secretaria de Estado da Saúde.

Com as melhorias, que demandaram investimentos de R\$ 1,6 milhão dos governos Federal e Estadual, será possível aumentar as doações de sangue e o cadastramento de medula óssea. Os atendimentos a pacientes com doenças sanguíneas também serão maiores porque o Hemoes ganhou uma área específica para este tipo de assistência.

O primeiro andar do novo prédio é exclusivamente voltado à assistência a portadores de enfermidades como hemofilia, Doença Falciforme e leucemia. Além de mais comodidade aos pacientes, que terão um espaço reservado, a capacidade de atendimento será maior, pois haverá mais dois consultórios médicos, totalizando quatro. Atualmente, a média de atendimentos mensal varia de 500 a 550.

Além de recepção ampla, o prédio duplicado conta com uma sala de espera destinada a quem precisa de transfusão de sangue. O ambulatório de transfusão também teve a capacidade de atendimento triplicada, com nove lugares. O novo prédio ainda disponibiliza consultório odontológico (específico para hemofílicos), sala de enfermagem e fisioterapia.

A nova farmácia foi readequada e conta com mais espaço para armazenamento de remédios. Como retorno, os pacientes hemofílicos que fazem uso dos medicamentos para coagulação sanguínea (os chamados fatores de coagulação) poderão obter mais doses domiciliares (cada dose pode chegar a R\$ 1 mil).

A reforma do prédio antigo permitiu a criação de uma recepção mais ampla, com triagem, a fim de diferenciar o doador voluntário e o de reposição, diminuindo o tempo médio de espera de duas horas para quarenta minutos. A capacidade de coleta de sangue também será quase o dobro, pois sete pessoas poderão doar ao mesmo tempo.

Os voluntários ganharam um espaço mais humanizado, garantindo mais comodidade, com a criação de uma novidade: a sala de pré-lanche. Quem for doar, passará pelo local para consumir alimentos sem gordura e com grande teor de açúcar. Após a doação, o doador terá acesso à sala de pós-lanche. Além disso, foi



criada uma sala de doação por aférese (para obtenção de componentes sanguíneos, como plaquetas), onde será possível realizar duas vezes mais procedimentos.

O Hemoes passou a adotar o nome de Centro de Hemoterapia e Hematologia Dr. Marcos Daniel Santos. Trata-se de uma homenagem ao primeiro hematologista (especialista na área do sangue e suas doenças) do Espírito Santo.

Marcos Daniel Santos detinha títulos de especialista em Hemoterapia, Hematologia e Patologia Clínica e também foi professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam). Como foi pioneiro, teve a responsabilidade de atender em grande número – e sempre com bom humor –, pacientes portadores de doenças do sangue (como anemia falciforme, hemofilia, leucemia, linfoma). Embora com problemas de locomoção, compareceu à inauguração do Hemoes, em abril do ano 2000. Marcos Daniel Santos faleceu em 2006.

#### Serviços oferecidos pelo Hemoes:

- > Atendimento à Doença Falciforme e hemofilia
- > Consultas de hematologia
- > Transfusão ambulatorial
- > Infusão de Medicamentos específicos
- > Doação voluntária e de reposição
- > Cadastramento de medula óssea
- > Orientação técnico-científica para acadêmicos da área da saúde
- > Palestras para captação de sangue e hemoderivados e de medula óssea
- > Atendimento aos hospitais conveniados ao SUS
- > Serviço de orientação e apoio ao doador fidelizado
- > Serviço de coleta externa em todo o Estado
- > Serviço de aférese

#### Onde doar sangue

- > **UNIDADE DE COLETA A DISTÂNCIA DA SERRA:** Tel. (27) 3338-7880 - Avenida Eudes Scherrer Souza, s/n (anexo ao Hospital Dório Silva)
- > **HEMOCENTRO DE LINHARES:** (27) 3171-4361/4363/4362 - Avenida João Felipe Calmon, 1.305, Centro (ao Lado do Hospital Rio Doce)
- > **HEMOCENTRO REGIONAL DE COLATINA:** (27) 3177-7930 - Rua Cassiano Castelo, s/n, Centro
- > **HEMOCENTRO REGIONAL DE SÃO MATEUS:** (27) 3767-4135 - Rodovia Otovarino Duarte Santos, Km 02, Parque Washington
- > **HEMOES VITÓRIA:** (27) 3137-2435/2447 - Avenida Marechal Campos, 1.468, Maruípe

#### Hemodiálise

» O serviço de Terapia Renal Substitutiva, ou hemodiálise, passou a ser ofertado pela primeira vez no Norte do Estado em abril deste ano, no município de São Mateus.

Mais de 100 pacientes de São Mateus, Jaguaré, Conceição da Barra, Pedro Canário, Pinheiros, Boa Esperança, Montanha, Ponto Belo, Mucurici, Nova Venécia e Vila Pavão são atendidos pelo serviço, que tem capacidade de realizar até 1.500 sessões por ano. O custeio inicial de R\$ 1,36 milhão é de responsabilidade da Sesa.



» **A Secretaria da Saúde passou a oferecer serviços de hemodiálise na região Norte do Estado, como a unidade de São Mateus, capaz de fazer até 1.500 sessões por ano**

#### Oncologia

» Está em fase final a implantação de um serviço de oncologia em São Mateus, que absorverá a demanda de pacientes da Região Norte do Espírito Santo. A descentralização representará mais conforto para os usuários que atualmente devem se deslocar até a Grande Vitória para buscar tratamento. Com isso, todas as regiões do Estado (Sul, Centro e Norte), passarão a ser cobertas com o serviço. Mais de R\$ 5 milhões estão previstos para o custeio do serviço de oncologia.

#### 3.2.4 Projetos e obras

» Com investimentos do Governo Estadual, ao final do segundo semestre de 2010, terão sido criados os projetos de dois novos hospitais: Hospital Estadual de Vila Velha e do novo Hospital Estadual Infantil de Vitória. Terão sido concluídas a primeira etapa da duplicação e ampliação do Hospital Estadual São Lucas e a maior parte das obras do Hospital Estadual Dório Silva. O Hospital Estadual Geral de Vila Velha ficará localizado nas proximidades da Rodovia Darly Santos e terá 250 leitos. Custará em torno de R\$ 80 milhões e vai substituir o Hospital Estadual Antônio Bezerra de Faria.



### 3.3 Justiça

» Na atual gestão, já foram inauguradas 18 novas unidades prisionais. A previsão para o período 2003-2010 é a criação de aproximadamente 10 mil vagas. Mas o caminho que leva a esse número ímpar de realizações, tornando o Espírito Santo o Estado que mais investe, proporcionalmente à sua população, no sistema carcerário, é pleno de desafios.

Isso em função do quadro de abandono e decadência em que o sistema prisional foi encontrado em 2003 e, também em função das complexidades da sociabilidade contemporânea, marcada por violências diversas e um quadro desafiante de desigualdades, egoísmo, individualismo, disseminação de drogas, entre outros fatores geradores de conflitos e demandantes de suporte das estruturas públicas de defesa social e justiça.

Em 2003, o sistema penitenciário do Espírito Santo contava com 13 unidades prisionais e todas apresentavam problemas tais como:

- > Instalações físicas depredadas pelos presos
- > Desenho arquitetônico inadequado
- > Superlotação
- > Presos de regimes diferentes abrigados no mesmo espaço
- > Ausência de normas/procedimentos operacionais
- > Reduzido número de servidores (último concurso em 1994)
- > Servidores despreparados e desmotivados
- > Ausência de um modelo de gestão

Mesmo ao longo do processo de recuperação da capacidade de investimento com recursos públicos, que não chegava a 1% da arrecadação em 2003, foram realizadas reformas em unidades prisionais, de maneira a melhorar a condição de abrigamento dos presos. Também foram concluídas as obras da Penitenciária de Segurança Média II (Viana), em 2004, e da Penitenciária de Segurança Média de Colatina, em 2005.

#### Reestruturação

» Com a capacidade de investimento do Estado recuperada, teve início, por intermédio da Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), um grande processo de estruturação do sistema prisional, com a construção de novas e modernas unidades prisionais, além da ampliação do quadro de pessoal e da capacitação e qualificação de servidores.

O Governo do Estado está realizando uma reestruturação completa no sistema penitenciário capixaba. Os projetos que estão sendo executados visam a erradicar os problemas de superlotação nas unidades prisionais do Estado, remover todos os





### **Baía de Vitória**

FOTO: ALAIR CALIARI

presos das delegacias, substituir os policiais militares que trabalham nas unidades por agentes penitenciários, expandir os programas de atendimento à saúde, educação e de trabalho, enfim, proporcionar dignidade à pessoa presa.

O ano de 2007 foi marcado pelo reinício do funcionamento da Penitenciária de Segurança Máxima I, após a reforma no ano de 2006, com capacidade para 510 vagas. Teve início a ocupação da Penitenciária de Segurança Máxima II, com 336 vagas. Ela foi construída num período de seis meses, com investimento próprio do Estado de R\$ 10,8 milhões.

Nesse mesmo ano, foram desativadas, por não fornecerem mais condições mínimas de habitabilidade e segurança, a Casa de Passagem de Vila Velha e a Penitenciária Regional de Cachoeiro de Itapemirim. Foi realizado concurso público para os cargos de agente penitenciário e de agente de escolta e vigilância penitenciária, num total de 845 vagas. Também foram criadas as seguintes unidades administrativas: Diretoria de Assistência Jurídica do Sistema Prisional; Diretoria de Saúde do Sistema Penal; Núcleo de Tecnologia da Informação; Núcleo Educacional do Sistema Penal; Núcleo de Enfermagem do Sistema Penal; Núcleo de Farmácia do Sistema Penal; e Núcleo de Nutrição do Sistema Penal.

Durante o ano de 2008 foram criadas 1.016 novas vagas em unidades prisionais. Foram entregues o Centro de Detenção Provisória de Cachoeiro de Itapemirim (224 vagas), o Centro de Detenção Provisória de Viana (176 vagas), a Penitenciária Regional de Cachoeiro de Itapemirim (432 vagas), o Centro de Detenção Feminina de Cachoeiro de Itapemirim (184 vagas).

Com 18 unidades prisionais inauguradas desde o início da atual gestão, o Espírito Santo se firma como o Estado brasileiro que mais investe na estruturação do seu sistema prisional, proporcionalmente à sua população. Está sendo construído no Estado um sistema prisional moderno e eficiente.

A atual gestão está investindo recursos da ordem de R\$ 420 milhões de recursos próprios do Estado na construção de novas unidades prisionais. O compromisso do Governo do Estado com a estruturação do seu sistema prisional é evidenciado pelo tempo de construção das novas unidades, entre a ordem de serviço e a ocupação das unidades tem sido gasto, em média, 9,4 meses.

Em 2009, foram inaugurados a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Cachoeiro de Itapemirim (100 vagas), o Centro de Detenção Provisória de Aracruz (178 vagas), o Centro de Detenção Provisória de Marataízes (216 vagas), o Centro de Detenção Provisória de São Domingos do Norte (216 vagas), o Centro de Detenção Provisória da Serra (550 vagas), o Centro de Detenção Provisória de Guarapari (580 vagas), o Centro de Detenção Provisória de São Mateus (350 vagas), o Centro de Detenção Provisória de Colatina (500 vagas). Somente nesse ano foram criadas 2.690 novas vagas no sistema penitenciário do Espírito Santo.



O ano de 2010 começou com a inauguração da primeira etapa do Centro de Detenção Provisória de Viana II (432 vagas). Com esta entrega teve início o processo de desativação da Casa de Custódia de Viana (Cascurvi). No mês de maio foi entregue a segunda etapa do novo CDP, com mais 432 vagas, e foi possível então a demolição do prédio da antiga Cascurvi.

A Cascurvi foi a terceira unidade prisional demolida pela atual gestão, isto porque, além de criar novas vagas, a Sejus também está substituindo aquelas unidades cujas estruturas físicas estão fragilizadas e onde foi utilizado método construtivo atualmente ultrapassado.

Em 2008, foi demolida a Penitenciária de Monte Líbano, em Cachoeiro de Itapemirim, e no local foram construídas duas novas unidades consideradas por especialistas as mais modernas do País na atualidade, e, em março de 2009, a Casa de Passagem, em Vila Velha, foi implodida.

Com a inauguração da Penitenciária Feminina de Cariacica, com 324 vagas e da Penitenciária Semiaberta Feminina, com 112 vagas, foi possível extinguir por completo a utilização de celas metálicas no sistema penitenciário do Estado.

Portanto, com as inaugurações de unidades prisionais citadas, o atual Governo criou 5.864 novas vagas no sistema penitenciário do Espírito Santo e outras 4.120 estão sendo construídas e serão inauguradas até março de 2011.

As unidades em construção são: Centro de Detenção Provisória de Vila Velha Masculino (500 vagas), Penitenciária Regional de São Mateus (534 vagas), Centro Prisional Feminino de Colatina (318 vagas), Penitenciária Regional de Vila Velha I (576 vagas), Penitenciária Regional de Vila Velha II (576 vagas), Centro de Detenção e Ressocialização de Linhares (408 vagas), Penitenciária Semiaberta Masculina de Vila Velha I e II (1.208 vagas).

Com essas novas unidades será possível desativar as carceragens de delegacias e Departamentos de Polícia Judiciária (DPJs) da Grande Vitória e abrigar todos os detentos em unidades prisionais da Secretaria da Justiça.

### *Plano Diretor*

» O Governo do Espírito Santo possui um Plano Diretor com metas para melhoria do sistema penitenciário do Estado. O Plano Diretor foi elaborado em 2007 e conta com 22 metas relacionadas a áreas como educação e profissionalização, assistência jurídica e à saúde, geração de vagas, entre outras. O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) monitora o cumprimento das metas trimestralmente de maneira virtual e semestralmente in loco. A última visita de monitoramento in loco aconteceu no último mês de maio. O Depen destacou que o sistema penitenciário do Espírito Santo tem apresentado significativos avanços nos últimos anos.



» Entre 2003 e 2010, o Governo do Estado criou cerca de 10 mil vagas no sistema penitenciário; são obras já inauguradas e em andamento, para entrega em 2011, em todas as regiões do Estado, como em Vila Velha e Cachoeiro de Itapemirim



» Entre várias outras realizações, foram feitas obras e instaladas unidades em Marataizes, São Mateus, Viana...



» ...Serra, Guarapari e São Domingos do Norte, constituindo-se um novo sistema prisional capixaba





» **A reestruturação do sistema prisional vai além dos novos prédios, oferecendo novas condições de segurança e infraestrutura de atendimento**

### 3.3.1 Recursos humanos

» O foco da Secretaria da Justiça não está apenas na construção de novas unidades prisionais. A Sejus também investe na gestão competente do sistema penitenciário do Estado. E, para isso, estão sendo contratados e capacitados novos servidores.

Após o concurso realizado em 2007, ocasião em que foram nomeados 225 agentes penitenciários e agentes de escolta e vigilância, um novo concurso público foi promovido em 2009.

Dessa vez foram oferecidas 1.083 vagas, sendo que 745 candidatos foram aprovados e nomeados no mês de julho. Entre os nomeados 490 são agentes penitenciários e 255 agentes de escolta e vigilância. Um novo concurso público com 945 vagas será autorizado ainda nesta gestão.

Atualmente, os agentes que atuam no sistema penitenciário do Espírito Santo contam com plano de cargos e salários – aprovado em 2008 – e recebem salário inicial de R\$ 1.956,24.

Em 2003, o Espírito Santo contava somente com 92 agentes penitenciários efetivos e a Polícia Militar era responsável pela guarda das unidades prisionais. Com a realização dos concursos, os policiais que atuavam em unidades prisionais puderam voltar a atuar no serviço de policiamento ostensivo junto às comunidades. Atualmente, o Estado conta com aproximadamente 2.800 agentes penitenciários entre efetivos, por designação temporária e terceirizados.

Também está em andamento a seleção da empresa que será responsável pela realização do concurso público para a contratação de seis médicos-peritos psiquiatras.

#### *Escola Penitenciária*

» É de competência da Escola Penitenciária (Epen) a realização de estudos, pesquisas e levantamento de necessidades de treinamento e aperfeiçoamento, visando à elaboração do programa permanente de treinamento dos servidores, bem como treinamento e estágio probatório de preparação para provimento dos cargos da Secretaria de Estado da Justiça.

São realizadas nas dependências da Epen ações como: treinamento, reciclagem, motivação e qualificação de servidores da Secretaria da Justiça. Dentre elas, destacam-se curso de formação para novos agentes aprovados em concurso; capacitação para os agentes penitenciários de designação temporária, contratados por meio de processo seletivo simplificado; curso de padronização das atividades operacionais do sistema prisional; fóruns de assistência social e psicologia; capacitação para os profissionais de saúde; capacitação para os professores da educação prisional; e capacitação na área de gerenciamento de crise e negociação de reféns.



### 3.3.2 População carcerária

» No início do atual Governo, o Espírito Santo tinha uma população carcerária de aproximadamente 3 mil presos. Atualmente, são mais de 12 mil presos, sendo 90% homens e 10% mulheres. Do total, 56% são presos condenados e 44% são provisórios.

O novo modelo de gestão que a Secretaria da Justiça está implantando em todas as unidades prisionais contempla as assistências previstas na Lei de Execução Penal: saúde, jurídica, material, educacional, religiosa e de trabalho. Também são oferecidos cursos de qualificação profissional e realizados projetos que visam à ressocialização dos egressos do sistema penitenciário.

#### Educação

» Em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (Sedu), a Sejus mantém em funcionamento, em 16 unidades prisionais, salas de aula onde funcionam turmas desde a alfabetização até o ensino médio, na modalidade Educação para Jovens e Adultos (EJA). Aproximadamente 1.300 presos estudam nas dependências das unidades prisionais, orientados por mais de 90 professores.

Segundo o mais recente relatório do Ministério da Educação (MEC) que trata da educação no sistema penitenciário brasileiro, o Espírito Santo é o Estado que tem percentualmente mais internos envolvidos em atividades educacionais. No

Estado, são 21,79% do total de detentos. O índice capixaba supera o percentual do País, que é de 17,3%.

Numa iniciativa inédita no sistema penitenciário do Brasil, começaram a funcionar em maio de 2010 as salas de aula do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Formação Inicial e Continuada (Proeja FIC Apenado).

A união da educação básica com a qualificação profissional, proporcionada pelo programa, vai ao encontro da necessidade de rapidez que os internos do sistema prisional têm. Após a participação do programa eles terão mais chances de alcançar uma oportunidade no mercado de trabalho, quando ganharem a liberdade.

A implantação do programa no sistema penitenciário capixaba foi viabilizada por uma parceria entre as secretarias de Estado da Justiça (Sejus) e da Educação (Sedu) com o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes).

Inicialmente, o programa está beneficiando 125 internos que poderão, simultaneamente, concluir o ensino fundamental e se profissionalizar participando dos cursos de bombeiro hidráulico, pintor, gesso e instalações elétricas. Toda a carga horária será cumprida em 12 meses.

As cinco turmas iniciais do programa estão funcionando na Penitenciária de Segurança Média II e na Penitenciária de Segurança Máxima I, ambas em Viana; na Penitenciária Regional de Cachoeiro de Itapemirim; e na Penitenciária de Segurança Média de Colatina.



» Segundo o Ministério da Educação, o Espírito Santo é o Estado que tem percentualmente mais internos envolvidos em atividades educacionais. São mais de 1.300 presos, cerca de 22% do total, orientados por mais de 90 professores, da alfabetização ao ensino médio



### Assistência jurídica

» Em 2007, quando foi criada a Diretoria de Assistência Jurídica do Sistema Penal (Dirajusp), montou-se uma equipe com assessores jurídicos. Atualmente, essa equipe é composta por 31 profissionais, que dão suporte jurídico aos diretores de unidades prisionais, o que possibilita um acompanhamento mais eficaz da vida processual dos internos. Todas as unidades prisionais do Estado contam com assessores jurídicos fixos, que atuam diariamente.

Além do atendimento cotidiano, foram realizados esforços concentrados, espécie de mutirão jurídico, em todas as unidades prisionais, com o intuito de minimizar o percentual da população penitenciária custodiada nos estabelecimentos penais, verificando, por exemplo, possíveis excessos de prazo na instrução criminal dos internos.

A Sejus inaugurou em junho de 2010 a Central de Alvarás. A Central está localizada no Complexo Penitenciário de Viana e funciona 24 horas. Ela concentra o recebimento dos alvarás de soltura das unidades prisionais da Grande Vitória.

A Central de Alvarás centraliza e dá mais agilidade ao cumprimento das decisões judiciais, possibilitando um controle efetivo da saída dos presos. O projeto da Central de Alvarás é pioneiro no País e as decisões, que antes demoravam cerca de 24 horas para serem cumpridas, agora são efetivadas em pouco mais de uma hora.

### Saúde

» Atualmente, a Sejus conta com 16 equipes multidisciplinares, formadas por médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, psicólogo, assistente social, dentista e auxiliar de consultório odontológico. Aproximadamente 91% dos atendimentos de saúde aos internos do sistema penitenciário do Espírito Santo são realizados nas dependências das unidades prisionais.

Somente nos primeiros seis meses de 2010, os profissionais de saúde da Sejus realizaram mais de 95 mil atendimentos aos internos do sistema prisional. As unidades prisionais que não têm equipe multidisciplinar completa contam com enfermeiros ou técnicos em enfermagem, assistente social e psicólogo, e o atendimento médico é oferecido pelas redes municipal e estadual de Saúde, de acordo com o nível de complexidade do atendimento.

A Sejus inaugurou em novembro de 2009 a Unidade de Saúde Prisional (USP), localizada no Complexo Penitenciário de Viana. A unidade foi completamente reformada e equipada para prestar atendimentos de saúde, uma vez que, desde que ela foi construída, só havia funcionado como presídio. Foram investidos aproximadamente R\$ 300 mil na reforma.

A unidade possui 17 leitos e é equipada com cadeira odontológica, raios X



» A Sejus conta com 16 equipes para atendimento médico, psicológico e odontológico aos detentos, tendo realizado mais de 95 mil consultas só no primeiro semestre de 2010



odontológico, eletrocardiograma, monitor cardíaco, aparelho de raio X, cadeiras reclináveis para medicação, equipamentos de esterilização, entre outros.

A inauguração da USP integra as ações de reestruturação do sistema penitenciário do Estado. A unidade foi equipada seguindo normas e padrões rígidos e possibilitará que os internos do sistema prisional participem dos programas de promoção e assistência à saúde.

Também no Complexo de Viana foi construído o Módulo de Acompanhamento de Tuberculose, que conta com 30 leitos. O funcionamento da unidade segue as diretrizes estabelecidas pela portaria de Normatização de Posturas Administrativas para Atendimento ao Preso com Tuberculose no Sistema Penitenciário.

Além de receberem o tratamento nas unidades prisionais em que cumprem pena, quando há necessidade, os presos são encaminhados para o Módulo. Com essa política é possível também controlar a transmissão da doença no interior das unidades prisionais, além de resguardar servidores, familiares e visitantes.

### *Trabalho*

» Atualmente, o Espírito Santo tem mais de 1.250 detentos trabalhando tanto dentro quanto fora das unidades prisionais do Estado e há várias frentes de trabalho instaladas em 11 unidades. Oitenta e nove empresas são parceiras da Sejus no oferecimento de oportunidades de trabalho.



» Com a política de reinserção no mercado de trabalho e de capacitação profissional, e em parceria com 89 empresas, cerca de 1.300 detentos exercem atividades produtivas, inclusive em 11 unidades prisionais



Outra ação do Governo do Estado no aumento do oferecimento de vagas de trabalho para presos e ex-presos, foi a publicação no Diário Oficial, do decreto nº 2460-R que determina às empresas contratadas ou conveniadas aos órgãos do Governo do Estado a contratação de 6% da mão de obra total para a execução da obra ou serviço advindos do sistema penitenciário do Estado, sendo que 3% deverão ser presos e 3% egressos.

As empresas que já estejam contratadas pelos órgãos da administração direta ou pelas entidades da administração indireta do município, em razão de convênio firmado com o Estado, vão poder, a qualquer tempo, aderir voluntariamente às disposições do decreto.

Conforme determina o decreto, o salário pago aos presos e egressos não pode ser inferior a um salário mínimo. O trabalho de detentos não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e sim à Lei de Execução Penal, o que faz com que a empresa fique dispensada do recolhimento dos encargos trabalhistas.

O Estado também aderiu, em fevereiro de 2010, ao programa Começar de Novo do CNJ, que visa a promover ações que estimulem a ressocialização e reinserção no mercado de trabalho de detentos e ex-detentos, além de jovens em conflito com a lei.

### Qualificação

» São oferecidos cursos profissionalizantes dentro dos arranjos produtivos do Estado como forma de possibilitar a inserção dos internos no mercado de trabalho após o cumprimento da pena. Os cursos também contam com disciplinas de empreendedorismo, no intuito de despertar uma postura profissional que garanta a permanência dessas pessoas no mercado de trabalho.

Já foram ministrados cursos profissionalizantes de confeitaria, panificação, manicure, cabeleireiro, eletricitista básico, bombeiro hidrossanitário, gesso, entre outros. As aulas são ministradas por instrutores de instituições com expertise na área de qualificação, como o Ifes (antigo Cefetes), Senac, Senai, Sesi e Sebrae.

Destacam-se nessa área o Projeto Maria Marias, desenvolvido na Penitenciária Estadual Feminina, vencedor do Prêmio Inovos 2008, na categoria Inclusão Social e, ainda, o Centro de Formação Profissional da Penitenciária Agrícola (Cefop), com capacidade para atender 120 alunos diariamente.

### Assistência Religiosa

» A assistência religiosa, com liberdade de culto, é garantida aos presos pela Lei de Execução Penal em seu artigo 24. A Sejus criou, em junho de 2008, o Grupo de

Trabalho Interconfessional do Sistema Prisional do Estado do Espírito Santo. O Grupo atua na normatização da assistência religiosa e na qualificação dos voluntários. Somente em 2009, 639 pessoas participaram dos seminários de capacitação.

O grupo é coordenado pelos Núcleos de Assistência Social e de Direitos Humanos da Sejus, mas, além da Secretaria, também estão representadas a Federação Espírita do Espírito Santo, a Arquidiocese de Vitória, a Convenção Batista do Espírito Santo, a Igreja Presbiteriana do Brasil e a Igreja Assembleia de Deus.

Além de qualificar os voluntários que atuam nas unidades prisionais do Estado, o Grupo Interconfessional também age para a ampliação da assistência espiritual oferecida nos presídios e a melhora da relação entre os voluntários e os servidores das unidades prisionais. O grupo se reúne semanalmente para avaliar o trabalho que é desenvolvido pelos voluntários nas unidades prisionais.

### Cidadania

» Para além da questão prisional, a Sejus tem como atribuições o gerenciamento do Iases, do Procon e do Balcão da Cidadania, entre outros. O Balcão da Cidadania, dirigido pelo Núcleo de Direitos Humanos (NDH) da Secretaria da Justiça, é um incentivador da valorização da dignidade humana, com a missão de orientar todos os cidadãos na garantia de seus direitos individuais e coletivos, encaminhá-los às entidades governamentais e não governamentais e receber e encaminhar denúncias de violações dos direitos humanos.

O Balcão da Cidadania está instalado no térreo do edifício Fábio Ruschi, no centro de Vitória, e os atendimentos são realizados pessoalmente, por telefone ou on-line. São fornecidas informações como orientações e esclarecimentos nas áreas da Saúde, Direito do Consumidor, Justiça, Infância e Juventude, documentos pessoais, fornecimento de atestados de pobreza, de contrato de união estável, atestado de bons antecedentes, encaminhamento de atendimento à saúde, de denúncia de violação ao direito, atendimento a vítima de violência, demandas sobre transportes, demandas em trabalho/estágio e formação profissional, inserção escolar, confecção de documentos pessoais, dentre outros.

### 3.3.3 Iases

» O Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases), autarquia da Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), é o órgão responsável por fazer a gestão e execução da política pública de atendimento ao adolescente em conflito com a lei e atua na estruturação de um novo sistema socioeducativo no Espírito Santo.





Os recursos necessários para esse trabalho foram garantidos pelo atual Governo com investimentos estruturantes e em ações ligadas aos recursos humanos. No período entre 2003 e 2010, os investimentos do Iases foram da ordem de aproximadamente R\$ 75,5 milhões.

O ano de 2010 é marcado pelo reordenamento e regionalização da política de atendimento socioeducativo com as seguintes ações a destacar:

- > Inaugurações de novas unidades e espaços para o atendimento ao adolescente em conflito com a lei que visam a regionalizar o atendimento em meio fechado, e, assim, fortalecer vínculos familiares e comunitários do adolescente, requisitos previstos no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Foram criadas 500 novas vagas para o atendimento socioeducativo em meio fechado nas regiões Norte e Sul do Estado e na Região Metropolitana.
- > Investimento e o fortalecimento das medidas socioeducativas em meio aberto junto aos municípios. No ano de 2004, apenas quatro municípios desenvolviam programas em meio aberto e, em 2010, o Iases firma convênios de cooperação técnica e financeira com 22 municípios.
- > Investimento em recursos humanos com o plano de cargos e carreiras; realização de concurso público com a oferta de 441 vagas; e a inauguração da Escola de Formação do Iases.

### Entregas

» Em junho de 2010, o Iases inaugurou a Unidade de Internação Provisória e a Unidade de Internação da Regional Norte, em Linhares. São 60 vagas de internação provisória e 90 de internação para atender adolescentes do sexo masculino originários de municípios da região Norte e Noroeste do Estado.



» O Iases recebeu R\$ 75,5 milhões de investimentos, tendo criado mais de 500 vagas em obras em todo o Estado, regionalizando o atendimento em unidades como a de Linhares, Cachoeiro de Itapemirim e Vila Velha (Metropolitana)







Em agosto de 2010, foi entregue o novo Espaço Pedagógico do Iases, em Caricica-Sede, para atender os adolescentes da Unidade de Internação Socioeducativa (Unis).

O local tem 2.150 metros quadrados de área construída com dois prédios que possuem oito salas de aula, oito espaços multiuso para cursos (em um deles funciona uma padaria), auditório, biblioteca, laboratório de informática, sala dos professores e pedagogos, arquivo, copa e depósito.

O espaço é destinado a atividades de escolarização, ao desenvolvimento de cursos profissionalizantes e de capacitação, atividades pedagógicas, socioterapêuticas, sociocomunitárias, de cultura, lazer e de espiritualização.

Ainda no mês de agosto, foi realizada também a entrega do novo prédio de Administração e Atendimento da Unis, em Caricica-Sede.

No mês de setembro, foi entregue a Escola de Formação do Iases, localizada no bairro Ibes, em Vila Velha. A Escola de Formação é um espaço destinado à formação continuada dos servidores e da rede socioeducativa.

Com essa entrega, os investimentos do Iases destinados à formação continuada dos servidores e da rede socioeducativa entre os anos de 2004 e 2010 superaram R\$ 1,5 milhão. Foram viabilizados vários cursos de capacitação e formação para servidores e para toda a rede. Vale destacar, ainda, o curso para profissionais dos programas de medidas socioeducativas em meio aberto, em 2010, em parceria com a Escola Lacaniana de Psicanálise de Vitória (ELPV) e a Faculdade de Direito de Vitória (FDV), a partir de uma iniciativa financiada por meio de convênio entre o Governo do Estado e a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Nos anos anteriores foram realizados outros dois projetos de capacitação denominados Re-significar e Te-Sendo a Rede, destinados a servidores e também a profissionais da rede de atendimento socioeducativo, a partir de iniciativas do Iases, em parceria com o Governo Federal.

» O Iases oferece inúmeros cursos de capacitação para reinserção dos internos no mercado de trabalho, como acontece no Centro Socioeducativo de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei (CSE), em Tucum, Caricica, inaugurado em 2009 com uma proposta inovadora



Nos últimos meses de 2010, também foi realizada a entrega de uma Unidade de Internação Provisória e uma de Internação na Regional Sul, em Cachoeiro de Itapemirim; da Unidade de Internação Provisória II (Unip II), em Cariacica-Sede; e da Unidade Metropolitana de Internação, em Vila Velha.

Esta gestão também licitou, em 2010, a obra para a construção do novo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei (Ciase), onde funcionará o plantão interinstitucional da Grande Vitória com serviços do Iases, Defensoria Pública, polícias Militar e Civil, Juizado da Infância e Juventude, e Ministério Público. O Ciase será construído em Vitória.

### *Gestão*

» O ano de 2010 acumula uma série de conquistas viabilizadas pelos investimentos e trabalhos realizados desde 2003. No ano de 2009, foi implantada a Gerência Pedagógica, uma ação de gestão importante para a construção do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) que simboliza a essência do atendimento socioeducativo, organiza as ações de atendimento técnico, e é o instrumento ordenador da ação socioeducativa.

Neste ano, inicia-se a implantação do PPPI, que representa uma conquista significativa, do ponto de vista do método, mas também um grande desafio, pois é um instrumento que impacta diretamente na consolidação de uma cultura da socioeducação.

No ano de 2010, ocorreu também a implantação do Sistema de Informação do atendimento Socioeducativo e a construção do Regimento Interno Institucional.

Ainda no ano de 2010, o Iases celebra um ano de funcionamento do Centro Socioeducativo de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei (CSE), localizado em Tucum, Cariacica. A gestão do local é realizada através de um contrato de gestão por resultados, inovador, firmado entre o Governo do Estado, por meio do Iases, e uma organização social, a Associação Capixaba de Desenvolvimento e Inclusão Social (Acadis).

### *Atendimento*

» Com a entrega do novo Espaço Pedagógico, o Iases firmou uma nova parceria com a ArcelorMittal Tubarão para o desenvolvimento de uma oficina multimídia de cinema. Além disso, o projeto de lançamento de um CD profissional gravado em estúdio pelos socioeducandos também foi concretizado, sendo o CD lançado em agosto de 2010. A ArcelorMittal Tubarão também é parceira no desenvolvimento do projeto de musicalização Cantando a Vida, desenvolvido com os adolescentes em todas as unidades do Iases.

No ano de 2010, além dessas atividades, também foi criado o projeto Canto Coral, Oficinas de Teatro e, no novo Espaço Pedagógico, iniciou-se de forma permanente oficinas pedagógicas de artesanato, tecelagem, informática, padaria, manutenção e montagem de computadores, além de cursos profissionalizantes realizados por profissionais do Sesi, Senai, Senac, e a escolarização em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (Sedu). Parcerias com a Faculdade de Música do Estado do Espírito Santo (Fames) e com a Secretaria de Estado de Esportes, Cultura e Lazer (Sesport) também foram firmadas para o desenvolvimento de atividades de musicalização, bem como projetos esportivos.

Também foi criado o Programa de Egressos, em parceria com a Fundação Daldato, com o oferecimento de curso de capacitação para o mercado de trabalho para meninos e meninas que deixaram o sistema de atendimento socioeducativo.

A profissionalização e a capacitação de adolescentes com foco no mercado de trabalho também foi um dos resultados alcançados com um ano de funcionamento do Centro Socioeducativo. Dos 80 adolescentes atendidos no CSE, 50% deles se encontram inseridos no mercado de trabalho com carteira assinada nos ramos de panificação, confeitaria, mecânica, cozinhas industriais, ainda durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação.

O Projeto Cidadania também foi realizado no ano de 2010 e garantiu a regulamentação e a retirada de mais de 400 documentos de identidade, carteiras de trabalho, CPFs, alistamentos militar e títulos de eleitor. As ações de cidadania foram realizadas nas unidades de atendimento, pela equipe do Núcleo de Abordagem Familiar e Comunitária do Iases, em parceria com o departamento de identificação da Polícia Civil, com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp) e com a Junta Militar, que garantiram a isenção de taxas para a retirada dos documentos.

As ações de inclusão social, profissionalização e cidadania se destacaram no ano de 2010 com a participação de adolescentes em eventos como o concurso do 'Padeiro Nota 10' em que um adolescente de 17 anos conquistou o 1º lugar do prêmio concorrendo com profissionais da área de panificação e confeitaria. Alunos do Projeto Lutando pela Vida do CSE conquistaram os primeiros lugares no campeonato estadual de Judô. Os adolescentes da Unis e as meninas da UFI também participaram do Projeto do Trote Solidário, realizado pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV).

Quanto ao atendimento em saúde, o Iases, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e o Instituto Solidário, garantiu serviços de atendimento de consultas médicas, dentista, dentre outros atendimentos, além de promover programas de promoção e prevenção, censo, pesquisas e palestras de sensibilização voltadas para o combate ao tabaco e uso e abuso de drogas.

Outra conquista no âmbito do atendimento neste ano de 2010 foram as audiências de revisão de medidas de internação realizadas dentro das unidades.

Ocorreram audiências que resultaram em aproximadamente 70 liberações. A ação aconteceu de forma articulada entre o Executivo, por meio do Iases, o Judiciário, a Promotoria e a Defensoria Pública.

Também houve investimentos em segurança e recursos humanos. O sistema de segurança das Unidades foi aprimorado, houve a implantação de serviço de inteligência, e o Iases também priorizou investimentos na contratação e capacitação de agentes socioeducativos, equipes técnicas, além da aquisição de equipamentos de trabalho.

### 3.3.4 Procon-ES

» O Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon Estadual), autarquia integrante da administração indireta, destina-se à proteção e defesa dos interesses dos consumidores, mantendo contato direto com os cidadãos e seus pleitos, competindo-lhe, basicamente, as funções de acompanhamento e fiscalização das relações de consumo entre fornecedores e consumidores.

Segundo dados do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (Sindec), o Procon Estadual registrou, no ano de 2005, 11.731 atendimentos; em 2006 esse número foi de 18.146; em 2007 subiu para 25.110; em 2008 foram registrados 27.322 atendimentos. No ano de 2009, foram realizados 26.070 atendimentos e, em 2010, até 30 de agosto, já somavam mais de 16.700.

Esse crescimento é reflexo das novas ferramentas de atendimento desenvolvidas pelo Instituto (Atendimento Eletrônico, Consulta Eletrônica e CIP Eletrônica), que deram mais agilidade e praticidade aos serviços, uma vez que consumidores e fornecedores passaram a consultar processos, tirar dúvidas e fazer denúncias, sem precisar se deslocar até a sede do Procon Estadual.

Em 2009, houve uma mudança estratégica no setor de atendimento, que fez com que os consumidores comparecessem menos vezes ao Procon Estadual para solucionar seus problemas. Um exemplo que demonstra claramente essa mudança estratégica é o crescimento do número de cartas de informação preliminar (CIPs).

» O Procon-ES investiu prioritariamente na qualificação, modernização e ampliação do atendimento ao consumidor capixaba



Em 2008, foram expedidas 3.591 cartas de informação preliminar, em 2009 esse número foi de 9.475 e, em 2010, até 30 de agosto, o total era de 7.077 CIPs.

Em julho de 2010, o Procon Estadual passou a utilizar como forma padrão de remessa a CIP Eletrônica, fato que deu celeridade e eficiência aos procedimentos, melhorando a vida dos consumidores e fornecedores que, além de contar com uma poderosa ferramenta de gestão, puderam eliminar custos com Correios e pessoal terceirizado.

### Fiscalização

» O Procon Estadual desempenha importante papel no âmbito fiscalizatório em todo o território do Espírito Santo. Para se ter uma ideia, em 2009 foram realizadas 399 ações em 13 municípios do Estado, além do trabalho desenvolvido nos sete municípios que compõem a região da Grande Vitória, resultando na lavratura de Autos de Infração, Termos de Apreensão, Autos de Constatação e palestras educativas. Em 2010 já foram realizadas mais de 180 ações de fiscalização.

### Conciliação

» Além dos atendimentos pessoais e das tentativas imediatas de solução de conflitos, o Procon Estadual realiza audiências de conciliação, oferecendo a oportunidade de intermediação de conflitos dentro do processo administrativo. Em 2007 foram realizadas 3.868 audiências dessa mesma natureza. Já em 2008 esse número elevou-se para 6.275, e o ano de 2009 fechou com 8.492 audiências de conciliação. Em 2010, até 30 de agosto, já haviam sido realizadas 6.658 audiências.

### Jurídico

» Todos os processos não solucionados no setor de atendimento e nas audiências de conciliação do Procon Estadual, bem como todos os autos de infração lavrados pela fiscalização do Instituto são encaminhados ao departamento jurídico, que emitiu, em 2009, 457 decisões administrativas. Além disso, nesse mesmo ano, o Procon Estadual entrou com 10 ações civis públicas, nove contra planos de saúde pelo reajuste por mudança de faixa etária e uma contra uma empresa de gás, por publicidade abusiva. Em 2010, foram proferidas 166 decisões administrativas.

### Cadastro

» Em 11 de setembro de 2009, o Procon publicou o Cadastro de Reclamações Fundamentadas 2008/2009, que é um importante instrumento de consulta para



o consumidor e para todo o ambiente consumerista. O documento apresenta nomes fantasias, razões sociais e outros dados de 292 fornecedores, englobando desde grandes empresas nacionais até pequenos fornecedores do Espírito Santo. O Cadastro 2008/2009 registrou 1.364 reclamações.

### *Credibilidade*

» Importante destacar que o Procon atingiu junto à sociedade capixaba alto nível de credibilidade, pelos trabalhos que vem realizando e pela constante ampliação de suas atividades e crescente nível de resolutividade apresentado, sempre distribuindo cartilhas informativas e realizando eventos educativos, servindo, portanto, como entreposto estatal à disposição dos consumidores para fazer frente às suas demandas justas perante o fornecedor.

Resultado desse movimento está no resultado da pesquisa de Confiança nas Instituições, realizada pelo Instituto Futura na região da Grande Vitória, em que o Procon-ES aparece em 2º lugar entre as instituições públicas analisadas, ficando atrás somente do Corpo de Bombeiros.

### *Fundo Estadual de Defesa do Consumidor*

» Revela-se também como reflexo direto do trabalho que o Procon Estadual vem realizando a considerável elevação do saldo com que hoje conta o Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (FEDC).

### *Pronasci*

» Foram aprovados pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) três projetos desenvolvidos pelo Procon Estadual. São eles: Procon Itinerante, Consumidor Cidadão e Municipalização do Sindec. O Procon Itinerante irá dinamizar o atendimento ao público com a aquisição de uma unidade móvel de atendimento para levar às comunidades instrumentos de proteção e defesa do consumidor e fortalecimento da cidadania, por meio de orientações, esclarecimentos e atendimentos preliminares aos consumidores.

Já o Projeto Consumidor Cidadão tem como objetivos produzir e difundir conhecimentos básicos sobre direito do consumidor, educar para o consumo consciente de produtos e serviços e formar multiplicadores da defesa do consumidor. O Projeto Municipalização do Sindec, por sua vez, irá proporcionar aos Procons dos municípios a implantação do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor. O valor total dos três projetos será de R\$ 2.440.579,38.

## **3.4 Segurança Pública e Defesa Social**

» Fato inarredável: a violência e os conflitos fazem parte do ambiente das relações humanas. Ao longo da história, o projeto de civilização constituiu mecanismos, normas e regimes de convivência, sustentados por pactos ou contratos, explícitos ou tácitos, de caráter socioeconômico, cultural e político, que visam à convivência amistosa em sociedade.

Mas, assim como os mecanismos de garantia de igualdade e justiça social não obtiveram resultados 100% eficazes, principalmente nos países empobrecidos, os sistemas de prevenção e repressão enfrentam problemas. Enfim, à peculiar dinâmica conflituosa da existência humana, sobrepõem-se desafios impostos pela sociabilidade de cada momento histórico.

E o atual momento de nossa trajetória traz algumas questões importantes acerca da violência, que alcança ricos e pobres, países periféricos e centrais, cidades pequenas e grandes, em casa e nas ruas. A violência, real e simbólica, alcançando a todos, em todo o planeta, em todo lugar.

Para além da pauta da construção da inclusão e da justiça social e do aperfeiçoamento do aparelho estatal de prevenção e repressão à criminalidade e violência, é urgente que se enfrentem esses problemas com uma visão renovada pela contemporaneidade e suas marcas.

As receitas e soluções de antigamente tornam-se ineficazes ou pouco resolutivas quando se adicionam à questão da violência fatores como desagregação familiar, descrédito das instituições, individualismo exacerbado, egoísmo, consumismo (alucinante combustível da existência atual, em que o ser deu lugar ao ter), concorrência irracional e o comércio ilegal de drogas, entre outros.

Ou seja, às condicionantes elementares da convivência entre homens, às marcas da violência e da criminalidade de tempos recentes, agregam-se novas questões da contemporaneidade, neste tempo de transição histórica complexa e ainda pouco assimilada. No caso do Espírito Santo, a situação foi agravada ainda mais pelo desmonte criminoso das estruturas estatais da área de segurança e pela assunção do crime organizado às instituições públicas.

Em 2003, o trabalho na área de segurança pública começou pela reconstrução da própria Secretaria de Estado, que precisou de uma reforma emergencial logo nos primeiros dias. Os recursos humanos e materiais existentes inviabilizavam as primeiras ações. Um ano e meio depois, a Assembleia Legislativa aprovou a modernização e a reorganização da estrutura organizacional básica da pasta, que passou a se chamar Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp).

Nos anos que se seguiram, os avanços, principalmente os tecnológicos, foram inegáveis, especialmente, se os compararmos ao histórico de desmandos, impu-

nidade e abandono existente por mais de uma década em nosso Estado, apesar de a redução significativa dos índices de violência representar um dos principais desafios da sociedade brasileira, e capixaba.

A criação e implantação do Centro Integrado Operacional de Defesa Social (Ciodes), em 2003, é um marco no setor. O Ciodes foi vencedor do Prêmio Inovação na Gestão Pública do Estado do Espírito Santo. Confira algumas ações da área da segurança pública e defesa social.



» **A criação do Ciodes-190, em 2003, foi um marco da política de segurança pública e defesa social, centralizando atendimento de emergência policial e socorro, 24 horas por dia**



### 3.4.1 Investimentos

» O investimento do Governo do Estado na área de segurança pública foi crescente nos últimos anos. Entre 2003 e 2009, os investimentos, que incluem despesas com pessoal, custeio e capital, subiram de R\$ 488 milhões para mais de R\$ 1 bilhão, destinados a obras e reformas, aquisição de viaturas, modernização do sistema de telecomunicação, implantação de projetos e equipamentos de informática e contratação de policiais. Para 2010, a verba autorizada para investimentos na segurança foi de R\$ 955 milhões, com possibilidade de aumento.

Além de ter dado continuidade a importantes projetos, como Sesp Itinerante, Lei Seca, Conselhos Municipais de Segurança e Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública, a Sesp avançou em 2010 com a criação de novas delegacias de polícia, o Conselho Estadual de Segurança Pública, a inauguração do Centro Operacional de Defesa Social do Sul do Estado (Ciodes-190), além da contratação de novos policiais e bombeiros militares.

### 3.4.2 Projetos e Ações

» Para divulgação da Lei Estadual nº 8.635, conhecida como Lei Seca, uma equipe técnica da Sesp visitou todos os 78 municípios do Espírito Santo, com a finalidade de propor parceria e esclarecer às autoridades locais a importância de aderirem ao convênio e as especificidades da Lei. Desses 78 municípios, 25 já assinaram o convênio.

O Projeto Sesp Itinerante, que já visitou 16 municípios, é uma ação que tem como objetivo detalhar a política de segurança adotada pelo Governo. Em todas as edições, o secretário da pasta realiza reuniões com as autoridades e os operadores de segurança local para fazer uma análise das atividades desenvolvidas. O projeto oferece, ainda, serviços de emissão de carteira de identidade, peça teatral com o grupo de teatro da PM-ES e palestras educativas para jovens e adolescentes.

#### Conselho

» Na perspectiva de ação integrada, atualmente, o Estado tem 58 Conselhos Municipais de Segurança Pública, que foram reativados ou empossados. Esses conselhos têm como objetivo auxiliar na redução dos índices de criminalidade e violência, além de estimular a participação da sociedade a contribuir para a otimização da base de dados, análise criminal, como forma preventiva de melhoria do setor.

Outro projeto de destaque é o Olho Digital, ganhador do Prêmio Inoves 2008 – Inovação na Gestão Pública. Realizado em parceria com as prefeituras municipais



de Vitória, da Serra, de Vila Velha e de Cachoeiro de Itapemirim, o projeto prevê atividades de videomonitoramento em pontos móveis e estratégicos, para prevenção da criminalidade.

O Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública também tem sido um importante instrumento para modernizar a gestão da área. Por seu intermédio, a Sesp tem aperfeiçoado a utilização dos recursos de prevenção e enfretamento da violência, além de estimular a participação dos diversos órgãos da justiça criminal e da sociedade civil organizada; contando, ainda, com a parceria direta com a União e os municípios.

#### *Ciodes Sul*

» Um dos maiores investimentos da Sesp em 2010 foi a construção do Centro Integrado Operacional de Defesa Social (Ciodes) no Sul do Estado, inaugurado em março. O complexo segue a mesma dinâmica utilizada na Grande Vitória e já permite que a população dessa região tenha um atendimento policial e de socorro mais ágil e com mais qualidade.

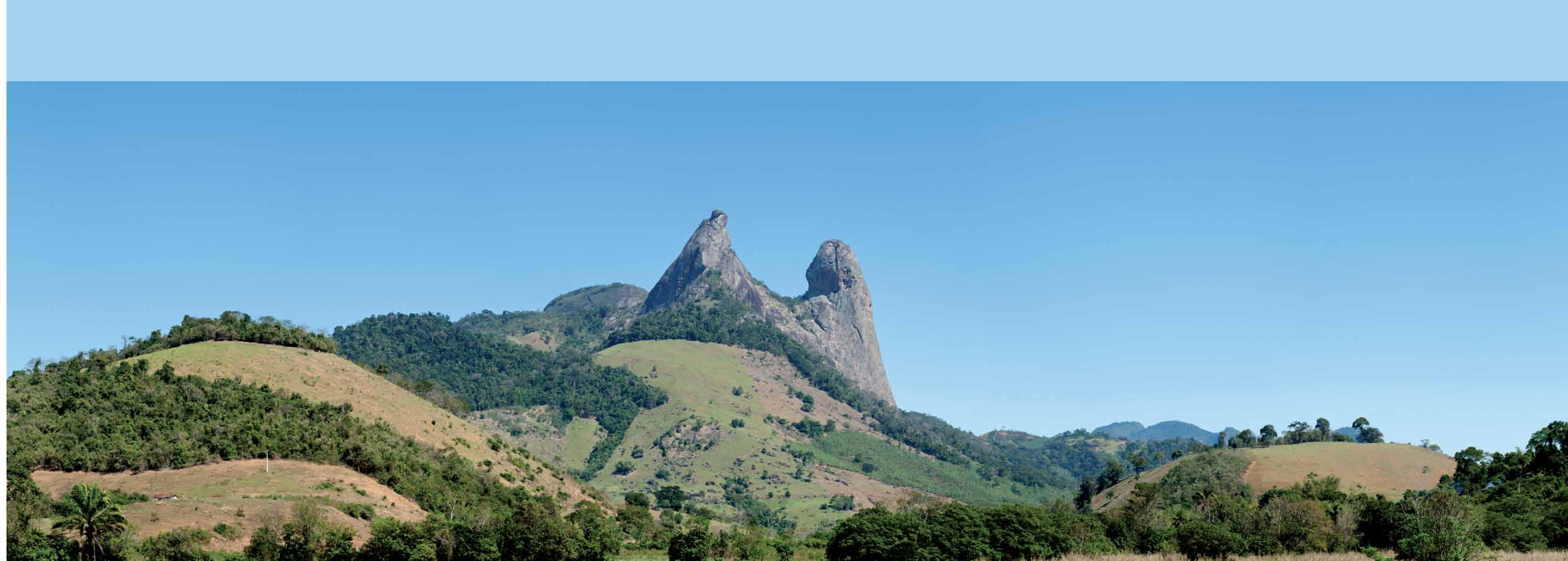
O Ciodes é a central de atendimento de emergência policial e de socorro que engloba ações integradas entre polícias Militar e Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Guarda Civil Municipal e Secretaria da Justiça, que trabalham 24 horas por dia para atender às necessidades da população.

O Mapa do Crime é hoje a principal ferramenta do Ciodes. A aquisição de um moderno software permite que os gestores mapeiem os locais, dias e horários em que há maior incidência de crimes, além de ser possível rastrear as viaturas. Tudo processado com alta tecnologia, permitindo melhor precisão das informações para o planejamento das ações.

Outra novidade é que, desde junho de 2010, o Mapa do Crime passou a ser alimentado em tempo real. Com essa medida, a Secretaria da Segurança Pública do Espírito Santo (Sesp) passa a ter maior agilidade para a distribuição e aplicação dos recursos policiais, visto que é possível um melhor controle espacial do crime na hora que ele acontece e, conseqüentemente, torna a ação da polícia mais eficiente.

#### *Conselho Estadual de Segurança Pública*

» No último mês de agosto, o Governo do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa o projeto de lei que prevê a criação do Conselho Estadual de Segurança Pública do Espírito Santo (Coesp). Espera-se com essa iniciativa que seja instituído um pioneiro fórum plural e democrático de diálogo permanente entre gestores,





**Monumento Natural O Frade e a Freira**

FOTO: DAVID PROTTI

trabalhadores, academia e sociedade civil que possa influir decisivamente na condução dessas ações e programas voltados para a pacificação social.

A criação do Conselho faz parte do Plano Estadual de Segurança Pública e tem por finalidade formular e propor diretrizes para as políticas voltadas para a promoção da segurança pública, prevenção e repressão à violência e à criminalidade e na construção da cultura da paz. A atuação do Coesp se pautará pelas formulações do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (Pronasci) e dos princípios e diretrizes das Conferências Nacionais de Segurança.

Farão parte do Conselho nove representantes governamentais (incluindo representantes do poder público estadual e municipal e do comando ou direção das forças policiais e do Corpo de Bombeiros), nove representantes de entidades de trabalhadores da área de segurança pública e 12 representantes de entidades e organizações da sociedade civil que atuam na área de segurança pública.

**Criação de quatro novas delegacias**

» Em setembro de 2010, a Sesp anunciou mais um aperfeiçoamento das estruturas, com a criação de quatro novas delegacias, são elas: Delegacia de Homicídios e Proteção às Mulheres, Delegacia de Atendimento e Proteção às Pessoas Idosas, Delegacia de Pessoas Desaparecidas (que antes funcionava como um Núcleo) e a Delegacia de Repressão aos Crimes Eletrônicos (que também funcionava como um Núcleo).

A expectativa é que todas estejam funcionando até o fim do ano. As quatro novas unidades vão contar com um delegado titular e um adjunto, quatro escrivães, oito investigadores e quatro agentes. Inicialmente os atendimentos serão feitos na Grande Vitória, podendo ser estendidos para o interior do Estado em casos de grande repercussão.

**3.4.3 Polícia Militar**

» A partir de 2003, a Polícia Militar do Espírito Santo registra acentuada melhoria na disponibilidade de recursos humanos e materiais para sua atuação no policiamento ostensivo no Estado. A consecução de concursos públicos para o acesso de praças e oficiais em suas fileiras, a formação continuada e o aumento dos investimentos, de maneira nunca vista, viabilizaram essa melhoria.

Nesse sentido, comparando-se os anos de 2003 e 2009, percebe-se um investimento 14.659% maior. Enquanto a corporação investiu R\$ 223.791,00 em 2003, os recursos investidos em 2009 somaram R\$ 33.029.129,83.

No ano de 2008 o Governo do Estado deu clara demonstração de interesse





» **A partir de 2003, 2.095 policiais novos foram incorporados, 1.021 estão em formação e foi autorizada seleção para mais mil novos policiais militares, ou seja, são 4.116 vagas criadas para o efetivo militar**

na valorização da carreira na Polícia Militar. A Lei Complementar 467 acabou com a possibilidade de ingresso à graduação de sargento por meio de concurso, destinando essas vagas ao público interno. Dessa forma, hoje um soldado pode ascender ao posto de capitão.

No final de 2009, o Governo do Estado enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei complementar, já aprovado pelos deputados, para redistribuir e redimensionar as instituições militares, de forma a adequar o efetivo das corporações à realidade atual.

Foi iniciada, então, uma adequação dos quadros organizacionais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar às demandas da contemporaneidade, como o aumento da população. Entre as medidas estão a criação de novas unidades e a instituição de equipes especializadas. O valor do investimento será de mais de R\$ 17 milhões.

Na Polícia Militar, a aprovação significa a promoção de 1.262 profissionais, apenas em 2010, e a criação de novas unidades (o 12º Batalhão em Linhares, o 13º Batalhão em São Mateus, o 14º Batalhão em Ibatiba e a 10ª Companhia Independente, em Anchieta). O número total de militares previsto para a corporação também aumentou, de aproximadamente 8,9 mil para 9,8 mil.

“A Polícia Militar esperava há muito por esse novo quadro organizacional para reorganizar e rearticular a corporação em todo o Estado. Vamos melhorar o atendimento à sociedade com novos profissionais, cada vez mais qualificados. Com os concursos em andamento e os já autorizados, pretendemos chegar ao efetivo aproximado de 12 mil PMs até 2012”, disse o comandante-geral da PM, coronel Oberacy Emmerich Júnior.

A conquista desse marco, muito antes de ser isolada, faz parte de um processo de investimentos crescentes e consistentes desde 2003. Entre 2004 e 2009, outros 1.354 policiais ingressaram na corporação. Além disso, atualmente, há 21 alunos oficiais.

Em 2010, em cumprimento ao planejado, conforme já exposto, a corporação deu continuidade aos investimentos. Realizou um concurso para ingresso de 1.000 novos policiais militares, que já estão em fase de seleção, e formou a maior turma de policiais de sua história, incorporando mais 741 soldados que já estão nas ruas. Também foi anunciado mais um concurso público para a admissão de mil novos soldados.

Balanco em números: 2.095 policiais novos já incorporados, 1.021 em formação e seleção autorizada para mais mil novos policiais militares. Ou seja, 4.116 vagas criadas para o efetivo militar. Além disso, foram inaugurados três novos batalhões (o 12º em Linhares, o 13º em São Mateus e o 14º em Ibatiba) e uma companhia independente, em Anchieta.

Esse incremento tem permitido um reforço do policiamento ostensivo em todo o Espírito Santo, melhorando as condições de atuação, tanto na Grande Vitória,



» **O aumento do efetivo permitiu um melhor policiamento ostensivo nas regiões com maior índice de violência**





» **Entre 2003 e 2009, a Polícia Militar recebeu mais de 1.250 novas viaturas, melhorando o atendimento na Região Metropolitana e também no interior**

quanto no interior. Vale lembrar que parte dos PMs das últimas turmas foi destinada às regiões Sul e Norte do Estado.

Também houve reajuste salarial para toda a corporação, incluindo a mudança dos vencimentos para a forma de subsídios. Quanto ao ensino e à instrução, à formação, à habilitação, ao aperfeiçoamento e à capacitação continuada, totalizaram 24,7 mil atendimentos.

Entre os anos de 2003 e 2009 foram adquiridas 1.252 viaturas automotores de diversos tipos. Esses veículos foram comprados com recursos do Tesouro Estadual,

com participação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Todas as viaturas operacionais empregadas no Radiopatrulhamento da Região Metropolitana da Grande Vitória têm menos de dois anos de uso, e os municípios do interior têm suas demandas atendidas na íntegra.

Outro importante investimento foi a aquisição de fardamento para a Polícia Militar. Pela primeira vez um contrato para aquisição de novas fardas contempla, simultaneamente, toda a corporação. A entrega da primeira remessa da produção ocorreu no mês de agosto de 2009, com aquisição de 13 mil uniformes. Serão fabricadas 36 mil peças.

A partir de 2003 também foram adquiridos 416 juponas de frio, 9.348 pares de coturnos, 350 tarjetas de identificação, 700 uniformes A1, além de se registrar a doação de 1.447 uniformes A1 pelo Detran|ES. Cabe ressaltar que hoje a Polícia Militar dispõe de colete balístico e armamento em número superior ao seu efetivo existente.

Além do policiamento ostensivo ordinário, a corporação desenvolve alguns projetos sociais de prevenção primária à violência como a Banda Júnior, Equoterapia no Quartel e o Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd), dentre outros.

Por meio dessas atividades, policiais militares disseminam valores que contribuem para formar cidadãos de bem. Em 2007, por exemplo, mais de 13 mil pessoas foram atendidas pelos diversos projetos que vão de aulas de música para crianças e adolescentes a programa para recuperação de dependentes de drogas.

#### **3.4.4 Corpo de Bombeiros Militar**

» O Corpo de Bombeiros é uma das instituições mais respeitadas em todo o País. No Estado, de uma pequena guarnição de 16 pessoas no início do século XX, o Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo tornou-se uma das entidades mais bem conceituadas, tendo apurado recentemente índices superiores a 90% de aceitação.

Isso é resultado do trabalho aplicado e dedicado dos bombeiros e de investimentos inéditos na corporação. Nesse sentido, a partir de 2003, no Corpo de Bombeiros Militar (CBM-ES), foram realizados importantes investimentos para criação de novas unidades, ampliação e capacitação do efetivo, além de projetos de relacionamento com a comunidade. Todas essas medidas influenciaram diretamente na qualidade do atendimento prestado à população.

Por exemplo, após a instalação de novas unidades autorizadas previstas no plano expansão da corporação, o poder operacional será ampliado em 55% e o tempo resposta em todo o Estado diminuirá de 1h34min para 38 minutos. É um avanço sem paralelo na história da instituição. A sustentar e embasar esse movimento estão várias iniciativas.

Desde 2003, foram abertas 485 novas vagas, sendo 15 para oficiais e 470 para



praças. No primeiro ano do Governo atual, criou-se a unidade do município de Vila Velha. Em 2009, foram inauguradas a sede do 4º Batalhão do Bombeiro Militar de Marechal Floriano e a nova sede da Companhia Independente em Guarapari, com investimento total de R\$ 4 milhões.

Foram iniciadas as obras de duas novas unidades dos Bombeiros: Nova Venécia e Aracruz. Também foi autorizada a implantação de novas unidades de Cariacica, Guaçuí e Anchieta.

Quanto aos aportes financeiros, o volume também é sem precedentes. Somente em 2009, foi investido um total de R\$ 8,4 milhões de recursos próprios, que foram adicionados de R\$ 5 milhões provenientes da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Esses recursos foram usados para melhorar as condições de atendimento dos Bombeiros. Foram comprados equipamentos básicos; de salvamento em altura e terrestre, de mergulho, de incêndio florestal; 67 viaturas especializadas, sendo cinco autobomba tanque, sete viaturas de atendimento pré-hospitalar, um autotanque, três furgões para atendimento a ocorrência envolvendo produtos perigosos, nove camionetes multiuso, quatro viaturas especializadas em ocorrência de incêndios florestais, 25 veículos leves para realização de vistorias e perícias e ainda cinco viaturas para transporte de pessoal e oito embarcações.

Vale lembrar que o Corpo de Bombeiros também cumpre seu dever social. So-

» **A nova sede do Corpo de Bombeiros, em Nova Venécia, integra o conjunto de melhorias que também ampliou o quadro da corporação, com 485 novas vagas**



mente em 2009 foram atendidas mais de 150 mil pessoas, entre jovens em situação de vulnerabilidade social que conheceram os valores da instituição e crianças que visitaram a sede do quartel.

Com o plano de expansão da corporação, citado há pouco, aprovado no final de 2009 pela Assembleia Legislativa, o Corpo de Bombeiros Militar terá um novo quadro.

Além das novas unidades e da melhoria no atendimento, já relatadas, há a previsão da criação de quatro equipes especializadas em emergências ambientais nas sedes dos Batalhões de Bombeiros (Vitória, Marechal Floriano, Linhares e Cachoeiro de Itapemirim) para o atendimento de ocorrências envolvendo produtos perigosos e incêndios florestais, além da ampliação das equipes de bombeiros militares para o Ciodes Norte e Sul.

Segundo o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, Fronzio Calheira Mota, a aprovação da proposta representa avanços históricos para a corporação, como a criação de novos serviços, por meio de equipes especializadas. “O novo quadro de organização representa o coroamento de um ciclo de planejamento da corporação que redundará em melhores serviços à população do nosso Estado”, afirmou.

### 3.4.5 Polícia Civil

» Na Polícia Civil (PC-ES), o investimento priorizou contratação de pessoal, reforma e construção de delegacias, compra de novas tecnologias de investigação e de comunicação, entre outros.

Buscando uma qualidade e eficácia total das ações da Polícia Civil, o Governo do Estado realizou concurso público para o provimento de cargos policiais, colocando à disposição da Polícia Civil e da sociedade capixaba profissionais qualificados, que, juntamente com os demais policiais civis, combatem a criminalidade.

Foram nomeados, por meio de concurso, 486 profissionais, incluindo delegados, escrivães, médicos, agentes de polícia, investigadores, peritos, auxiliares de perícia. Em breve será autorizado um novo concurso para a Polícia Civil.

Entre 2003 e 2009, foram R\$ 21,7 milhões de recursos aplicados na instituição. Os investimentos foram destinados a telecomunicações, informática, mobiliário, aquisição de armamentos e munição, equipamentos de segurança e proteção policial, construção e reforma de unidades policiais e serviço médico legal, reequipamento das unidades policiais civis, compra de viaturas.

Um dos destaques é a modernização da Polícia Técnico-Científica, com, por exemplo, o investimento de R\$ 594.500,00 na compra de macrosópio de comparação balística, visando a aumentar a capacidade técnica das perícias e auxiliando as investigações policiais.





» Além de modernos laboratórios, a Polícia Civil também recebeu melhorias em infraestrutura, com reformas e ampliações, novas obras e renovação da frota

Com o Fundo Especial de Reequipamento da Polícia Civil (Funrepoci), foram feitos investimentos para a melhoria das condições de atuação da instituição. O volume de recursos ultrapassou a R\$ 17,7 milhões.

Grande parte dos investimentos na Polícia Civil em 2010 foi destinada a obras de reforma de 11 destacamentos de polícia no interior do Estado, da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), Divisão de Transportes e Manutenção (DTM), Serviço Médico Legal de Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, além da construção da nova sede do DPJ de Guarapari. Em 2010, também foram adquiridas 80 viaturas caracterizadas e 50 descaracterizadas, seis carros para transporte de preso e seis rabeções. Foi anunciado, ainda, um concurso para admissão de mil novos policiais.

### 3.4.6 Perspectivas

» Dos projetos em andamento, destacam-se as obras do Centro Integrado Operacional de Defesa Social (Ciodes) do Norte, no município de Linhares. A nova unidade representa um investimento em torno de R\$ 900 mil. O objetivo é oferecer serviço de emergência com as mesmas condições de tecnologia moderna e agilidade no atendimento que, atualmente, já funciona no Ciodes-190 da Região Metropolitana da Grande Vitória e do Sul do Estado. Também há a implementação do Observatório da Violência e Criminalidade, voltado exclusivamente para pesquisa científica e geração de conhecimento sobre os vários temas que envolvem a área. Associado ao Instituto Jones dos Santos Neves e à Universidade Federal do Espírito Santo, o Observatório visa ao diagnóstico e à busca de soluções eficientes, eficazes e duráveis para as principais questões relacionadas ao assunto.



### 3.5 Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano

» As áreas de saneamento, habitação e desenvolvimento urbano, determinantes para a qualidade de vida dos cidadãos, ganharam uma secretaria específica. Em 13 de fevereiro de 2007, no início da segunda gestão do novo Governo, foi criada a Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sedurb). Antes dessa mudança, os setores estavam vinculados à área de obras públicas e transportes do Governo.

A finalidade da Secretaria, definida em lei “é formular, planejar, executar e coordenar as políticas no âmbito estadual nas áreas de saneamento, habitação, melhoramentos urbanos e atividades correlatas, buscando o desenvolvimento harmonioso da rede estadual de cidades, bem como a supervisão de execução dessas competências nas instituições a ela vinculadas”.

A Secretaria possui as subsecretarias de Programas Urbanos; de Saneamento e Habitação; de Infraestrutura Hídrica; e de Captação de Recursos.

A Subsecretaria de Infraestrutura Hídrica, criada por meio da Lei Complementar nº 522, passou a integrar a pasta da Sedurb em 28 de dezembro de 2009. Suas atribuições são propor a priorização de investimentos e atuação em obras de infraestrutura hídrica; atuar em obras em âmbito regional, em complemento às competências dos municípios, inclusive orientando-os no exercício de seu papel preventivo e corretivo em relação à correta ocupação e uso do solo, dentre outras.

O objetivo da sua criação foi dar início a um processo de especialização da administração estadual em relação a um dos temas mais recorrentes e de relevância para as atuais e futuras gerações, que é a gestão de obras de infraestrutura hídrica. Essa subsecretaria irá atuar com ações de controle de cheias e inundações, bem como de combate à escassez de água.

A Subsecretaria de Captação de Recursos, desde 02 de março de 2010, está vinculada à Sedurb, por meio do Decreto nº 2477-R. Sua finalidade é prestar apoio técnico e administrativo nos assuntos relacionados à captação de recursos nacionais e internacionais para a implementação de programas e projetos que integram as diretrizes do Governo do Estado.

Coordena a elaboração de projetos durante a fase de preparação e do cumprimento das exigências normativas do Governo Federal, para a obtenção de financiamentos, de forma a viabilizar os programas demandados pelas Secretarias de Estado e demais órgãos da Administração Estadual, a partir da identificação das diversas fontes de financiamento.

A área de captação de recursos é estratégica, motivo pelo qual em setembro de

2009 foi objeto de uma reestruturação e elevada à condição de Subsecretaria de Captação de Recursos, com vistas ao melhor desempenho na concretização das políticas públicas necessárias à melhoria da qualidade de vida da população.

Hoje a Sedurb está em todos os municípios capixabas, seja em obras de infraestrutura e habitação, seja com investimentos no setor de saneamento básico. A decisão gerou maior desenvolvimento de ações e ampliação de investimentos que trazem para o Estado mais oportunidades. O trabalho está fundado nos seguintes eixos do Plano de Desenvolvimento ES 2025:

- > **REDE DE CIDADES E SERVIÇOS:** Engloba saneamento, habitação e desenvolvimento urbano. O objetivo é buscar o desenvolvimento da rede de cidades capixabas, por meio da interiorização do desenvolvimento e de fortalecimento da centralidade regional dos municípios-polo do Estado e do sistema de planejamento da rede de serviços públicos territorialmente referenciados. Além disso, fazem parte da estratégia de desenvolvimento o incentivo aos municípios, a adoção de instrumentos de planejamento e gestão adequados e fomentar investimentos em infraestrutura;
- > **MEIO AMBIENTE:** Com a prioridade dada ao saneamento básico, as ações por meio do Programa Águas Limpas e do Projeto Espírito Santo Sem Lixão estão contribuindo para o desenvolvimento de uma política integrada de responsabilidade ambiental no Estado. Dessa forma, o Espírito Santo, na área de concessão da Cesan, universalizou o serviço de abastecimento de água, e está ampliando a cobertura de esgotamento sanitário. No Estado todo o lixo gerado nos municípios das regiões Noroeste, Norte e Sul será destinado adequadamente para aterros sanitários regionais. O Espírito Santo Sem Lixão irá resolver um problema que atinge todo o planeta: a destinação inadequada de toneladas de resíduos sólidos produzidos diariamente;
- > **REDUÇÃO DA POBREZA:** Com o Programa Nossa Casa, o Governo do Estado está investindo para diminuir o déficit habitacional e a desigualdade social. Resultados de ações como essas já colocam o Espírito Santo como o quinto Estado menos desigual da Federação, tendo uma queda expressiva na taxa de pobreza de 40,8% entre os anos de 2003 e 2006, segundo o IBGE; e
- > **SAÚDE:** O trabalho desenvolvido no setor de saneamento básico resulta na redução de doenças de veiculação hídrica e na mortalidade infantil, por meio do Programa Águas Limpas, do Projeto Espírito Santo Sem Lixão e dos convênios para promoção de Saneamento Básico nas Localidades de Pequeno Porte.

### 3.5.1 Órgãos vinculados

» Na sua estrutura organizacional, a Sedurb possuía, no período da sua criação, duas instituições vinculadas: a Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan) e a Companhia de Habitação e Urbanização do Estado do Espírito Santo (Cohab-ES).

Atualmente soma-se a essa estrutura a Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo (Arsi) e o Instituto de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado do Espírito Santo (Idurb-ES). Já a Cohab-ES encontra-se em processo de liquidação e extinção, vinculada à Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Sege).

O Idurb-ES foi criado pela Lei Complementar nº 488, sancionada em 21 de julho de 2009, a mesma que autoriza o Poder Executivo a promover a liquidação e extinção da Companhia de Habitação, que por tantos anos fez parte da vida dos capixabas com atuações importantes neste setor. No entanto, em consequência de mudanças ao longo dos últimos anos na Política Nacional de Habitação, culminando com a alienação para a Caixa Econômica Federal de sua Carteira de Créditos Imobiliários de recebíveis, ocorrida em governo anterior, suas atividades ficaram comprometidas.

Mesmo tendo, durante o atual Governo, suas atividades retomadas com a construção de unidades habitacionais de interesse social, a síntese dessa história explica a necessidade da criação de um novo órgão, o Idurb-ES, que dará continuidade às suas ações por meio dos programas Nossa Casa e Minha Escrita, e ainda terá uma atribuição bem mais ampla, como órgão operacional da Sedurb.

#### *Idurb-ES*

» A atuação do Idurb-ES será mais abrangente, sem deixar de atuar na gestão e na implementação das políticas de habitação de interesse social. O Instituto deverá ainda operar junto aos municípios na implementação de obras de infraestrutura urbana e rural nas áreas de saneamento; de vias municipais; de prevenção ou redução dos efeitos negativos de fenômenos naturais, como enchentes ou secas; e de edificações de espaços e equipamentos públicos.

Ainda são atribuições do Idurb-ES a execução das ações deliberadas pelo Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação, bem como subsidiá-lo com informações e estudos necessários para tomada de decisões; promover a gestão de créditos imobiliários, quando houver; propor e celebrar convênios, protocolos de intenções, concessões, acordos, contratos, termos de ajustes; e atuar de forma pró-ativa com o objetivo de remover obstáculos da legislação fundiária, cartorária, urbanística e ambiental, permitindo assim a execução de programas de regularização e integração de assentamentos precários.

#### *Arsi*

» Outras importantes iniciativas do Governo Estadual, por meio da Sedurb, foram as sanções da Lei nº 9.096, que estabelece as Diretrizes e a Política Estadual de Saneamento Básico, e da Lei Complementar nº 477, que criou a Agência Reguladora do Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo (Arsi), em vigor desde o dia 1º de janeiro de 2009.

Com essas leis, além de configurar a realidade do Estado ao que foi estabelecido na Lei Federal de Saneamento Básico nº 11.445/07, o Governo está institucionalizando as Diretrizes e a Política Estadual de Saneamento Básico, comprometidas com a universalização e a integralidade do acesso aos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, realizados de maneira adequada à saúde pública, à proteção do meio ambiente e mediante regulação. Serviços estes realizados, de alguma forma, sempre em parceria com os municípios.

A criação da Agência Reguladora também representa um grande avanço para o Espírito Santo, sendo uma forma contemporânea de atuação do Estado visando a coordenar as relações entre o poder concedente, as empresas prestadoras de serviços públicos e os cidadãos consumidores. A Arsi desempenha as funções de controle, regulação e fiscalização em dois importantes setores, infraestrutura viária com pedágio e saneamento básico, fundamentais para o desenvolvimento do Estado e para a promoção da saúde, preservação do meio ambiente e qualidade de vida da população.

#### *Cesan*

» Em 2003, a Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan), que hoje é um exemplo de gestão, com reconhecimento nacional, estava praticamente falida. A situação daquela época era agravada pela ausência de marco regulatório para o setor de saneamento em nível federal e estadual e com a indisponibilidade de recursos para investimentos e até mesmo para o custeio de suas atividades de rotina, com sérios riscos para o abastecimento de água em diversos municípios, inclusive na Região Metropolitana.

A realidade da Companhia nessa ocasião pode ser assim resumida: relacionamento inadequado com a sociedade e com os municípios; descontrole administrativo e financeiro generalizado; prejuízos acumulados ao longo de sete anos; redução continuada da capacidade de investimento; sistemas de água com fragilidades em locais importantes; sistemas de esgotos com graves inconformidades; quadro de pessoal com distorções significativas e falta de renovação, já que havia mais de treze anos que nenhum concurso público era realizado; empresa desestabilizada





» **De uma situação caótica até 2003, a Cesan transformou-se na quinta melhor empresa de serviços públicos do Brasil**

por tentativas malsucedidas de privatização; enfim, um quadro caótico para uma empresa que presta um serviço essencial para a qualidade de vida da população.

Esse quadro foi revertido em uma história de sucesso, resultante de muito trabalho, planejamento, gestão profissional e eficaz, comprometimento e vontade política. Com um trabalho inicialmente pautado pelo restabelecimento da austeridade administrativa, sempre com o foco no cliente, foi possível reduzir imediatamente as despesas de custeio e priorizar os investimentos naquilo que era essencial para solucionar os problemas que atingiam os clientes.

A renegociação de contratos com fornecedores e os acordos firmados para quitação de dívidas possibilitaram, em um período de apenas 10 meses, que as obras do programa de despoluição que se arrastavam por quase 10 anos fossem concluídas na Grande Vitória e no interior, com o investimento de aproximadamente R\$ 25 milhões, ainda no primeiro ano de Governo.

Já a partir do ano de 2004, houve uma revisão do Planejamento Estratégico; a retomada da realização de concursos públicos; a elaboração de um novo plano de carreiras e remuneração; a iniciativa do uso de pregão eletrônico e aperfeiçoamento do processo de licitação, além de outras medidas que possibilitaram a completa reestruturação da empresa em um prazo relativamente curto.

Em 2009, a Cesan completou seu sétimo ano de resultados positivos e investimentos crescentes, além de uma total reorganização, com planejamento estratégico bem conduzido, valorização dos seus empregados e melhoria contínua dos serviços prestados à população. Hoje a Cesan é uma referência no setor de saneamento, sendo reconhecida pela revista Istoé Dinheiro como a uma das cinco melhores empresas de Serviços Públicos do Brasil, 1ª em Governança Corporativa, 3ª em Recursos Humanos, e 4ª em Inovação e Qualidade.

### 3.5.2 Saneamento básico

» Promover políticas públicas em serviços essenciais como o saneamento básico é condição sine qua non para contribuir para a manutenção adequada em saúde pública e preservação do meio ambiente.

Mesmo com a urbanização rápida e desorganizada que aconteceu no Brasil, as políticas para o setor permitiram que os governos estaduais e municipais conseguissem levar água tratada a 99,4% da população brasileira (PNSB 2008), que segundo a estimativa de 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ultrapassa os 190 milhões de brasileiros.

Mas, historicamente, a coleta e o tratamento do esgoto gerado por toda essa água consumida ficaram em segundo plano. Estima-se que apenas 32% do esgoto é tratado adequadamente no País. De modo semelhante, a existência de uma centena de lixões em território capixaba e mais uma infinidade deles espalhados pelo Brasil demonstram que a gestão dos resíduos sólidos ainda é ineficiente e inadequada.

Uma das responsabilidades da Sedurb é o saneamento básico. Nesse setor, a Secretaria possui dois projetos integrantes da carteira de prioridades definidas no Espírito Santo 2025 e monitorados e acompanhados pelo Sistema de Gerenciamento Estratégico de Projetos (Siges) do Governo Estadual. O Programa Águas Limpas e o Projeto Espírito Santo Sem Lixão são dois dos 28 programas e projetos estruturantes do Governo do Estado.

#### *Programa Águas Limpas*

» No Espírito Santo, 26 municípios cuidam diretamente da água e do esgoto. Os outros 52, incluindo a Região Metropolitana, são atendidos pela Cesan. Em 2003, na área de atuação da empresa, apenas 20% do esgoto era tratado corretamente.

Ao longo da atual gestão, esse índice já alcançou 40% e, até 2011, a meta é chegar aos 60% de cobertura em coleta e tratamento do esgoto. Esse é o resultado das ações e do investimento de mais de R\$ 1 bilhão, realizados por meio do Programa Águas Limpas, gerenciado pela Cesan. O maior investimento já feito no Espírito Santo em água e esgoto, em oito anos de governo. Do total de investimento, R\$ 756,3 milhões já foram aplicados até dezembro de 2009. Os outros R\$ 318 milhões estão contratados e com obras em andamento.

Esse investimento pode ser traduzido em dois milhões de pessoas beneficiadas com a construção de 1.113 quilômetros de redes de águas, 1.640 quilômetros de redes de esgoto, 33 Estações de Tratamento de Esgoto, 141 elevatórias de esgoto, 22 Estações de Tratamento de Água e 15 reservatórios de água de grande porte.

Além de universalizar o serviço de abastecimento de água tratada; de triplicar





a coleta e o tratamento do esgoto na área de concessão da Cesan; de universalizar a prestação de serviço de esgotamento sanitário em Vitória até 2011, transformando o município na primeira capital a ter 100% de esgoto tratado no Brasil; o Governo do Estado, por meio da Sedurb e da Companhia de Saneamento, deixará um Plano Diretor que estabelece todo o investimento e as ações necessários para universalizar o serviço de esgotamento sanitário na Grande Vitória e no interior.

De acordo com o Plano Diretor de Esgoto, todos os municípios da Região Metropolitana até 2025, a exemplo da capital capixaba, poderão ter alcançado a universalização do serviço de coleta e tratamento de esgoto. Em 2015, se o planejamento for seguido, mais de 70% da população já será atendida por este serviço, ficando o Estado em posição de destaque, com mais do dobro da média da prestação do serviço no País. Os estudos de Parceria Pública Privada (PPP) estão em andamento para viabilizar os recursos necessários.

### *Espírito Santo Sem Lixão*

» De acordo com dados de 2007 do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), levantados para subsidiar a elaboração do Projeto Espírito Santo sem Lixão, em média 2,4 mil toneladas de lixo eram produzidas diariamente, em

todo o Estado. Deste total, 32,81% eram enviados para 102 lixões, prejudicando o meio ambiente e colocando em risco a saúde da população.

A última Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB 2008) mostra que a realidade dos lixões não está restrita ao Espírito Santo. Vários municípios brasileiros estão longe das condições gerenciais e de infraestrutura para implementar mudanças necessárias nesse segmento do saneamento básico, apesar da evolução dos números se comparados à pesquisa de 2000. Naquele ano, 72,3% dos municípios brasileiros destinavam seu lixo para vazadouros a céu aberto (lixões), contra 50,8% em 2008. Apesar dos números, os serviços ainda são precários.

Diante dessa realidade, e apesar da gestão da limpeza urbana e do manejo dos resíduos sólidos ser uma atribuição municipal, o Governo do Estado resolveu contrariar os dados apontados e investir cerca de R\$ 50 milhões para implantar Sistemas Regionais para Destinação Final Adequada dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) gerados nas regiões Norte, Doce Oeste e Sul Serrana.

Estudos realizados pelo Governo do Estado dividiram o Espírito Santo inicialmente em seis regiões: Metropolitana, Doce Leste, Norte, Doce Oeste, Litoral Sul e Sul Serrana. As duas primeiras já contam com aterros sanitários licenciados. Já as regiões Sul Serrana e Litoral Sul foram unificadas em função da não adesão dos municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Guarapari.

» **O Programa Águas Limpas recebeu mais de R\$ 1 bilhão para oferecer cobertura total de água potável e garantir 60% de esgoto coletado e tratado na área de abrangência da Cesan**



Gerenciado pela Sedurb, o Projeto Espírito Santo Sem Lixão tem como meta implantar gradualmente, até 2013, os sistemas constituídos por Estações de Transbordo, Logística de Transportes e Aterros Sanitários Regionais, nas três regiões compostas por 59 municípios.

O projeto inovador e genuinamente capixaba foi estruturado por uma equipe do Governo, que ao definir a regionalização considerou os elementos técnicos mais relevantes para alcançar sustentabilidade ambiental, econômica e operacional. A gestão se apoiará na condução e regulação por meio da associação dos municípios em consórcios públicos regionais na forma da Lei 11.107/05, que regularão as concessões a operadores privados. Caberá às administrações municipais erradicar os lixões e recuperar as áreas degradadas.

Com a contratação pelo Estado de empresa especializada, desde 2009 estão sendo desenvolvidos os estudos ambientais, técnicos e socioeconômicos para a viabilização desses Sistemas Regionais; obtenção das licenças ambientais, prévias e de instalação, junto ao Iema; elaboração dos projetos executivos de todas as unidades físicas e da logística de transporte, além dos termos de referência para o processo de licitação, relativo à contratação da execução das obras de implantação e das operações para o funcionamento de cada sistema.

Além de ser uma iniciativa inovadora, o Espírito Santo sem Lixão atende a todas as exigências da Lei Federal nº 12.305, sancionada em agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). As suas premissas e metas afinam-se com a PNRS, desde os conceitos que tratam da destinação e disposição final ambientalmente adequada do lixo até a solução regionalizada e o regime de cooperação entre estados e municípios por meio dos consórcios públicos.

### Regionalização

» Região Doce Oeste: Afonso Cláudio, Águia Branca, Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Governador Lindenberg, Itaguaçu, Itarana, Laranja da Terra, Mantenópolis, Marilândia, Pancas, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, São Roque do Canaã e Vila Valério.

Região Norte: Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Boa Esperança, Conceição da Barra, Ecoporanga, Jaguaré, Montanha, Mucurici, Nova Venécia, Pedro Canário, Pinheiros, Ponto Belo, São Mateus, Sooretama e Vila Pavão.

Região Sul Serrana: Alegre, Atilio Vivacqua, Brejetuba, Castelo, Conceição do Castelo, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Iúna, Jerônimo Monteiro, Muniz Freire e Venda Nova do Imigrante; Alfredo Chaves, Anchieta, Apiacá, Bom Jesus do Norte, Iconha, Itapemirim, Marataízes, Mimoso do Sul, Muqui, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul, São José do Calçado e Vargem Alta.

### 3.5.3 Habitação

» Cumprir o objetivo de diminuir o déficit habitacional qualitativo e quantitativo e, conseqüentemente, reduzir a desigualdade social no Estado é o principal objetivo do Programa Nossa Casa, que, até agosto de 2010, já beneficiou quase quatro mil famílias capixabas. Esse total é referente a moradias entregues ou com obras em execução.

O Programa Nossa Casa, lançado em 2005, por meio do qual foi retomado o processo de construção de habitações para famílias com renda mensal de zero a três salários mínimos, tem como diretriz a concessão de subsídio de até 100% do valor da produção da unidade, sempre em parceria com os municípios e, em alguns casos, com a Caixa Econômica Federal (Resolução 460).

Outra modalidade de captação de recursos é resultante da parceria entre o Governo do Estado e o Governo Federal, por intermédio do financiamento de recursos pelo Programa de Atendimento Habitacional, Pró-Moradia.

O investimento total é de R\$ 87.389.729,59, sendo R\$ 69.511.744,30 recursos do Tesouro Estadual. O programa atende a população que não possui capacidade de assumir qualquer tipo de financiamento habitacional. O Programa Nossa Casa é promovido pelo Governo do Estado, por meio do Idurb/ES, em parceria com os municípios.

» **O Programa Nossa Casa, presente em Mucurici, já beneficiou cerca de quatro mil famílias capixabas, com investimentos de R\$ 87 milhões**





### 3.5.4 Desenvolvimento Urbano

» **As melhorias urbanas foram levadas a todas as regiões capixabas, a exemplo de restauração da Avenida Carlos Lindenberg, em Vila Velha, e da construção das praças em Muniz Freire e São Domingos do Norte**

» A ampliação das parcerias entre o Governo do Estado, por intermédio da Sedurb, e os municípios está contribuindo para mudar a paisagem e ampliar a qualidade de vida das cidades e da população. Com a celebração de convênios, são realizadas intervenções urbanas que estão mudando o cenário do Espírito Santo. As intervenções vão desde pequenos trechos de ruas pavimentadas até obras de reabilitação e restauração, como a executada na Avenida Carlos Lindenberg, no município de Vila Velha.

São exemplos: drenagem, pavimentação, obras de reurbanização, esgotamento sanitário, construção de galeria pluvial e de muros de contenção, reforma de praça, construção de pontes e escadarias, reurbanização de praias, e muitas outras, que foram concluídas ou estão em execução.





Com 267 convênios firmados, o investimento total do Governo Estadual, até agosto de 2010, somam R\$ 273.465.843,00, de um total de R\$ 294.754.233,00. A diferença representa a contrapartida municipal em alguns convênios. As obras já alcançam 70 municípios capixabas.

O Programa de Recuperação Turística de Guarapari, que está levando mais qualidade de vida para uma das cidades mais conhecidas em todo o País, também está sendo executado pelo Governo do Estado, por meio da Sedurb. Nesse caso, além do repasse de recursos, a execução da obra é direta, por meio do Instituto de Obras Públicas do Estado do Espírito Santo (Iopes). Também chamada de “cidade saúde”, por causa das suas areias monazíticas, Guarapari tem priorizado o lazer, o entretenimento e a segurança da população que frequenta a orla das praias do Centro, e as praias do Riacho e de Setiba. Em 2011, serão entregues, ainda, as obras de reurbanização de toda a extensão da orla da Praia do Morro.

Também são celebrados convênios para execução de obras que possam prevenir acidentes causados pela ocorrência de fortes chuvas, para citar um exemplo, e ainda ajudar os municípios na recuperação de vias e pontes parcialmente ou totalmente destruídas em função de desastres naturais.

Além do bem-estar da população atendida, da valorização do turismo e da beleza proporcionada por meio desses investimentos, a segurança dos cidadãos é premência para o Governo do Estado, parceiro dos municípios e de toda a população capixaba.

### 3.5.5 Inundações e secas

» As mudanças climáticas têm potencializado os períodos de seca e de chuvas, muitas vezes misturando “as estações”. O Espírito Santo vem enfrentando graves problemas decorrentes de enchentes nos períodos de fortes chuvas. Muitos casos foram declarados como de utilidade pública e a atuação do Governo do Estado foi marcada pelo envolvimento de várias secretarias e órgãos com ações em parceria com os municípios afetados, que vão desde o socorro a vítimas e a entrega de alimentos, colchões e medicamentos, até a formalização de convênios com as prefeituras municipais para a construção de habitações, recuperação de estradas e pontes, construção de contenções de encostas, intervenções que garantam mais segurança às cidades e devolvam a dignidade à população.

Em função do grande problema vivido por tantas cidades capixabas, o Governo do Estado decidiu criar uma estrutura para o desenvolvimento e implementação de projetos que trabalhem de maneira preventiva no controle de cheias e inundações, bem como no combate à escassez de água, principalmente em municípios do Norte, que, em uma situação oposta, sofrem com as consequências das temporadas de seca.

Já estão sendo desenvolvidos os projetos para o desassoreamento e regularização do leito e margens do canal e do Rio Marinho e da calha do Rio Formate nos municípios de Cariacica, Vila Velha e Viana. Os projetos foram eleitos como prioridades no orçamento participativo para sua inserção no orçamento de 2011, do Governo Estadual.

Os objetivos buscados com os projetos são atenuar as inundações e alagamentos nas áreas urbanizadas e revitalizar os rios, requalificando o espaço urbano. Atualmente, são atingidos diretamente com a ocorrência das inundações das bacias hidrográficas dos rios Marinho e Formate cerca de 255,4 mil habitantes nos três municípios, sendo que quase mil imóveis são mais afetados e encontram-se dentro das faixas de inundação, de segurança e de preservação ambiental.

A proposta prevê a regularização do leito e margens do canal e Rio Marinho, com serviços de desobstrução, limpeza, dragagem e execução de obras de drenagem e obras complementares como proteção de margens, recuperação e pavimentação de vias marginais, reformas em pontes existentes e construção de novas pontes. Também constam do projeto a implantação de parques lineares, a execução de ações de preservação ambiental e a implantação de sistema de monitoramento e de informações.

A proposta contempla ainda a regularização da ocupação inadequada ao longo da margem do Rio Marinho, com reassentamento de famílias e outras ações, por meio de programas de diferentes fontes.

Para o Rio Formate, o projeto prevê a construção de reservatório de amortecimento de cheias (barragem Roda D'Água), obras de desassoreamento e regularização do leito, margens e ampliação da calha do rio, e implantação de parques lineares ribeirinhos, além de execução de ações de preservação ambiental, implantação de sistema de monitoramento e de informações, execução de trabalho socioambiental e, da mesma forma o reassentamento de famílias.

Junto com as secretarias de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag) e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama), a Sedurb ainda participa da Comissão Institucional de Gestão Integrada de Recursos Hídricos, com o objetivo de formular o Plano de Gestão Compartilhada.

O Plano já tem definida a construção de nove barragens coletivas para reservação de água em três sub-bacias definidas em estudos como prioritárias: a sub-bacia do Rio Santa Maria do Doce, nos municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã; sub-bacia do Rio São João Pequeno, em Colatina; e sub-bacia do Córrego Laje, em Baixo Guandu e Itaguaçu.

Para a realização dessas intervenções, a Comissão de Gestão Integrada está atuando junto às comissões municipais para conformação de todos os procedimentos necessários e exigidos legalmente e que antecedem o processo de licitação e contratação das obras.



Além disso, a Sedurb participa do Programa de Ação Estadual de Prevenção e Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca do Espírito Santo (PAE-ES), dentro do grupo estadual integrante deste Programa Nacional (PAN-Brasil), coordenado pelo Governo Federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente.

### 3.5.6 Captação de Recursos

» Desde 2003, já foram contratadas operações de crédito internas e externas na ordem de R\$ 980.190.000,00 para investir na qualidade de vida da população capixaba. O investimento total para projetos em diversas áreas é de quase R\$ 1,4 bilhão, sendo a diferença a contrapartida estadual, por meio das suas secretarias e órgãos gerenciadores dos projetos.

Foram contratadas operações de crédito para os projetos Águas Limpas (Cesan), Floresta para a Vida (Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Iema), Transcol III e IV (Secretaria de Transportes e Obras Públicas – Setop). A área de saúde foi contemplada com captação de recursos para o Programa de Ampliação e Modernização do Sistema Hospitalar do Estado do Espírito Santo – Projeto Saúde ES, que prevê a reforma e ampliação do Hospital São Lucas; construção do Novo Hospital Dório Silva; reforma, ampliação e modernização do Hospital Central de Vitória; implantação do Sistema Saúde Digital; e Fortalecimento Institucional da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa).

Além disso, ainda foram destinados recursos para grandes intervenções integrantes do Programa de Investimentos do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Espírito Santo (DER-ES), com o foco nos empreendimentos de infraestrutura urbana e malha rodoviária estadual; e com vistas à Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Financeira das Administrações Estaduais, projeto executado pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Para a Cesan também foram contratados recursos para a execução de programas de desenvolvimento integrado constantes do Plano Plurianual (PPA) por meio da Linha BNDES Estados; execução de obras de saneamento básico, integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC), e ainda foi firmado um convênio de cooperação técnica com o BNDES para elaboração de estudos relacionados à implantação de Parceria Público-Privada (PPP), destinada à ampliação da cobertura dos serviços de esgoto sanitário da Grande Vitória.

Encontram-se na lista de possibilidades de seleção de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC II) os projetos relacionados às bacias hidrográficas dos rios Marinho e Formate.





**Núcleo Histórico de São Pedro de Itabapoana** Mimoso do Sul

FOTO: DAVID PROTTI

### 3.6 Transportes e Obras Públicas

» O Estado do Espírito Santo ganhou nos últimos anos um inédito volume de obras, com bilhões e bilhões de investimentos e geração de milhares de empregos, além, é claro, de mudanças efetivas na qualidade de vida de todos os 3,5 milhões de capixabas.

Com a ampliação da capacidade de investimento e, conseqüentemente, a possibilidade de prestar mais serviços e ofertar mais obras, o Governo do Estado precisou fazer uma remodelação na área de infraestrutura.

A extinta Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Infraestrutura e dos Transportes (Sedit) foi responsável, de 2003 a 2007, por coordenar as obras públicas de estradas, vias e de saneamento. Em fevereiro de 2007, deu lugar a duas novas secretarias: a de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sedurb) e a dos Transportes e Obras Públicas (Setop).

À Sedurb foram vinculadas as companhias Espírito-Santense de Saneamento (Cesan) e de Habitação e Urbanização do Estado do Espírito Santo (Cohab-ES). Já a Setop passou a ser responsável pela Política Estadual de Mobilidade Urbana e pelo provimento da infraestrutura necessária às políticas públicas setoriais.

A Setop formula, coordena, executa e supervisiona estudos e projetos viários, de transportes, de trânsito, e outras obras públicas, contando com uma equipe própria e com o trabalho de seus órgãos vinculados – o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo (DER-ES), o Instituto de Obras Públicas do Estado do Espírito Santo (Iopes), a Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb-GV) e o Departamento Estadual de Trânsito (Detran|ES).

#### 3.6.1 Mobilidade Urbana e Transcol

» Por entender que dinamismo econômico com qualidade de vida pressupõe facilidades de deslocamento de pessoas, bens e produtos, o primeiro grande foco da Setop foi o de retomar os investimentos na mobilidade metropolitana, há muito paralisados.

Um novo conceito passou a ser adotado. Os investimentos em transporte e circulação passaram a ser baseados no princípio da “democracia viária”. A prioridade absoluta é para o transporte coletivo, responsável por praticamente 80% das viagens realizadas todos os dias nas áreas urbanas.

Superar congestionamentos apenas com investimentos na ampliação da malha viária, atraindo cada vez mais automóveis, significaria perpetuar a conduta equivocada dos velhos gestores públicos, que acarretaram maiores congestionamentos que vêm engessando as cidades. Modernos projetos de mobilidade levam em conta que o automóvel, que ocupa 80% do espaço viário e tem uma taxa média de ocupa-





» Além de fazer melhorias e ampliações na estrutura antiga, o Governo construiu quatro novos terminais para o Sistema Transcol, em Jacaraípe, Itaparica, São Torquato e Jardim América

ção de apenas 1,3 pessoa por veículo, deve ser usado de forma inteligente, racional.

Assim, a partir do Plano Diretor de Transporte Urbano da Grande Vitória (PDTU/GV), elaborado pela Secretaria em 1998, foram retomados os contatos com o BNDES e celebrado um contrato de financiamento no valor de R\$ 122 milhões para investimentos no Programa Transcol III.

Os recursos possibilitaram a implantação de 42 km de vias urbanas fundamentais à mobilidade metropolitana e à requalificação do tecido urbano dos municípios contemplados. Dotados de faixas duplas para o tráfego geral e contendo, em seu canteiro central, reserva de área para implantação de faixas exclusivas para transporte coletivo, ciclovias e ampla iluminação, são eixos estruturantes concebidos também para prover a logística de circulação de cargas, proporcionando o desenvolvimento sustentável.

No Transcol III também foram construídos mais quatro Terminais Urbanos de

Integração do Sistema Transcol (Jacaraípe, São Torquato, Itaparica e Jardim América). O Terminal Laranjeiras foi ampliado e modernizado e o mesmo será feito com os terminais Carapina, Itacibá e Vila Velha. Essas realizações, além de multiplicarem a acessibilidade dos usuários aos diferentes destinos, trouxeram maior conforto, mais segurança, novos serviços acessórios como a Biblioteca Transcol, propiciando ainda a otimização da rede de linhas tronco-alimentadoras do sistema.

O sucesso obtido nos investimentos do Transcol III facilitou a aprovação de um novo programa junto ao BNDES, o Transcol IV, no valor de R\$ 200 milhões, que permitirá a conclusão das obras iniciadas e a ampliação do viário urbano. Com isso a Setop investiu, de 2003 a 2010, mais de R\$ 800 milhões em mobilidade urbana na Grande Vitória. Essa cifra deixa clara a diretriz de Governo de resgatar a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável na Região Metropolitana consolidando, como importante legado, a cultura da mobilidade urbana como política pública prioritária.



### 3.6.2 Corredores para ônibus

» Com o objetivo de superar um desafiador estoque de crise urbana decorrente da ausência de planejamento e de investimentos públicos em mobilidade, os projetos Transcol III e IV vieram para promover a inclusão social, contribuindo para reduzir os bolsões de miséria urbana, a degradação ambiental e o estresse viário.

Mas, se por um lado as alternativas de transportes e seus custos definem, para os mais pobres, o acesso aos serviços sociais básicos, as oportunidades de trabalho e condicionam as escolhas de seu local de moradia, por outro, o uso indiscriminado dos automóveis pelas demais classes sociais contribui para que congestionamentos crescentes reduzam a qualidade dos serviços públicos de transportes coletivos, que perdem pontualidade, conforto e credibilidade, gerando um ciclo vicioso que precisa ser rompido.

Por isso, em julho de 2008, com investimentos de R\$ 6 milhões, a Setop contratou o Projeto Corredores Exclusivos para Ônibus, conhecido internacionalmente como BRT (Bus Rapid Transit), para garantir a prioridade de circulação do transporte coletivo na Grande Vitória. Nele está sendo analisada a implantação de corredores exclusivos em 108 quilômetros de vias que cortam toda a Região Metropolitana da Grande Vitória.

O BRT Grande Vitória será concebido para propiciar agilidade, fluidez, pontualidade e conforto aos usuários, prestando serviços de excelência competitivos com os automóveis. O projeto básico está em fase de conclusão, devendo ser implementado em etapas, a primeira das quais, com 52 km de extensão, interliga os terminais do Transcol. Diferente dos outros modelos encontrados nas grandes capitais mundiais, o BRT Grande Vitória possui característica única: engloba quatro municípios (Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica).

O projeto foi amplamente discutido com as autoridades municipais e, atualmente, duas avenidas já estão sendo ampliadas com previsão de espaço para o BRT no canteiro central: a Talma Rodrigues Ribeiro, na Serra, e a Carlos Lindenberg, em Vila Velha.

### 3.6.3 Logística

» A Setop teve também atuação destacada na retomada dos contatos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), possibilitando a liberação de um empréstimo de US\$ 122 milhões, aplicados na implantação e melhorias de rodovias estaduais, reestruturação e modernização do DER-ES e elaboração do Plano Diretor Rodoviário (PDR) e do Plano Estratégico de Logística e Transportes (Peltes).

O Governo elaborou o Peltes, um profundo estudo das vocações para o desenvolvimento do Espírito Santo com o horizonte de 20 anos, pesquisando toda a cadeia lo-

gística, para conhecimento da matriz de cargas da pequena à grande escala produtiva.

O Peltes também fez um diagnóstico socioeconômico do Estado e regiões de influência, abrangendo os componentes aeroviário, rodoviário, ferroviário, marítimo, portuário, dutoviário e institucional do segmento de logística. O plano foi desenvolvido com a participação dos vários setores empresariais, colhendo contribuições de todos os segmentos produtivos.

Na Região Metropolitana, o Peltes contribui também para a mobilidade urbana, uma vez que tem como diretriz estratégica a segregação dos fluxos pesados de cargas na circulação urbana, apontando os investimentos necessários para que os grandes empreendimentos logísticos geradores de tráfego tenham sua inserção urbana implementada sem acarretar impactos nocivos à qualidade de vida da região onde estão localizados.

### 3.6.4 Iopes

» O Instituto de Obras Públicas do Estado do Espírito Santo (Iopes) foi criado em 2007 por uma lei complementar que extinguiu o Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes do Estado do Espírito Santo (Dertes) e criou duas autarquias: o Iopes e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo (DER-ES).

Responsável por executar, fiscalizar e gerenciar as obras dos prédios integrantes do patrimônio do Estado, em menos de quatro anos de criação, o Iopes vem contribuindo significativamente para a melhoria de vida da população capixaba. Em parceria com as secretarias e outros órgãos do Estado, foram entregues mais de 120 obras e projetos nesse período.

O órgão, que tinha seu quadro de pessoal formado, na sua maioria, por servidores cedidos pelo DER-ES, por outros órgãos e secretarias do Governo do Estado, além de comissionados, em 2009 realizou o primeiro concurso público, por meio do qual abriu 37 vagas distribuídas em cargos de nível médio técnico e superior técnico e de suporte. Os candidatos aprovados foram nomeados e hoje formam o quadro de servidores efetivos do Iopes.

Prestando serviços para as diversas secretarias de Estado, o Iopes atuou, entre tantas outras obras, na construção, reforma e ampliação de 45 escolas, construção de quatro novos terminais do Sistema Transcol, na reurbanização da orla do Centro de Guarapari, na construção e reforma de diversos aparelhos para a Segurança Pública, como novos Centros de Detenção Provisória (CDPs) e Delegacias de Polícia e reforma e ampliação do Hospital Estadual Central.

Atualmente, estão em execução pelo Iopes aproximadamente cem obras. Vale destacar as grandes, como a construção do Cais das Artes – Praça, Museu e Teatro,



um projeto do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, que já ganhou destaque mundial e vai colocar o Espírito Santo na rota dos grandes espetáculos e exposições; o novo Estádio Estadual Kleber Andrade que, dentro do conceito de estádio verde, ficará pronto antes da Copa do Mundo de 2014; o novo Hospital Estadual Dório Silva, que vai contar com uma estrutura hospitalar moderna, com área superior a 32 mil metros quadrados, distribuída em sete blocos, sendo o maior hospital em construção no País; a reurbanização da orla da Praia do Morro, que vai contemplar uma extensão de 2,8 km; além de aproximadamente obras de 60 escolas que estão sendo acompanhadas e fiscalizadas pelo Iopes.

### 3.6.5 DER-ES

» Até 2003, a malha viária do Espírito Santo encontrava-se, havia quase duas décadas, sem conserva. Com a recuperação da capacidade de investimento do Governo, foram contratadas obras e serviços de conserva rotineira e preventiva para todas as rodovias estaduais.

Por meio da ação do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo (DER-ES), iniciou-se um amplo investimento na recuperação, reabilitação e ampliação da malha viária estadual com o objetivo de proporcionar mais conforto e segurança aos usuários.

A recuperação da capacidade de investimento também possibilitou ao Governo do Estado o resgate da credibilidade junto a organismos financeiros, inclusive internacionais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Tal conduta permitiu a contratação de dois importantes programas rodoviários: o Programa de Melhoria da Mobilidade Urbana, com obras inseridas no Transcol III, junto ao BNDES; e o Programa Rodoviário Espírito Santo II, junto ao BID.

Entre os anos de 2003 e 2006, o Governo do Estado investiu R\$ 703 milhões em infraestrutura rodoviária e mobilidade urbana e realizou intervenções de ampliação em 145,18 quilômetros; reabilitação em 126,91 quilômetros; 30,44 quilômetros de obras em vias urbanas; 685,58 quilômetros de obras e serviços de conserva rotineira, preventiva e corretiva; 396,65 quilômetros de obras de melhoria na malha viária estadual; 11 quilômetros de obras e recuperação e construção de pontes; e 1,19 quilômetro de obras de arte especiais.

Ainda em 2006, o DER-ES firmou importantes parcerias, como a assinatura de convênio com o Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH), que proporcionou suporte técnico e alternativas capazes de solucionar importantes passivos reclamados pelos contribuintes na área hidráulica.

Foram iniciadas obras de novos corredores estruturantes, como a construção da Rodovia Leste-Oeste, que resultará em uma economia estimada de 20 minutos a meia hora no trajeto de quem segue da BR 262 ou da BR 101 (Contorno) até o Terminal Portuário de Vila Velha, em Capuaba.

Também em 2007, o Governo do Estado autorizou a elaboração do Plano Diretor Rodoviário do Estado do Espírito Santo (PDR). Uma importante ferramenta de planejamento que norteará as ações do ES 2025.

Em 2008, O DER-ES encerrou as atividades com a realização de 41,72 quilômetros de reabilitação e melhorias, 82,56 quilômetros de construção; 11,85 quilômetros de obras em vias urbanas; 362,61 quilômetros de obras e serviços de conserva rotineira, preventiva e corretiva; 2,61 quilômetros de obras de arte especiais; e 828,77 quilômetros de projetos de reabilitação e de construção de novas rodovias contratados em elaboração; conserva, sinalização da malha e obras hidráulicas, com a execução da primeira etapa das obras de recuperação da Praia Central de Marataízes.

Entre as obras iniciadas em 2009, está a recuperação da praia de Conceição

» **O Governo do Estado investiu mais de R\$ 800 milhões em mobilidade urbana, incluindo obras como a Rodovia Leste-Oeste...**







» ... a duplicação da Rodovia Darly Santos, que está ganhando novo viaduto na interseção com a Avenida Carlos Lindenberg, e a ampliação da Avenida Fernando Ferrari, incluindo a construção da nova Ponte da Passagem





da Barra, que vai devolver a balneabilidade e resultará em significativa contribuição para o resgate das atividades turísticas no balneário. Outra obra iniciada foi o viaduto no cruzamento da Avenida Carlos Lindenberg com a Rodovia Darly Santos, em Vila Velha. No local transitam, diariamente, 75 mil veículos. O viaduto vai melhorar o trânsito no local e facilitar a logística de contêineres no Porto de Capuaba.

Já entre as obras concluídas, destaca-se a nova Ponte da Passagem, em Vitória, que, além de ser um dos mais belos cartões-postais do Estado, com três pistas, desfez um gargalo de trânsito no trecho onde existe um dos maiores fluxos de veículos da Grande Vitória, solucionando um antigo problema que existia na ligação entre a Reta da Penha e a Avenida Fernando Ferrari, que foi duplicada e ganhou um viaduto em frente à Ufes.

A Rodovia ES 248, entre Colatina e Linhares, com 54,1 quilômetros de extensão, foi outra conquista. A rodovia se constitui num importante corredor estruturante para o transporte rodoviário e cria uma nova alternativa de trajeto, que retira a pressão do tráfego do leste de Minas Gerais sobre a BR 101, no trecho entre João Neiva e o entroncamento para a sede do município de Linhares, e também para o tráfego que segue em sentido contrário.

A pavimentação da Rodovia ES 248, entre Linhares e Colatina, abre uma nova frente turística para a Região Norte do Estado, uma vez que o trajeto oferece uma das mais belas paisagens do Espírito Santo, seguindo o leito do Rio Doce e abrigando um conjunto de belíssimas lagoas. O investimento do Estado abre as portas para novos empreendimentos hoteleiros.

Outra vantagem é a redução de 43 quilômetros no percurso, especialmente para os turistas que saem de Minas Gerais, passando pela BR 259 e pela BR 101 em direção às praias do Norte do Estado e vice-versa, pois a via pavimentada proporcionará economia de tempo e de combustível para os usuários.

Na região Sul, a Rodovia ES 181, no trecho Alegre - Comunidade do Café, foi entregue toda pavimentada. As obras, que atenderam a uma antiga reivindicação da população, compreenderam a realização de drenagem, terraplenagem, pavimentação, implantação de sinalização horizontal e vertical e obras de arte complementares, numa extensão de 12,8 quilômetros.

A pavimentação do trecho Alegre x Arraial do Café reuniu um arrojado conjunto de investimentos em conservação ambiental, que beneficia diretamente todos os lindeiros da rodovia e os rios e córregos que passam por ali. Com a obra, o transporte de passageiros e produtos da região passou a ter escoamento garantido de forma perene. Antes da pavimentação realizada pelo Governo do Estado, em épocas de chuvas intensas, havia dificuldade para trafegar no trecho por causa da lama.



» Desde 2003, foram realizadas obras de construção e restauração de mais de dois mil quilômetros de rodovias estaduais, entre as quais a ES 248 (Colatina x Linhares), ES 164 (Pancas x Alto Mutum Preto)...





» ... ES 165 (Afonso Cláudio x BR 262), ES 146 (Alfredo Chaves x Matilde), ES 080 (Água Branca x São Domingos do Norte), ES 209 (Pedro Canário x Cristal) e ES 060 (Marataizes x Marobá)





## 2010

» Em 2010, o DER-ES deu prosseguimento a importantes projetos de mobilidade urbana e ampliação e recuperação da malha viária estadual. Está construindo a transposição sobre a Avenida Carioca, em Vila Velha, cujas obras estão em ritmo avançado. O Departamento de Estradas de Rodagem já realizou 65% do corte de rochas na obra do viaduto sobre a Avenida Carioca (Alça da Terceira Ponte).

No que se refere ao viaduto que vai passar sobre a Avenida Carioca, 30% dos trabalhos já foram executados. A obra do viaduto da Terceira Ponte faz parte do Programa de R\$ 1 bilhão em Investimentos do Governo do Estado. Terá 800 metros de extensão em estrutura mista, concreto e aço, duas faixas de tráfego, com uma passarela que funcionará como passeio e ciclovia. Desse total, 190m serão em forma de viaduto sobre a Avenida Carioca.

Os estudos realizados para a elaboração do projeto do viaduto revelaram que 60% dos veículos que chegam a Vila Velha pela Terceira Ponte não seguem pela Avenida Carioca, mas dobram à direita para acessar a Avenida Champagnat em direção aos bairros Praia da Costa, Itapoã e Itaparica. O Viaduto começará na descida da Terceira Ponte – sentido Vila Velha – onde será criada uma pista que sairá próximo à Rua Inácio Higino.

Aproveitando a topografia do terreno, a nova via passará pelo morro do Marista, no antigo Sítio Batalha, e fará a transposição sobre a Avenida Carioca e sobre o Canal da Costa, por meio de um viaduto com 190m de extensão, 12,3m de largura, 42m de vão livre e 5,5m de altura. A partir desse ponto, uma alça seguirá paralela à Rua Mário Almeida, adjacente ao valão, e que futuramente será denominada de Perimetral, de onde seguirá até a Rua Bahia, no bairro Itapoã.

O viaduto constitui-se de estrutura metálica que será montada no canteiro de obras e será deslocada para seu ponto definitivo, de maneira semelhante ao método utilizado nas obras de construção da nova Ponte da Passagem, com a premissa de, durante a fase de execução, minimizar transtorno aos usuários.

Entre os projetos e obras a serem destacados em 2010, estão a pavimentação do trecho Linhares – Pontal do Ipiranga. As obras foram iniciadas no segundo semestre deste ano.

O trecho é uma rodovia municipal que tem 24,86 quilômetros de extensão. Tem início no entroncamento da ES 248, próximo ao Canal de drenagem do DNOS, e vai até Pontal do Ipiranga.

Pelo projeto, a via será construída em pista simples, com largura de nove metros, sendo 3,5 metros para cada faixa de rolamento e 1,00 de faixa de segurança em cada sentido.

Por se tratar de via que atravessa áreas de terreno alagado, será necessária a implantação de vários bueiros ao longo da rodovia, que funcionarão como vasos

comunicantes, especialmente em épocas de precipitação pluviométrica intensa.

Concluídas as obras, a rodovia receberá sinalização vertical e horizontal. Em Pontal do Ipiranga será construída uma interseção de acesso.

A pavimentação da rodovia atende a uma antiga reivindicação da população e vai garantir condições de escoamento da produção local e trafegabilidade perenes.

Na Região Sul, destaca-se a reabilitação da Rodovia ES 482, entre o entroncamento da ES 482–ES 166, de Coutinho até Alegre, já em andamento.

O trecho tem 43,8 quilômetros de extensão e representa um investimento de R\$ 44,9 milhões. Pelo projeto de engenharia, o DER-ES realiza obras e serviços de reabilitação do pavimento, tratamento de interseções, recuperação dos elementos de drenagem e de pontes, implantação de pontos de ônibus segmentados da pista e de abrigos nas paradas de ônibus, além de nova sinalização horizontal e vertical.

Ao longo do trecho serão recuperadas as pontes sobre o Ribeirão Vala do Souza; sobre o Córrego Cristal; sobre o Córrego da Mata; sobre o Ribeirão São Bartolomeu – Braúnas; sobre o Córrego Horizonte – Rive; e sobre o Rio Alegre.

Com o objetivo de proporcionar mais conforto e mais segurança a quem faz uso da via, as interseções existentes foram reformuladas, o que vai elevar a segurança e o conforto dos usuários nos seguintes trechos: entroncamento com a ES 483, que dá acesso a Burarama; no acesso principal ao distrito de Pacotuba; no acesso a Escola Agrotécnica de Alegre e Rive; para o acesso principal a Rive; e no entroncamento com a ES 181, que permite o acesso a Muniz Freire.

O DER-ES vai implantar também uma interseção para o campus da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), atendendo a uma solicitação da comunidade universitária.

A rodovia passará a ter um conceito mais moderno, inclusive com a implantação de faixas de múltiplo uso. Tal medida está sendo adotada com o objetivo de proporcionar a locomoção de não motorizados ao longo do trecho, tendo em vista a ocupação urbana junto às margens da rodovia em trechos como Coutinho, Jerônimo Monteiro, Escola Agrotécnica de Alegre e campus da Ufes. Dessa forma, ciclistas e pedestres poderão trafegar com mais conforto e segurança sem dividir espaço com os veículos.

Ao todo, estão projetados 41 locais de parada de ônibus do lado esquerdo e 40 do lado direito da via. Em cada local de parada será instalado um abrigo para passageiros. A Escola Agrotécnica Federal de Alegre, por sua vez, devido ao grande fluxo de alunos, contará com duas unidades, atendendo a uma solicitação manifestada durante uma consulta pública realizada em Alegre.

O GOVERNO DO  
ESTADO ESTÁ  
CONSTRUINDO O  
VIADUTO DA TERCEIRA  
PONTE, QUE FARÁ  
A TRANSPOSIÇÃO  
SOBRE A AVENIDA  
CARIOCA E TERÁ 800  
METROS DE EXTENSÃO,  
MELHORANDO O FLUXO  
NA REGIÃO DA PRAIA  
DA COSTA E ITAPOÃ



Somadas essas realizações, até dezembro de 2010, o Governo do Estado, por meio do DER-ES, realizou intervenções em 2.000 quilômetros de rodovias estaduais e vias urbanas e deixa em estoque de projetos de engenharia para ampliação e reabilitação da malha viária estadual aproximadamente 800 quilômetros.

### *Praias*

» Na região Sul, as obras de recuperação da Praia Central de Marataizes foram concluídas. As intervenções compreenderam duas etapas distintas com a implantação de 5 (cinco) obras de enrocamento com reposição de areia ao longo de 2.700 metros de praia, sendo dois espigões, um ao norte e outro ao sul e 3 (três) quebra-mares denominados promontórios, devido às suas formas especiais. Houve, ainda, a colocação de aterro hidráulico com areia entre os quebra-mares como forma de restaurar a balneabilidade da praia.

» **A recuperação da Praia Central trouxe vida nova a Marataizes**



A praia recuperada apresenta faixa de areia largura mínima de 50 metros, o que é largo o suficiente para permitir que a praia seja frequentada com conforto pelos banhistas. Para tanto, foi depositado um volume aproximado de 1,2 milhão de metros cúbicos de areia para engordamento da faixa de areia.

O projeto foi elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH), que se baseou em estudos das situações pretéritas, climas de ondas, correntes marítimas, transportes de sedimentos, intensidade de maré e direção de ondas. Tais dados permitiram a modelagem matemática que indicaram a solução mais adequada para recuperar a praia.

Na região Norte do Estado, as obras de recuperação da Praia de Conceição da Barra estão com previsão de conclusão ainda em 2010. O projeto de recuperação da Praia de Conceição da Barra foi desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH). Pelo projeto, foram implantadas cinco estruturas de enrocamento de sul para norte, denominadas E-1, que é o espigão colocado ao sul do trecho com a finalidade de fixar a extremidade e proteger a restauração da praia. Em direção ao norte são mais quatro estruturas em forma de promontórios arredondados, chamadas de quebra-mares Q-1, Q-2, Q-3 e Q-4.

Os levantamentos para a elaboração do projeto foram realizados seguindo um detalhado e criterioso estudo que verificou o comportamento do clima de ondas na região desde o ano de 1991. Os estudos apontaram que houve mudança no clima de ondas. Na década de 80, o transporte litorâneo era de norte para sul. Na década de 90, mudou de sul para norte.

Esses fatores, conjugados com ocupação da cidade e o aquecimento global (El Niño), provocaram forte crescimento na energia da onda. Como consequência, houve mais transporte de material e destruição das casas construídas no estirâncio de praia (faixa de areia da praia). Os estudos também consideraram o aumento do nível médio do mar em função do aquecimento global.

### *Projetos*

» Na área de obras e projetos hidráulicos, o DER-ES deixa prontos para a contratação das obras os projetos para a minimização dos impactos das cheias dos municípios de Águia Branca, Guaçuí, Ibiraçu e Santa Teresa e o projeto para minimização dos impactos das cheias na bacia do Rio Jucu, próximo aos bairros Araçás, Novo México e Guaranhuns, em Vila Velha.

Outra iniciativa do Departamento é o projeto para a recuperação das praias de Piúma e de Itaipava, em Itapemirim. No que se refere a esta última, o projeto contempla a construção de um terminal pesqueiro e de um terminal de apoio logístico para embarcações. Todos esses projetos foram elaborados pelo INPH.



### 3.6.6 Detran|ES

» O País vem assistindo à ascensão do automóvel e à popularização de seus modelos para facilitar a aquisição pelas camadas de menor renda e escondendo dentro do armário esse esqueleto que se tornou um dos principais desafios da agenda pública nacional e internacional – mudar comportamentos para preservar vidas no trânsito.

O Espírito Santo alcançou, em 2008, a marca de mais de um milhão de veículos e condutores habilitados. O crescimento médio dessa frota (10% ao ano nos últimos dez anos) superou, em muito, a média nacional (7%).

Intensificam-se os conflitos entre os diferentes usuários das vias, manifesta-se uma histeria geral onde imperam a impaciência, a correria de veículos e pedestres e o desrespeito às leis de trânsito. Com isso, os acidentes de trânsito são hoje o 2º maior problema de saúde pública do País, registrando 01 morte no trânsito a cada 13 minutos e 01 atropelamento a cada 7 minutos.

#### Políticas

» Para fazer frente a essa realidade, foi instituído um novo Departamento Estadual de Trânsito (Detran|ES), resultado de um conjunto de mudanças estruturais

e conceituais, preparando o órgão para os novos desafios, mudanças essas focadas em quatro eixos estratégicos.

Com o fortalecimento institucional, o órgão passou a ter nova estrutura organizacional menos verticalizada e há um plano de capacitação sistemática para seu quadro funcional. O Detran investiu na excelência nos serviços. Presente em todos os municípios do Espírito Santo com atendimento ao cidadão por meio de suas Ciretrans e dos Postos de Atendimento Veiculares (PAV) que foram reformados e ampliados para facilitar o acesso dos cidadãos, o órgão fez um investimento de R\$ 617 mil.

Visando a um atendimento eficaz e ágil, o Detran tem investido na modernização, em tecnologia e na humanização do ambiente. Implantou um novo sistema de habilitação (sit renach), um novo sistema de veículos (detran.net), um moderno call center (tel. 154), as provas digitais e a biometria digital para controle da formação de condutores, além de um novo sistema de gerenciamento das informações do órgão pela internet, oferecendo mais comodidade e segurança para os usuários.

A mobilização social para salvar vidas no trânsito é um terceiro eixo. O Detran|ES atua hoje com novo paradigma, uma nova filosofia: para evitar acidentes de trânsito (que em geral não são acidentais), há a necessidade de uma “revolução comportamental” que somente será possível com ampla mobilização da sociedade, quando cada um deixa de ser espectador e assume o papel de protagonista das transformações a partir de seu próprio comportamento.



Vida Urgente/ Detran|ES

» **Em busca de um trânsito civilizado, o Detran|ES investiu prioritariamente em educação, como nas campanhas Madrugada Viva e Vida Urgente Espírito Santo**



Todos têm um papel a cumprir. Na infância, os pais educam seus filhos com valores éticos e morais. Nessa fase, o testemunho de vida fala muito mais que qualquer palavra. Na escola, são consolidados valores básicos de cidadania e respeito ao outro, sobretudo nesse espaço público que é a rua.

Na juventude é a vez do Estado preparar bem o cidadão para a extrema responsabilidade de conduzir um veículo. Conquistar a “permissão” do Estado para conduzir veículo significa conquistar a admiração e o respeito do grupo, representando status, liberdade e poder. A partir desse eixo, o Detran realiza iniciativas como o Programa Vida Urgente Espírito Santo, por meio do qual jovens voluntários promovem campanhas para preservar a vida e evitar acidentes de trânsito no Estado com ações em praias, escolas, shoppings, shows, teatros, feiras, boates, bares e igrejas. Há também o Madrugada Viva e Praia Viva, de fiscalização, abordagens e testes de bafômetros. Registram-se, ainda, campanhas educativas.

O desenvolvimento regional e o fortalecimento das cidades compõem o quarto eixo. Desde 2007 o Detran|ES investiu R\$ 2,6 milhões em sinalização de vias urbanas em convênio com municípios capixabas, apoiando-os em seu processo de gestão do trânsito local.

Além de tudo isso, o órgão trabalhou pelo aprimoramento permanente da legislação de trânsito brasileira. A sociedade muda, as cidades mudam, as relações humanas mudam. Para acompanharem essa dinâmica e se manterem eficazes, as leis devem ser permanentemente revistas à luz das reais necessidades da paz e da justiça social.

### 3.6.7 Ceturb-GV

» Após muitos anos sem receber investimentos, o Transporte Coletivo na Grande Vitória vive uma fase de modernização. Desde 2003, a Companhia Estadual de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb-GV) começou a traçar planos visando à implantação de um Novo Transcol para a população da Grande Vitória, que hoje já se beneficia com melhorias na mobilidade urbana e ações que ampliaram a inclusão social.

Em 2004, foram iniciados os procedimentos necessários à construção dos novos terminais Jacaraípe, Itaparica, São Torquato e Jardim América. Em abril de 2008, foi inaugurado o Terminal Jacaraípe, na Serra, beneficiando diretamente 27 comunidades. Moradores de 43 comunidades de Vila Velha, principalmente da Grande Terra Vermelha, foram beneficiados com a inauguração do Terminal Itaparica, em abril de 2009. Em agosto do mesmo ano, foram inaugurados os terminais São Torquato, em Vila Velha, e Jardim América, em Cariacica, em atendimento a 60 comunidades dos dois municípios.

A desativação do Terminal Dom Bosco, em Vitória, ofereceu mais conforto, segurança e melhores opções de deslocamento a 75 mil usuários do Sistema Transcol. Com o fim do Terminal Dom Bosco, 50 ônibus por hora deixaram de circular no centro de Vitória, o que possibilitou melhorias no trânsito da região.

O Terminal Laranjeiras foi ampliado e reformado. O mesmo acontecerá com os terminais Vila Velha, Carapina e Itacibá. Hoje, o sistema Transcol transporta uma média de 650 mil passageiros por dia com uma frota de 1.500 ônibus.

### *Transcol Social*

» Em janeiro de 2006, foi criado o Transcol Social, que fixou tarifa única, implantou a tarifa com desconto aos domingos para passagens pagas em dinheiro e criou o subsídio do Governo, que passou a cobrir parte da tarifa, desonerando o usuário.

A reformulação do Transcol Social, em janeiro de 2008, concedeu a gratuidade integral para estudantes de ensino médio da rede pública. O Governo também passou a subsidiar a gratuidade parcial dos demais estudantes e o passe livre das pessoas com deficiência.

### *Mais benefícios*

» A frota do Serviço Especial Mão na Roda cresceu de quatro vans, no início de 2003, para 24 vans e um micro-ônibus, em 2009. As pessoas com deficiência também garantiram seu lugar no Sistema Transcol. São quase 700 ônibus com elevador e toda a frota estará acessível até 2014.

A frota de ônibus articulados, que transportam quase o dobro de passageiros que os convencionais, aumentou de 35 ônibus para 83. Em 2009, foi o novo Serviço Seletivo, que ganhou duas novas linhas, novo layout e frota adaptada para pessoas com deficiência.

### *Tecnologia*

» Em 2007, passar pela roleta ficou mais prático e seguro, com a Bilhetagem Eletrônica. Os vales-transporte e passes escolares de papel foram substituídos por cartões eletrônicos. Em setembro de 2009, a Ceturb-GV licitou serviços de gerenciamento eletrônico das frotas do Transcol e dos serviços Seletivo e Mão na Roda. Todos os ônibus e vans em operação serão monitorados em tempo real, facilitando a gestão e beneficiando usuários.



## 3.7 Agricultura

» Nos últimos anos, viver e trabalhar no campo capixaba tornou-se uma experiência renovada, com mais oportunidades de geração de renda e melhores condições de infraestrutura para a produção e qualidade de vida.

Em 2003 a Secretaria de Estado da Agricultura, Aquicultura e Pesca (Seag), segundo os parâmetros político-gerenciais de Governo, iniciou a elaboração de Planos Estratégicos para nortear as ações do setor produtivo agropecuário, florestal, pesqueiro, entre outros.

As primeiras metas traçadas logo no primeiro ano da administração visavam a promover intervenções no setor agrícola com base no conceito de desenvolvimento sustentável. O resultado foi a organização de uma importante ferramenta para direcionar as ações a serem realizadas: o Plano Estratégico da Agricultura Capixaba (Pedeag).

O projeto é resultado de uma parceria entre agentes do poder público e da iniciativa privada que discutiram os temas relacionados ao setor durante 27 seminários temáticos, que envolveram diretamente mais de três mil pessoas.

Para cada uma das 17 áreas temáticas consideradas, foram estabelecidas as metas mobilizadoras, as estratégias e as ações que deveriam ser realizadas em busca de promover o crescimento e a consolidação das principais cadeias produtivas do agronegócio estadual e, também, a superação de entraves ao desenvolvimento identificados por meio de pesquisas.

Promover a inclusão social e gerar melhorias nos indicadores de qualidade de vida no campo e nas cidades também foram incluídos como metas do modelo de desenvolvimento.

Colocado em prática de 2003 a 2007, o Pedeag apresentou resultados consideráveis, especialmente na solução de problemas, na busca de alternativas e na programação de ações estratégicas para todas as atividades rurais realizadas no território capixaba.

### 3.7.1 Desenvolvimento e sustentabilidade

» A partir da experiência positiva do primeiro planejamento estratégico, a Seag partiu para a segunda etapa de seu projeto de desenvolvimento, que resultou na criação do Novo Pedeag, em 2007, após a realização de 25 oficinas e sete seminários regionais nos quais foram criados três Comitês: Estratégico, de Gerenciamento e de Integração. As ações determinadas relacionaram objetivos nas áreas ambiental e social e, especialmente, nortearam maior direcionamento à construção de territórios sustentáveis e de responsabilidade compartilhada.

Na esfera ambiental, a proposta foi expandir a produção agropecuária e, ao mesmo tempo, conservar e recuperar os recursos naturais do território capixaba, o que demanda a unificação entre políticas de desenvolvimento e atividades voltadas para recuperação e preservação do meio ambiente, principalmente das florestas onde há biodiversidade e recursos para garantir a oferta de água.

### Social

» O direcionamento dos programas desenvolvidos pela Seag também incluiu o desenvolvimento e a criação de oportunidades na área social, especialmente em municípios com baixo rendimento e menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e identificados pelo diagnóstico do Espírito Santo 2025. A realização de seminários para ajustar as oportunidades e dificuldades que cada local apresenta foi a primeira medida tomada visando a um modelo de avanço regionalmente desconcentrado.

### Logística

» A existência de gargalos de transporte para escoamento da produção, a capacidade do sistema elétrico e os sistemas de comunicação foram outras questões abordadas como essenciais para prover um sistema de logística, que abre as portas para o dinamismo econômico regional.

### 3.7.2 Cadeias Produtivas

» O agronegócio é uma das principais atividades econômicas desenvolvidas no Espírito Santo. Cerca de 80% dos municípios capixabas têm nele sua principal fonte de renda. Os tipos de negócio são bastante variados e vão da cafeicultura à pesca.

A seguir, são apresentadas algumas das ações e os programas realizados pela Seag em busca de incrementar as atividades do segmento e promover mais qualidade de vida aos profissionais que atuam nela.

### Cafeicultura

» É a principal atividade econômica do Estado. Emprega, em média, 33% da população economicamente ativa e está presente em todos os municípios capixabas, com exceção da capital. O setor cafeeiro envolve mais de 130 mil famílias e gera cerca de 400 mil empregos diretos e indiretos. A atividade é conduzida





» **A cafeicultura gera cerca de 400 mil empregos diretos e indiretos no Estado, empregando 33% da população ativa capixaba**

prioritariamente por produtores de base familiar, com tamanho de lavouras que giram em torno de 9,4 hectares e corresponde a 43% do Valor Bruto da Produção Agropecuária e Pesqueira.

Em 2010 a Seag realiza aproximadamente 2,3 mil ações para incremento da cafeicultura capixaba. Dentre elas estão a aquisição e distribuição de 180 secadores e piladores de café e a realização de 400 cursos de capacitação em diversos temas.

Com o Programa Renovar Arábica, busca-se revitalizar lavouras de 49 municípios, numa área de 190 mil hectares em 20 mil propriedades rurais, em benefício de 53 mil famílias. No primeiro ano do programa, foram disponibilizadas 12 toneladas de sementes, produção de 30 milhões de mudas e renovação de 6 mil hectares, com a capacitação de mais de 10 mil cafeicultores. Em todo o ano de 2010 serão disponibilizadas mais 10 toneladas de sementes e renovados ou recuperados mais 10 mil ha.

Por meio da Seag e do Instituto Capixaba de Pesquisa Agropecuária (Incaper),

o Governo do Estado firmou parceria com o Banco do Brasil para a liberação de R\$ 200 milhões em crédito para os cafeicultores, que poderiam quitar o débito em cinco anos.

O conilon é o tipo de café que tem maior parte de sua produção concentrada no Espírito Santo, onde está o maior centro mundial de conhecimento no cultivo do produto. Nesse sentido, o Incaper lançou o livro “Café Conilon”, a mais completa publicação com abordagem das tecnologias avançadas relacionadas à atividade evidenciou esse destaque.

O lançamento do Programa Poda Programada de Ciclo do Café Conilon tem a pretensão de elevar em, no mínimo, 20% a produtividade e reduzir em pelo menos 32% os custos com mão de obra.

A Campanha para Melhoria da Qualidade do Café Conilon é outro projeto desenvolvido com foco no produto. O principal objetivo é a melhoria das estruturas de colheita, secagem, beneficiamento e armazenamento do produto, tecnologias que garantem a qualidade do café.

Foram repassados aos produtores de conilon este ano 3.300 quilos de sementes para plantio de aproximadamente 3000 ha, além de ter sido feita a distribuição de 1 milhão de estacas, das quais 70% destinadas ao Sul do Estado.

Em 2010 as principais ações vão englobar a implantação de sete salas de prova e classificação de café conilon, a distribuição de 2 milhões de estacas e 100 mil mudas para implantação de 100 novos jardins clonais e o lançamento da tecnologia do “vergamento”, para ampliar a produtividade e produzir novas estacas.

Em 2009, o Incaper prestou assistência técnica a 26 mil cafeicultores, numa área de 110 mil hectares. Promoveu 90 cursos, 25 dias de campo, 35 encontros de cafeicultores, 123 excursões técnicas, implantou 130 Unidades Demonstrativas, realizou 16 mil visitas técnicas e execução de 40 projetos de pesquisa.

### *Pecuária*

» O incremento das atividades no setor pecuarista também foi promovido através de programas realizados pela Seag em parceria com outras instituições. Visando à melhoria do rebanho leiteiro, foi criado o Programa de Melhoramento Genético da Pecuária de Leite.

A iniciativa é desenvolvida e conduzida pela Seag, a Associação dos Criadores e Produtores de Gado de Leite do Espírito Santo (ACPGLES) e o Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras do Espírito Santo (OCB/ES), envolvendo todas as cooperativas de laticínio do Estado.

Em 2008 e 2009, as ações incluíram a distribuição de 9,2 mil doses de sêmen sexado e convencional para serem utilizados em 1,3 mil vacas pertencentes a 55



» **A Secretaria da Agricultura desenvolve vários projetos de pesquisa e suporte à agropecuária do Estado**

produtores de leite. E para 2010 a meta é garantir mais seis mil doses para atender 100 produtores com 2.200 vacas.

A distribuição de resfriadores de leite entre os produtores capixabas foi realizada visando a evitar perdas de produção e manter a qualidade do leite inalterada. De 2003 até dezembro de 2009 foram entregues 141 resfriadores, com capacidade entre um mil e três mil litros, para cooperativas e associações de produtores de todas as regiões do Estado, beneficiando 1.440 empreendedores. Em todo o ano de 2010 terão sido investidos mais R\$ 2 milhões, para a aquisição de 268 resfriadores, com capacidade entre 1.000 e 1.500 litros.

Para incentivar a formação de Núcleos de Inseminação Artificial em bovinos, também em todas as regiões, a Seag mantém um programa de distribuição de botijões de sêmen a associações, que em contrapartida devem manter trabalhadores especializados em inseminação artificial para não comprometer a qualidade do trabalho. Em 2009 foram entregues 35 botijões e para 2010 serão mais 115 botijões, com investimento de R\$ 400 mil.



Outra frente de atuação facilita o acesso dos produtores interessados em animais de alto padrão genético. Com o Pró-Genética, a Seag organiza feiras para aquisição de touros, devidamente registrados, o que favorece a renovação dos rebanhos com animais superiores. Em 2009 foram 72 touros agregados. Essa ação tem a parceria da ABCZ.

Um laboratório dedicado à qualidade do leite deverá ser concluído em 2010. A unidade será na base do Idaf, em Tucum, Cariacica. Foram investidos R\$ 1,35 milhão para a aquisição do maquinário, que já está instalado e outros R\$ 450 mil foram investidos na construção do prédio. Atualmente, os produtores que precisam desses serviços têm que recorrer a laboratórios nas cidades de Piracicaba/SP e Juiz de Fora/MG.

Ainda para 2010 estavam previstas a construção e montagem de laboratórios, com finalidade de complementar a ações do Idaf. Havia a previsão de completar a Rede de Laboratórios do Leite (Recalab), que vai garantir a realização de todas as análises necessárias para atestar a qualidade do leite e do rebanho capixaba.

O Incaper implantou e prestou assistência técnica, em 2009, a 500 propriedades no manejo intensivo e rotacionado das pastagens, com adubação, irrigação e o fornecimento de cana-de-açúcar com ureia para servir de alimento na época da seca, o que garante a produtividade do leite.

Foram ministrados 112 cursos para 2.500 pecuaristas de leite, sobre os temas: qualidade do leite, sanidade do rebanho, inseminação artificial, melhoramento genético, vaqueiro e gerenciamento da propriedade. Em 2010, a meta é intensificar as ações de assistência técnica e a capacitação aos produtores, com o objetivo de elevar a renda da família rural. O propósito é implantar 100 propriedades piloto com pastejo intensivo de alta produtividade e a Unidade de Referência para a Produção de Leite com Alta Tecnologia, na Fazenda Experimental do Incaper de Pacutuba, em Cachoeiro de Itapemirim.

### *Fruticultura*

» Implantar polos de produção de frutas e regionalizar metas e ações do setor de fruticultura foram algumas das ações estabelecidas com base em levantamentos realizados pelo Pedeag e pelo Novo Pedeag, feitos pela Seag através do Incaper em sintonia com as metas do ES 2025.

Já foram consolidados polos de produção de abacaxi, goiaba, manga, maracujá, uva, morango, mamão, coco e banana. Em fase de estudo e implantação estão as culturas de acerola, caju, citros, pêssego e frutas vermelhas.

A meta para os próximos cinco anos é fomentar o plantio de pelo menos mais cinco mil hectares, elevar a qualidade das frutas produzidas e garantir a sustentabilidade. O programa também contribuirá para aumentar a oferta de frutas



para o mercado “in natura” e industrial, gerando renda e emprego, e consolidando o Espírito Santo como um grande polo de produção e industrialização de frutas. Em 2010 está sendo disponibilizado pela Seag 1 milhão de mudas de fruteiras aos produtores capixabas.

» **A fruticultura tornou-se uma das forças no processo de diversificação da economia capixaba**



#### *Cultivo de orgânicos*

» A produção de alimentos orgânicos é uma tendência mundial do mercado agrícola. No Espírito Santo, já são 140 propriedades rurais distribuídas em 22 municípios com certificado para esse tipo de produção, o que resulta em uma área de 2,6 mil hectares, com uma produção estimada de 100 toneladas/mês de olerícolas, 1 mil tonelada/ mês de frutas (banana, morango, citrus, mamão, etc.) e 8 mil sacas anuais de café beneficiado. Outras 300 propriedades capixabas estão em processo de conversão para produção orgânica, totalizando mais 5.400 hectares de terra.

Os investimentos realizados pelo Governo do Estado no setor, desde 2003, já somam R\$ 2,8 milhões. A Secretaria da Agricultura mantém política ininterrupta de busca por parcerias com diversos setores para promover ainda mais o crescimento e o desenvolvimento da agricultura orgânica.

Para 2010, espera-se ampliar o número de produtores em processo de certi-



ficação em 50%. O aumento da produção orgânica tem possibilitado a inserção desses produtos em programas que beneficiam a agricultura familiar, entre eles, o Programa de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos.

#### *Florestas*

» As medidas adotadas pelo Governo Federal para conter o avanço do desmatamento colocam para o arranjo de florestas plantadas a responsabilidade de ofertar madeira para os diferentes setores que usam essa matéria-prima em seus empreendimentos.

O Espírito Santo, onde não mais existe fronteira agrícola a ser aberta, busca a produção de matérias-primas e produtos florestais processados com espécies diversificadas e distribuição mais equilibrada entre as regiões estaduais. Nessa

» **A produção de orgânicos mobiliza 140 propriedades rurais, sendo que outras 300 se preparam para entrar nesse nicho de mercado**



» Por meio de um programa de florestas plantadas, o Governo incentiva o uso sustentável de áreas degradadas, também conservando os recursos naturais remanescentes



questão, elegeu-se como foco de atenção as seguintes áreas de atuação: florestas econômicas, espécies florestais não tradicionais, seringueira e palmáceas.

No tocante às florestas econômicas a atenção principal é para o Programa Extensão Florestal, em articulação com a Fibria - Aracruz Celulose, já implantado há vários anos e com bons resultados. O incentivo dado pela Seag é na distribuição de mudas de essências florestais de rápido crescimento e prestação de assistência técnica.

O incentivo à seringueira, com início na década de 1980, passou a ser prestado mediante o Programa Probores, com a meta de expandir a área para 75.000 hectares até 2025. Nesse programa, o foco é a distribuição de mudas de clones adequados às regiões do Estado e a implementação de projetos de pesquisa para avaliação

de novos clones. Para 2010 serão disponibilizadas pela Seag 300 mil mudas para implantação de florestas ecológicas/econômicas.

O Programa Florestas Piloto e Extensão Ambiental foi lançado em 2009 pelo Governo do Estado, por meio da Seag e da Seama, em parceria com a Vale, e prevê a constituição de 10 unidades demonstrativas para formação e manejo de florestas plantadas nas diversas regiões do Estado com áreas de até 50 hectares para cada unidade.

O Governo do Estado lançou em 2009 o Programa de Adequação Ambiental de Propriedades Agrícolas, o Campo Sustentável. A ação tem por meta recuperar as áreas degradadas, conservar e manejar de maneira sustentável os recursos naturais do Espírito Santo.

O trabalho, que inicialmente vai ser realizado em parceria com 33 prefeituras capixabas, envolve 440 propriedades até 2011, sendo que 110 delas já foram selecionadas, incluindo aquelas existentes nas áreas do Programa Corredores Ecológicos.

Em 2010, trabalhou-se com a meta de elevar esse número para 150 propriedades próprias de agricultores, adequadas ambientalmente, que servirão como base para demonstração. Aderindo, os produtores recebem mudas e insumos para recuperação ambiental e produção florestal/agrícola e o mapa espacial da propriedade com planejamento do uso adequado do solo.

### 3.7.3 Infraestrutura Rural

» Foram vários projetos na área de infraestrutura rural. Um dos mais importantes é o Programa Caminhos do Campo, que asfalta estradas rurais capixabas, especialmente nas regiões onde há maior concentração de agricultura familiar, para tornar o escoamento da produção mais ágil e reduzir perdas de produtos perecíveis. A previsão é que no final de 2010 tenham sido entregues 750 quilômetros de estradas asfaltadas. De 2003 a 2009 foram 68 obras, em 42 municípios, totalizando 535,43 km e com investimentos na ordem de R\$ 142.824.172,27. Para 2010 serão 25 obras, em 21 municípios, totalizando 150 km, com investimento aproximado de R\$ 60 milhões.

Ainda na área das vias de escoamento da produção, para recuperar as estradas de áreas rurais destruídas por chuvas no final de 2008 e em 2009 e, para garantir a manutenção das vias rurais como um todo, o Governo do Estado disponibilizou para as prefeituras municipais maquinários por intermédio do Projeto Patrulha Mecanizada.

Em 2008 foram R\$ 3,1 milhões para 10 municípios e, em 2009, efetivados R\$ 12,7 milhões para 35 municípios. Em dezembro de 2009 foram investidos mais R\$ 26,7 milhões na aquisição de novas máquinas para conveniar com mais municípios. Especificamente para os municípios que homologaram situação de emergência





» A infraestrutura rural recebeu 750 km de estradas vicinais asfaltadas, por meio do projeto Caminhos do Campo, como as rodovias Mucurici x Itabaiana, Ibirajuru x Rio da Prata e Mundo Novo x Pedra Menina, no Parque Nacional do Caparaó



ou calamidade pública, a Seag reforçou os investimentos em R\$ 2,2 milhões, em serviços de Patrulha Mecanizada.

Entre 2003 e 2009, a Seag adquiriu e disponibilizou aos municípios 270 máquinas (pá carregadeira, retroscavadeira, motoniveladora/patrol, caminhão-basculante, caminhão-pipa, rolo compactador) e para 2010 serão outras 80 máquinas para 50 municípios do interior capixaba.

### Telefonia Rural

» O Voz no Campo, programa iniciado em 2003, através de uma parceria da Seag com prefeituras municipais, associações de produtores rurais e empresa de telefonia, levou até 2009 telefonia fixa residencial e terminais públicos a 165 comunidades, de 71 municípios. Os investimentos foram de R\$ 21,4 milhões e beneficiaram aproximadamente 150 mil pessoas. Em 2010 estão previstos mais R\$ 6 milhões em investimentos.

» Com o Programa Energia Produtiva, o Governo melhora a potência do sistema elétrico e garante melhores condições para a produção rural



### Eletrificação Rural

» Concebido através de uma parceria do Estado com o Governo Federal e com concessionárias de energia elétrica, o Programa Luz Para Todos ampliou a oferta de eletricidade na área rural. De 2004 a 2008 foram investidos R\$ 273,4 milhões na realização de 191.086 ligações. Para o período 2009 e 2010, com um aporte de R\$ 96 milhões, mais 14.805 ligações podem ser confirmadas. Em 2009, 7.405 mil foram realizadas e para 2010 a meta é atingir os últimos 7,4 mil domicílios e garantir a marca de 100% das propriedades rurais com energia elétrica no Espírito Santo.

A melhoria de conversão de sistemas monofásicos para trifásico, a substituição de centros de transformações de baixa para alta-tensão e o reforço nas linhas tronco, além de outras providências para elevar a qualidade do sistema oferecida aos produtores rurais, foram possibilitados pelo Programa Energia Produtiva, criado em 2008, que beneficiou, principalmente, a população de municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Até 2010, em 32 municípios, 20 projetos foram concluídos e outros 23 estão em andamento. O investimento total é de R\$ 2,3 milhões.

Com o objetivo de melhorar a eficiência energética reduzindo os custos das atividades agrícolas, foi criado o Programa Energia Diferenciada destinado a aquícultores e irrigantes e que foram adquiridos 1.000 medidores de dupla tarifação que serão entregues até o final de 2010 aos agricultores familiares. O investimento neste setor foi de R\$ 1 milhão.

### Habitação Rural

» A melhoria das condições de habitação no campo incluiu a construção de moradias nas áreas rurais a partir de investimentos da ordem de R\$ 5,1 milhões. Até 2009 foram entregues 1.200 unidades habitacionais em 29 municípios do Estado. Para 2010, a previsão é a construção de mais 1.000 casas confortáveis e com saneamento ambiental adequado, com investimento de R\$ 8 milhões. Com esses investimentos foi diminuído em 25% o déficit habitacional rural no Espírito Santo.

» O projeto de habitação rural prevê a construção de 2.200 casas, com investimento de R\$ 13 milhões







» **O Centro de Informações Agrometeorológicas trouxe melhores condições de desenvolvimento do agronegócio capixaba**

#### *Cecam*

» O Centro de Informações Agrometeorológicas (Cecam) do Incaper, inaugurado em 2008, tornou-se um marco para a infraestrutura tecnológica do agronegócio capixaba. Previsão de tempo, alerta meteorológico, índice de seca, risco de incêndio e outros índices para o Espírito Santo são alguns dos serviços prestados pela instituição aos profissionais do campo e contribuem também para a atuação de órgãos como Defesa Civil, Idaf, Iema, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e outros.

### **3.7.4 Programas Sociais**

» O Novo Pedeag considerou as questões sociais de toda a população do Espírito Santo, inclusive as comunidades mais tradicionais, representadas pelos indígenas, quilombolas e pescadores artesanais. Essa população passou a ser atendida com políticas de assistência técnica e extensão rural em conformidade com suas características étnicas, culturais e sociais.

#### *Juventude*

» O Programa Valorização da Juventude Rural desenvolvido a partir de 2007 tem como ação principal a capacitação e valorização dos jovens rurais e sua integração ao processo produtivo e social nas comunidades rurais.

Oferecer capacitação profissional para pessoas nessa faixa etária foi possível através do Projeto Qualificação Social e Profissional do Jovem Rural Capixaba, que promoveu em 2008 dez cursos na área de Gestão da Propriedade Rural e Gestão da Unidade Pesqueira, certificando 286 em 2009. Na ação, o investimento da Seag foi de R\$ 430 mil.

Em 2009, em parceria com o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes), outros 360 jovens rurais participaram de 12 cursos, com carga horária de 250 horas, nas mesmas áreas. O investimento estadual foi de R\$ 604 mil.

Com o Projeto Arte do Saber, a Seag equipou 12 Escolas Família Agrícola (EFA) com laboratórios digitais e multimídia para atender com infraestrutura e capacitação os alunos e servidores das unidades, além das comunidades em que estão instaladas.

O investimento foi de R\$ 553 mil e cada unidade recebeu 05 estabilizadores, 05 microcomputadores, 01 notebook, 06 mesas para computador, 01 mesa para impressora, 01 mesa para projetor, 05 cadeiras giratórias, 01 home theater, 01 televisão 29", 01 aparelho de som, 01 projetor, 01 tela de projeção, 01 impressora, 01 no-break, 01 câmera digital, 01 roteador wireless e 05 placas de rede.

Ações na área de cultura também passaram a ser desenvolvidas. A Seag e a Secretaria da Cultura realizam o Projeto Rede Audiovisual, para a produção da Mostra de Cinema Rural. O projeto consiste na criação e exibição de documentários sobre o cenário em que vivem os jovens da área rural de 16 municípios capixabas. Cerca de 330 jovens participaram das oficinas, e são autores dos documentários, que foram assistidos por aproximadamente 1,2 mil espectadores.

#### *Pronaf Capixaba*

» Com base no Pronaf desenvolvido pelo Governo Federal, a administração estadual do Espírito Santo criou de forma inédita no País seu próprio programa, voltado ao atendimento dos agricultores familiares. Desde 2005, o Pronaf Capixaba oferece recursos para investimentos em infraestrutura (realização de obras, aquisição de veículos, maquinário agrícola e equipamentos), conforme as necessidades identificadas pela comunidade.

De 2005 a 2010 foram R\$ 20 milhões, aplicados em 112 projetos executados em 54 municípios e a previsão para 2010 é de que mais R\$ 8 milhões sejam destinados a 40 projetos, cada um com limite máximo de R\$ 200 mil.

#### *Política fundiária*

» No âmbito da política fundiária foram desenvolvidas as seguintes ações: realização do Diagnóstico Socioeconômico dos 23 Assentamentos de Trabalhadores Rurais implantados pelo Governo do Estado do Espírito Santo (2008); execução de 22 projetos de infraestrutura nos assentamentos, destacando-se: habitação rural, construção de barragens, energia produtiva, construção de farinhas, aquisição de caminhões e tratores (2009-2010); retomada das atividades de Assistência Técnica



e Extensão Rural de forma coordenada e planejada com as demais entidades que atuam nos assentamentos (2009).

Estão sendo desenvolvidas as seguintes ações: capacitação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável; acompanhamento dos Programas do Governo Federal para a Agricultura Familiar - Pronaf Infraestrutura e Crédito Fundiário; credenciamento de oito entidades para prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural.

### 3.7.5 Ceasa

» Nos últimos anos, registra-se a participação crescente da produção capixaba na formação da oferta dos produtos hortigranjeiros nos entrepostos da Ceasa/ES. Com o propósito de descentralizar os serviços da Unidade Cariacica e, especialmente, fortalecer os polos regionais de produção e comércio de produtos hortigranjeiros, o Governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado da Agricultura e da Ceasa/ES, investiu na construção de outros três Entrepostos Regionais localizados nas regiões Sul (Cachoeiro de Itapemirim) e Noroeste (Colatina), ambos operando, e Norte (São Mateus).

Para melhorar o atendimento a produtores e aos consumidores em geral, o Governo apoia as ações de comercialização no âmbito municipal, com entrega de barracas padronizadas em feiras livres e reformas de mercados municipais.

### 7.6 Idaf

» Entre outras atribuições do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf) está a execução da política de defesa sanitária das atividades agropecuárias e florestais do Estado. O Idaf promove diversas ações para que a produção capixaba tenha cada vez mais qualidade e seja realizada de forma sustentável.

Através dos trabalhos realizados pelo Instituto, a região do Espírito Santo é considerada área livre de sigatoka negra, que é uma das mais graves doenças que atinge a bananeira e o principal fator de queda na produtividade da cultura. Outras pragas, como cancro citrico, greenig, mosca negra dos citros e moko da bananeira também não existem no território capixaba.

O Idaf também atua no controle do mosaico e da meleira, pragas que podem inviabilizar a produção de mamão, um produto de grande importância para o agropênjcio capixaba. Essas medidas garantem a sustentabilidade da cultura no Espírito



» O Idaf realiza diversas atividades de defesa sanitária animal, incluindo o controle viral da febre aftosa

Santo. O transporte dos produtos pode ser a principal causa da transmissão de pragas agrícolas. Por esse motivo, o Instituto realiza inspeções periódicas na atividade.

O reconhecimento como área livre de praga é obtido após fiscalizações periódicas realizadas em uma grande quantidade de propriedades, de acordo com normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

### Agrotóxicos

» A utilização de agrotóxicos no cultivo de produtos agrícolas, que em excesso pode ser nociva à saúde, é outra responsabilidade do Idaf, que fica por conta de fiscalizar, distribuir e monitorar o transporte, o uso, a estocagem e até a destinação de embalagens vazias. Além disso, a instituição realiza o cadastramento dos produtos e das empresas aplicadoras e monitora os resíduos nos alimentos, visando a reduzir os impactos provocados na saúde humana e no meio ambiente.

### Rebanhos

» A defesa sanitária animal também é executada pelo Idaf, que é responsável pelo controle, prevenção e erradicação de doenças, como a febre aftosa, a tuberculose, a brucelose, a anemia infecciosa equina e a peste suína clássica.

A pecuária capixaba possui o status de zona livre de febre aftosa com vacinação. Para que esse título seja mantido são realizadas anualmente campanhas de imunização dos rebanhos de bovinos e bubalinos. A vacinação de bezerras para erradicação da brucelose é obrigatória desde 2003.

Um resultado de destaque obtido pelas ações da Seag é a certificação do Espírito Santo como Estado Livre de Peste Suína Clássica. Também se pode ressaltar a assinatura de um convênio com a Federação da Agricultura do Espírito Santo (Faes) para o desenvolvimento do Programa de Controle de Zoonoses, com foco na erradicação da brucelose, por meio da constituição de equipes de agentes comunitários de saúde animal.



A fiscalização e a inspeção dos produtos de origem animal também possuem importância significativa. Por isso, o Idaf atua diretamente nos estabelecimentos que produzem e manipulam alimentos, reduzindo os riscos de transmissão de doenças ao consumidor. O órgão também é responsável pelo Serviço de Inspeção Estadual (SIE) em estabelecimentos onde são feitos o abate de animais e a industrialização de produtos derivados da carne, do leite, do mel, dos ovos e dos pescados.

A área de inspeção animal do Instituto apoia, com análises técnicas em projetos e com o acompanhamento nas obras, o projeto de regionalização dos abatedouros desenvolvido pela Seag. Nos últimos anos, foram analisados projetos em Laranja da Terra, Ecoporanga, Itapemirim, Guaçuí e Nova Venécia. A previsão é de que esses abatedouros sejam implantados nos próximos anos.

#### *Regulamentação*

» A Lei da Agroindústria, aprovada em 2008, e a Lei da Agroindústria Rural de Pequeno Porte (ARPP), de 2007, legalizam produtos de origem animal ou vegetal e permite sua comercialização entre os municípios. Para ser uma ARPP a propriedade rural tem que ter pelo menos metade de sua mão de obra caracterizada como familiar e utilizar pelo menos 50% da matéria-prima proveniente da propriedade.

#### *Licenciamento*

» Desde 2007, o licenciamento ambiental de 41 atividades rurais, realizado anteriormente pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), passou a ser responsabilidade do Idaf. Desde que o Instituto assumiu o licenciamento, foram expedidas 450 licenças. Além disso, foram realizados quatro seminários de capacitação.

Dentre as atividades cujo licenciamento e fiscalização foram transferidos do Iema ao Idaf estão: suinocultura; avicultura; despulpamento de café, uso de secador de café, produção de carvão vegetal e construção de estradas vicinais.

#### *Remanescentes florestais*

» Outra atividade de destaque do Idaf é a fiscalização dos remanescentes florestais da Mata Atlântica, coordenada pelo Departamento de Recursos Naturais Renováveis. Nesse trabalho, o Instituto, enquanto executor da política florestal do Estado, orienta os produtores na utilização dos recursos naturais, na formação das Reservas Legais e na criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural.





**Parque Estadual de Itaúnas** Conceição da Barra

FOTO: DAVID PROTTI

O licenciamento de barragens e projetos de silvicultura, o controle do comércio, transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais e a emissão da licença de porte e uso de motosserra também são atribuições do Instituto.

O Projeto Reserva Legal, elaborado pela equipe do Idaf em 2008, é uma medida que tem a finalidade de ampliar a cobertura de mata nativa e contribuir para a conservação dos solos, dos recursos hídricos e da biodiversidade.

### *Crédito*

» O Crédito Fundiário, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é um programa que facilita o acesso do agricultor familiar às linhas de financiamento para a aquisição de terras e investimentos na infraestrutura básica e produtiva. O objetivo é reduzir a pobreza no campo e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais, fortalecendo e consolidando a agricultura familiar no País.

A intermediação desses recursos e sua destinação aos produtores rurais são realizadas pela Unidade Técnica Estadual (UTE), coordenada pelo Idaf, para assegurar a tramitação e a execução das propostas de financiamento. Até 2009 o Governo Federal disponibilizou R\$ 40 milhões para o Crédito Fundiário no Espírito Santo. Esses recursos foram destinados para a aquisição de terras e melhoria da infraestrutura básica e produtiva das propriedades.

Outro projeto da administração federal que beneficiou o Estado foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar A (Pronaf A), que é voltado aos agricultores assentados da reforma agrária. A estimativa é que, em 2010, mais de R\$ 13 milhões sejam investidos no crédito fundiário.

### **3.7.7 Incaper**

» Ao longo dos últimos anos, o Instituto Capixaba de Assistência Técnica, Pesquisa e Extensão Rural (Incaper), órgão vinculado à Seag, experimentou um histórico processo de reestruturação. A melhoria da infraestrutura, a recuperação do equilíbrio financeiro e a contratação de novos servidores fortaleceram os serviços de pesquisa, assistência técnica e extensão rural.

Esse movimento foi iniciado com a quitação das dívidas do Instituto ao longo do primeiro mês da nova administração estadual, em 2003. Com isso, foi possível que o órgão recuperasse a adimplência e começasse a captação de recursos para além de sua principal fonte, o Governo do Estado.

Parcerias na área federal foram firmadas e resultaram na obtenção de investimentos que, somente em 2009, somaram aproximadamente R\$ 16 milhões, o que



representa 26,5% do orçamento total do Instituto. Entre 2002 e 2009, o orçamento geral do Incaper saltou de quase R\$ 21 milhões para mais de R\$ 60 milhões, o que representa um aumento de 115,27% na receita.

A melhoria das condições de trabalho dos servidores e o aumento da qualidade dos serviços prestados aos agricultores familiares foram possibilitados pelos investimentos realizados nas bases físicas e nas estruturas operacionais do Incaper, como modernização e reforma de escritórios locais, centros regionais, microrregionais, fazendas e a sede do Instituto, aquisição de novos veículos, computadores e mobiliário.

Depois de quase 20 anos sem contratar novos funcionários, o Instituto passou a receber reforço de pessoal após o concurso público para selecionar 117 novos colaboradores, dos quais 76 para o nível superior (Extensão e Pesquisa) e 41 técnicos agrícolas, convocados entre 2005 e 2008. Essa medida gerou incremento de 58% no quadro de servidores. Entre 2003 e 2008, os profissionais do Incaper participaram de cursos de qualificação em temas relacionados às áreas de atuação do Instituto. Em média, cada servidor participou de dez ações promovidas.

### *Pesquisas*

» O Incaper realiza pesquisas reconhecidas nacional e internacionalmente por seu nível de excelência. Entre 2003 e 2009 o Instituto lançou vários materiais e tecnologias que proporcionaram uma verdadeira revolução no meio rural capixaba.

Atualmente são 133 projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas principais cadeias produtivas do agronegócio capixaba, sendo 28,46% na área de cafeicultura, 21,14% em fruticultura, 10,57% em agricultura orgânica, 13,01% em silvicultura, 3,25% em pecuária e 23,58% em outras áreas (olericultura, agricultura familiar, atividades não agrícolas e pesca e aquicultura).

Pesquisas em melhoramento genético, tratamentos de culturas e manejo resultaram em ganhos de produtividade e na identificação de materiais produtivos, resistentes a doenças e à seca, principais desafios dos agricultores.

Lançado em 2004, a variedade clonal Conilon Vitória apresenta grande potencial

» O Incaper realiza pesquisas reconhecidas nacional e internacionalmente, como a que desenvolveu a variedade de abacaxi Vitória, resistente à fusariose, que dizimava grande parte das lavouras



de produtividade e resistência à seca. Já o Poda Programada de Ciclo, também com foco no café conilon, instituído em 2008, resultou em um novo método de renovação da lavoura cafeeira e proporcionou aumento mínimo de 20% na produtividade, além de redução de pelo menos 32% no volume de mão de obra necessária para a atividade.

O Programa Renovar Arábica foi outro importante avanço na recomendação de novas variedades e distribuição de sementes, já que identificou, através de pesquisas, materiais genéticos mais adequados às especificidades de solo e clima de cada região capixaba.

Cultivares de banana do grupo prata, a “Japira” e a “Vitória”, resistentes às principais doenças da cultura, foram lançadas em 2005. Em 2006 foi lançado o abacaxi “Vitória”, resistente à fusariose, doença que dizimava grande parte das lavouras. Além disso, o Incaper lançou em 2007 a variedade de milho ‘Capixaba – Incaper 203’, mais produtivo, nutritivo e resistente a doenças, e, em 2008, um inhame genuinamente capixaba, o São Bento, mais produtivo e com melhor aspecto comercial que as cultivares tradicionais. Para 2010 o Incaper trabalha o lançamento de uma variedade de mamão formosa.

### *Assistência técnica e extensão rural*

» De 2003 a 2009 o Incaper assistiu de forma direta e sem repetição quase 300 mil agricultores familiares. Somente em 2008, mais de 50 mil pessoas foram atendidas pelo Instituto, entre agricultores familiares, pescadores, assentados, quilombolas, indígenas, mulheres e jovens rurais, beneficiadas com assistência técnica e extensão rural dentro das principais cadeias produtivas do agronegócio capixaba. Nesse mesmo período, o Incaper ampliou em 62% o número de agricultores atendidos anualmente.

As ações desenvolvidas são alinhadas com as estratégias identificadas no Novo Pedeag. A tradicional atuação compartimentada e fragmentada, focada apenas no processo produtivo, deu lugar ao enfoque sistêmico, em que a lógica que passou a orientar as ações é baseada em cadeias e arranjos produtivos.

Nesse sentido, merecem destaque os avanços na cafeicultura, com registros de ampliação na produtividade na ordem de 258%, e na fruticultura, sobretudo com a implantação dos polos. Fatores como a visão da produção integrada com o mercado, e, sobretudo, a estratégia do “fomento assistido”, a partir da distribuição e venda de mudas a preços subsidiados, aliados às ações de pesquisa e assistência técnica e extensão rural, determinaram tal sucesso.

Com a contribuição do Governo do Estado, foi verificado, no período de seis anos (2003 a 2008), um aumento de 30% na produção de frutas. Para os próximos anos, espera-se que a tendência de expansão do setor se mantenha aquecida, principalmente em função dos bons resultados obtidos. Em 2010 a previsão do Incaper é assistir tecnicamente 55 mil agricultores familiares em todas as regiões do Espírito Santo.



## 3.8 Meio Ambiente e Recursos Hídricos

» A partir de 2003, a área de meio ambiente passou por um profundo processo de modernização e desenvolveu projetos de vanguarda, em nível nacional. Foi uma virada histórica em um setor que estava sucateado e instrumentalizado.

Criada em 1988 com o nome de Secretaria Extraordinária para Assuntos do Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama) tinha como principal atribuição a orientação da população e das empresas capixabas sobre o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida no Estado.

A Secretaria também coordenava as ações dos Conselhos Estadual de Meio Ambiente (Consema), Regionais de Meio Ambiente (Conremas) e Estadual de Recursos Hídricos (CERH).

Somente 14 anos depois de ser instituída, a Secretaria passou a contar com políticas voltadas para a gestão dos recursos hídricos, com criação, em 2002, de uma autarquia vinculada a ela, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), executor da Política Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Assim como os demais órgãos da administração estadual, as entidades ligadas ao meio ambiente também amargavam as consequências do desgoverno e da instrumentalização em função de interesses particulares. Para se ter uma ideia da situação de descontrole em que a Secretaria se encontrava, o primeiro secretário da atual gestão, nomeado para a pasta em 2003, precisou de escolta policial para assumir suas funções.

O cenário herdado era de desordem: faltava documentação; o sistema de protocolo era ineficaz; registros, processos estavam incompletos ou desaparecidos; e havia irregularidades em licenciamentos.

### 3.8.1 Reconstrução

» A irresponsabilidade com que o homem vem tratando a natureza já provocou sérias catástrofes e impôs severas restrições à trajetória humana. A partir dessa constatação, a partir de 2003, o Governo iniciou sua administração com base na premissa de que o desenvolvimento é inconcebível sem promoção de políticas públicas voltadas para a defesa e a recuperação do meio ambiente. A questão ambiental e o desenvolvimento sustentável se tornaram um dos principais eixos da administração estadual em seu planejamento estratégico.

Os passos iniciais foram de reordenamento administrativo e legal acerca da

integração entre os diversos órgãos ligados ao meio ambiente. Foram revisadas e corrigidas licenças ambientais consideradas suspeitas. Também foi feita uma seleção para o quadro de temporários que iriam atuar no Iema.

### Concurso público

» Em 2004, foi organizado o primeiro concurso público do Iema, por meio do qual foram contratados 147 servidores, que, juntamente com os demais, possibilitaram a conclusão mais rápida de processos e projetos. Três anos depois, um novo concurso foi promovido e integrou mais 87 profissionais. Cursos de capacitação e qualificação para funcionários também foram realizados na nova gestão.

### Estrutura

» Nos últimos seis anos, o orçamento da Seama teve um aumento de 300%. Entre os investimentos realizados está a estruturação do setor, que incluiu investimentos para a aquisição de equipamentos que vão de veículos a aparelhos de GPS, passando por material especial para combate a incêndios e acidentes e instalação de rede lógica, que proporcionaram melhores condições de trabalho aos técnicos do Iema.

### 3.8.2 Ações e Resultados

» Com os investimentos e a reestruturação do setor, o trabalho do Governo na área de meio ambiente registrou avanços crescentes. A partir daí, as boas novas não cessaram. Confira a seguir alguns trabalhos realizados a partir de 2003 pela Seama e pelo Iema, incluindo as parcerias com outras secretarias do Governo.

### ES sem lixão

» Com o Projeto Espírito Santo Sem Lixão o Governo do Estado buscou soluções em parceria com os municípios para erradicar os lixões e viabilizar, por meio de consórcios regionais, aterros sanitários coletivos, com completa adequação ambiental para a destinação de todos os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) gerados no Estado. Um projeto que se tornou prioritário no Planejamento Estratégico e que antecipou uma das principais premissas estabelecidas pela recente Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Atualmente, no Espírito Santo, há 15 aterros controlados, além de três aterros sanitários licenciados pelo Iema. Trinta e cinco municípios já destinam seus resíduos

A ÁREA DE MEIO AMBIENTE FOI COMPLETAMENTE REESTRUTURADA, GANHOU NOVOS PROFISSIONAIS CONCURSADOS, DESENVOLVEU POLÍTICAS PÚBLICAS INOVADORAS E TEVE UM AUMENTO DE 300% NO ORÇAMENTO



sólidos para aterros sanitários e 16, para aterros controlados. E a expectativa é de que os Sistemas Regionais estejam funcionando até 2013, porém, até que eles entrem em operação, o Iema e o MPES, junto aos municípios que serão contemplados pelo projeto e se encontram em situação irregular, estão assinando Termos de Ajuste de Conduta (TAC). Com isso, já houve uma redução de 48% no número de depósitos a céu aberto no Estado comparado aos 102 existentes em 2007. Além disso, trinta e cinco lixões foram desativados e terão as áreas recuperadas.

### *Saneamento e tratamento de esgoto*

» A distribuição de água e o tratamento do esgoto foram ampliados por um projeto nunca antes realizado no Estado, o Águas Limpas. A atuação do programa realizado pela Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan), com apoio da Seama, já mudou o cenário capixaba e pretende até 2011 dar ao Estado o maior percentual na prestação de serviço de coleta e tratamento de esgoto, passando dos atuais 36% para 60%.

**» Os investimentos em saneamento e tratamento de esgoto foram prioritários e vão elevar a 60% o índice de cobertura até 2011**



### *Recuperação florestal*

» Para implementar os programas de recuperação florestal, visando a atingir a meta do Plano de Desenvolvimento ES 2025 e chegar a 16% de cobertura florestal, foram lançados os projetos Extensão Ambiental (em parceria com a mineradora Vale), Florestas para a Vida (com apoio do Banco Mundial) e ProdutorES de Água.

O primeiro doa mudas de espécies nativas e oferece assistência para o plantio em áreas rurais e os outros dois utilizam o mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais, que remunera proprietários rurais que preservam e recuperam florestas em suas terras.

Além disso, estão sendo desenvolvidos sob coordenação da Seag o Programa Floresta Piloto, que cria unidades demonstrativas que servem como referência tecnológica para a formação e o manejo florestal, e o Campo Sustentável que, para assegurar níveis elevados de produtividade agrícola, incentiva a adequação ambiental das propriedades agrícolas.

### *Corredores Ecológicos*

» O Programa Corredores Ecológicos foi criado em 2003 a partir de uma parceria com o Ministério do Meio Ambiente. Entre as ações iniciais, foi feito o levantamento dos principais pontos de degradação ambiental no Estado, especialmente nas áreas de extração irregular de pedras, areia e rochas ornamentais.

Os dados obtidos resultaram em um diagnóstico com ações prioritárias elaboradas em conjunto com 894 instituições, entre órgãos públicos, organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa, associações e empresas, que concluíram que havia a necessidade de criação de Corredores Ecológicos.

Esses corredores, além de conectar florestas e proporcionar o deslocamento de animais entre os fragmentos e a dispersão de sementes, contribuem para recriar o elo entre pessoas e natureza ao trabalhar consciência ecológica de conservação e fortalecer a cultura ambiental.

Até 2009, o programa recuperou 250 hectares de Mata Atlântica e manejou outros 80 hectares. Para 2010 o objetivo é terminar o ano com a marca de 600 novos hectares de mata nativa, o que representa o plantio de aproximadamente 537 mil mudas.

### *Áreas protegidas*

» Um levantamento sobre as áreas de conservação ambiental resultou na ampliação e melhor administração desses espaços. Em 2005, o Morro da Vargem, no município de Ibirapu, foi classificado como Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie).



Em 2007, a beleza cênica de O Frade e a Freira passou a ser resguardada como Monumento Natural. Já no ano de 2009, o Parque Cachoeira da Fumaça teve sua área aumentada em 700% e passou de 23 hectares para 162 hectares e, atualmente, abrange a Cachoeira da Fumaça, um patrimônio natural de rara beleza, que ficava fora da jurisdição do parque.

Em 2010 uma nova área de conservação foi criada, a Unidade de Conservação Serra das Torres. Localizado entre os municípios de Muqui, Mimoso do Sul e Atilio Vivacqua, esse novo Monumento Natural tem cerca de 10.500 hectares, e concentra alta variedade de rochas, mais de 150 espécies de flora e aproximadamente 160 da fauna, muitas ameaçadas de extinção.

O gerenciamento das Unidades de Conservação (UC) antes era dividido entre Iema e Idaf e passou a ser atribuído somente ao Iema. O Instituto tem a função de zelar pela manutenção das Unidades de Conservação, além de criar conselhos gestores em busca de ampliar o envolvimento da sociedade do entorno na proteção das áreas. A gestão foi fortalecida por um arcabouço legal. Em 2010, foi sancionada a Lei estadual que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (Siseuc), que define diretrizes para a criação e gestão das UCs no Espírito Santo.

Outro desafio da Seama vem sendo incrementar a utilização dos Parques Estaduais, investindo em infraestrutura para atendimento dos visitantes, e harmonizando a conservação ambiental com práticas de ecoturismo e esportes de aventura. O programa consiste ainda na criação de identidades visuais para todas as Unidades de Conservação do Estado visando a padronizar e a facilitar sua identificação, além de estabelecer e orientar as atividades permitidas no local. Ainda nesse sentido, em parceria com o Corpo de Bombeiros, foi criado o Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (Prevines) para evitar a ocorrência de acidentes nas UCs.

### *Fundágua*

» O Governo do Estado regulamentou, em 2008, o Fundágua, que usa um percentual dos royalties do petróleo para financiar a recuperação e conservação dos recursos hídricos e florestas.

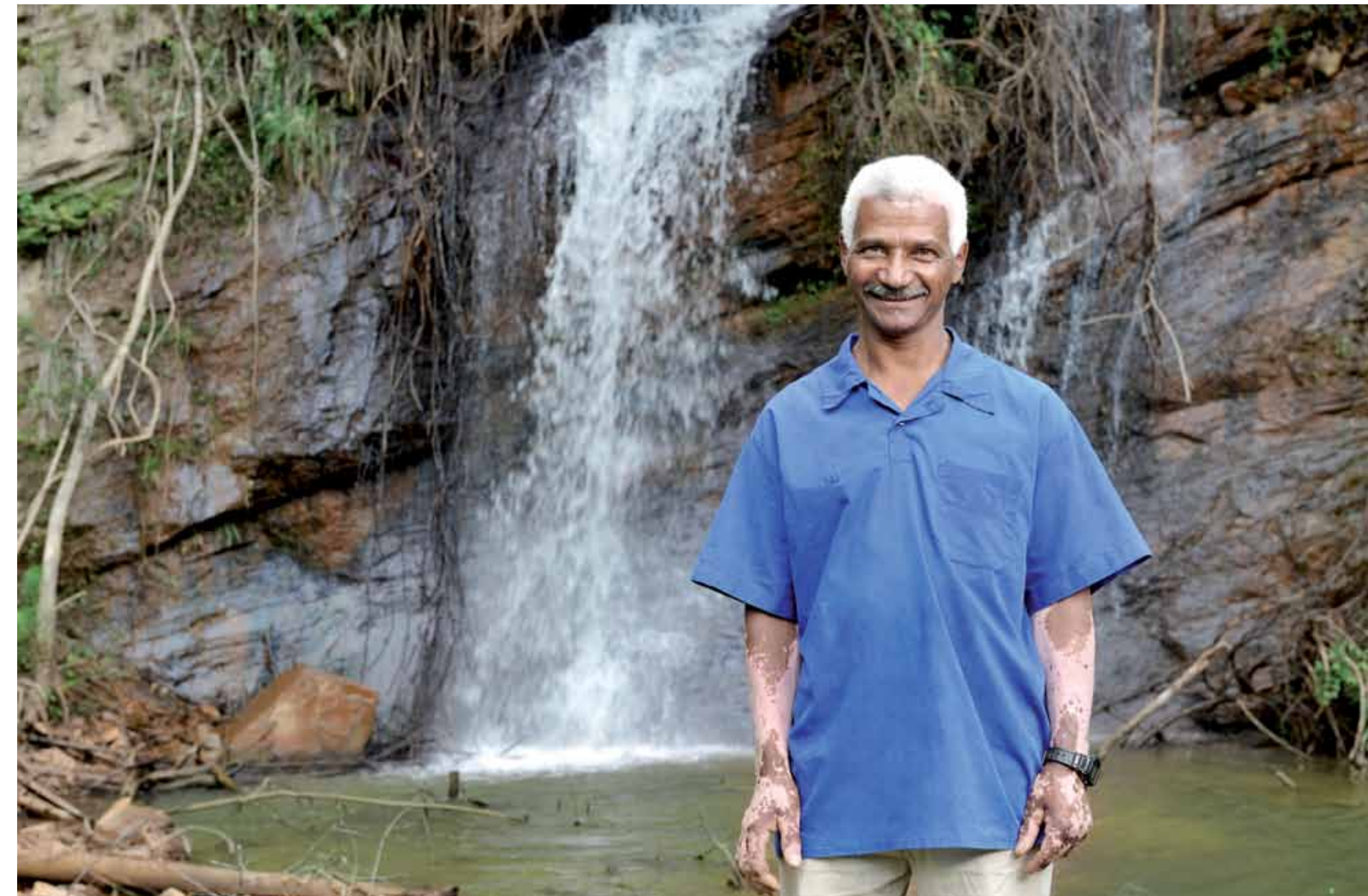
Com a garantia de recursos do Fundágua, o Governo criou o ProdutorES de Água, um programa reconhecido nacionalmente como pioneiro a remunerar, pela conservação da vegetação original, proprietários de áreas localizadas nas cabeceiras de bacias hidrográficas.

As áreas são definidas por critérios técnicos, e a adesão do proprietário ao programa é voluntária. Já o valor do pagamento por hectare depende de critérios como proximidade de corpos d'água, declividade do terreno, e estágio de recuperação

da floresta. Até 2010 mais de 100 propriedades foram beneficiadas com recursos provenientes do Fundágua, que já são da ordem de R\$ 6,5 milhões.

O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) foi instituído pelo Governo do Estado como Lei (número 8.995), e demonstra que floresta em pé, além do valor ambiental, possui valor econômico, conceito que abre os caminhos para a formação de um mercado ambiental.

» **Francisco Laureano dos Santos, de Brejetuba, recebe recursos do Governo do Estado por meio do Programa ProdutorES de Água para preservar as nascentes em sua propriedade**





### Bacias hidrográficas

» Em 2008 foi constituído o Florestas para a Vida, que é um programa que visa a aliar a recuperação florestal à melhoria da qualidade e da disponibilidade hídrica. O projeto de restauração e conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos é realizado nas Bacias Hidrográficas dos Rios Jucu e Santa Maria da Vitória, consideradas estratégicas para a conservação da Mata Atlântica e essenciais para ampliar o acesso dos produtores ao recurso.

O reconhecimento da seriedade e da relevância das ações do programa fez com que, no final 2008, o Florestas para a Vida recebesse de instituições internacionais doações de US\$ 4 milhões, o que elevou seu orçamento para projetos para US\$ 12 milhões. Os recursos estão sendo aplicados em estudos das bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu, que, juntas, correspondem a 95% do abastecimento de água de 50% dos capixabas e a 25% da produção de energia elétrica da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Para garantir a continuidade das ações relacionadas aos recursos hídricos a longo prazo, o Governo criou a Diretoria de Recursos Hídricos no Iema e, por meio da Seama, incentivou a formação e o fortalecimento de Comitês de Bacias Hidrográficas, uma forma legítima de participação da sociedade nas decisões sobre gestão das águas. De apenas dois comitês em 2003, o Estado passou a contar em 2010 com 12 parlamentos de representação social para as 12 regiões hidrográficas. O monitoramento periódico de rios, lagos e praias também é realizado pelo órgão.

### Outorga

» Recursos ambientais escassos, como a água, devem ser administrados e gerenciados ainda com mais atenção. Por isso investir na qualidade da outorga (Leis Federal nº 9.433/97 e Estadual nº 5.818/98) é muito importante, pois ela assegura ao usuário o direito de utilizar os recursos hídricos, possibilitando a distribuição mais justa e equilibrada da água.

De 2006, ano em que o Iema começou a outorgar o uso da água, até 2010 mais de 2.500 portarias de outorga foram emitidas pelo órgão e foram formalizados mais de 7.500 processos de outorga e aproximadamente 1.500 cadastros de uso insignificante da água.

O Iema automatizou o Cadastro de Uso Insignificante da Água, obrigatório para aqueles que utilizam menos de um litro e meio por segundo de água, e implantou um novo sistema informatizado para a análise de outorgas, que permite a regularização de vários usuários de água por meio de uma mesma portaria, a chamada outorga coletiva, refletindo em mais agilidade na liberação das outorgas.

Por outro lado, o Governo do Estado tem gerenciado conflitos pelo uso da água

de forma conciliadora. Em parceria com o Ministério Público Estadual, prefeituras municipais e usuários de água para irrigação promoveu a assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) que instituíram regras para a partilha da água, como o uso do rodízio e horários alternativos do sistema de irrigação.

### Rio Doce

» Outro desafio do Governo do Espírito Santo é recuperar e preservar uma de suas mais importantes fontes de recursos hídricos, o Rio Doce. Em 2008, foi feito um diagnóstico da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e apresentado aos mineiros e capixabas que vivem na região. O combate ao assoreamento e à poluição das águas do rio e seus afluentes por esgoto doméstico é apenas um dos principais desafios.

Em 2009, foi concluído o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce (PIRH-Doce), de cuja elaboração participam órgãos da administração de Minas Gerais e do Espírito Santo, juntamente com a Agência Nacional de Águas (ANA) e os comitês da Bacia Hidrográfica. Já em 2010, o Governo do Estado criou em seu planejamento orçamentário prioridades para honrar o compromisso de implantação do programa e das ações, que devem ser concluídos em um prazo de dez anos.

» **Juntamente com o Governo de Minas Gerais, a Agência Nacional de Águas e os Comitês da Bacia Hidrográfica, o Governo do Estado elaborou o Plano Integrado de Recursos Hídricos do Rio Doce**







» **A recuperação e a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica são prioridades das políticas desenvolvidas pela Secretaria de Meio Ambiente, incluindo os diversos programas de educação ambiental**

### *Educação ambiental*

» Educar e transformar os cidadãos e servidores públicos capixabas em aliados na busca pelo desenvolvimento sustentável são essenciais para o sucesso do projeto ambiental. Nessa direção, uma realização que fortalecerá ainda mais o trabalho de busca por agentes representativos na população e nos setores público e privado do Espírito Santo foi a aprovação, em 2009, da Política Estadual de Educação Ambiental, elaborada pela Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (Cieia).

Entre 2007 e 2009, o Projeto Agentes Militares Ambientais (AMA) capacitou todo o efetivo da Polícia Ambiental para atuar também na orientação da população sobre a importância do respeito ao meio ambiente.

Outro importante projeto do Governo do Estado é o Escola Comunidade Ambiente e Responsabilidade (Ecoar). Por seu intermédio, foram realizados convênios com 25 municípios para oferecer capacitação aos professores do ensino fundamental e gestores municipais em educação ambiental. Em 2010 o programa já envolve 52 municípios.

Voltado para estudantes do ensino médio foi lançado, em 2009, o Projeto Transformar, da Seama e da Sedu, que forma integrantes da rede de educação estadual para serem multiplicadores da consciência ambiental.

### *Agilidade no licenciamento*

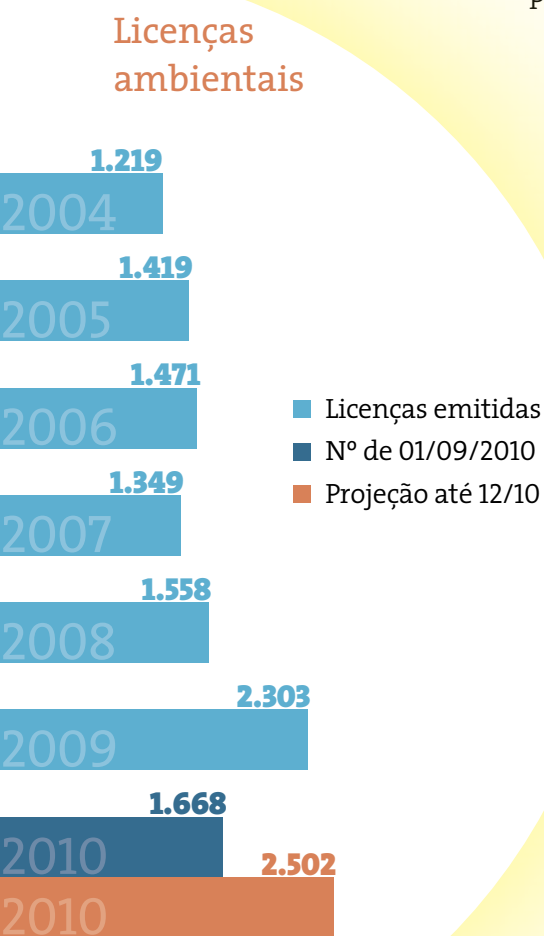
» Há quatro anos, a Seama iniciou um processo de incentivo à municipalização da Gestão Ambiental, com investimento em capacitação e qualificação para que as prefeituras assumam, inclusive, o processo de emissão de licenças para empreendimentos de impacto local. De 2003 até meados de 2009, essas licenças representaram aproximadamente 25% do total de nove mil concedidas.

A descentralização vai facilitar o acesso do pequeno empreendedor ao agente licenciador, já que os órgãos municipais estarão fisicamente mais próximos, e agilizar o licenciamento dos grandes empreendimentos pelo Iema. Para orientar os municípios sobre o processo, em 2008 o Iema formou a Comissão Especial de Gestão Ambiental Municipal (Cegam) e, com oferta de capacitação aos gestores municipais e orientação técnica, contribuiu para elevar de cinco para 11 o número de municípios licenciadores entre 2003 e 2010.

O Estado precisou enfrentar um de seus maiores desafios: conduzir o processo de crescimento econômico do Espírito Santo com sustentabilidade em setores de significativo impacto ambiental, como os arranjos de petróleo e gás, siderurgia e celulose, e ao mesmo tempo ampliar políticas de sustentabilidade.

Nos processos dos grandes licenciamentos passou a constar a exigência de utilização das melhores tecnologias de controle ambiental disponíveis no mercado, como Wind Fences (barreira de vento) para diminuição da emissão de pó e a





redução do consumo e o reaproveitamento de água nos processos. Tudo isso, com transparência e garantindo a participação da sociedade.

No caso de grandes plantas industriais, um instrumento tem se mostrado inovador na gestão: os Termos de Compromissos Ambientais (TCA). Por meio deles, o Governo do Estado, o Ministério Público Estadual, empresas e comunidades estabelecem acordos para aprimorar a eficiência do controle ambiental e definem projetos, soluções e acompanham as metas estabelecidas.

A Vale foi a primeira grande corporação a assumir o compromisso, em 2007. Em seguida, a Samarco e a Sucos Mais também aderiram ao programa. Para 2010 a meta é que a ArcelorMittal assine um TCA e amplie seu diálogo com a comunidade capixaba.

Outra medida para assegurar maior agilidade aos processos de licenciamento foi o decreto que deu competência ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf) para análise dos pedidos de licença ambiental de pequenas atividades rurais, já que este possui maior capacidade presencial no campo.

O Iema também implantou o Licenciamento Simplificado para as atividades caracterizadas de baixo risco ambiental, passou a elaborar instruções normativas com a participação dos setores envolvidos e incentivou a formação de associações em diversos setores produtivos, para que os empreendedores unidos pudessem ter viabilizados os investimentos necessários para solucionar seus problemas ambientais.

Um dos maiores exemplos de resultado dessa linha de atuação ocorreu na área da mineração. Em um terreno doado pelo Governo Estadual, em Cachoeiro de Itapemirim, foi criada uma central de tratamento de resíduos, que permitirá o aproveitamento econômico da lama abrasiva. Com isso foi solucionado o problema e criada uma alternativa para a geração de emprego e renda.

### Controle e fiscalização

» As ações voltadas para o controle ambiental passaram a ir além do licenciamento, com a realização de vistorias para verificar o cumprimento das condições pré-estabelecidas. O reflexo desse trabalho pode ser percebido pelo aumento significativo das autuações aplicadas ao ano. Entre 2007 e 2009 o número de autos emitidos, como os autos de embargo e interdição, passou de 244 para 673, e os autos de intimação de 963 chegaram a 1.380. Nesse mesmo período, o número de multas emitidas mais que dobrou, passando de 819 para 1.648. Além disso, as vistorias de fiscalização e atendimento a denúncias subiram de 1.241 para 2.870.

### Urbanização e ocupação de terrenos

» A ocupação territorial desordenada pode causar severas consequências para o meio ambiente e até catástrofes em caso de chuvas ou ventos fortes. Por isso, o planejamento e o controle da ocupação territorial no Espírito Santo é uma prioridade.

O Projeto Orla, que orienta a forma adequada de ocupação da zona costeira, a utilização de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e a construção do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE-ES) são importantes projetos do Governo do Estado visando ao uso e à ocupação ordenados do território capixaba.

O ZEE-ES incorpora as políticas nacional, estadual e municipal, os interesses e expectativas das comunidades locais e ordena o processo de ocupação socioeconômico do território estadual. A proposta de zoneamento está sendo desenvolvida desde 2008 pela Universidade de Lavras (MG), a partir de investimento de mais de R\$ 1,8 milhão. A conclusão, prevista para dezembro de 2010, deverá indicar as vocações, potencialidades e vulnerabilidades das áreas, o que pode fornecer importante subsídio para a localização mais adequada de futuros empreendimentos.

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é uma ferramenta, ainda pouco utilizada no Brasil, para a elaboração de uma análise conjunta dos empreendimentos existentes e a serem construídos em uma região, ao invés de avaliar cada projeto de forma isolada. Implantada pela primeira vez em 2008, a AAE identificou, por exemplo, limitações para a instalação da Companhia Siderúrgica Vitória (CSV), em Anchieta, em função dos recursos hídricos e condições atmosféricas da região.

### Reaproveitamento de materiais

» O reaproveitamento de materiais é uma importante alternativa para reduzir a poluição e o desperdício de recursos. Por isso, o Governo do Estado, através da Seama, incentiva a criação de organizações como a Associação dos Empresários e Empresas da Cadeia de Materiais Reaproveitáveis do Estado do Espírito Santo (Ecociência).

Por meio de uma parceria entre Iema, Ministério do Meio Ambiente, Sebrae-ES e Instituto Ideias, foi lançado, em 2009, o Programa Capixaba de Materiais Reaproveitáveis, que cria uma rede de empresas e gestores públicos municipais unidos em busca de soluções para o reaproveitamento de resíduos.

A condução legal do processo é norteada pela Lei 9.264, de 2009, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos de forma participativa no âmbito do Comitê Gestor de Resíduos Sólidos (Cogeres), garantindo diretrizes claras da origem ao destino final dos resíduos. O Cogeres reúne mais de 100 instituições relacionadas a resíduos sólidos, desde grandes empresas a Associação de Catadores, unidas pela busca da sustentabilidade no uso, reuso e reaproveitamento de materiais.



### Qualidade do ar

» A qualidade do ar é um questionamento constante, especialmente na Grande Vitória. Para dar respostas concretas à sociedade, foi realizada a reestruturação a Rede Automática de Monitoramento da Qualidade do Ar da Grande Vitória (Ramqar), que faz a medição dos poluentes e fornece subsídios para avaliar os efeitos da poluição na saúde humana, nos materiais, na fauna e na flora.

Em abril de 2009 entrou em operação a Rede de Monitoramento de Poeira Sedimentável viabilizada através de uma parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). No início de 2010 o programa passou a identificar as fontes de emissão a partir da caracterização quanti-qualitativa do pó preto. E, desta forma, contribuir para a melhoria do controle da poluição.

### Mudanças climáticas

» A questão das mudanças climáticas, pauta global na atualidade, está no rol de prioridades definidas no Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025. Nesse sentido, o Governo do Estado, após dois anos de estudos técnicos por parte da Seama, do Iema e do Fórum Capixaba de Mudanças Climáticas, instituiu e sancionou em 2010 a Política Estadual de Mudanças Climáticas. Para garantir a implementação desta Lei, uma nova parcela dos royalties do petróleo e gás repassada ao Estado será enviada a uma subconta específica no Fundágua, que destinará investimentos nas ações previstas para as Mudanças Climáticas.

A Lei cria, por exemplo, o registro voluntário das emissões anuais de gases de efeito estufa de empreendimentos instalados no Espírito Santo, e prevê a divulgação dos resultados em até três anos após sua aprovação. Também especifica que estudos ambientais deverão trazer informações sobre a emissão de gases de efeito estufa do empreendimento, caso o Iema verifique necessidade, e possibilita a criação de regras para compensação pelos gases de efeito estufa emitidos.

Além disso, o Estado uniu suas várias pastas sob coordenação da Seama para criar o Programa Capixaba de Mudanças Climáticas, incluído entre os projetos estruturantes do ES 2025. De forma transversal, o programa visa a preparar o Espírito Santo para efeitos adversos das alterações no clima, por meio de um plano estadual que tem como base estudo de vulnerabilidades, Plano Estadual de Ações Emergenciais de Defesa Civil e um sistema de Informações Hidro-Meteorológico do Espírito Santo, entre outros.

Outra medida que já está em curso é a elaboração, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, de um inventário de gases de efeito estufa para identificar os principais emissores, que podem ser veículos, a atividade agropecuária e florestal; esgotos, lixões e aterros; indústrias; e geração de ener-

gia. A partir desse levantamento, serão estabelecidas ações para estabilizar ou reduzir as emissões.

O Governo do Estado já realiza projetos de recuperação florestal que contribuem para a captação do carbono emitido. Há também uma proposta de iniciar um programa de inspeção veicular visando a estimular a manutenção e, consequentemente, a redução do lançamento de poluentes.

### ES 2025

» A questão ambiental é um dos pilares que sustentam o plano de desenvolvimento de longo prazo do Estado, o Espírito Santo 2025. O plano traz metas ousadas para o setor ambiental, especialmente na busca por elevar de 10% para 16% a cobertura vegetal nativa do Espírito Santo, o que demanda investimentos anuais da ordem de R\$ 100 milhões. Esgotamento sanitário, a destinação do lixo e a preservação de recursos hídricos e florestais também são questões abordadas.

É nessa direção, da prioridade à preservação e recuperação dos recursos naturais, que o Governo segue desde 2003, tendo em vista um Estado sustentável e viável para as futuras gerações de capixabas.

As ações e projetos do Governo do Espírito Santo ao longo dos últimos oito anos na área de preservação ambiental possibilitaram o estabelecimento de um órgão ambiental estruturado, com o processo de licenciamento informatizado e contando com uma equipe formada por técnicos efetivos, o que evita interrupção dos processos durante a troca de governo. Procedimentos transparentes, com regras e ampla participação social, são conquistas da sociedade capixaba, que é grande parceira da administração do Estado também na área ambiental.

O ES 2025 TRAZ METAS OUSADAS PARA O SETOR AMBIENTAL, ESPECIALMENTE NA BUSCA POR ELEVAR DE 10% PARA 16% A COBERTURA VEGETAL NATIVA DO ESPÍRITO SANTO, O QUE DEMANDA INVESTIMENTOS ANUAIS DA ORDEM DE R\$ 100 MILHÕES



## 3.9 Desenvolvimento

» O trabalho da Secretaria de Estado de Desenvolvimento (Sedes) tem como principal atribuição potencializar o fortalecimento da economia capixaba com base em um modelo socialmente inclusivo e ambientalmente responsável.

A Sedes também busca investimentos para o Estado através da disponibilização de informações relacionadas aos polos industriais, à infraestrutura e à energia, e a programas de incentivo realizados no Espírito Santo para potenciais investidores.

### Primeiros passos

» Para incrementar o setor produtivo capixaba, que se encontrava estagnado em 2003, o Governo Estadual criou a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur). Era o início de um novo padrão de desenvolvimento: socialmente inclusivo, regionalmente desconcentrado e ambientalmente responsável.

A recuperação da estabilidade e da confiança político-administrativa foi essencial na busca da Secretaria por desenvolver setores como metalmeccânico, extração de petróleo e gás, rochas ornamentais, fruticultura, madeira e celulose, móveis, confecções, dentre outros. O estabelecimento de regras sólidas e claras pelo Governo Estadual também se mostrou fundamental para a ampliação e abertura de novos negócios em todo o território capixaba e deu ao Espírito Santo melhores condições de competitividade no mercado global.

### 3.9.1 Incentivos

» O Espírito Santo manteve mecanismos de incentivo à produção e também criou novas formas para atrair investimentos e dinamizar a economia, em proveito dos capixabas de todas as regiões do Estado. A instalação de novos programas de incentivos à produção e de atração de novos empreendimentos passou a ser feita em novas bases: transparência e horizontalidade. Todos os programas de incentivo contam com comitês, com o processo decisório técnico, impessoal e com divulgação em veículos de comunicação, como a internet e no Diário Oficial do Estado.

Foram mantidos importantes e tradicionais projetos de incentivo ao desenvolvimento, como o Funres e a Sudene. Garantiu-se a manutenção de 28 municípios capixabas na nova Sudene, que culminou inclusive com a instalação de quatro agências do Banco do Nordeste no Norte capixaba (Nova Venécia, São Mateus, Colatina e Linhares) e uma em Vitória. Confira, a seguir, os principais sistemas de incentivo no âmbito do desenvolvimento estadual.

### Invest-ES

» O Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (Invest-ES) desenvolve uma política clara de incentivo fiscal em busca de fortalecer, diversificar e ampliar o setor produtivo capixaba. Os resultados apresentados pelo Invest-ES foram promissores desde sua criação em 2003, quando 12 empresas dos mais variados setores assinaram o termo de acordo do Invest-ES e trouxeram investimentos da ordem de R\$ 2,2 bilhões.

No ano seguinte, mais 10 empresas geraram um montante de R\$ 717 milhões. Entre 2005 e 2006, foram mais 36 projetos, e, em 2007, outros 23. O Estado alcançou, em 2008, a marca de 53 empreendimentos, que somaram, até então, 134 empresas e investimentos de R\$ 5,5 bilhões.

Entre 2003 e julho de 2010, a Região Metropolitana da Grande Vitória e o interior do Estado receberam investimentos programados da ordem de R\$ 10,5 bilhões através do Invest-ES, que geraram mais de 16 mil empregos diretos em todo o Estado para 209 projetos.

### Compete-ES

» A busca por incentivar a capacitação profissional e o incremento das atividades produtivas é a finalidade do programa de competitividade sistêmica para o Estado, o Compete-ES, do Governo Estadual. As atividades do programa são voltadas para os segmentos público e privado e a sociedade e têm como principal objetivo capacitar o setor produtivo, desenvolver métodos de gestão empresarial, criar infraestrutura tecnológica e uma rede de informações estratégicas.

O programa conta com duas vertentes: o Prêmio Qualidade Espírito Santo (PQES), que visa a premiar empresas com boas práticas de gestão; e o Contrato de Competitividade, instrumento que visa à redução da carga tributária para alguns setores produtivos locais. Ambos os projetos trouxeram resultados imediatos.

O Prêmio Qualidade Espírito Santo (PQES) direcionado a micro, pequenas, médias e grandes empresas, em fase madura de gestão, reconheceu nove empresas capixabas em 2008. A premiação é baseada nos critérios de excelência da Fundação Nacional da Qualidade e pretende estimular o desenvolvimento da gestão das empresas, reconhecer a excelência da qualidade da gestão das organizações e divulgar as práticas bem-sucedidas no Estado.

Outra vertente de atuação do Compete-ES é a busca pela redução da carga tributária para alguns setores produtivos locais através do chamado Contrato de Competitividade, iniciado em 2006. Até 2008, o programa cresceu mais de 500% no número de empresas beneficiadas. Somente no primeiro ano, 72 empreendimentos

ATRAVÉS DO INVEST-ES, ENTRE 2003 E JULHO DE 2010, A REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA E O INTERIOR DO ESTADO RECEBERAM INVESTIMENTOS PROGRAMADOS DA ORDEM DE R\$ 10,5 BILHÕES, GERANDO MAIS DE 16 MIL EMPREGOS



tiveram redução na carga tributária. Em 2007, foram mais 27, e o patamar de 389 foi alcançado em 2008, totalizando 464 empreendimentos.

Ao todo, 18 setores da economia capixaba contam com o benefício que os torna mais competitivos no mercado brasileiro. Ao final de 2009, 671 empresas estavam inseridas no Contrato de Competitividade.

### 3.9.2 Produção e projetos

» Com programas criados para desenvolver o Espírito Santo e com a confiança retomada na administração pública, outras frentes de trabalho e de investimentos surgiram para deslanchar o crescimento econômico ao longo do território capixaba.

#### *Petróleo e gás*

» Em um cenário promissor com credibilidade e crescimento econômico de todas as regiões, o Espírito Santo passou a ser reconhecido nacionalmente como importante centro produtor de petróleo e gás. A reconstrução da plataforma P-34 se tornou um símbolo de uma era promissora para o setor energético do Estado, a recuperação do navio-plataforma é outro sinal da nova imagem que o Espírito Santo firmou em âmbito nacional.

» **A Unidade de Tratamento de Gás (UTG) Sul Capixaba é um dos marcos da nova fase econômica capixaba**

Arquivo Petrobras



De 350 milhões de barris de petróleo, em 2004, as reservas capixabas passaram para mais de 2,8 bilhões de óleo equivalente, o que consolida o Estado na segunda colocação no ranking nacional – à frente está o Estado do Rio de Janeiro. Diversas empresas no setor estão realizando investimentos no território capixaba, e a previsão é de que, ao final de 2010, sejam produzidos cerca de 300 mil barris por dia.

O Espírito Santo também desponta como um dos maiores produtores de gás natural do País. A partir do Gasoduto Sudeste Nordeste (Gasene), passa a abastecer as regiões Sudeste e Nordeste, com capacidade de produção de até 20 milhões de metros cúbicos por dia.

Um dos fatos mais importantes da história nacional e internacional do petróleo aconteceu no Espírito Santo: em setembro de 2008, teve início a extração experimental de óleo na camada do pré-sal, no Campo de Jubarte, no Sul do Estado, considerada uma das maiores e mais importantes jazidas de petróleo já descobertas no Brasil.

Em julho de 2010, o FPSO Capixaba deu início, no Brasil, à produção comercial na camada do pré-sal, no Parque das Baleias. A previsão da Petrobras é que seu pico de produção em dezembro deste ano seja de 100 mil barris de óleo por dia e 1,35 milhão de metros cúbicos de gás natural.

Os investimentos não param por aí: são mais de US\$ 17 bilhões a serem investidos pela Petrobras no período de 2010-2014 em exploração e produção de petróleo e gás no Espírito Santo. A chegada de outras petroleiras, como a multinacional Shell ao Parque das Conchas, no Sul Capixaba, coloca o Estado como a bola da vez no mapa do petróleo nacional e mundial.

Outro marco foi a chegada, em dezembro de 2009, do FPSO Espírito Santo, que será utilizado para a produção de petróleo e gás natural no Parque das Conchas (antigo Bloco BC-10).

Em 2007, o Governo do Estado firmou parceria com a Petrobras para estruturar o setor de petróleo e gás. Dos cinco empreendimentos planejados, quatro já estão em estágio avançado. Confira a seguir os principais projetos:

- > **TERMINAL DE APOIO DA PETROBRAS:** A construção do Terminal de Apoio às Atividades de Exploração e Produção Offshore em Anchieta visa a oferecer suporte às plataformas que operam na Bacia do Espírito Santo e em suas proximidades. Em fase de licenciamento ambiental.
- > **TERMINAL AQUAVIÁRIO DE BARRA DO RIACHO:** Um terminal de uso privativo e misto no Porto de Barra do Riacho, em Aracruz, também está em fase de construção. O empreendimento é voltado para o armazenamento e transporte de 3 mil metros cúbicos de gasolina natural (C5+) por dia e de mil toneladas de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) por dia. Em fase final da construção.



- > **TERMELÉTRICA:** Através de leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), possui nove projetos de termelétricas, cinco a gás natural e quatro a óleo combustível, para os próximos três anos – em fase de análise para mudança de local e de combustível. Os projetos, que demandarão um aporte de R\$ 4 bilhões, farão do Espírito Santo uma região autossuficiente em energia e exportador do recurso para o País, além disso, a capacidade instalada passará dos atuais 960 MW para 3.000 MW.
  
- > **JURONG:** A implantação de um estaleiro destinado à construção de sondas de perfuração, reparo naval e, ainda, para plataformas de exploração e produção de petróleo e gás natural é um projeto assinado em parceria pela empresa Jurong com o Governo do Estado. A crescente demanda brasileira, e até mesmo mundial, gera boas oportunidades de negócios no campo da construção naval, e o Espírito Santo concentra excelentes condições para a implantação de novos empreendimentos com esse perfil. Em fase de licenciamento ambiental.
  
- > **COMPLEXO GÁS-QUÍMICO:** O projeto está em fase de estudo pela Petrobras. Com ele pretende-se desenvolver mercados mais flexíveis para o gás natural e agregar valor ao insumo, além de diminuir a importação de ureia, metanol e seus principais derivados, com o objetivo de tornar o Estado autossuficiente em energia. Irá produzir metanol e seus derivados, com previsão de produção de 763 mil toneladas de ureia por ano, e 1,1 milhão de toneladas de metanol, anualmente.

### Energia

» A diversificação da matriz energética e a maior utilização de fontes limpas e renováveis é outro objetivo determinado pelo Governo do Espírito Santo, que, por meio da Agência de Serviços Públicos de Energia (Aspe), lançou em 2009, um Atlas Eólico.

O levantamento revela que o Estado apresenta condições extremamente favoráveis para a implantação de fazendas eólicas e oferece informações detalhadas sobre os regimes de vento, em solo firme e na plataforma continental e identifica os locais com maior potencial para o aproveitamento dessa fonte de energia sustentável. A empresa portuguesa EDP, controladora da Escelsa, demonstrou interesse na implantação de um parque eólico em Linhares.

Investimentos em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) realizados no Espírito Santo elevaram a qualidade da distribuição de energia elétrica, e atendem principalmente a pequenos centros urbanos e regiões rurais capixabas. Atualmente, o Estado conta com 11 PCHs em operação, duas em construção e duas em outorga. Além disso, há mais sete pequenas centrais em estudo.

» A instalação de fazendas eólicas já tem seu potencial mapeado no Estado





### Portos

» O Espírito Santo possui um dos maiores complexos portuários da América Latina, sendo responsável por cerca de 9% do valor exportado e por 5% do valor importado pelo País com estrutura para movimentar diversos tipos de carga. A movimentação realizada nos sete portos do Estado corresponde a 45% de seu Produto Interno Bruto (PIB).

Novos projetos para o setor estão em fase de estudo, como o porto de águas profundas, que está sendo desenvolvido pela Secretaria Especial de Portos (SEP), do Governo Federal, com o apoio do Governo do Estado e da Prefeitura de Vitória.

O objetivo é implantar um novo terminal de contêineres e carga geral, para operação com calado de até 23 metros, visando a atender ao aumento da demanda do comércio exterior no País.

Outro projeto em elaboração é a ampliação do terminal de Portocel, no Norte do Estado, denominado de Portocel II, que prevê a construção de quatro novos berços, sendo dois para o embarque de celulose e dois para cargas gerais.

Um protocolo de intenções já foi assinado entre o Governo do Estado e a empresa Ferrous Resources do Brasil, que pretende construir um terminal portuário de escoamento de minério de ferro com disponibilidade para implantação de outros empreendimentos.

O Governo do Estado assinou convênio com o Governo Federal e a iniciativa privada para viabilizar a dragagem do Porto de Vitória, o que permitirá sua abertura a navios maiores, facilitando as exportações de café e mármore e granito, principalmente.

» **O Porto de Vitória, apesar de necessitar de melhorias, é referência na economia**



### Mineração e siderurgia

» Na área de mineração e siderurgia, grandes projetos se consolidaram no Espírito Santo. Confira a seguir os investimentos realizados nos últimos anos.

A ArcelorMittal Tubarão inaugurou no final de 2007 o seu terceiro alto-forno, com investimentos da ordem de R\$ 3 bilhões, passando sua capacidade produtiva de 5 milhões de placas para 7,5 milhões de placas de aço por ano. Já a ArcelorMittal Cariacica, voltada para a fabricação de aços longos, tem planos de expansão.

A mineradora Vale iniciou, no final de 2008, a construção da sua oitava usina, que elevará a produção para 36 milhões de toneladas por ano. Com isso, a empresa se consolidará como o maior complexo de pelotização de minério de ferro do mundo.

Outro projeto da empresa é a Companhia Siderúrgica Ubu (CSU), localizada em Anchieta, no Sul do Estado, com capacidade de produção de 5 milhões de toneladas de aço por ano na região. Com as licenças e estudos de impacto ambiental que devem ser entregues até o final de 2010, a Vale já busca parceiros para o empreendimento.

Outros dois grandes projetos também estão sendo estudados pela siderúrgica:

» **Setor consolidado, o negócio da mineração e siderurgia tem perspectiva de ampliação**



um porto de águas profundas para escoar a produção e a construção da Ferrovia Litorânea Sul, que ligará Cariacica (Flexal) até Cachoeiro de Itapemirim, no Sul capixaba, com um ramal em Anchieta. A linha terá 165 quilômetros de extensão e, depois de pronta, irá aumentar a capacidade de transporte de 600 mil toneladas para 13 milhões de toneladas por ano.

A Samarco Mineração, uma joint venture entre a Vale e a BHP Billiton, inaugurou em 2008 a sua terceira usina, passando a produzir 22 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Com o projeto de expansão em fase de elaboração e a previsão de uma quarta usina, a produção da empresa deve chegar a 30 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro por ano.

### *Celulose*

» A Fibria – antiga Aracruz Celulose – firmou junto com o Governo do Estado e a Prefeitura de Aracruz um termo de acordo com a empresa Carta Fabril para a instalação de uma unidade de papel no município. Atualmente, a empresa, sediada no Espírito Santo, é líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto, respondendo por 24% da oferta global do produto, que é destinado à fabricação de papéis de imprimir e escrever, papéis sanitários e papéis especiais de alto valor agregado.

**» O Espírito Santo é um dos líderes da produção de celulose branqueada de eucalipto**



### *Metalmecânico*

» O setor metalmecânico foi beneficiado com ações do Governo do Estado em busca de incluí-lo no comércio nacional e exportador. Atualmente, o segmento é um dos mais fortes da economia capixaba, movimentando R\$ 8 bilhões por ano, cerca de 17% do PIB estadual.

A atividade gera cerca de 30 mil empregos diretos e 120 mil indiretos nas quase 1.500 empresas de transformação de metais e de produção de bens e serviços intermediários, como fundições, forjaria, oficinas de corte, soldagem e estamparia. Também envolve a produção de bens finais, como máquinas, equipamentos, veículos e materiais de transporte.

### *Rochas ornamentais*

» O setor de rochas ornamentais é outro destaque do Espírito Santo e representa um grande volume das exportações brasileiras. O Estado possui a maior reserva de mármore e granito do País, com uma enorme variedade de cores, e dispõe de um

**» O setor metalmecânico é um dos mais fortes da economia estadual, movimentando R\$ 8 bilhões por ano**



» **O Espírito Santo é o 2º maior polo industrial do mundo no setor de rochas ornamentais, detém 50% da produção nacional e 68% das exportações totais brasileiras**

parque industrial com cerca de mil empresas, responsáveis por mais da metade (57%) dos teares instalados no Brasil.

Atualmente, é o 2º maior polo industrial do mundo no setor, detém 50% da produção de todo o mercado nacional e 68% das exportações totais brasileiras. Exporta 1,6 milhão de toneladas por ano de blocos e chapas, extrai 800 mil metros cúbicos de rochas anualmente e oferece cerca de 130 mil empregos diretos e indiretos. Além disso, o setor é responsável por 7% do PIB estadual.



### Café

» O café é outra grande riqueza do Espírito Santo, que é o maior produtor brasileiro da espécie conilon, com 70% do montante nacional. No geral, o Estado é o segundo maior produtor de cafés do País com uma produção que em 2008 chegou a 10,3 milhões de sacas. Também é destaque nacional e internacional na produção de cafés especiais, como o tipo arábica, cultivado nas montanhas capixabas e valorizado nas principais torrefadoras do mundo.

### Destaques

» Há ainda a indústria moveleira, com o polo situado em Linhares, considerado o sexto maior em móveis seriados do Brasil. Além disso, o Espírito Santo também sedia inúmeras empresas que fabricam móveis sob encomenda para atender à demanda dos grandes centros urbanos e ao mercado externo. Já o setor de confecções possui cerca de 1.300 empresas no Estado, incluindo micro, pequenas e médias.

Outros segmentos chamam a atenção como a construção civil, o agronegócio – absorve 40% da população economicamente ativa do Espírito Santo –, a fruticultura – colocando o Estado como maior exportador nacional de mamão papaya –, alimentos e bebidas, agroturismo, turismo.

No setor de logística, o Estado ganhou um plano estratégico específico, constituindo ferramenta de planejamento importante para suprir a Administração Pública com dados e elementos capazes de subsidiar e orientar as decisões políticas e procedimentos administrativos para o setor de infraestrutura logística e de transportes do Espírito Santo.

### 3.9.3 Estrutura

» A Secretaria de Estado de Desenvolvimento tem uma estrutura institucional que realiza importantes ações para promover o incremento da economia capixaba. Criada em 1996, a Agência de Desenvolvimento em Rede do Estado (Aderes) tem por finalidade articular, elaborar e realizar a gestão de programas e projetos que promovam o desenvolvimento sustentável e que elevem o padrão de competitividade de setores econômicos, de regiões e da economia do Estado.

Entendendo que o processo de desenvolvimento regional está relacionado ao fortalecimento das estruturas locais de planejamento e gestão, a Aderes vem atuando junto aos municípios capixabas e organizações regionais, com o objetivo de subsidiar políticas públicas municipais e regionais através do desenvolvimento de ações de capacitação, monitoramento e assessoria técnica direta aos municípios



em questões como ordenamento territorial, gestão municipal, dinâmicas socioeconômicas, territoriais e de desenvolvimento local.

Entre as principais ações, podemos citar o apoio na elaboração e implementação dos Planos Diretores Municipais; apoio à formação e capacitação de conselhos de Plano Diretor; apoio à formação e capacitação de Fiscais Municipais; desenvolvimento de Instrumentos de Orientação e Fomento ao Investimento no Espírito Santo; acompanhamento e apoio técnico na elaboração de instrumentos de Gestão Ambiental; implantação de Parcerias Público-Privadas (PPPs); acompanhamento de projetos em implantação ou expansão; entre outras.

A Agência de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo (Aspe), autarquia de regime especial, foi criada em 2004 e atua no estudo, planejamento, regulação, controle e fiscalização do setor energético capixaba.

As ações realizadas pela agência se concentram na área de produção de energia elétrica, por meio de delegação de competência conferida pela União, e gás natural, verificando a eficiência dos serviços públicos, fornecimento, distribuição e outras condições de atendimento aos usuários.

Com sua criação, foi iniciada a regulação da distribuição do gás natural no Espírito Santo. A partir da resolução “Condições Gerais de Fornecimento de Gás Canalizado do Espírito Santo”, de 2007, as relações entre concessionária e usuários foram disciplinadas. Assim, segmentos consumidores, com tarifas competitivas, foram criados, de forma a incentivar novas atividades econômicas e aplicações consideradas nobres, como a utilização de gás como matéria-prima e os processos de cogeração.

Por meio de sua regulação, a Aspe vem buscando preservar interesses do Espírito Santo, da sociedade e da concessão, proporcionando um ambiente favorável a atração de novos investimentos produtivos. Atualmente, o Espírito Santo é o único Estado do Brasil onde a concessionária distribuidora é controlada integralmente por sua supridora de gás natural. A Aspe tem elaborado resoluções em defesa de seus usuários, que determinaram de forma inédita a prévia e expressa aprovação de todos os compromissos firmados entre empresas do mesmo grupo, impedindo eventuais e indesejadas ações de concentração econômica.

Entre os anos de 2004 e 2009, a rede de gasodutos que abastece a Região Metropolitana da Grande Vitória passou de 64,12 quilômetros para 127,97 quilômetros. Já o número de clientes foi multiplicado por cinco. Além do atendimento ao maior número de consumidores localizados próximos à rede existente na Grande Vitória, a concessionária iniciou, em maio de 2010, o fornecimento de gás natural à Samarco, em substituição ao óleo combustível da 3ª Planta de Pelotização e inaugurou, em agosto de 2010, um ramal com 60 quilômetros de extensão que leva o gás até o município de Cachoeiro de Itapemirim.

De 2007 a 2009, seis municípios do Estado (Linhares, Colatina, João Neiva, Gua-





**Cachoeira Alta** Alfredo Chaves

FOTO: DAVID PROTTI

rapari, Ibirapu e São Mateus) passaram a contar com postos de Gás Natural Veicular (GNV), que são supridos através de Gás Natural Comprimido (GNC). Transportado em cilindros, por meio de caminhões, o gás natural chega a localidades que ainda não possuem redes de gás canalizado, permitindo que um veículo abastecido com GNV possa hoje percorrer todo o território capixaba usando apenas este combustível.

A Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial (Suppin), criada em 1971, oferece suporte à emergente política governamental de industrialização do Espírito Santo substituindo o modelo econômico agrário-exportador predominante até 2003.

A Suppin estuda e planeja geograficamente as áreas ou regiões de desenvolvimento prioritário para permitir a instalação e ordenação de investimentos empresariais, especialmente os de caráter industrial.

A entidade também identifica medidas necessárias para harmonizar o crescimento urbano e industrial, buscando a localização apropriada de um conjunto de empresas em núcleos de polarização, contribuindo para a interiorização do processo de desenvolvimento, visando a promover a dinamização e a desconcentração regional da economia do Estado.

Entre as ações desenvolvidas entre 2003 e 2010, destacam-se a implantação de Sistema de Controle de Processos; gestão operacional dos polos de Baixo Guandu, Cercado da Pedra, na Serra, São Domingos do Norte, São Mateus, Piúma, Vila Pavão, São Mateus, Polo Empresarial de Vila Velha (PEVV), micropolo de Santa Inês, em Vila Velha, Civit I e II, na Serra; apoio às atividades operacionais; Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTes); fomento da atividade empresarial nos municípios; apoio à implantação de polos empresariais; entre outras.

### 3.9.4 Bandes

» O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. (Bandes) havia passado por um choque nas finanças, em 1999, quando deixou de dar prejuízos. Mas, ainda em 2003, a instituição se encontrava sem rumo, sem foco, sem um posicionamento estratégico em relação ao Governo e à comunidade empresarial, com baixo nível operacional. Aprovava uma média de 400 operações por ano; hoje são mais de 5.500 anualmente.

Esse avanço resultou dos intensivos investimentos em reorganização e reestruturação do banco. A missão do Bandes passou a ser fomentar o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo, viabilizando investimentos através de soluções financeiras e estratégicas para gerar emprego, renda e competitividade da economia.

No período 2003/2010, o Bandes apresentou um vigoroso incremento da efetividade operacional, aumentando a base de clientes de 3.000 para 17.000 e da carteira de crédito/financiamento de R\$ 82 milhões para R\$ 440 milhões.



Em julho de 2010, o Bandes alcançou a marca de 17.800 clientes diretos. Ao longo de 2010, também até julho, foram 3.043 operações de crédito aprovadas e R\$ 762,4 milhões liberados em financiamentos. Em 2009, foram 4.639 operações e R\$ 1,4 bilhão foi investido na economia capixaba.

O Bandes fez e muito bem o dever de casa passado pelo Executivo Estadual: é um banco dos pequenos, rural e do interior, como pode ser constatado na composição da carteira de crédito e financiamento, que em julho de 2010 era de R\$ 440,8 milhões:

- > **90%** dos clientes são pessoas físicas (principalmente produtores rurais)
- > **76%** dos valores são devidos por pessoas físicas
- > **93%** dos clientes devem menos de R\$ 50 mil
- > **65%** do valor da carteira são de dívidas abaixo de R\$ 50 mil

Em termos financeiros, dois destaques históricos devem ser ressaltados. Um aumento de capital do banco no valor de R\$ 23,8 milhões disponibilizados pelo Governo do Estado, que reafirmou sua confiança no banco de desenvolvimento estadual. O outro é que, em 2008, o Bandes reverteu os prejuízos acumulados em seu balanço contábil e distribuiu dividendos, pela primeira vez, em 13 anos.

Vale destacar a atuação do Bandes como agente técnico e como secretaria executiva do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (Invest-ES), um programa de incentivos fiscais a novos investimentos que concorram para a renovação tecnológica e o aumento da competitividade estadual. Confira as principais ações da instituição, ligada à Secretaria de Desenvolvimento.

### *Pronaf*

» O Bandes passou a ser o principal financiador do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) para investimentos na agricultura familiar. Em 2009, foram atendidos 3.680 agricultores familiares. Por meio do Pronaf, o Bandes investiu R\$ 102 milhões no interior do Estado no mesmo ano. Em 2010, até julho, já foram R\$ 75 milhões. Esses valores resultaram, apenas em 2010, na geração de 2.313 postos de ocupação e manutenção de outros 3.902. Em 2002, apenas 639 famílias haviam sido atendidas, com liberações de R\$ 7,2 milhões.

### *Profort-ES*

» Acreditando no desenvolvimento do interior do Estado, o Bandes lançou, em abril de 2008, mais uma alternativa de crédito para empreendedores de fora da Região Metropolitana: o Programa de Fortalecimento da Economia do Interior do Espírito Santo (Profort-ES).

Composto por linhas voltadas para as micro e pequenas empresas, as médias empresas e para o desenvolvimento sustentável, o Profort visa a descentralizar o desenvolvimento econômico do Espírito Santo e a estimular o potencial de áreas de menor dinamismo no Estado, apoiando a implantação, a ampliação, a formalização e a modernização de empresas. Desde que começou a operar, até julho de 2010, o Profort-ES foi responsável pela aprovação de 1.416 operações, resultando na liberação de R\$ 42 milhões em 69 municípios do interior do Estado.

### *Nossocrédito*

» O Bandes coordenou a formulação e a implementação do Nossocrédito, o programa de microcrédito do Governo do Estado, que é implementado em convênio com o Banestes, prefeituras municipais, Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades) e Sebrae-ES.

Hoje, o Nossocrédito está presente nos 78 municípios do Espírito Santo, alcançando 100% da população capixaba com suas 94 unidades de atendimento. Em pleno processo de expansão, o programa inovou em 2009 ao aumentar seu valor máximo financiável (de R\$ 5 mil para R\$ 7,5 mil) e o prazo de pagamento (de até 18 para até 24 meses). Em 2008, foram realizadas 8.585 operações, totalizando cerca de R\$ 26,9 milhões. Em 2009, foram R\$ 31,5 milhões e 11.049 operações realizadas. Desde 2003, foram R\$ 139,3 milhões e 41 mil operações.

As liberações do Nossocrédito contribuíram expressivamente para a geração de empregos no Estado. Foram quase 14,4 mil novos postos de trabalho e outros 72 mil empregos mantidos. Os dados apresentam o número de clientes atendidos e os valores liberados pelo programa, no período de 2003 a 2009.



» **Nilcilene da Penha Passamani Nascimento, de Governador Lindenberg, está entre os milhares de beneficiados com os empréstimos do Nossocrédito**



### 3.10 Fazenda

» O novo modelo de gestão pública implantado a partir de 2003 no Espírito Santo priorizou a instituição de uma administração da máquina estatal com padrões de eficiência similares à da iniciativa privada, sempre aplicando conceitos como responsabilidade fiscal e meritocracia.

Desde seu início, a administração estadual constatou que um dos principais problemas das contas capixabas estava nas renúncias de impostos concedidas a setores empresariais que tinham influência no Governo.

Eram benefícios concedidos por meio de regimes especiais, que afetavam as contas públicas e provocavam distorções na economia local. Centenas de regimes especiais foram revogados e realizou-se uma revisão da legislação tributária estadual. Assim, foi possível dobrar a arrecadação em oito anos.

A área fazendária esteve e se mantém no centro desse processo de reconstrução político-institucional do Espírito Santo. A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) é responsável pela arrecadação dos tributos, pelo controle dos créditos tributários e pela execução do Orçamento Geral do Estado por meio do desembolso programado dos recursos financeiros alocados aos órgãos governamentais. É responsável ainda pela defesa dos capitais do Estado e pelo controle dos investimentos, da dívida pública e da capacidade de endividamento.

A Sefaz trabalha na avaliação permanente da economia estadual, visando à formulação e execução das políticas econômica, tributária, fiscal, financeira e contábil do Estado. Combatendo o desperdício e elevando a receita, foi possível melhorar serviços como saúde, educação e segurança, além de valorizar os servidores.

Se antes o Estado só utilizava 1% de sua renda para fins de investimentos públicos, hoje esse índice ultrapassa a marca de 16% do Orçamento destinados a obras públicas. Essa nova realidade incluiu, também, a queda do desemprego e uma mudança de nível de vida da população – metade dos que viviam abaixo da linha da pobreza saíram da miséria.

Ou seja, em tempos de superação do desgoverno e do descontrole, de recuperação da capacidade de investimento do Estado e de inauguração e avanço do terceiro ciclo da economia estadual, a Sefaz tem tido muito trabalho. Confira a trajetória.

#### Herança

» Na virada do milênio, a situação pública administrativa e financeira era precária, fruto de um longo período de governos que passaram por desequilíbrios financeiros, além de problemas de natureza ética e de desordem gerencial. Esse contexto anterior afetou significativamente a administração fazendária, tendo contribuído para

o agravamento do desequilíbrio das finanças públicas no período de 1995 a 2002.

Nesse período, as finanças públicas estaduais apresentaram situação deficitária crônica. De 1995 a 1999, a receita total girou em torno da média anual de R\$ 2,45 bilhões, contra uma despesa total média de R\$ 2,72 bilhões. Os dados mostram que as finanças públicas foram se deteriorando gradativamente, atingindo no final do ano de 1999 um déficit orçamentário de R\$ 375 milhões.

Nos três anos seguintes, 2000, 2001 e 2002, ainda que o resultado orçamentário tivesse melhorado, a situação deficitária do orçamento persistia. Em 2002, o déficit no orçamento foi de R\$ 61 milhões. Para se ter uma ideia do avanço, em 2008, a diferença entre receita e despesa total indicava um superávit de R\$ 875 milhões.

A evolução dos resultados orçamentários no período de 2002 a 2009 mostra um superávit crescente a partir de 2003, prolongando-se até 2008. Já o desempenho no ano de 2009 foi menor, devido a três fatores: primeiro, a arrecadação excepcional de ICMS no ano de 2008; segundo, pela crise econômica global que atingiu também a economia brasileira; e terceiro, pelo nível de investimentos do Estado nesse ano, que exigiu a utilização da poupança dos cofres públicos.

Como o Estado soube fazer economia durante os períodos de grandes receitas, foi possível evitar que a crise de 2009 afetasse o equilíbrio financeiro do Espírito Santo. Assim, o Governo do Estado foi o grande estimulador da economia local, com a realização de investimentos significativos em todo o território capixaba.

#### Superação

» O início dessa virada após oito anos seguidos de déficit orçamentário se deu em 2003. Dois fatos importantes contribuíram para essa superação: o crescimento significativo de 28% da receita tributária em relação ao ano de 2002 e a antecipação dos royalties correspondentes à exploração de petróleo no Espírito Santo, negociada com a gestão que também se iniciava no âmbito federal.

Mas a antecipação dos royalties, R\$ 254 milhões, não representou uma disponibilidade imediata para o caixa do Tesouro Estadual, pois sua liberação estava vinculada à quitação antecipada da dívida estadual junto à União (R\$ 111 milhões) e à capitalização do Fundo Estadual de Previdência (R\$ 143 milhões).

Assim, a solução para o problema crônico do déficit orçamentário dependia do crescimento da receita e do controle dos gastos públicos estaduais. Nesse sentido, medidas importantes foram tomadas para alinhar a administração fazendária ao choque de gestão implementado pelo novo Governo, e os resultados começaram rapidamente a aparecer. A previsão era de que os problemas somente seriam superados após três anos de gestão, mas as medidas adotadas

**EM 2002, O DÉFICIT NO ORÇAMENTO FOI DE R\$ 61 MILHÕES. PARA SE TER UMA IDEIA DO AVANÇO, EM 2008, A DIFERENÇA ENTRE RECEITA E DESPESA TOTAL INDICAVA UM SUPERÁVIT DE R\$ 875 MILHÕES**



possibilitaram que, com apenas um ano e seis meses de trabalho, as contas fossem pagas, atendendo a fornecedores e servidores e, a partir daí, deu-se início ao Governo em uma nova condição.

A receita tributária (ICMS, ITCD e IPVA), que no período de 2003 a 2009 correspondeu em média a 62% da receita total, deu forte contribuição, batendo recordes seguidos de crescimento. Em relação ao ano anterior, o ICMS, por exemplo, cresceu 22,6% em 2003; 26,7% em 2004; 23,6% em 2005; 10,9% em 2006; 15,4% em 2007; e 19,2% em 2008; percentuais muito expressivos considerando-se um cenário de inflação baixa. No ano de 2009, em relação a 2008, o ICMS teve uma queda de 7,5%, resultado que refletiu perdas significativas no Fundap, devido ao acordo com o Estado de São Paulo em relação a produtos importados, e a crise econômica mundial. No entanto, a Receita líquida (excluindo transferências aos municípios e Fundeb) foi de R\$ 5,07 bilhões, em 2009 – uma redução de 4,5% em relação aos R\$ 5,31 bilhões registrados em 2008.

Do patamar de R\$ 2,36 bilhões em 2002, a receita tributária de ICMS bateu a casa de R\$ 6,39 bilhões em 2009, um crescimento nominal de quase 170,6%, resultado excepcional em comparação aos demais Estados brasileiros.

No quadro geral, nos últimos anos, a receita de ICMS cresceu significativamente a uma média anual de 15,8%, no período de 2003 a 2009, a maior média entre os Estados do País, fato que se deve principalmente à diminuição do hiato entre o potencial de arrecadação do Fisco Estadual e o crescimento robusto da economia capixaba.

A receita de tributos estaduais (ICMS, ITCD e IPVA), que no ano de 2002 ficou em R\$ 2,4 bilhões, no ano de 2009 atingiu o patamar de R\$ 6,7 bilhões, um crescimento de 170,6%. É importante ressaltar que os impactos significativos na receita estadual não foram decorrentes de aumento de tributos.

Um exemplo é o crescimento da arrecadação de IPVA no período de 2002 a 2009, com destaque para o ano de 2004, quando o Espírito Santo passou a adotar a tabela elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para os valores dos veículos. Além disso, houve redução, pelo Governo Federal, da alíquota do IPI para a compra de veículos novos, o que possibilitou a venda recorde de automóveis e, conseqüentemente, seu emplacamento com o recolhimento do imposto. Em relação ao ano anterior, o IPVA cresceu 17,5% em 2003; 38,2% em 2004; 23,1% em 2005; 19,4% em 2006; 31,0% em 2007; 19,8% em 2008; e 18,8% em 2009.

A participação do IPVA na receita tributária estadual vem crescendo gradativamente nos últimos anos. Em 2006, o percentual representava 2,95% do total arrecadado. Em 2007, passou para 3,57% – um aumento efetivo de 13,49% de participação na arrecadação neste período, e um incremento de 31% nominais na receita, em comparação a 2006, cujo total arrecadado foi de R\$ 158,15 milhões. Em

2008, representou 3,34% da Receita Tributária, com uma arrecadação da ordem de R\$ 248,209 milhões. Já em 2009, o IPVA passou a representar 4,23% da Receita Tributária, e a arrecadação bateu o recorde de R\$ 294,78 milhões.

A arrecadação de ITCD também aumentou significativamente a partir de 2003. Em relação ao ano anterior, o ITCD, apesar da queda de 7,4% em 2003, cresceu 11,2% em 2004; 17,1% em 2005; 77,4% em 2006; 29,4% em 2007; 17,5% em 2008; e 15,8% em 2009.

Outro fator que impulsionou o aumento da arrecadação foi o Programa de Parcelamento Incentivado de ICMS (PPI), instituído para minimizar os impactos da crise financeira que afetou praticamente todos os segmentos econômicos. O principal objetivo foi estimular a regularidade fiscal das empresas junto à Receita Estadual, dando aos contribuintes a possibilidade de efetuar o pagamento de seus débitos em cota única, com abatimento de 95% sobre o valor da multa e de 80% sobre os juros. As empresas ainda tiveram a opção de quitar a dívida em até 120 parcelas mensais, com a redução da multa e dos juros. Em virtude do seu grande êxito, o prazo anteriormente estabelecido foi ampliado, o que possibilitou ao Estado o ingresso de R\$ 494,08 milhões, sendo R\$ 268,12 milhões à vista e R\$ 225,95 milhões a prazo (até dezembro de 2009).

Além disso, o Governo do Estado, por meio da Lei 9.081, de 12/12/2008, concedeu benefício que possibilitou aos contribuintes a remissão dos seus débitos fiscais relativos ao ICM e ao ICMS, inscritos ou não na dívida ativa, ainda que ajuizada a sua cobrança, decorrentes de denúncia espontânea ou constantes de Auto de Infração ou Notificação de Débito, com valores iguais ou inferiores a R\$ 10 mil, beneficiando diretamente pequenas e médias empresas.

### *Investimentos*

» O crescimento significativo da receita abriu margem para o aumento de investimentos em serviços e obras públicas. A partir de 2003, o Governo também iniciou uma política de contratação e valorização do servidor público, no processo de ampliação e qualificação da máquina governativa.

Houve expressivo avanço na capacidade de investimento do Estado. Os investimentos, que somaram R\$ 174 milhões em 2002, vêm crescendo significativamente. Só no período de 2008, o Estado investiu mais de R\$ 911 milhões. No ano de 2009, esses valores somaram R\$ 1,17 bilhão, um aumento de 29,2% em relação ao ano anterior e de 576,4% em relação a 2002. O total de investimentos públicos no período de 2003 a 2009 foi de R\$ 3,13 bilhões, valor sem precedente na história do Espírito Santo.

**A RECEITA DE TRIBUTOS ESTADUAIS, QUE EM 2002 FICOU EM R\$ 2,4 BILHÕES, EM 2009 ATINGIU O PATAMAR DE R\$ 6,7 BILHÕES, UM CRESCIMENTO DE 170,6%**



### *Invest-ES*

» Além dos investimentos públicos, outra grande conquista foi o Programa de Incentivo ao Investimento do Estado do Espírito Santo (Invest-ES), que tem como objetivo contribuir para a expansão, a modernização e a diversificação dos setores produtivos no Estado. O programa beneficia as empresas que venham a realizar projeto de interesse para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais. Por meio desse incentivo, foram concedidos benefícios como o diferimento do ICMS na aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao ativo permanente do estabelecimento, diferimento do ICMS na importação de insumos e matérias-primas destinados exclusivamente ao estabelecimento industrial importador, crédito presumido nas operações interestaduais, redução de base de cálculo nas operações internas, entre outros na área de importação e distribuição de mercadorias.

### *Compete-ES*

» O Governo do Estado também implementou o Compete-ES, um instrumento com o qual o Governo capixaba, em conjunto com a iniciativa privada, propõe ações para aumentar a competitividade das organizações nos diversos setores da economia, oferecendo às empresas de bens e serviços que investem no Espírito Santo um ambiente propício à incorporação de inovações, componente base da competitividade no mercado mundial.

### *Simples Nacional*

» As pequenas empresas também tiveram mais facilidade no atendimento da legislação e no pagamento de impostos, além da redução da carga tributária, com o aumento do limite de faturamento do Simples Nacional, que passa de R\$ 1,8 milhão para R\$ 2,4 milhões a partir de 2011.

Com a medida, o Governo do Estado vai incentivar a formalização das empresas, impulsionar novos investimentos e gerar mais empregos no setor. Isso será possível porque a adesão ao Simples reduz a carga tributária em até 90%, considerando-se os impostos federais, estaduais e municipais.

### *Cesta Básica*

» Entre as medidas para impulsionar a economia capixaba, destaca-se também a redução e desoneração na comercialização de produtos da cesta básica, benefi-

ciando principalmente a população de baixa renda. A redução, na ordem de 56%, beneficiou produtos como arroz, feijão, aves, peixes, sal de cozinha, açúcar, leite, café, entre outros. A desoneração (100%) abrangeu itens como carnes de toda espécie, farinha de trigo, massas e vários tipos de biscoitos, pão francês ou de sal, além do pão de fôrma e todos os cereais.

### *Pagamentos*

» Paralelamente aos investimentos e às medidas para incentivar o crescimento, a dívida pública estadual foi sendo quitada. Já no ano de 2003, foram reservados recursos que possibilitaram a quitação ou regularização de dívidas vencidas e não pagas de exercícios anteriores, no valor de R\$ 767 milhões. Nos anos subsequentes, de 2004 e 2005, o esforço realizado pelo Governo possibilitou a quitação de dívidas vencidas e não pagas dos exercícios de 2002 e anteriores, no valor de R\$ 1,2 bilhão.

Para se ter uma ideia, em 2002, a dívida total (fundada e flutuante) equivalia à receita anual, ou seja, na proporção um para um. Agora, com os pagamentos realizados, o aumento da arrecadação e o rígido controle no contrato de novos compromissos, a dívida total corresponde a pouco mais da metade de uma receita anual.

Nesse período, a Sefaz deu continuidade ao acompanhamento, controle e avaliação do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, por meio de monitoramento permanente das finanças públicas. Esses esforços resultaram na avaliação positiva pela Secretaria do Tesouro Nacional devido ao cumprimento de todas as metas estabelecidas no programa do ano anterior e na assinatura do programa para o triênio 2009/2011.

### **3.10.1 Choque de gestão**

» Desde 2003, a máquina pública do Estado do Espírito Santo vem sendo reestruturada, com vistas à construção de um setor público mais eficaz e capaz de contribuir decisivamente para o desenvolvimento social e econômico de todos os capixabas.

Nessa direção, os resultados notáveis nos campos das finanças públicas estão indissociavelmente relacionados a medidas enérgicas na forma de conduzir a administração pública. O choque ético na gestão, implementado logo nos primeiros meses de Governo, surtiu efeito nas diversas áreas da administração estadual, mas especialmente na Secretaria da Fazenda.

A missão inicial foi reconstruir a capacidade de esforço fiscal visando à recuperação das receitas tributárias e à implementação de uma vigorosa contenção dos

**EM 2003, 2004 E 2005, O GOVERNO QUITOU DÍVIDAS VENCIDAS E NÃO PAGAS DOS EXERCÍCIOS DE 2002 E ANOS ANTERIORES, NO VALOR DE R\$ 1,2 BILHÃO**



gastos públicos. Foram feitos investimentos e ações significativas nos campos da tecnologia da informação e na auditoria, melhorias na estrutura administrativa e nos processos de trabalho, além de ações com o objetivo de aprimorar a relação fisco-contribuinte.

Ao longo dos anos, novas medidas modernizantes foram sendo adotadas, incluindo o fechamento de postos fiscais de pequena e média movimentação, em 2008; a condução, em campo, do início de um plano para implementação de gestão baseada em projetos, que culminou na realização do Planejamento Estratégico da Sefaz para o biênio 2009-2010; a estruturação da unidade de projetos da Secretaria, que tem como objetivo gerenciar o planejamento estratégico e executar o Plano de Desenvolvimento da Administração Fazendária (Profaz); a realização de concurso público para 60 novos auditores fiscais e 15 consultores do Executivo; a promoção de mais de 100 auditores fiscais para o exercício de auditorias mais complexas e de maior produtividade; e a intensificação de medidas modernas de esforço fiscal. Destacam-se ainda o fechamento de agências deficitárias e a abertura de Núcleos de Atendimento ao Contribuinte (NACs), em parceria com as prefeituras.

Essas medidas deram maior vigor à instituição e produziram melhores resultados no campo da receita e do controle dos gastos. Aliadas à boa performance da economia no ano de 2008, contribuíram para que a receita tributária do ano ultrapassasse os R\$ 7 bilhões, a 7ª entre as unidades federadas e a maior receita per capita do Brasil.

Em 2009, foram concluídos estudos que vinham sendo realizados em diversas áreas da Sefaz, com o objetivo de subsidiar e acelerar o processo de modernização dos trabalhos que envolvem a geração de receitas tributárias e o controle dos gastos públicos.

As principais medidas abrangem a área da receita, sendo a principal e mais arrojada a extinção de todos os postos fiscais do Estado do Espírito Santo, medida que teve impacto nacional. Essa ação faz parte de uma ideia básica de eliminação da execução de pequenas tarefas, para ceder lugar à atuação dos servidores em atividades direcionadas e geradoras de maior receita decorrente do esforço fiscal, utilizando intensivamente a tecnologia e a inteligência fiscal.

Ao longo de 2010, a reorganização interna na Sefaz foi mais intensa, com a consolidação da Receita Estadual e do Tesouro Estadual e com a investidura de novos concursados – auditores fiscais e consultores do Executivo. Só para o cargo de consultor do Executivo, houve o ingresso de 27 aprovados.

Para melhorar e padronizar o atendimento ao contribuinte, foram criadas a Gerência de Atendimento ao Contribuinte e a Gerência de Arrecadação. As 14 agências e os 76 NACs foram vinculados a essas gerências e desvinculados das Gerências Regionais da Sefaz, que assim podem ficar focadas na realização de auditorias.

Em 2010, a Sefaz inaugurou o anexo da Gerência Fazendária Metropolitana



(Gefaz-M), localizado na Glória, em Vila Velha. A construção, com cerca de 1,2 mil metros quadrados, abriga 50 auditores fiscais e três chefes de equipes, que atuam na fiscalização de empresas de 14 municípios. Outras agências, no interior do Estado, estão sendo reformadas para melhorar o acesso e o atendimento dos contribuintes, além de facilitar o trabalho dos servidores da Sefaz. Em Vitória, a agência localizada no Centro vai ser transferida para um imóvel de 500 metros quadrados na Praia do Canto, com dois pavimentos e acessibilidade para portadores de necessidades especiais, inclusive com um elevador.

Outro sinal da evolução dos serviços é o site da Sefaz ([www.sefaz.es.gov.br](http://www.sefaz.es.gov.br)), que já supera a marca de meio milhão de visitas mensais e foi reformulado, para facilitar e agilizar a prestação de serviços on-line. O serviço mais procurado na página é a emissão do Documento Único de Arrecadação (DUA) – cerca de 100 mil ao mês –, seguido da Certidão Negativa de Débito (CND), com cerca de 30 mil emissões. Esses números representam a redução das visitas às agências físicas e maior praticidade para os contribuintes.

» Inaugurado em 2010, o anexo da Gerência Fazendária Metropolitana, em Vila Velha, abriga equipes que fiscalizam 14 municípios



### Infraestrutura

» Para proporcionar um melhor ambiente de trabalho aos servidores e aprimorar cada vez mais o atendimento à sociedade capixaba, a Sefaz também realizou grandes investimentos na ambientação de suas unidades administrativas e na funcionalidade das áreas gerenciais, entre as quais pode-se destacar:

- > Participação como órgão piloto para implantação do Sistema Integrado de Gestão Administrativa no Estado (Siga);
- > Participação na elaboração do Projeto Básico visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de modelagem da arquitetura organizacional de tecnologia da informação e de processos de negócios (Redesenho de Processos);
- > Aquisição de equipamentos visando à modernização do parque computacional de grande porte da Sefaz, com investimentos na ordem de R\$ 7,5 milhões;
- > Aquisição de equipamentos e serviços de informática visando à melhoria na área de TI da Sefaz (405 desktops, 75 notebooks, impressoras, no-break, software, treinamentos), totalizando o investimento de, aproximadamente, R\$ 3 milhões;
- > Aquisição de mobiliário para a Sefaz, num investimento de R\$ 1,7 milhão;
- > Conclusão do Projeto Executivo das Instalações do CPD da Sefaz, bem como finalização dos procedimentos de licitação para contratação de empresa para a execução da obra, com investimentos de, aproximadamente, R\$ 2 milhões;
- > Reestruturação de Layout na Gerência Fiscal (Gefis), Gerência de Contabilidade (Gecon), Gerência de Finanças (Gefin), Gerência Fazendária Região Noroeste (Gefaz-NO); Gerência de Tecnologia da Informação (Getec); Gerência de Infraestrutura Física e Gestão de Contratos (Geinec); e Gerência Técnico-Administrativa (Getad);
- > Realização de reformas nas Agências da Receita Estadual de Cachoeiro de Itapemirim e Guarapari;
- > Início da reforma da fachada da Gefaz-M; e
- > Locação de imóveis para atender ao Arquivo Geral; ao Almoxarifado; à Agência da Receita Estadual de Venda Nova do Imigrante e à demanda da Gerência Fazendária Metropolitana (Gefaz-M) para 55 auditores fiscais (Afres II). Esse processo contemplou a contratação do espaço físico e acompanhamento junto ao proprietário do imóvel das adequações de instalações, incluindo toda a infraestrutura física necessária para o funcionamento.

### Valorização do servidor

» Em 2009, foram capacitados aproximadamente 880 servidores fazendários, distribuídos nas áreas administrativa, financeira-contábil, informática e tributá-

ria-fiscal. Destaque para a contratação da empresa Mindworks Informática, para treinamento oficial na plataforma Microsoft, com a finalidade de padronização e modernização do parque computacional do Governo do Estado do Espírito Santo; e da Escola de Serviço Público do Espírito Santo (Esesp), que vem propiciando ao servidor fazendário a oportunidade de desenvolver as suas potencialidades e aperfeiçoar seu desempenho no trabalho.

Merece, ainda, ser destacado o treinamento introdutório dos ingressantes no serviço público nos cargos de auditor fiscal da Receita Estadual e consultor do Executivo, promovido pela Escola de Serviço Público do Espírito Santo, com a participação dos instrutores da Sefaz.

Dando continuidade à política de valorização do servidor público, em 2009 foram concedidas as promoções de 92 auditores fiscais para o nível II e 32 para o nível III, bem como a aprovação das reestruturações das carreiras de auditor fiscal da Receita Estadual e de consultor do Executivo.

Quanto à carreira de auditor fiscal da Receita Estadual, destacam-se as alterações promovidas nas competências dos níveis I, II e III; a implantação da progressão por escolaridade, que permitirá ao auditor fiscal avançar até três referências, dentro do mesmo nível, conforme o título de especialização que possuir.

Já para a carreira do consultor do Executivo, foi aprovado um novo plano de cargos e salários, que instituiu a modalidade de remuneração por subsídio, bem como a progressão por escolaridade, proporcionando perspectivas de crescimento ao longo dos anos.

### Programa Estadual de Educação Tributária

» O Programa Estadual de Educação Tributária vem ganhando espaço a cada ano na comunidade capixaba, com assinatura de termos de acordo com todos os municípios e realização de seminários.

Diversas ações foram realizadas no sentido de estruturar e fortalecer o programa, sendo as principais o aumento do número de disseminadores, para difundir na sociedade assuntos relacionados às questões tributárias, e realização de eventos, palestras e seminários, visando a conscientizar a sociedade sobre a importância da cidadania.

Destaque para a campanha publicitária “Me Dá, Me Dá, Me Dá a Nota”, lançada em novembro de 2009 pela Sefaz, com o propósito de conscientizar a população capixaba sobre a importância de pedir o documento fiscal nas compras. Foram realizadas ações de divulgação por meio de panfletagem em semáforos e em shoppings da Grande Vitória.

**EM 2009, FORAM  
CAPACITADOS  
APROXIMADAMENTE  
880 SERVIDORES  
FAZENDÁRIOS,  
DISTRIBUÍDOS NAS  
ÁREAS ADMINISTRATIVA,  
FINANCEIRA-CONTÁBIL,  
INFORMÁTICA E  
TRIBUTÁRIA-FISCAL**



### *Tecnologia da Informação*

» Evoluir tecnologicamente é uma das principais diretrizes traçadas pela Secretaria de Estado da Fazenda, a fim de aprimorar o atendimento à sociedade capixaba e aumentar a eficiência fiscal.

Para alcançar esses objetivos, ao longo de 2009, a Sefaz desenvolveu diversos projetos, entre os quais destacam-se: o Sistema de Controle das Operações Interestaduais de Produtor Rural (Sicoi); o Sistema de Controle da Produção das Operações de Produtor Rural (Sicop); a Nova DOT NET; o Sistema de Apuração do Valor Adicionado (IPM); o Sistema de Representação Fiscal para Fins Penais; Sistema de Caução; desenvolvimento de vários aplicativos para a Nota Fiscal Eletrônica; novo Sistema de Arrecadação On-Line; Sistema para Emissão de Certidão Positiva com Efeito de Negativa (em homologação); integração com a Junta Comercial do Estado para concessão de inscrição estadual (Regin); Sistema de Controle e Acompanhamento da Dívida Pública; Construção de BI: Simples Nacional; Nota Fiscal Eletrônica, Comparativo TEF x Simples Nacional; Construção da rede wireless nas Gerências Fazendárias das Regiões Sul e Noroeste.

### *Faça Fácil*

» Entre as metas e objetivos traçados pela Sefaz, merece destaque o Termo de Pactuação firmado com a Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SeGer), em agosto de 2009, cujo objeto é a participação do órgão no Faça Fácil – Cariacica, Central de Atendimento Integrado, que consiste na centralização de diversos serviços públicos ou de natureza pública, prestados ao cidadão com qualidade, eficiência e celeridade.

### *Mais Fácil*

» Na busca pela melhoria contínua de seus serviços, a Sefaz vem realizando grandes mudanças no Estado. A Secretaria se moderniza e torna seus processos mais ágeis e práticos, com produtos e serviços como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), DUA Eletrônico, Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), Agência Virtual, Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), e o Programa Aplicativo Fiscal Emissor de Cupom Fiscal (PAF-ECF). Além disso, conta com o Grupo de Trabalho da Fazenda (GT-FAZ), Cadastro Simplificado, Novo Siafem, Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga) e o Núcleo de Atendimento ao Contribuinte (NAC) para atender à comunidade.

### *Futuro*

» Em 2009, foram desenvolvidas ações do Plano Estratégico da Sefaz e finalizadas as negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para início

da execução do Plano de Desenvolvimento da Administração Fazendária (Profaz).

O Profaz é um conjunto de ações a ser desenvolvidas no período de 2010 a 2015, com vistas à modernização administrativa, técnica e funcional da Sefaz, a fim de torná-la capacitada para contribuir decisivamente para o Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2025. O objetivo é melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência na gestão da administração fiscal, mediante a modernização e o fortalecimento institucional.

O plano conta com recursos da ordem de US\$ 24,4 milhões, 90% financiados pelo BID e 10% em forma de contrapartida do Estado, e será executado em cinco anos, de 2010 a 2014. Além do Profaz, encontra-se em fase de aprovação o Projeto de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal (PMAE), a ser financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

As ações a ser desenvolvidas no âmbito dos dois projetos são complementares. O Projeto PMAE abrangerá principalmente os investimentos em equipamentos de tecnologia da informação e comunicação. No âmbito do Profaz, os investimentos estão direcionados principalmente para o desenvolvimento de sistemas, reestruturação administrativa e funcional, e formação dos servidores fazendários.

O principal produto fruto da execução coordenada dos dois projetos é a implementação do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), programa que inclui a implantação e ampliação da utilização da Nota Fiscal Eletrônica, e o Cadastro Sincronizado, programa de integração dos cadastros das Secretarias da Fazenda nas esferas municipal, estadual e federal. Outro produto importante é a implantação da Gestão Eletrônica de Documentos (GED), que visa a substituir os documentos e processos em papel por arquivos eletrônicos.

A execução dos projetos Profaz e PMAE tem o objetivo de dotar a área fazendária de servidores altamente qualificados e trabalhando num ambiente administrativo moderno e equipado com máquinas e soluções tecnológicas avançadas.

Esse cenário possibilita prever um aumento significativo de produtividade das atividades nos campos administrativo, tributário e financeiro, viabilizando, de um lado, a redução dos custos da máquina fazendária e o controle mais efetivo dos gastos públicos e, de outro, o crescimento de receita aliado a uma política tributária de maior qualidade.

### **3.10.2 Banestes**

» A nova história do Banco começa em 2003. Mas ganha substancial avanço em outubro de 2004, quando a nova presidência da instituição trouxe o desafio



**AS DECISÕES  
REFERENTES AO ITEM  
REDUÇÃO DE CUSTOS  
X RACIONALIZAÇÃO DE  
DESPESAS ABRANGERAM  
VÁRIAS MEDIDAS,  
QUE RESULTARAM EM  
UMA REDUÇÃO ANUAL  
SUPERIOR A  
R\$ 17 MILHÕES**

de dobrar, em um ano, e triplicar, em dois, o Patrimônio Líquido (PL) do Banestes. Conduzido por uma diretoria técnica e profissional, a instituição encontrou as condições favoráveis para seguir firme rumo a novos horizontes.

### *Base para o crescimento*

» A bem-sucedida órbita descrita pelo Banestes iniciou o seu percurso com a adoção de medidas que formaram um tripé – Redução de Custos x Racionalização de Despesas; Recuperação de Créditos; e Ampliação da Carteira Comercial. Essa política pavimentou o caminho, propiciando a base sobre a qual a administração pudesse traçar o seu desenvolvimento.

As decisões referentes ao item Redução de Custos x Racionalização de Despesas abrangeram várias medidas, que resultaram em uma redução anual superior a R\$ 17 milhões.

No quesito Recuperação de Créditos, o Banco instituiu uma política que deu suporte às negociações com devedores. Entre 2002 e 2003, o Banestes registrou, a título de recuperação de créditos, uma média de R\$ 4,5 milhões anuais. Nos anos seguintes – entre 2004 e 2009 –, essa média saltou para R\$ 21,3 milhões, um acréscimo de 370%.

O Crescimento da Carteira Comercial – a outra escora do tripé – foi idealizada para dar sustentação ao Banco a médio e longo prazos. Entre outras, foram adotadas medidas como:

- > a ampliação do segmento corporativo no volume de negócios da carteira comercial do Banestes, que, de um percentual de 26% em 2004, hoje ocupa uma fatia de 55%;
- > o aperfeiçoamento de produtos, realinhando-os às necessidades do mercado;
- > lançamento de produtos (Comprar, Vender, linhas do BNDES, Cartão PJ, Banescard, Banes Auto);
- > capacitação de pessoal para a realização de negócios; e
- > expansão e melhoria da rede de atendimento.

### *Banescard*

» Numa iniciativa ousada e pioneira, o Banestes desenvolveu o Banescard, tornando-se o primeiro banco comercial do País a dispor de um cartão de débito e crédito com bandeira própria. O advento do produto representou o coroamento dos esforços dos profissionais do Banco que, para o seu desenvolvimento, dedicaram-se com vigor às diversas e às complexas etapas dessa concepção.

O produto revelou-se um instrumento de crédito que revolucionou os negócios do Banco e, com o Banescard, o Banestes passou a ocupar um lugar ainda mais destacado no mercado financeiro capixaba.

A materialização do produto foi motivo de grande satisfação para o Banco. Com investimentos superiores a R\$ 3 milhões, o projeto Banescard foi longo e extremamente complexo. Seu advento foi resultado dos esforços de profissionais do Banco, que contaram, nessa empreitada, com a parceria da Set Informática, empresa também capixaba.

Lançado em março de 2008 e com operações iniciadas em junho daquele ano, o Banescard é, hoje, a bandeira de cartão com o maior número de credenciados em atuação no Estado. Conta, hoje, com 22.669 estabelecimentos afiliados (dado de 16/09/2010) e uma base de 900 mil cartões.

O Banescard é a única bandeira de cartão de débito inserida nos cartões Pagamento de Benefício e Seguro Social do INSS. Com isso, os 125 mil aposentados e pensionistas do INSS que recebem seus benefícios no Banco contam com a comodidade e a segurança do chamado dinheiro de plástico.

Antes, eles precisavam ir à agência e sacar todo o dinheiro, correndo riscos de sofrer algum tipo de violência. A iniciativa revelou-se um instrumento de cidadania, pois, para muitos beneficiários, o Banescard foi o primeiro cartão de suas vidas.

Para agregar a marca de seu cartão de bandeira própria nos cartões de beneficiários INSS, o Banestes iniciou, em outubro de 2009, a substituição do Cartão de Benefício do INSS pelo Cartão de Benefício do INSS com a bandeira Banescard. Para a parceria firmada entre o Banestes e o Ministério da Previdência Social (MPS) muito pesou a credibilidade do Banco capixaba.

Para aumentar ainda mais o sucesso do Banescard, o Banestes vai lançar, no final do segundo semestre de 2010, um Programa de Vantagens para os clientes que utilizam o seu cartão. O programa, desenvolvido em parceria com a empresa CSU Market System, vai pontuar não apenas compras no crédito, como também operações feitas no débito, o que o distingue entre os demais cartões.

Por intermédio de um edital de credenciamento, o Banestes selecionou a Redecard para capturar o Banescard em todo o Brasil. No fim do ano de 2010, o Banescard passa a ser aceito em mais de um milhão de estabelecimentos comerciais e de serviços em todo o Brasil.

O Banescard passará por uma mudança em seu layout, ganhando duas novas versões. Ambas contemplam os ícones capixabas, contidos dentro do mapa do Espírito Santo. Um dos layouts foi desenvolvido pela artista plástica Ana Paula Castro e outro pela agência Ampla Comunicação. Os novos modelos terão dois diferenciais: serão cartões verticais e dotados de chip de segurança.



### Rankings

» O crescimento do Banco levou-o a frequentar renomados rankings do mercado financeiro nacional. Assim, o Banestes conquistou, entre 2003 e 2010, uma vasta coleção de posições de destaque, algumas das quais abaixo mencionadas.

- > 24ª posição na lista dos 100 maiores bancos do País segundo o Ativo Total (Valor 1000 edição 2010);
- > o banco que mais cresceu em operações de crédito no ano de 2008;
- > o 3º lugar entre os bancos públicos com maior retorno sobre o PL;
- > o 4º lugar entre os bancos públicos no crescimento do Ativo no ano de 2008 (FGV/revista Conjuntura Econômica, edição junho 2009);
- > 6º lugar na lista das 20 melhores empresas da área de finanças no quesito rentabilidade patrimonial em 2007 (revista Valor Grande Grupos/200 Maiores edição 2008);
- > o 2º banco do País em gestão financeira em 2006 (revista IstoÉ Dinheiro/As Melhores da Dinheiro/outubro/2006);
- > o 6º lugar na lista das 20 melhores empresas em retorno sobre o PL (estudo feito pela Economática);
- > o 3º melhor banco de varejo do País em 2005 (Balanço Financeiro/Gazeta Mercantil 2006, elaborado em parceria com a Austin Ratings);
- > 1º lugar entre os bancos públicos em rentabilidade sobre o PL em 2005 (IBRE/FGV/revista Conjuntura Econômica junho 2006).

O Banestes obteve também o 1º lugar no Prêmio Efinance 2009 na categoria Gestão de Risco, com o case “Gerenciamento de Controles Internos, Compliance, Risco Operacional e Plano de Continuidade de Negócios”.

### Pessoal

» Após 15 anos sem realizar concurso público para preenchimento do seu quadro de pessoal, o Banestes realizou, em 2004, concurso público para os cargos de técnico bancário, analista de sistemas e analista econômico financeiro.

Já para a Banestes Seguros e para a Banestes Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização, a seleção destinava-se ao cargo de assistente securitário. O concurso do Banestes atraiu um total de 73.514 inscritos. Ao todo, foram convocados 1.335 e contratados 593 candidatos aprovados no concurso público realizado em 2004.

Em 2008, o Banestes promoveu mais um concurso público com o objetivo de selecionar candidatos para a formação de quadros de reserva em diversos cargos para a instituição. Esse evento trouxe uma novidade: para o cargo de técnico ban-

cário, o concurso foi municipalizado e, no ato da inscrição, o candidato pôde optar pelo município capixaba no qual desejasse trabalhar. Foram convocados 1.049 e contratados 868 candidatos aprovados no concurso de 2008.

### Pessoas

» Atento à necessidade de aprendizagem continuada, o Banestes investiu, entre 2003 e 2010, mais de R\$ 7,5 milhões em ações de treinamento e desenvolvimento (T&D) para seu pessoal. No período, as ações de T&D resultaram em 2.063 eventos e 28.067 horas, com 44.931 participações.

Para preparar profissionais para o desempenho de funções relacionadas à gestão comercial na rede de agências da instituição, o Banestes ofereceu o curso de extensão Formação Gerencial a 96 empregados.

O investimento foi realizado às expensas do Banco, que buscou, para a oferta da capacitação, uma das mais tradicionais instituições de ensino e pesquisa do País: a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O curso foi realizado na M. Murad (conveniada da FGV).

O curso atendeu a dois eixos estratégicos da instituição: a sucessão de profissionais e o projeto do Banco de se expandir em direção a outros mercados, o que exige um quadro de empregados municiados de conhecimentos, habilidades e ferramentas específicas para uma atuação bem-sucedida.

### Atendimento

» O Banestes é o único banco que cobre 100% dos municípios capixabas e, em 19 deles, é também a única instituição bancária existente. A rede física do Banco cresceu vertiginosamente no período, tanto do ponto de vista quantitativo quanto



» O Banestes passou a cobrir 100% do território estadual, assim como qualificou as condições de atendimento, a exemplo da agência de Castelo



PARA ATENDER  
ÀS REGIÕES ONDE  
HÁ LIMITAÇÕES  
OPERACIONAIS NA  
REDE DE COMUNICAÇÃO  
CONVENCIONAL,  
O BANESTES  
IMPLANTOU A REDE DE  
CORRESPONDENTES  
NÃO BANCÁRIOS, COM  
APROXIMADAMENTE  
480 PONTOS

qualitativo. Saiu de 369 pontos de atendimento em 2004 para 856 em setembro de 2010, um crescimento de 131%.

O lançamento, em 2005, do Projeto de Melhoria e Expansão da Rede de Atendimento deixou os espaços das agências modernos e funcionais, tanto para clientes quanto para empregados.

Outra vertente do projeto foi a incursão do Banco em cidades limítrofes de Estados vizinhos, como forma de buscar ganho de escala.

São cidades que, além de próximas do ponto de vista geográfico, mantêm com o território espírito-santense grande afinidade, pois abrigam capixabas que nelas residem ou têm negócios. Basta dizer que estão mais próximas e mais polarizadas da capital do Estado, Vitória, do que da capital dos Estados a que pertencem.

O Projeto de Expansão e Melhoria da Rede de Atendimento do Banestes beneficiou, até outubro de 2010, mais de 100 unidades, entre modernizadas e novas unidades foram instaladas. Fora do Estado, até setembro/2010, o Banco havia se instalado nas cidades de Nanuque e Mantena (MG) e Teixeira de Freitas (BA).

O próximo destino do Banco é o norte do Estado do Rio de Janeiro. Ainda este ano, será inaugurada uma agência na cidade de Itaperuna, e posteriormente, em Bom Jesus de Itabapoana.

#### *Correspondentes Não Bancários*

» Em 2003, o Banco deu início à implantação dos Correspondentes Não Bancários, solução de caráter social que visa à democratização dos serviços bancários. Esses pontos de atendimento estão inseridos na rede Banestes Mais Fácil e leva serviços bancários a comunidades não servidas por agências ou postos.

Isso evita que o cliente se desloque de seu bairro ou distrito para ir a uma agência bancária, nem sempre tão próxima, para fazer pagamentos, saques e outras operações. Poupa despesas com transporte e, mais ainda, contribui para fomentar a economia local, já que o cidadão passa a fazer suas compras na região onde mora.

Para regiões onde há limitações operacionais na rede de comunicação convencional, o Banestes buscou a tecnologia da comunicação via satélite. A solução permitiu ao Banco ampliar a sua cobertura no Estado. Em 20 de setembro de 2010, a rede de Correspondentes Não Bancários do Banestes somava 482 pontos.

Falando em tecnologia, registre-se que essa é uma das ferramentas cruciais para o segmento bancário. Nesse sentido, o Banestes investiu sistematicamente nesses oito anos em aparato tecnológico para garantir segurança das operações e maior comodidade e mais serviços aos clientes.





**Igreja Nossa Senhora da Assunção** Anchieta

FOTO: DAVID PROTTI

### *Dividendos*

» A partir de 2003, o Banco iniciou também uma nova fase em sua relação financeira com o Governo do Estado do Espírito Santo – seu acionista majoritário, detentor de 92,14% da totalidade de suas ações.

Até 2003, o Banestes não pagava dividendos ao Governo do Estado, seja por ter tido prejuízos, seja por orientação do Governo de usar os recursos para promover a capitalização do Banco.

A partir da nova premissa de remunerar efetivamente os seus acionistas, o Banestes pagou, de 2003 a 2009, um total de R\$ 170,396 milhões de dividendos (desembolsados para efeitos fiscais sob título de juros sobre capital próprio e dividendos). Desse valor, R\$ 159,319 milhões foram pagos ao Governo do Estado.

A expectativa é de que o Banestes pague, em 2010, um total de R\$ 36 milhões, dos quais R\$ 32 milhões ao Governo do Estado. Assim, no período de 2003 a 2010, o Banestes terá pago R\$ 206 milhões, sendo que R\$ 191 milhões somente ao Governo do Estado do Espírito Santo.

### *Crédito Rural e Microcrédito*

» Sintonizado com um dos eixos do Planejamento Estratégico (PE) 2025 do Governo do Estado – interiorização do desenvolvimento –, o Crédito Rural Banestes é um instrumento que vem cumprindo importante papel social, possibilitando ao homem do campo a geração de riqueza e renda em sua propriedade.

O Banestes aplicou no Crédito Rural, de janeiro de 2003 a dezembro de 2009, R\$ 815.096.684,00, beneficiando, aproximadamente, 44 mil produtores rurais. Com a expectativa de fechar o ano de 2010 com um volume de crédito rural de cerca de R\$ 140 milhões, o Banco encerrará o período 2003/2010 com um total de R\$ 955 milhões, beneficiando em torno de 48 milhões de produtores rurais.

Outras linhas de natureza social são o Microcrédito Banestes e o Nossocrédito. O Microcrédito Banestes possui uma das menores taxas de juros do Brasil para linhas de crédito dessa natureza: 0,9% ao mês. Linha de crédito inserida no conjunto de políticas públicas de trabalho e geração de renda instituídas pelo Governo Federal, destina-se à população de baixa renda e a micro e pequenos empreendedores.

Tem como objetivos o aumento da capacidade produtiva da economia, a formação de capital social básico para a geração de emprego e renda e a redução das desigualdades sociais.

Voltado para viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial de pequeno porte, o Microcrédito Banestes contempla tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas.

O Banestes é, ainda, junto ao Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo



(Bandes) e à Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades), ao Sebrae/ES e a prefeituras municipais, parceiro do Nossocrédito, programa de microcrédito orientado do Governo do Estado.

Também com juros de 0,9% ao mês, o Nossocrédito é uma política pública cujo foco é a inclusão social. Promove a geração e ampliação de emprego, renda e cidadania, com reflexos no desenvolvimento econômico e social para o Espírito Santo.

#### A crise

» Não se pode dizer que a crise econômica mundial deflagrada em setembro de 2008, e que se estendeu pelo ano seguinte, poupou o Banco de seus respingos. Nenhuma empresa, aliás, passou incólume por esse fenômeno.

É preciso, ainda, frisar que as negociações visando a uma possível venda da instituição para o Banco do Brasil comprometeram, em 2009, por cinco meses, a caminhada do Banestes em 2009. Tais impactos reduziram o ritmo da instituição, mas não abalaram a estrutura dos seus bem-posicionados fundamentos.

#### A evolução do Banestes 2002 - junho/2010

Principais Indicadores	Dez/2002	Dez/2003	Dez/2004	Dez/2005	Dez/2006	Dez/2007	Dez/2008	Dez/2009	Jun/2010
Lucro Líquido (R\$ milhões)	-34,58	32,06	41,42	76,71	133,83	160,65	161,29	131,16	74,64
Patrimônio Líquido (R\$ milhões)	56,68	86,23	120,60	203,98	323,31	445,14	567,37	665,11	719,42
Recursos Cap. e Adm. (R\$ milhões)	1.999,95	2.345,22	2.870,13	4.110,45	5.270,11	7.109,88	8.511,91	8.992,02	9.299,28
Ativos Totais (*) (R\$ milhões)	1.995,69	2.230,64	2.759,36	4.018,37	5.182,63	7.142,21	8.524,50	8.944,22	9.174,26
Carteira de Crédito (R\$ milhões)	499,45	552,35	681,92	960,37	1.271,51	1.597,03	2.774,40	3.417,35	3.555,95
Retorno sobre o PL (%)	-36,99	56,57	48,04	63,60	65,61	49,69	36,23	23,12	11,96
Eficiência Operacional (%)	110,64	84,06	78,03	63,19	57,22	60,29	61,23	62,13	59,14

(\*) Os valores já foram reclassificados segundo a Lei 11.638 de 28/12/2007

### 3.10.3 Jucees

» Com vanguarda tecnológica e gerencial, agilidade e transparência, a Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (Jucees), que completou um século em 2008, reestruturou-se internamente, no âmbito da reconstrução político-institucional capixaba, e assumiu um papel relevante na dinamização da economia espírito-santense, exatamente no momento em que se iniciou o terceiro ciclo de desenvolvimento do Estado.

Como a primeira parada obrigatória para a abertura de qualquer negócio no Estado, a Jucees preparou-se para facilitar o crescimento da economia capixaba. A Junta passou a oferecer agilidade e transparência à parte que lhe toca no processo de desenvolvimento espírito-santense.

Desde 2003, investiu-se sistematicamente em dinamização e qualificação do atendimento, infraestrutura, tecnologia, novos produtos e serviços, pessoal, atenção ao interior do Estado, estabelecimento de parcerias, integração com a sociedade, segurança e preservação da informação, planejamento estratégico, entre outros.

Todo esse processo de reestruturação da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo recebeu importantes investimentos a partir de 2003. Na soma geral dos recursos empregados/previstos chega-se a aproximadamente R\$ 16,5 milhões.

» A Junta Comercial foi modernizada e investiu em atendimento de qualidade





O ESTADO RETOMOU O EQUILÍBRIO DAS CONTAS E VOLTOU A TER PROJETOS FUTUROS, ESTANDO CREDENCIADO A FAZER ALGO QUE HÁ 10 ANOS NÃO FAZIA: TER ACESSO AO CRÉDITO DE INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS

### 3.11 Economia e Planejamento

» Quando o Governo do Estado iniciou a caminhada de travessia, em 2003, foi criada a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplog) sendo a responsável, até dezembro de 2004, por uma série de ações que contemplavam a coordenação dos sistemas de planejamento, orçamento e pessoal.

Com a extinção da Seplog, foi criada a Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP), que é responsável por um conjunto de sistemas que dão suporte ao Governo do Estado, como a coordenação do trabalho de planejamento, que envolve o planejamento estratégico e o Plano Plurianual (PPA); e o Orçamento, que faz o controle da execução orçamentária.

#### Superação

» Para demonstrar o lugar de destaque que o planejamento estratégico tem neste Governo e a importância desta Secretaria para implantar esse processo, é preciso voltar um pouco no tempo e lembrar como estava a situação do Governo do Estado do Espírito Santo em 31 de dezembro de 2002, quando os débitos do Executivo estadual chegavam a R\$ 4,6 bilhões, sendo R\$ 1,2 bilhão de dívida vencida e não paga, e R\$ 3,4 bilhões de dívida fundada ou de longo prazo.

Do total de dívida vencida e não paga, aproximadamente a metade, ou R\$ 696,1 milhões, relacionava-se à folha de pessoal e seus elementos, ou seja, vencimentos, consignações e encargos sociais. O atraso de pagamento com empreiteiros, fornecedores e prestadores de serviços somava R\$ 213,8 milhões. Também havia parcelas de empréstimos vencidas e não pagas junto à União, ao BNDES e outros credores, num total de R\$ 60,9 milhões.

O Governo começava então o trabalho de reconstrução administrativa, econômica e institucional do Espírito Santo. Do montante de dívidas herdadas conseguiu-se amortizar, até novembro de 2003, com recursos próprios do Tesouro Estadual e oriundos da antecipação dos royalties de petróleo, R\$ 270,07 milhões relativos a dívidas de governos anteriores. Com a compra antecipada dos royalties pelo Governo Federal, em novembro, as dívidas com as folhas de pagamento foram quitadas.

Com isso, o Estado retomou o equilíbrio das contas e voltou a ter projetos futuros, estando credenciado a fazer algo que há 10 anos não fazia: ter acesso ao crédito de instituições multilaterais. Aproveitando o momento oportuno, dentro da Secretaria de Planejamento, foi criada uma área de captação de recursos e também iniciado um trabalho de negociação com as instituições multilaterais de crédito, especialmente os bancos Mundial e Interamericano.

#### Planejamento

» Paralelamente a essas iniciativas, o Governo realizou um seminário para a elaboração do seu primeiro planejamento estratégico. Daí surgiu o documento “Um Novo ES: Orientações Estratégicas de Governo 2003/2006”, que serviu para orientar as ações de Governo e promoveu um debate com a sociedade a respeito da formulação e execução das políticas públicas. Com ele foram lançadas as bases para a elaboração do Plano Plurianual 2004-2007.

O planejamento estratégico definiu as metas mobilizadoras do Governo, os eixos estratégicos e as ações que deveriam ser desenvolvidas. Esse trabalho foi acompanhado pela Secretaria de Economia e Planejamento, que passou a realizar anualmente um seminário de Planejamento Estratégico, reunindo a equipe de Governo em momentos que serviram para reflexão sobre a caminhada inicial e a avaliação do cumprimento das metas e diretrizes estabelecidas.

Com o avanço no processo administrativo e no desenvolvimento econômico, o Governo pôde dar outro grande salto, representado pela entrega à sociedade capixaba do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, o mais completo plano estratégico de longo prazo já produzido por um Estado da Federação.

Esse macroplanejamento capixaba contou com a parceria da ONG Espírito Santo em Ação e da Petrobras. O plano foi apresentado à população em 20 de junho de 2006.

Aqui se destaca um importante instrumento implantado por essa Secretaria, no ano de 2005, que foi o Projeto Gestão de Valores. Precursor de ferramentas de gestão utilizadas pelo Governo, o Gestão de Valores foi um aliado da administração estadual no acompanhamento e avaliação, em tempo real, das metas traçadas no Plano Estratégico do Governo.

#### Gestão de Valores

» O Projeto Gestão de Valores contemplou a capacitação de servidores e gerentes das equipes do Estado em técnicas adotadas nas empresas privadas mais avançadas. O trabalho foi focalizado nas secretarias de Saúde, Educação, Segurança e Justiça, que constituem as áreas mais importantes do ponto de vista da prestação de serviços à população e dos indicadores de qualidade de vida.

#### Investimentos

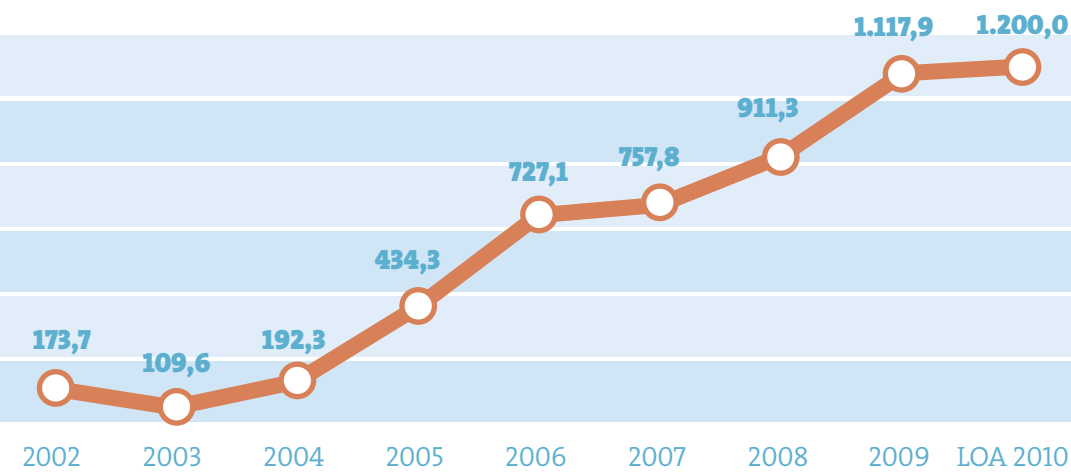
» No ano de 2005, com a casa já arrumada, o esforço foi para garantir a execução das metas mobilizadoras, dos investimentos programados e a melhoria dos serviços públicos. A parte mais visível desse movimento foram os investimentos,



que em 2005 alcançaram a soma de R\$ 700 milhões com recursos próprios e de financiamento na administração direta e indireta. O trabalho de revisão e melhoria das práticas de gestão representou um investimento igualmente relevante para retornar os tributos arrecadados junto à sociedade sob a forma de melhores serviços e resultados.

A cada ano, o Governo foi melhorando sua capacidade de investimento e chegou à marca histórica e de destaque nacional de R\$ 1 bilhão. Lançado em 2009, justamente num momento de crise mundial, o Programa Capixaba de Investimentos Públicos e Empregos mostra quanto o Governo do Estado planeja e projeta, com bases sólidas, o desenvolvimento do Espírito Santo. Em 2010, foram investidos R\$ 1,2 bilhão no mesmo programa.

Investimentos públicos realizados pelo Governo do Estado (R\$ bilhões)



A melhoria contínua na capacidade de investimentos do Governo é fruto de um Orçamento realista, equilibrado, transparente e participativo. Tanto que, desde 2005, o Governo realiza audiências públicas para ouvir as demandas da população na elaboração do Orçamento estadual.

As audiências acontecem anualmente, nos meses de junho e julho, sendo uma oportunidade para apresentar aos 78 municípios do Estado um quadro da situação financeira e da capacidade de investimento do Estado para o próximo ano e receber as demandas da sociedade.

### Orçamento

» Falando em orçamento, assim como tem ocorrido nos últimos tempos, o ano de 2010 termina para o Governo do Estado com a casa arrumada, um orçamento de aproximadamente R\$ 12,7 bilhões previsto para 2011, equilíbrio financeiro-orçamentário e políticas públicas efetivas e legitimadas pela sociedade. Bem diferente do que foi encontrado em 2003: um Estado endividado, desorganizado e desacreditado.

Em 2003, o orçamento global do Estado foi de R\$ 4,2 bilhões, sendo R\$ 2,3 bilhões de recursos de caixa (esse é o dinheiro que se tem realmente para trabalhar, já que no global entram as transferências e valores já engessados).

Este ano o orçamento global está orçado em R\$ 11,6 bilhões, sendo R\$ 5,9 bilhões de recursos de caixa. De 2003 para 2010 quase triplicou o orçamento. Para 2011, a previsão é de que fique em R\$ 12,7 bilhões, conforme salientado. Esse valor é 6,8% superior ao orçamento autorizado para este ano. A receita de caixa do Governo para o ano de 2011 foi estimada em R\$ 6,7 bilhões, sofrendo um acréscimo na ordem de 6,5%.

A previsão de recursos para investimentos é de cerca de R\$ 1,2 bilhão. Algumas obras que têm recursos garantidos no Orçamento:

- > Corredor Viana Norte–Viana Sul (Viana)
- > Rodovia Leste–Oeste (Cariacica e Vila Velha)
- > Novo Hospital Dório Silva (Serra)
- > Cais das Artes (Vitória)
- > Estádio Kleber Andrade (Cariacica)
- > Hospital São Lucas (Vitória)
- > Viaduto da Terceira Ponte (Vila Velha)
- > Corredor Urbano Bigossi (Vila Velha)
- > Corredores exclusivos para ônibus (Metropolitana)
- > Rodovia Linhares–Pontal do Ipiranga (Norte)
- > Rodovia Itarana–Laranja da Terra (Serrana)
- > Rodovia Alegre–Coutinho (Sul)
- > Rodovia Muqui–Jerônimo Monteiro (Sul)
- > Rodovia Água Doce do Norte–Santo Agostinho (Noroeste)
- > Rodovia Divino de São Lourenço–São Tiago (Sul)
- > Rodovia Mantênópolis–São Geraldo (Norte)
- > Rodovia Águia Branca–Vila Verde (Noroeste)
- > Ampliação, reforma ou reconstrução das seguintes escolas: Agenor Roriz (Vila Velha); Emir de Macedo Gomes (Linhares); Rubens Rangel (Colatina); Getúlio Vargas (Cachoeiro de Itapemirim); Estadual de Guriri (São Mateus); Liceu Muniz Freire (Cachoeiro de Itapemirim)



Outras intervenções

- > 61 escolas estaduais (reforma ou reconstrução)
- > 66 unidades básicas de saúde dos municípios (convênio para construção)
- > 50 CRAS – Centro de Referência e Assistência Social (convênio para construção)
- > 10 CPTTs – Centro de Prevenção e Tratamento dos Toxicômanos (convênio para construção)
- > 03 Prontos-atendimentos nos municípios – (convênio para construção)

No Orçamento de 2011, houve aumento de previsão de recursos para todas as áreas. Do orçamento global, R\$ 1,8 bilhão são destinados à educação, R\$ 1,4 bilhão à saúde, R\$ 1,1 bilhão à segurança pública, R\$ 750 milhões para infraestrutura, R\$ 450 milhões à justiça e ação social, R\$ 180 milhões à agricultura.

### Fundo

» Além de promover uma melhor distribuição dos investimentos contidos no Orçamento, coube a esta Secretaria de Economia e Planejamento fazer os estudos para a elaboração da lei que criou o Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais. A Lei 116/2006, apelidada de Lei Robin Hood, distribui parte dos royalties da conta do Estado para cidades que não são originalmente beneficiadas por estes recursos.

Os recursos do Fundo são provenientes do repasse de 30% dos royalties do petróleo recebidos pelo Governo do Estado. A distribuição é feita levando em consideração a população, o percentual de repasses do ICMS e a condição de não ser grande receptor de royalties. Os municípios que têm participação acima de 10% no ICMS e mais de 2% dos royalties não têm acesso aos recursos do Fundo.

No que diz respeito à receita advinda dos royalties, é o primeiro projeto desta natureza aprovado no País. Não é todo dia que um Estado decide abrir mão de recursos para repassar aos municípios. A Lei aprovada prevê destino definido para os recursos do Fundo. O dinheiro só poderá ser gasto em saneamento básico, destinação final de resíduos sólidos, universalização do ensino fundamental e atendimento à educação infantil, atendimento à saúde, construção de habitação para população de baixa renda, drenagem e pavimentação das vias urbanas e construção de centros integrados de assistência social.

### Gestão das Cidades

» As ações do Governo para melhorar os processos de gestão não se restringiram apenas ao Executivo estadual. Estiveram focadas também na gestão municipal. Desde 2004, a Secretaria tem promovido o seminário Gestão das Cidades, evento

dirigido aos prefeitos, vereadores, secretários municipais, assessores, fornecedores de serviços para órgãos públicos e representantes de empresas públicas e privadas com o objetivo de promover uma reflexão sobre a importância da gestão pública na manutenção de um ambiente favorável ao desenvolvimento e à qualidade de vida.

Ainda voltado ao desenvolvimento de todo o Estado, o Governo, por meio da Secretaria de Economia e Planejamento, em parceria com a Associação dos Municípios (Amunes) e o Sebrae-ES, contemplou 24 municípios capixabas com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLS).

Por meio do PDLS, os municípios elaboraram códigos de ordenamento territorial, fortaleceram setores produtivos estratégicos e formaram agentes de desenvolvimento.

Todas essas medidas contribuíram para que o Estado consolidasse o seu terceiro ciclo de desenvolvimento. Hoje, os capixabas sabem aonde querem chegar e como chegar lá. É o planejamento ajudando a construir a base firme e forte para um novo Espírito Santo.

» **A construção de Unidades de Saúde, como esta, localizada em Pinheiros, é uma das prioridades para elevar a qualidade de vida nas terras capixabas**





## 3.12 Cultura

» Conforme ocorrido em toda a estrutura governativa espírito-santense nos anos que constituíram a virada do milênio, o setor cultural foi profundamente atingido pelas desordens do desgoverno.

Em 2003, a situação era caótica. Os anos iniciais foram de reconstrução e reordenação da Secretaria de Estado da Cultura (Secult). Restabelecida uma base de trabalho, pôde-se avançar no processo de constituição de uma política pública de cultura.

Tendo uma visão clara do que é cultura e seu papel na construção histórica das subjetividades e sociabilidades, definiram-se prioridades, ações e objetivos por meio do planejamento estratégico, estabeleceram-se mecanismos democráticos e transparentes de incentivo e fomento, entre outros.

### 3.12.1 Política cultural

» A partir de 2003, a Secretaria da Cultura investiu na formulação de uma política cultural para o Espírito Santo. Juntamente com o processo de revigoração do setor, constituiu-se uma estratégia assentada na transparência, no profissionalismo e na democratização dos processos que privilegia o incentivo à expressão cultural capixaba nas suas mais diversas possibilidades, assim como investe na ampliação e difusão do acesso a essas produções simbólicas do mosaico identitário espírito-santense.

Ademais, a cultura é percebida como fator decisivo para o processo de emancipação socioeconômica e política dos cidadãos, da mesma forma que é elemento destacado no cenário produtivo contemporâneo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

A democratização do acesso aos bens e serviços culturais e aos recursos públicos tornou-se a principal diretriz dos programas e ações da Secretaria de Estado da Cultura. A formulação e a implementação de uma política democrática e transparente que garantisse esse direito foi sendo colocada em prática gradualmente, alcançando, por meio de artistas e agentes culturais, o conjunto da população.

### 3.12.2 Planejamento e ação

» A área da cultura estava, em 2003, sem um mapa de caminhada. Encontraram-se poucos registros de uma política cultural consistente. Enquanto se reconstruía a casa, teve de se investir na formulação de um plano de trabalho. Dupla e árdua, mas irrecorrível tarefa.

Construiu-se um planejamento estratégico a partir dos anseios de artistas, de produtores culturais e da sociedade em seu conjunto. Os diagnósticos e os planos de ação foram definidos a partir de seminários realizados em 12 regiões do Espírito Santo, alcançando a totalidade do território.

O objetivo é construir coletivamente um Estado com consciência de sua diversidade étnico-cultural, que valorize o seu patrimônio histórico, promova a formação e a produção artística e incentive a ampliação de um mercado de bens simbólicos, dando ao produto cultural um papel de relevo na construção do desenvolvimento sustentável e da cidadania.

O primeiro planejamento estratégico da Secretaria da Cultura, datado de 2004, estava fundado em quatro programas: preservação e revitalização do patrimônio cultural; produção e difusão de bens simbólicos; cidadania cultural; e gestão cultural integrada.

A partir de avaliações permanentes, o documento foi se aprimorando ao longo do tempo. Em 2008, já em consonância com o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, foi escrito o Plano Estratégico de Ação e Política Cultural do Governo do Estado do Espírito Santo.

A cultura coloca-se como um dos eixos estratégicos para o desenvolvimento do Espírito Santo, com o reconhecimento do seu potencial de mobilização criativa, valorização do ser humano, geração de riquezas e promoção do pertencimento.

### 3.12.3 Gestão e decisão

» O mutirão que se formou para a reconstrução político-institucional capixaba forneceu a estratégia de ação no segmento cultural. O trabalho do Governo é articulado, internamente, na necessária interface com as outras secretarias de Estado, e externamente, com outras instituições públicas afins, organizações da sociedade civil e o terceiro setor.

#### *Conselho Estadual de Cultura*

» Um fato é marcante desse novo momento: a reestruturação e a reativação do Conselho Estadual de Cultura (CEC). Foi um passo importante para a consolidação do compartilhamento e da cooperação com a sociedade para a definição do desenvolvimento da política cultural do Estado.

O Conselho Estadual de Cultura foi ampliado em suas áreas de participação e reformulado em sua forma de composição através da eleição de seus representantes para as câmaras setoriais e das cinco regiões do Estado.



A atuação do CEC no biênio agosto de 2008 a agosto de 2010 foi preponderante para o debate de questões importantes da política cultural, sobretudo na área do patrimônio cultural, cuja pauta foi intensa em função de inúmeros processos que se acumularam nos anos anteriores.

Merece destaque a aprovação das resoluções de normatização do uso e de intervenções nos Sítios Históricos de São Mateus, Santa Leopoldina e São Pedro do Itabapoana, em Mimoso do Sul, assim como estratégias para a sua preservação. Outra contribuição importante do Conselho Estadual de Cultura foi a criação do Sítio Histórico de Muqui, com o tombamento de 170 imóveis.

### Parcerias

» Na direção da democratização e articulação dos processos relativos ao setor, o trabalho da Secretaria da Cultura passou a dialogar com as políticas públicas de educação, trabalho e ação social, desenvolvimento econômico, turismo, justiça, segurança pública e meio ambiente.

Externamente ao Governo, foram realizadas, a partir de encontros regionais, duas edições do Encontro Estadual de Culturas do Espírito Santo, nos quais secretários municipais, agentes culturais e artistas de várias cidades capixabas debateram a importância da formulação de políticas públicas na área da cultura.

A Secretaria da Cultura também investiu na qualificação dos agentes culturais, que respondessem às demandas de participação coletiva na construção deste novo momento na história do Estado.

A interface com o terceiro setor, por meio de convênios e termos de parceria, viabilizou inúmeras ações da Secretaria da Cultura, ampliando o seu alcance e a sua eficácia e fortalecendo um importante setor de prestação de serviços do Estado.

O Programa Gestão Integrada aproximou ainda mais a gestão municipal das ações implementadas pela Secretaria Estadual da Cultura fortalecendo, assim, a atuação conjunta e a parceria efetiva entre as duas instâncias do poder público. Todos os municípios receberam a visita da equipe da Secult.

### 3.12.4 Recursos e editais

» A partir de 2003, os investimentos em cultura por parte do Governo do Estado foram multiplicados por cinco. Os recursos que sustentam o trabalho governamental e dinamizam o setor cultural cresceram gradualmente e no ano de 2010 o orçamento da área alcançou R\$ 68 milhões. Em 2003, o total foi de R\$ 5 milhões.



### Funcultura

» Além de ampliar significativamente o orçamento da Secretaria, foram estabelecidos critérios claros, democráticos e transparentes de incentivo à formação, à produção e à circulação culturais, tendo sido criado o Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo (Funcultura).

O Fundo funciona por meio de editais públicos, que possibilitam ao cidadão capixaba realizar projetos culturais de interesse público e de relevância social. Os editais buscam estimular a inovação, a experimentação, novas proposições e abordagens criativas de questões culturais significativas à contemporaneidade. Além de proporcionar oportunidades iguais a todos, os editais de incentivo à cultura expõem detalhadamente o processo seletivo, composto por critérios claros e objetivos. São regras administrativas e exigências de mérito válidas para todos.

Em 2009, foram 18 editais, com investimentos de mais de R\$ 3 milhões, abrangendo um leque amplo de manifestações culturais, das artes tradicionais às novas mídias. Em 2008, nos 12 editais lançados, foram investidos mais de R\$ 2 milhões, contemplando praticamente todas as áreas artísticas e mais de 450 artistas e

» Com recursos do Funcultura, a Secult lançou dezenas de editais, entre eles o que financiou a montagem de óperas no Estado



agentes culturais. Em 2010 foram 24 editais com um índice recorde de inscrições ultrapassando 1.200 proponentes.

Somente com o edital de locomoção de artistas, técnicos e estudiosos, mais de 250 proponentes puderam participar de eventos nacionais e internacionais, fomentando o intercâmbio cultural do Espírito Santo com outros entes da Federação e com outros países.

Com o Edital de Circulação Cultural, que visa à ampliação do acesso aos bens culturais, foram realizados, em 2008, 148 espetáculos de teatro, dança e música, contando com 200 artistas que se apresentaram em 30 municípios do Estado. Pelo menos 15 mil pessoas assistiram aos espetáculos. Em 2009, a ação se repetiu, fortalecendo a ação integrada entre Estado, municípios e produtores culturais. Em 2010, a meta é levar os 150 espetáculos a muitos municípios que ainda não receberam a Circulação Cultural atingindo assim os 78 municípios.

O reconhecimento a quem dedicou sua existência para manter viva a cultura popular capixaba é o objetivo do Prêmio Mestre Armojo do Folclore Capixaba, um dos editais de 2009 e 2010. Os homenageados receberam o título de “Mestre da Cultura Popular do Estado do Espírito Santo”. Nessas duas primeiras edições do prêmio, vinte mestres foram contemplados.

Para dar suporte à implementação dos programas e contribuir para que se alcancem as metas das políticas públicas na área cultural, a Secretaria da Cultura investe na capacitação do seu corpo técnico e nas condições estruturais de trabalho.

Nesse sentido, entre outras medidas, mudou-se para um espaço mais adequado, na Enseada do Suá, em Vitória, dando à gestão cultural condições de atuação compatíveis com a sua importância e o seu significado social.

### 3.12.5 Oportunidade e diversidade

» A partir das definições e aprimoramentos das políticas públicas de cultura, dos investimentos e das parcerias firmadas, foi desenvolvida ao longo dos últimos anos uma série de realizações que alcançaram todo o território capixaba, em todos os campos prioritários de ação no segmento cultural.

Em 2005, além de participar da I Conferência Nacional de Cultura, em Brasília, realizada em parceria com o Ministério da Cultura, a Secretaria da Cultura promoveu em Vitória o II Fórum de Cooperação Cultural Internacional, com a participação de gestores, intelectuais especializados, adidos culturais e dirigentes de várias instituições brasileiras e internacionais.

Na carta promulgada pelo Fórum enfatizou-se que a diversidade cultural é o principal patrimônio cultural da humanidade; que existe uma analogia entre as

questões ecológicas e culturais; que a cultura deve ser vista em termos de direitos culturais e parte integrante dos direitos humanos; que na definição das políticas culturais deve prevalecer o equilíbrio entre o interesse público e o privado, e que a iniciativa autônoma dos cidadãos, individualmente ou reunidos em entidades sociais, é a base da liberdade cultural.

Em abril de 2010, o Espírito Santo esteve presente na II Conferência Nacional de Cultura em Brasília com suas propostas oriundas dos debates em Conferências Regionais, Municipais e na Conferência Estadual de Cultura em Colatina, neste ano.

### *Economia criativa*

» A cultura é o espaço privilegiado do exercício da identidade. Mas não é só isso. As atividades culturais são também um instrumento de inclusão socioeconômica, gerando ocupação e renda e movimentando a economia. Nesse sentido, a Secretaria da Cultura faz importantes investimentos nas áreas das artes, das manifestações folclóricas locais e do patrimônio cultural e histórico capixaba.

Em 2005 foi lançado o Catálogo de Produtos Culturais do Espírito Santo, contendo parte significativa da produção cultural do Estado. O objetivo é divulgar o trabalho de artistas capixabas e fomentar a ampliação de um mercado de bens simbólicos aqui produzidos.

Em 2007, um seminário internacional foi realizado para discutir a economia criativa. Gestores, assessores culturais, produtores, diretores, artistas e técnicos de todo o Estado reuniram-se com palestrantes de vários Estados brasileiros e outros países. O resultado do evento foi disponibilizado no Caderno de Economia Criativa, com um amplo painel das potencialidades socioculturais de cada município capixaba.

A partir dessa iniciativa, a economia criativa, definida como um conjunto de atividades econômicas baseadas no conhecimento, que fazem uso intensivo do talento criativo, incorporando técnicas e/ou tecnologias e agregando valor ao capital intelectual e cultural, efetivou-se como um dos eixos estratégicos de ação da Secretaria da Cultura.

Em parceria com o Sebrae, estabeleceu-se o Programa de Desenvolvimento da Cultura Capixaba, visando à elaboração de estudos sobre diversas áreas produtivas da cultura, à capacitação de gestores e agentes culturais e à divulgação e à promoção do produto cultural capixaba.

Nessa mesma direção, em 2009 foram publicados o Atlas do Folclore Capixaba, o Manual de Iconografia do Espírito Santo e o Estudo da Cadeia Produtiva do Audiovisual, além do site [www.musicaes.org.br](http://www.musicaes.org.br), criado com a finalidade de divulgar e possibilitar uma rede de negócios para a música produzida no Espírito Santo. O portal já atingiu 20.000 visitas/mês de internautas do Brasil e do exterior.



Ainda no âmbito do propósito de profissionalizar e divulgar nossos potenciais, a Secretaria da Cultura implementou o Projeto Seis e Meia, rebatizado em 2010 de Agora às 7, um encontro realizado mensalmente no Theatro Carlos Gomes, em Vitória, com entrada franca, reunindo artistas e músicos do Espírito Santo e promovendo a interação deles com artistas prestigiados nacionalmente. Em suas 28 versões já apresentaram mais de 150 músicos envolvendo 120 técnicos do Espírito Santo para um público estimado de 15 mil pessoas.

Com todo esse trabalho mobilizado pelo conceito de economia criativa, fez-se um mapeamento do potencial cultural do Estado, fundamentado, sobretudo, na diversidade de manifestações e costumes. A profissionalização e a qualificação desse setor podem elevar e ampliar a capacidade produtiva do segmento cultural, fortalecendo, ao mesmo tempo, a imagem do Espírito Santo.

### *Patrimônio Cultural*

» A recuperação e a revitalização do patrimônio cultural do Estado é uma tarefa desafiante e imperiosa, pressupondo a parceria de diversos órgãos e instituições públicas e privadas. A Secretaria da Cultura se estruturou internamente para cumprir o seu papel nessa tarefa criando a Subsecretaria de Patrimônio Cultural.

Ao longo dos últimos anos, foram firmados diversos convênios e contratos objetivando a realização de projetos e obras de restauração e revitalização de importantes símbolos da cultura capixaba, bem como orientação para uso adequado e gestão de espaços culturais.

Obras de restauração, adequação e revitalização: o Palácio das Águias, em Marataízes; aquisição de imóvel tombado para abrigar o Museu Dr. Dirceu Cardoso, em Muqui; a Fazenda do Centro, em Castelo; a Escola de Música Manuel Vicente de Castro, em Muqui; o Teatro Nenem Paiva, em Muqui; o Museu de São Pedro do Itabapoana, em Mimoso do Sul; o Solar Miguel Simão, em Alegre; o Museu do Colono, em Santa Leopoldina; a Casa de Cultura, em Demétrio Ribeiro, João Neiva; a Estação Ferroviária de Mathilde, em Alfredo Chaves; a Residência de Virgílio Lambert, em Santa Teresa; Sociedade Musical Lira Mateense, em São Mateus; Sede da Associação das Bandas de Congo, Serra; e o Theatro Carlos Gomes, em Vitória; adequação do Maes - Museu de Arte do Espírito Santo, em Vitória; reforma e ampliação da sede da Biblioteca Pública do Espírito Santo, em Vitória. Outro marco importante é a entrega de novos equipamentos culturais, como os teatros em Montanha, Alegre, Muqui e Rio Novo do Sul. Três estão ainda em fase de construção: Itaguaçu, Baixo Guandu e Afonso Cláudio. O Cais das Artes – museu e teatro, está em fase de construção, em Vitória.

Elaboração de projetos de construção, restauração e adequação nos seguintes imóveis: antigo prédio do Arquivo Público Estadual, em Vitória; Câmara e Cadeia



» O Theatro Carlos Gomes, o mais tradicional do Estado, foi totalmente restaurado





» O Teatro Nenem Paiva, em Muqui, foi instalado, integrando uma rede desses equipamentos no interior do Estado, que também teve sua infraestrutura cultural reforçada com outros espaços públicos, como a Estação Ferroviária de Mathilde, totalmente restaurada pela Secult



de Itapemirim, em Itapemirim; Câmara e Cadeia de São Pedro do Itabapoana, Casarão da Fazenda Palestina e Casarão da Fazenda União, em Mimoso do Sul; Casarão da Fazenda do Centro, em Castelo; Residência de Virgílio Lambert, em Santa Teresa; Teatro de Colatina; Teatro de João Neiva; Teatro de Itaguaçu; Teatro de Afonso Cláudio; Teatro de Domingos Martins (em execução); Trapiche (em execução), em Marataízes.

### Programa de Educação Patrimonial

» A Secretaria de Estado da Cultura, em parceria com o Instituto Sincades, iniciou uma ação de grande valor para a preservação do patrimônio cultural do Espírito Santo, o Programa de Educação Patrimonial.

Trata-se de um trabalho de sensibilização e orientação de pessoas e comunidades, das cidades e das vilas mais distantes dos centros urbanos, onde há bens culturais importantes para a memória e a identidade capixaba, realizado juntamente com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), o Batalhão de PM Ambiental e o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes).

Para o segundo semestre de 2010, estavam previstas as seguintes ações do Programa de Educação Patrimonial:

- > 08 Seminários Regionais de Educação Patrimonial – agosto e setembro;
- > Distribuição de folder e cartilha;
- > Assinatura de Termo de Cooperação entre as instituições parceiras – dia 02/09, às 8h, no auditório do Espaço Cultural do Palácio Anchieta;
- > Seminário de Patrimônio Cultural: educar para preservar, em Vitória.

A realização dos Seminários Regionais de Educação Patrimonial tem como objetivo sensibilizar os técnicos da rede de Escritórios Técnicos do Incaper, os policiais da PM Ambiental e professores da rede de Escolas do Mepes para que colaborem no sentido de:

- > Identificar os bens que compõem o patrimônio cultural nos municípios;
- > Sensibilizar jovens e adultos das cidades e do meio rural sobre o significado dos bens para a formação da identidade cultural de sua comunidade;
- > Orientar sobre a preservação dos bens culturais.

### Maes

» O Museu de Artes do Espírito Santo (Maes) foi reestruturado para receber exposições de grande porte, como a “Pintura brasileira do acervo do Museu de Arte Moderna de São Paulo”.

Outras mostras de destaque foram as de Camille Claudel, Andy Warhol, Rembrandt, Beatriz Milhazes, Nuno Ramos e o “Vistas do Brasil”, que reuniu 36 obras da Coleção Brasileira pertencentes ao acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. A proposta principal do trabalho no Maes, cujo acesso é gratuito, é estimular a reflexão sobre o exercício do olhar e a formação de um público para as artes plásticas. Em 2010 mais de 20 mil pessoas visitaram o museu. Merece destaque o programa educacional com diversas ações voltadas para a ampliação do acesso público e a interação com diferentes grupos sociais.



### Guias

» Como parte da política de valorização da história e das tradições, a Secretaria da Cultura editou diversas publicações, entre elas o primeiro volume da série Patrimônio Cultural – Arquitetura, que realça a diversidade cultural do conjunto arquitetônico e contém todos os bens imóveis tombados pelo Estado e pela União existentes no Espírito Santo. O Guia de Preservação do Patrimônio Cultural foi distribuído em todo o Estado e esclarece, de forma sucinta e objetiva, os passos que envolvem a gestão do patrimônio cultural.

### Cidadania Cultural

» Como se vem salientando, a cultura é percebida pelo Executivo capixaba como o lugar fundamental da constituição dos modos de existir, incluindo questões sociais, econômicas e políticas, a partir de elementos concretos e simbólicos. A cultura é o lugar da produção do mundo e de sua percepção. A cultura é o lugar do existir humano.

E para que esse existir seja um existir cidadão, a Secretaria da Cultura tem lançado mão de diversos meios e recursos, de maneira a constituir uma realidade de inclusão socioeconômica ativa e de plena expressão e fruição simbólica entre todos os capixabas. Música, literatura, audiovisual, mídias digitais, entre outros, fundamentam o elenco de iniciativas da Secretaria da Cultura, que criou uma política transparente e objetiva para o setor.

Para fundamentar melhor as suas políticas voltadas à cidadania e à emancipação social, a Secult disponibilizou um mapeamento de experiências sociais com arte e cultura realizado pelo Centro de Estudos de Políticas Públicas do Rio de Janeiro.

### Formação

» A capacitação, a qualificação e o investimento no aprimoramento do fazer artístico neste novo momento foi uma ação sem precedente ao longo da atual administração da Secult. Da qualificação de gestores culturais em 2004, 2005, 2008 e 2009 à criação de residências culturais nas áreas das artes visuais, literatura e artes cênicas, foram várias oficinas de capacitação nas áreas de museologia, música, artes visuais, audiovisual e gestão de bibliotecas públicas em todas as regiões do Estado, além de seminários, palestras e encontros, com destaque para o Fórum ES de Dança.

### Palácio Anchieta

» Foi realizada a primeira restauração do Palácio Anchieta, em quase cinco séculos de história do conjunto arquitetônico, construído originalmente para funcionar



» **Em quase cinco séculos de história, o Palácio Anchieta passou pela primeira restauração**

como escola e igreja jesuítica. Iniciada em 2004, a restauração buscou, além da preservação e da conservação do prédio, evidenciar vestígios de todas as épocas marcantes na trajetória do edifício.

Com a restauração, a sede do Governo do Estado deixou de ser um espaço exclusivamente administrativo para se transformar também em um local preparado para abrigar exposições permanentes e itinerantes, sempre aberto à visitação pública. A realização de quatro exposições “Por dentro da mente de Leonardo da Vinci”, “Darwin”, “Michelangelo” e “Einstein”, por exemplo, levou mais de 200 mil pessoas ao Palácio.

### Leitura

» De uma parceria firmada com a Secretaria de Estado da Educação surgiu uma política de valorização do livro e da leitura, que se transformou em um projeto estruturante do Governo do Estado – o Leia, Espírito Santo. O objetivo é permitir o acesso democrático ao livro.





» **A Biblioteca Transcol democratiza o acesso aos livros, totalizando mais de 100 mil empréstimos em três anos de funcionamento**

A primeira ação foi a Biblioteca Móvel, um veículo do tipo van, que transporta um acervo com aproximadamente duas mil obras, e circula por bairros da Grande Vitória. Também com o objetivo de levar o livro até o cidadão, promoveu-se a instalação da Biblioteca Transcol em 10 terminais de ônibus da Região Metropolitana. Em seus três anos de existência, foram mais de 100 mil empréstimos.

O Leia Espírito Santo permitiu a publicação de obras raras, como a reedição de “Viagem de Pedro II ao Espírito Santo”, de Levy Rocha; e da “História do Estado do Espírito Santo”, de José Teixeira de Oliveira; além da edição de “Colônias Imperiais na Terra do Café”, de Renzo Grosselli; de “Germânicos nas Terras do Espírito Santo”, de José Antonio Martinuzzo; de “Carlos Lindenberg – Um Estadista e Seu Tempo”, de Amylton de Almeida; e “História da Província do Espírito Santo”, de Basílio Daemon.



» **Fundada em 1855, a Biblioteca Pública Estadual teve sua sede completamente restaurada e ampliada**

### *Biblioteca*

» A sede da Biblioteca Pública do Estado do Espírito Santo (BPES), uma das mais antigas do País, foi totalmente reconstruída e ampliada. A biblioteca passou por mudanças estruturais necessárias, objetivando adequá-la às exigências dos novos tempos, firmando-se como um centro de convivência e de circulação de conhecimento.

A Biblioteca Pública Estadual foi fundada em 16 de julho de 1855 em uma das salas do segundo pavimento do Palácio Anchieta. Em 17 de dezembro de 2004, pela Lei 7.958, passou a ser denominada Biblioteca Pública do Espírito Santo Levy Cúrcio da Rocha, em homenagem a este historiador capixaba.

Uma programação cultural constante faz da BPES um importante espaço de debates, encontros e reflexões sobre a cultura.



### Orquestra

» A reestruturação e a revalorização da Orquestra Filarmônica do Espírito Santo (Ofes) são demonstrações do novo momento da cultura capixaba. Em 2004, um novo concurso permitiu o incremento de suas atividades e um aumento do número de concertos, aproximando a Ofes dos municípios capixabas e das escolas da rede pública.

Nos últimos três anos foram realizados 140 concertos para um público estimado em 55 mil pessoas. As apresentações aconteceram no Theatro Carlos Gomes, em Vitória, em 22 municípios e em 66 escolas do Estado.

A Secretaria da Cultura pretende implementar, em 2010, na Ofes e na Biblioteca Pública, uma nova forma de administração, visando a uma gestão mais eficiente e mais sintonizada com as demandas de uma sociedade contemporânea.

O desafio agora é proporcionar uma forma de gestão ágil e compatível com a grandiosidade e eficiência do trabalho da Ofes. A intenção é habilitar uma organização social (OS), após concurso público, uma organização não governamental sem fins lucrativos, para assumir a gestão através de um contrato de parceria administrativa, de acordo com o qual as políticas, a conceituação, as metas e os resultados são estabelecidos pelo poder público.

### Audiovisual

» Para valorizar as manifestações artísticas regionais e avançar no seu projeto de gestão cultural integrada, a Secretaria da Cultura promove a Mostra Capixaba de Audiovisual em três regiões do Estado e com temas específicos: Ambiental, Rural e Etnográfica. A Mostra Ambiental – Mova Caparaó integra 11 municípios da região do Caparaó e atingiu a sua sétima edição.

» **As mostras de audiovisual movimentam diversos municípios do interior do Estado, a exemplo do Mova Caparaó**



Por meio do investimento na capacitação e na produção de vídeos ambientais, o desenvolvimento cultural se articula com as potencialidades ecoturísticas da região, a fim de estimular e difundir uma forma de expressão da força da natureza e do ser humano habitante do local, dando relevo ao protagonismo da juventude nas terras capixabas.

As repercussões positivas e o êxito alcançado nesses anos fizeram com que a Secretaria da Cultura ampliasse o alcance da produção audiovisual, criando a Rede Audiovisual do Espírito Santo, que se compõe de três grandes mostras competitivas e itinerantes. A Mostra Rural, por sua vez, abrange 16 municípios da região serrana, e a Mostra Etnográfica, cuja primeira versão aconteceu em Pancas, envolve 13 municípios da região Doces Pontões.

Ao todo, são 40 municípios do Estado utilizando equipamentos culturais locais e beneficiando o conjunto das comunidades envolvidas. As três mostras fazem parte da Rede Cultura Jovem.

### Rede

» Com o objetivo de motivar e promover conexões virtuais e presenciais de inúmeras manifestações culturais produzidas pela juventude do Espírito Santo, foi lançado o Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ). A meta é dar aos jovens oportunidades de expressão e articulação, com vistas à emancipação social, econômica e cultural.

Duas ações formam a base do programa: um mapeamento de experiências sociais com arte e cultura e um seminário com o tema O Espírito de um Tempo – Juventude, Arte e Cultura, este realizado em novembro de 2009. Dessa forma, o programa tem identificado ações culturais existentes em todo o Estado e incentivado os grupos sociais engajados nas questões da juventude a buscar caminhos e possibilidades de consolidação da iniciativa.

O PRCJ desenvolve diversas ações por meio de conexões virtuais e presenciais para potencializar as manifestações artístico-culturais da juventude do Espírito Santo. De forma gradativa, será constituída uma rede de agentes culturais que mobilize, amplie e, sobretudo, potencialize as criações e produções juvenis.

A Rede Cultura Jovem é, acima de tudo, uma rede colaborativa comprometida com o respeito às diversidades e com o reconhecimento das soluções locais para as questões culturais, de forma que estas sirvam de referência para comunidades afins.

Essas ações estão sendo desenvolvidas em todo o Estado por meio de conexões virtuais e presenciais. Merecem destaque os Agentes Cultura Jovem, os Editais que contemplaram 25 Núcleos de Criação e 20 bolsistas, e o Yah! Escola,



implantado em quatro escolas da rede pública estadual. O primeiro número da Revista Nós, lançado em maio do presente ano, materializa e fortalece ainda mais essa rede de jovens interessados em se manifestar através de diversas linguagens artísticas.

Seu objetivo maior é que os participantes da Rede tornem-se, cada vez mais, protagonistas de um processo de emancipação social, cultural e, em alguns casos, também econômica. O público-alvo prioritário dessa iniciativa são os jovens capixabas com idade entre 15 e 24 anos.

Uma das ferramentas fundamentais do programa é o Portal Yah! – [www.portalyah.com.br](http://www.portalyah.com.br) –, uma rede virtual de relacionamento com foco nas artes e na cultura que pretende dar visibilidade às criações e às reflexões de seus usuários, tornando-se um ambiente de troca de experiências e de difusão de manifestações artísticas e culturais dos jovens capixabas.

### 3.12.6 Desafios à frente

» Neste último ano, o principal objetivo foi consolidar a política cultural do Espírito Santo, a ampliação dos mecanismos de difusão das informações e o aperfeiçoamento das ferramentas de gestão e de fomento da expressão artística capixaba e da sua inserção nacional e internacional.

O acesso aos recursos públicos tornou-se mais eficiente e democráticos através dos editais de Incentivo à Cultura. Trata-se de um instrumento de política pública adequado a cumprir o papel de seleção pública de projetos culturais e capaz de identificar as demandas regionais para atendê-las de forma cada vez mais qualificada.

Além de proporcionar oportunidades iguais a todos, o edital divulga e esclarece previamente o seu processo seletivo composto por critérios claros e objetivos, aos quais todos os interessados têm acesso, grupos e produtores culturais, artistas e agentes culturais.

Estabelecem-se, portanto, regras administrativas e exigências de mérito válidas para todos. É um processo que precisa ser constantemente aperfeiçoado e ampliado, mas são incontestáveis a sua eficácia e a sua transparência. Ele se tornou uma das principais ferramentas de seleção de propostas e de investimento orçamentário da Secult.

Outro marco importante para a cultura capixaba foi o início da construção do complexo cultural denominado Cais das Artes, localizado em frente a uma das mais belas paisagens do Espírito Santo, com vista para a baía de Vitória, a Terceira Ponte e o Convento da Penha. O complexo terá praça, teatro e museu, sendo



» **Em construção na Enseada do Suá, o Cais das Artes terá teatro, museu e praça, capacitando o Estado a abrigar grandes exposições e espetáculos**

capaz de abrigar exposições nacionais e internacionais e grandes espetáculos em seu teatro de 1.300 lugares. O projeto é do arquiteto Paulo Mendes da Rocha.

São ações que visam a consolidar as conquistas desses anos e marcar indelevelmente para o futuro a contribuição do presente, tendo em vista a constituição de dias cada vez melhores para todos os capixabas – brasileiros que sabem e vivem o valor da cultura, sempre mais.



### 3.12.7 Arquivo Público

» Desde a sua fundação em 1908, por Jerônimo de Souza Monteiro, e a construção da antiga sede por Florentino Avidos, em 1926, foi somente no atual Governo que o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) recebeu o devido apoio e incentivo necessários como instituição responsável pela guarda e custódia da memória documental relativa às fontes mais importantes sobre a história do Espírito Santo.

Entre os anos de 2003-2010 o APEES melhorou sensivelmente os serviços oferecidos aos usuários, tendo sido, inclusive, reestruturado o quadro organizacional da instituição, que se encontrava muito defasado e não atendia às necessidades para o bom funcionamento do órgão. O concurso público para arquivistas, bibliotecários, entre outros cargos afins, já está sendo encaminhado pela administração estadual.

Foi nesse período que o Arquivo viu seu esforço reconhecido pela sociedade capixaba e pelo Governo do Estado como instituição pública de relevante importância para a gestão administrativa e para a preservação da memória e história, política e social dos capixabas. Como resultado desse grande avanço institucional, nesse período várias ações podem ser destacadas desde 2003.

#### *Nova Sede*

» Configurando-se como uma conquista, a nova sede, junto ao Palácio da Fonte Grande, na Rua Sete de Setembro, centro de Vitória, permite um melhor acondicionamento do acervo, condições dignas de trabalho aos servidores, bem como um atendimento mais eficaz às centenas de usuários que procuram diariamente os serviços da instituição. Estão sendo investidos mais de R\$ 3,5 milhões nas obras de reforma; de climatização especial; e na aquisição de novos equipamentos e mobiliário para o novo espaço.

Com o objetivo de dinamizar os serviços de organização do acervo e de infraestrutura de apoio, o APEES tem encaminhado projetos de captação de recursos a diversas instituições financiadoras, tanto para a terceirização dos serviços quanto para a aquisição de novos equipamentos e mobiliário.

#### *Restauração da Antiga Sede*

» Paralelamente estão sendo realizados os levantamentos para a restauração da antiga sede, na Rua Pedro Palácios. O imóvel é tombado como patrimônio histórico pelo Conselho Estadual de Cultura e será transformado no Memorial Capixaba: um centro para a divulgação da história do Espírito Santo.

#### *Gestão de Documentos*

» O setor de Gestão Documental realizou diversos cursos e seminários, além de visitas técnicas aos órgãos do Governo do Estado e de vários municípios capixabas. Dentro dos objetivos do programa, o APEES foi responsável também pelo recolhimento de documentos de valor permanente de outras instituições do Estado.

#### *Arquivo Itinerante*

» Para melhor atender os capixabas que moram no interior do Estado, o APEES desenvolve o Programa Arquivo Itinerante. Para dar apoio ao programa, a instituição adquiriu um veículo, tipo van, onde foi montado um escritório móvel com equipamentos de informática e mobiliário adequado, para atender os usuários que querem obter informações referentes à genealogia das suas famílias (Projeto Imigrantes Espírito Santo). Já são mais de 52 mil nomes de imigrantes catalogados que entraram no Espírito Santo a partir de 1812, de diversas nacionalidades. Vinte e cinco municípios já foram atendidos, a maioria, por mais de uma vez.

#### *Projetos on-line*

» Em fevereiro de 2008, como parte das comemorações dos 100 anos da instituição, a base de dados dos imigrantes foi disponibilizada na internet. Mais de um milhão e meio de consultas foram realizadas até setembro de 2010. Na mesma ocasião foram também disponibilizados os projetos: Imprensa Capixaba e Censos Populacionais do Século XIX (que traz a lista nominal de milhares de habitantes, destacando-se índios e negros, da região de Aracruz, por volta de 1850).

Outra iniciativa foi o lançamento do Projeto Biblioteca Digital, que disponibiliza relatórios governamentais e obras raras sobre história do Espírito Santo em formato PDF, a exemplo das obras da Coleção Canaã. Já está em fase de desenvolvimento um programa específico para o gerenciamento on-line de documentos digitalizados, que visa a contemplar variados tipos de acervos do APEES, bem como de outros arquivos públicos.

#### *Caminho do Imigrante*

» Em 2004, por ocasião dos 130 Anos da Imigração Italiana no Espírito Santo, o Arquivo Público idealizou o Caminho do Imigrante. O evento é realizado em parceria com as prefeituras de Santa Leopoldina e Santa Teresa, entre outras instituições. A caminhada, com um percurso de 29 quilômetros, ocorre todo 1º de maio entre as cidades de Santa Leopoldina e Santa Teresa. O evento já está em sua 7ª edição. E, para



comemorar os 150 Anos da Imigração Pomerana no Espírito Santo, o APEES organizou em 26 de junho de 2009 um evento no Palácio Anchieta que contou com a participação de mais de 800 pessoas, provenientes de diversos municípios do Espírito Santo.

#### *Memórias Reveladas*

» Em dezembro de 2008, o Arquivo Público iniciou sua participação no Projeto Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas, 1964-1985, uma iniciativa da Casa Civil da Presidência da República, com a coordenação do Arquivo Nacional, em parceria com diversos arquivos estaduais do País. O projeto tem como meta principal catalogar, microfilmar e digitalizar todo o acervo do Fundo Dops (documentos sobre as lutas políticas no Brasil durante a Ditadura Militar). O material está sendo indexado em uma base de dados e disponibilizado para consulta via internet.

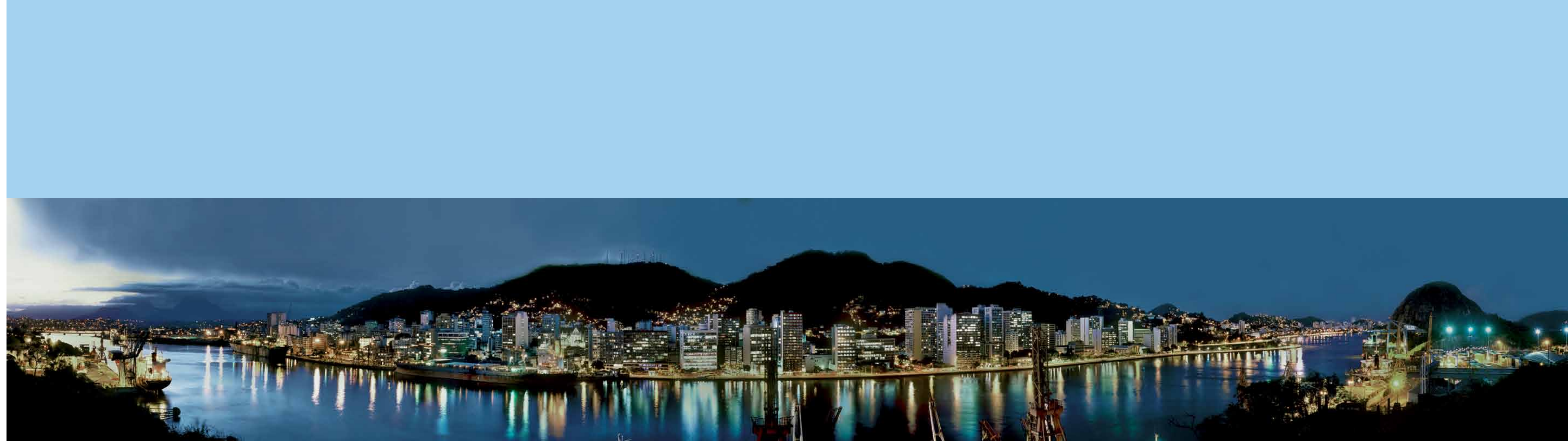
#### *Publicações*

» Foram publicadas sete importantes obras referentes à história do Espírito Santo, dentro da Coleção Canaã: “Viagem à Província do Espírito Santo”, de Johan Jakob Von Tschudi, de 1860, incluindo as 16 fotografias inéditas de Victor Frond; “Colônias Imperiais na Terra do Café”, de Renzo M. Grosselli; “Viagem de Pedro II ao Espírito Santo”, de Levy Rocha (reedição); “História do Estado do Espírito Santo”, de José Teixeira de Oliveira (reedição); “Os Capixabas Holandeses”, de Ton Roos e Margje Eshuis, em parceria com a Editora BDU Uitgevers da Holanda; “Pomeranos sob o Cruzeiro do Sul”, de Klauz Granzow; “Carlos Lindenberg – Um estadista e seu tempo”, de Amylton de Almeida. Além das publicações citadas, o APEES colaborou diretamente para a edição de diversas obras relevantes sobre a história do Espírito Santo. Em fase de edição: “Província do Espírito Santo”, de Basílio Carvalho Daemon (reedição); “Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas”, de Nara Saletto (reedição); e “Negros no Espírito Santo”, de Cleber Maciel (reedição).

#### *Obras*

» Em 2010, as obras de reforma da nova sede serão finalizadas, disponibilizando aos cidadãos capixabas um novo espaço e maior qualidade nos serviços prestados. Os trabalhos de restauração da antiga sede terão prosseguimento. No âmbito estadual, o APEES pretende contribuir para a criação de arquivos públicos junto às prefeituras.

Em suma, nos últimos oito anos o APEES passou por uma série de transformações. Ganhou respaldo junto à sociedade como instituição de guarda da memória capixaba e reconhecimento da administração estadual.





### **Baía de Vitória**

FOTO: DAVID PROTTI

## **3.13 Ciência e Tecnologia**

» O Governo do Espírito Santo, consciente da importância da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para o desenvolvimento do Estado, de forma dinâmica e eficiente, a partir de 2003, enviou ações para consolidar o atual Sistema Estadual de CT&I.

Coordenado pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Sect), o sistema instituiu a Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes), uma autarquia vinculada à Sect, criada pela Lei Complementar nº 290 de 23 de junho de 2004, como órgão de fomento à pesquisa, qualificação e conhecimento. Sua principal atribuição passou a ser captar e operacionalizar os recursos provenientes de entidades públicas, privadas nacionais e internacionais.

Juntamente com o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (Coetec), a Sect e a Fapes formam o tripé sobre o qual se estruturam as ações do setor. Os maiores objetivos dessa gestão pública são a popularização da Ciência e Tecnologia, a qualificação para o mercado de trabalho em áreas estratégicas e o constante incentivo à pesquisa no meio acadêmico, como forma de embasar a produção de conhecimento e inovação no setor produtivo.

A Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia implementou a partir de 2006, de acordo com seus objetivos, um dos maiores programas sociais do Governo do Estado: o Programa Nossa Bolsa. Esse programa visa a oferecer aos estudantes das escolas públicas do Estado a oportunidade de cursar o ensino superior. O Nossa Bolsa foi-se ampliando a cada ano e chega em 2010 com mais de 5 mil alunos atendidos, gerando qualificação em áreas estratégicas para o Espírito Santo, além de interesse pela ciência e inclusão social.

Em março de 2010 foi realizada a primeira Conferência Estadual de Ciência e Tecnologia. Trata-se de um acontecimento histórico, que reuniu professores, estudantes, doutores, mestres e cientistas, além de representantes dos setores produtivos e das entidades de classe para debater as prioridades do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia. As propostas apresentadas foram publicadas no relatório final da I CECTI e são as diretrizes sob as quais se orientam os gestores para a aplicação das políticas públicas de CT&I no Espírito Santo.

Na mesma época, em março de 2010, foi realizada pela Sect, em Vitória, a V Conferência Regional Sudeste de CT&I. O evento reuniu pesquisadores, mestres, doutores, reitores, gestores públicos, empresários e dirigentes de entidades representativas de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo para construir o plano estratégico do Sudeste brasileiro na Política Nacional de CT&I. O documento final foi apresentado na 4ª Conferência Nacional de CT&I, realizada em maio de 2010 em Brasília.

DEMANDA ANTIGA  
DA COMUNIDADE  
CIENTÍFICA E  
ACADÊMICA, A  
FUNDAÇÃO DE AMPARO  
À PESQUISA DO ESPÍRITO  
SANTO (FAPES) FOI  
CRIADA EM 2004



A cada ano, o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia vem se fortalecendo com aumento da quantidade e qualidade dos investimentos no setor, o que permite apoiar projetos, cientistas, entidades e empresas capixabas.

### 3.13.1 Apoio a projetos

» Constitui função da Sect apoiar os projetos e iniciativas para o desenvolvimento da CT&I no Estado. Isso é feito através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes), que, em 2009, passou por uma reestruturação para aprimorar seus setores gerencial e operacional, dar mais agilidade ao processo de tomada de decisões e alinhar seu trabalho com os princípios da sustentabilidade, que são pilares de todas as atividades realizadas no Estado. Isso permitiu melhores condições para apoiar os projetos apresentados por pesquisadores e instituições.

A contribuição a projetos por parte da Fapes é dividida em três categorias: apoio a projetos, bolsas para formação de recursos humanos e auxílios à pesquisa. Atualmente, existem 25 modalidades de apoio, atreladas a cinco eixos estratégicos do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, são eles:

- > **C,T&I PARA INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS:** Voltado para instituições científicas e tecnológicas, que realizam pesquisas, capacitação profissional, implantação e expansão de infraestrutura de pesquisa e realização de eventos em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo;
- > **C,T&I PARA EMPRESAS:** Contribui para a geração e difusão de inovações tecnológicas em produtos, processos e serviços em ambientes empresariais, a partir de instrumentos e de capacitação profissional com objetivo de transformar o conhecimento em valores econômicos e sociais;
- > **C,T&I PARA ÁREAS ESTRATÉGICAS:** Estimula pesquisa em áreas estratégicas para o Estado e que estejam em busca de soluções para potencializar oportunidades e solucionar questões que ameacem o desenvolvimento econômico ou social;
- > **C,T&I PARA DESENVOLVIMENTO SOCIAL:** Apoia atividades de pesquisa, inovação e extensão, de formação e capacitação de pessoas voltadas para a geração e difusão de tecnologias sociais e para o ensino de ciências básicas, sempre com o objetivo de promover a inclusão social; e

- > **NOSSA BOLSA:** É uma bolsa universitária que visa a permitir o acesso de mais alunos da rede pública com bom desempenho ao ensino de nível superior em instituições privadas.

### Seleção

» A seleção dos projetos é feita por meio de editais de chamada pública para avaliação das propostas ou por demanda espontânea, ambas passando por avaliação de mérito. As modalidades também são definidas por editais ou pela chamada espontânea, de acordo com o plano de aplicação aprovado para cada exercício e respeitando-se as exigências estabelecidas nos termos firmados com as entidades que concedem recursos ao projeto.

Entre 1993 e 2003, apenas 17 projetos foram apoiados, tendo, juntos, recebido investimento de R\$ 300 mil. Para se ter uma noção do avanço, a Sect registrou R\$ 109 milhões referentes aos projetos/programas que estavam em carteira no ano de 2009.

Após a reestruturação realizada em 2004, o Estado passou a contar com um ambiente adequado para fomentar o desenvolvimento da ciência e tecnologia, através da concessão de apoio às atividades acadêmicas, científicas, tecnológicas e empresariais, de ensino, pesquisa, extensão e inovação, em todas as áreas do conhecimento.

Desde a criação da Sect e da Fapes, o volume de recursos voltados para ciência, tecnologia e inovação aumentou consideravelmente e somaram mais de 50 editais e chamadas públicas para apoio a projetos de áreas consideradas estratégicas para o Estado. Entre eles estão Sociologia da Criminalidade; Água e Desenvolvimento; Cultura e Educação; Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (PPSUS); Programa de Núcleos de Excelência (Pronex); Editais do Programa de Apoio à Pesquisa na Pequena Empresa (Pappe); Pappe subvenção; Edital Parceria Tecnológica; Edital de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAE), entre outros.

### Parcerias

» Alguns programas desenvolvidos são voltados para a melhoria da competitividade do setor produtivo, entre os quais podem ser evidenciados os realizados em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), como: Programa de Apoio à Pesquisa na Pequena Empresa (Pappe), o Pappe Subvenção, o Programa de Apoio Tecnológico à Exportação nas Micro e Pequenas Empresas (Progex) e o Projeto Estruturante.

O incremento da infraestrutura do Laboratório de Análise de Bebidas de Origem Vegetal do Espírito Santo, em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), a instalação de Unidades Regionais de Cafés e o Programa Parceria



Tecnológica, com o propósito de articular parcerias entre os institutos de pesquisa e as empresas capixabas, também são projetos de destaque nos últimos anos.

A capacitação de gestores de tecnologia, a implantação do Núcleo de Design no Arranjo Produtivo Local (APL) moveleiro do município de Linhares, a contribuição para a implantação do laboratório de biotecnologia da Universidade Federal do Espírito Santo, a articulação e o apoio à criação do Núcleo de Inovação Tecnológica do Espírito Santo (Nites), em parceria com a Ufes, Ifes, Incaper, Findes e o Espírito Santo em Ação, foram promovidos pelo Estado.

A Sect apoiou, através de parcerias, os seguintes programas: capacitação para a modernização empresarial dos setores de tecnologia da informação, móveis e rochas ornamentais, juntamente com o IEL-ES e Sebrae-ES; o Programa Juro Zero, em parceria com a Finep, o Bandes e o Sebrae-ES; e a implantação do Centro de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento (CPID), em parceria com a Finep, Ifes, Ufes e Iema.

### 3.13.2 Incremento à produção

» Estimular o setor produtivo a expandir sua área de atuação é outra meta da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, que promove, juntamente com a Findes e o Sebrae ES, o Programa Primeira Exportação, para dinamizar a venda de produtos capixabas a outros países. A Sect também apoiou a instituição da Primeira Incubadora da Base Tecnológica do Ifes para oferecer mais oportunidades aos alunos dos cursos profissionalizantes.

O desenvolvimento de soluções para os principais setores produtivos locais, incluindo móveis, bebidas, rochas ornamentais, cafeicultura e fruticultura, também é estimulado pela Secretaria por meio de laços de cooperação existentes com renomadas instituições, como Ufes, Ifes, Findes, Sebrae-ES e ES-Ação. Essas instituições se mostram comprometidas em construir no Espírito Santo um ambiente favorável para o desenvolvimento da CT&I de forma a amparar o progresso com sustentabilidade e responsabilidade social.

É com essa visão que o Espírito Santo aderiu ao projeto de Centro Vocacional Tecnológico (CVT) do Ministério de Ciência e Tecnologia. Cada CVT é responsável por capacitar, em espaço dedicado a alta tecnologia, a mão de obra de acordo com a vocação da cidade e região onde se insere. Assim, o CVT da indústria audiovisual, em Vitória; da indústria moveleira, em Linhares; do agronegócio, em São Roque, Montanha e Viana, o da indústria têxtil, em Colatina; de rochas ornamentais, em Cachoeiro de Itapemirim; da construção civil, em Vila Velha; e do setor metalmeccânico, na Serra; são apenas alguns dos setores e cidades que serão impactados pela CT&I com o propósito de alavancar a produção e o desempenho no mercado nacional e internacional.



» **O Nossa Bolsa já beneficiou mais de cinco mil alunos, oferecendo vagas em 120 cursos de graduação em todo o Estado**

### 3.13.3 Nossa Bolsa

» Oferecer igualdade de oportunidade e promover a inclusão social. Essas orientações estratégicas do Governo são o norte de ação da Secretaria, bastante eloquente em um projeto exitoso: o Nossa Bolsa.

O Programa Estadual Nossa Bolsa concede bolsas de estudo em instituições de ensino superior particulares para alunos que cursaram todo o ensino médio na escola pública. Tendo como critério de seleção o mérito alcançado na prova do Enem.

Mais de cinco mil alunos já foram beneficiados com o ensino superior pago pelo Governo do Estado. São 120 cursos de graduação em 28 instituições de ensino superior particulares, distribuídas em várias cidades do Espírito Santo.

O Governo também oferece bolsas de estudo para pós-graduação, com recursos do Tesouro Estadual e também de parcerias com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Como exemplo, podem ser citados o Programa de Capacitação (Procap), Programa de Bolsas de Desenvolvimento Científico Regional (DCR); Programa de Apoio à Pós-graduação (Propós); Programa de Iniciação Científica (Pibic); e Programa de Iniciação Científica Júnior (Pibic-Jr).

#### Perspectivas

» O Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia está consolidado de acordo com o Plano Estratégico do Governo do Estado 2025. Com as perspectivas de desenvolvimento a partir das explorações de petróleo na camada do pré-sal e com novas oportunidades de negócios no mercado nacional e internacional, o Estado poderá ampliar os recursos para a atuação da Sect no fomento à pesquisa, qualificação estratégica e desenvolvimento sustentável com inovação e responsabilidade.



### 3.14 Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

» A situação encontrada na área de ação social, em 2003, era de total descontrole administrativo. Em função disso, a antiga Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social (Setas) passou por profundas transformações nas práticas dos atos de gestão, com foco nos valores éticos, na eficiência, na transparência e no respeito ao dinheiro público, perdendo o caráter assistencialista.

A reestruturação organizacional, ética e cultural demandou investimentos em equipamentos, estrutura física e, principalmente, em pessoal. No processo de reordenamento da máquina pública, em 2004 a estrutura da Setas foi modificada. A designação da pasta tornou-se Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades).

O Governo do Estado, através da Setades, investe na qualificação profissional, na geração de renda e em políticas públicas voltadas para a valorização do ser humano, principalmente para famílias em situação de vulnerabilidade social. A ação da Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social contribui decisivamente para que o Estado alcance importantes resultados de inclusão social, com redução do índice de pobreza, já mencionado.

#### *Investimento e modernização*

» Os novos projetos e convênios realizados ao longo dos últimos seis anos elevaram o volume de recursos investidos na Secretaria, que passou de R\$ 26 milhões em 2003 para R\$ 83 milhões em 2009, um percentual de crescimento maior que 200%. Manutenção da infraestrutura do órgão, contratação de pessoal, renovação da frota de veículos e outras atividades também foram realizadas a partir do investimento.

Ações inovadoras foram desenvolvidas para reforçar o compromisso da Secretaria com os recursos públicos. Com os pregões eletrônicos, a Setades deixou de gastar mais de R\$ 4,3 milhões em 2008, o que representou uma economia de 27,61% do valor orçado.

As iniciativas relacionadas no Planejamento Estratégico da Setades incluem um projeto de modernização administrativa para o órgão entre 2009 e 2010. A iniciativa visa a proporcionar aumento de competências aos funcionários para lidar com os novos desafios gerados pelo grande crescimento da economia capixaba e a dar mais agilidade às operações da Secretaria.

Com a ampliação do orçamento da Setades em mais de 200% em menos de oito anos, a Secretaria pôde atuar ativamente no processo de criação de 200 mil postos

de trabalhos formais nesse período; na implantação do Sistema Único de Assistência Social; na qualificação de 30 mil profissionais para o mercado de trabalho; na ampliação da rede de CRAS para quase 100 unidades; na abertura à participação efetiva da sociedade civil, através dos conselhos estaduais, entre outras diversas ações. Confira os detalhes.



#### *CRAS*

» A parceria estabelecida entre o Estado e os municípios possibilitou a instituição do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), o que resultou na construção, reforma e equipamento de 93 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) em 66 municípios, além do financiamento da manutenção dos serviços oferecidos com recursos do Tesouro Estadual.

Entre 2005 e 2009, a Setades participou do financiamento para a construção de 64 unidades e a reforma de seis. Também contribuiu para a compra de equipamentos para 115 unidades e doou veículos para 54 centros. A previsão é que até o final de

» **Os Centros de Referência da Assistência Social atendem a famílias em situação de risco em todo o Estado, como acontece em Jaguaré**



2010, o Espírito Santo tenha ao menos uma unidade do CRAS em cada município.

O CRAS é uma ferramenta fundamental para a Assistência Social no Estado. Os centros oferecem serviços, desenvolvem programas e proporcionam benefícios às famílias em situação de vulnerabilidade social.

O principal serviço ofertado no CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), que tem como objetivos atuar de forma preventiva, reforçando os laços familiares, bem como contribuir para a autonomia das famílias. Nesse sentido, o Estado, ciente de sua responsabilidade, cofinancia as ações inerentes ao Paif por meio do Piso Básico Fixo. Desde 2006, o Estado, por intermédio da Setades, repassou recursos a 77 municípios, bem como complementou o piso dos municípios de médio e grande porte que recebem valor inferior ao número de famílias referenciadas.

### *Benefícios Eventuais*

» Previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), os benefícios socioassistenciais visam ao repasse direto de recursos da Assistência Social para o combate à fome, à pobreza e a outras formas de privação de direitos que levem a situações de vulnerabilidade social.

Diante dessa responsabilidade, o Governo do Estado, por meio da Setades, prestou apoio técnico e financeiro aos 78 municípios e repassou nos anos 2008 e 2009 recursos para cofinanciamento dos benefícios eventuais a 49 municípios capixabas.

Garantir a universalização dos direitos sociais, contribuir para a inclusão e assegurar a promoção de ações de assistência social, com foco principal no fortalecimento da convivência familiar e comunitária, são objetivos primordiais.

Na perspectiva de promover atendimento emergencial às famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade temporária, decorrentes de calamidade pública, a Setades, em parceria com a Coordenação Estadual de Defesa Civil, também estabeleceu uma rotina de procedimentos que vem sendo adotada nesta gestão.

Nesse sentido, no período de 2008 e 2009, foram concedidos benefícios totalizando 30.525 cestas básicas, 29.023 colchões, 15.951 cobertores e 228.109 telhas de amianto às famílias vitimizadas de 43 municípios atingidos por enchentes/estia-gens, conforme previsto no § 2º, do artigo 22 da Lei Orgânica de Assistência Social.

### *Conselhos*

» Gestão democrática se faz com efetiva participação da sociedade. A Setades fortaleceu os seis conselhos estaduais que compartilham as principais decisões e exercem a função de propor ações e fiscalizar o poder público. Foi inaugurada a Casa dos Conselhos.



Atualmente, os conselhos vinculados à Setades são: Conselho Estadual de Assistência Social (Coneas), Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Ceddipi), Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Condef), Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Espírito Santo (Consea), Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado do Espírito Santo (Cedimes), Conselho Estadual da Economia Solidária (CEES).

A Comissão Estadual do Trabalho (CET), com o apoio da Secretaria, elaborou uma proposta para se transformar no sétimo conselho estadual ligado à Setades que receberá o nome de Conselho Estadual do Trabalho, o que ocorrerá até o final de 2010.

### *Creas*

» As medidas para fortalecer a implementação do Sistema Único de Assistência Social, através do nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade, também incluíram a implantação de Centros de Referência Especializada de Assistência Social (Creas).

Três unidades foram construídas e passaram a oferecer, além de orientação e acompanhamento, o cofinanciamento para a manutenção do Programa Sentinela, que foi reformulado em 2005, absorvendo um tipo de atendimento voltado às diversas manifestações de violências cometidas contra crianças e adolescentes.

» **Com vistas a garantir melhores condições de trabalho aos seis conselhos estaduais, o Governo inaugurou um espaço exclusivo para esses colegiados**



» **Os Creas, como nesta unidade de Linhares, atuam para garantir proteção a famílias e indivíduos que sofreram violação de seus direitos**

A partir daí, surgiu o Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Entendendo que o Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes se constituiu num serviço inicial do Creas, a Setades começou a se estruturar para uma melhor orientação aos municípios e com isso garantir a evolução e estruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), através da Proteção Social Especial de Média Complexidade.

Entre 2006 e 2009 a Setades cofinanciou 50 municípios com recursos tanto para a manutenção dos que já tinham o Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, quanto para a implantação do Serviço, referenciados ao Creas.

No final de 2009, com a publicação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, houve o reordenamento e a padronização dos serviços da assistência social, onde foram definidos objetivos, usuários, provisões, impacto social esperado e condicionantes para tais serviços.

A partir dessa nova padronização, o Creas passa a ser o equipamento público que coordena e articula a média complexidade, sendo polo de referência. Nele são ofertados serviços de proteção a famílias e indivíduos com violações de direitos (decorrentes de violência física, psicológica e sexual, maus-tratos, negligência, trabalho infantil, abandono, discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia, entre outros), atuando como uma barreira para interromper processos de ruptura de vínculos familiares e comunitários e de abandono, prevenindo o acolhimento institucional.

Nesse novo contexto, a Setades, em 2010, além de promover discussões, reuniões e debates com as equipes municipais que desenvolvem os serviços de média complexidade, orientando-os para os novos reordenamentos dos serviços que antes

estavam compartimentados, cofinanciou a manutenção do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi).

Esse é o principal serviço ofertado no Creas, para os 43 municípios que possuem os centros implantados e em funcionamento, de acordo com as normas estabelecidas. O Paefi tem como objetivos contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva, ajudar a romper com os padrões violadores de direitos no interior da família, somar para o reparo de danos, evitar a incidência de violação de direitos e prevenir a reincidência de violações.

Os impactos oriundos dos investimentos da Setades contribuem para a proteção dos cidadãos e o rompimento do ciclo da violência e violação de direitos que faz parte da realidade de aproximadamente 32.000 capixabas por ano, usuários do Creas.

### *Serviços de Acolhimento Institucional*

» Os Serviços de Acolhimento Institucional são caracterizados como Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que objetivam acolher famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos e/ou fragilizados, visando a garantir a proteção integral.

Em consonância com a Constituição de 1988, com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e a NOB/SUAS (2005), o Governo do Estado, por meio da Setades, no período de 2006 a 2008, cofinanciou os Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes e Pessoas Idosas em 47 municípios do Estado, beneficiando aproximadamente 70 entidades governamentais e não governamentais.

Desde então, esses serviços contam com recurso estadual para garantir a continuidade e a qualidade da oferta. A partir de 2009 foram cofinanciados, além dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes e Pessoas Idosas, os Serviços de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua, contemplando 65 municípios e 102 entidades governamentais e não governamentais.

Em 2010, considerando a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e a partir da rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade dos municípios, o cofinanciamento estadual pôde ser destinado a todas as modalidades dos Serviços de Acolhimento Institucional. Receberam cofinanciamento para tais serviços 50 municípios, que investiram tanto na aquisição de bens permanentes, reformas e equipamentos dos serviços já existentes, quanto na implantação de novos serviços de acolhimento, contemplando crianças e adolescentes, pessoas idosas, mulheres vítimas de violência, dentre outros.

No período de 2006 a 2010, aproximadamente 30.000 pessoas institucionalizadas puderam receber um atendimento mais digno e de acordo com os pressupostos garantidos pelas legislações pertinentes a cada segmento.





### *Inclusão social*

» Entre 2003 a 2009, importantes ações voltadas para a inclusão social também foram realizadas pela Setades, entre elas o apoio a conferências estaduais de Assistência Social, de Promoção da Igualdade Racial, da Pessoa Idosa, da Pessoa com Deficiência, de Economia Solidária, de Segurança Alimentar e Nutricional, de Mulheres, da Juventude, LGBT. Foram 15 conferências que contaram com a participação de mais de 4 mil pessoas.

### *Qualidade na alimentação*

» Pessoas em situação de pobreza e miséria foram atendidas pelo Programa de Segurança Alimentar e Nutricional realizado pela Setades. Entre 2003 e 2008, os recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas) foram ampliados de aproximadamente R\$ 900 mil em 2003 para R\$ 21 milhões em 2008. Vale ressaltar que a aplicação desses valores foi estabelecida pela Comissão Intergestora Bipartite (CIB) e aprovada no Conselho Estadual de Assistência Social (Coneas).

### *Compra Direta de Alimentos*

» Executando o programa de segurança alimentar, a Setades tem estimulado a produção da agricultura familiar e o acesso à alimentação de qualidade através de projetos como o Compra Direta de Alimentos (CDA).

O projeto é desenvolvido em parceria com prefeituras que compram os produtos de agricultores familiares e distribuem para as pessoas atendidas pela rede socioassistencial do município.

Cada produtor tem a garantia de poder vender até R\$ 3.500,00 por ano em produtos ao projeto. Iniciado em 2006 atendendo 54 agricultores familiares e 931 pessoas de instituições da rede socioassistencial, hoje, atende 437 agricultores e 14.260 pessoas.

### *PAIS*

» Um dos objetivos das ações de promoção da segurança alimentar é promover a qualidade de alimentos. O projeto PAIS (Produção Agroecológica Integrada Sustentável) procura estimular a produção de alimentos sem uso de agrotóxicos, conhecidos como orgânicos.

Iniciado em 2010, o projeto atende 77 famílias de agricultores familiares em situação de vulnerabilidade alimentar, promovendo o acesso à alimentação. Na execução do projeto são parceiros as prefeituras municipais e o Incaper.

### *Restaurantes Populares*

» Em 2010, 18.400 refeições são servidas mensalmente nos restaurantes populares mantidos pelas prefeituras em parceria com a Setades. O preço do alimento varia de R\$ 1,00 até R\$ 2,00, de acordo com cada restaurante. Dessa forma, o acesso à alimentação fica facilitado, promovendo o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). A Setades celebra parceria com os municípios para manutenção dos restaurantes populares desde 2005.

### *Articulação*

» Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, a Setades tem promovido a articulação territorial com objetivo de promover a Segurança Alimentar e Nutricional da população dos municípios que participam dos territórios do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad) do Itabapoana e Consad Norte Capixaba.

## **3.14.1 Geração de renda**

» Por meio da Subsecretaria de Trabalho e Renda, a Setades promove a inclusão produtiva do cidadão através de entidades e programas que funcionam como alternativas para reduzir o desemprego e retirar cidadãos da condição de subemprego, contribuindo, desta forma, para a redução da pobreza e gerando renda e desenvolvimento para o povo capixaba.

### *Sine*

» O encaminhamento de profissionais para o mercado de trabalho no Espírito Santo é realizado por 11 Agências do Sistema Nacional de Emprego (Sine) que encaminham, por ano, uma média de 65 mil pessoas para empregos em diversos segmentos da economia.

### *Trabalho*

» Em 2006, por meio de uma parceria firmada entre Estado e Centro de Desenvolvimento Metalmeccânico (CDMEC), foi organizado o Grupo de Intermediação Massiva de Mão de Obra (IMMO). A finalidade da associação é desenvolver trabalhos com base nos investimentos realizados por grandes empresas do Estado e que demandam mão de obra especializada para projetos, construção, operação e manutenção de plantas industriais.



O Grupo IMMO avalia o número de vagas ofertadas e desenvolve estratégias para melhor aproveitamento da mão de obra local e evita a migração dos profissionais para outras cidades ou Estados. A principal meta do programa é contribuir para a redução da mobilidade de trabalhadores e atender às demandas dos setores produtivos em expansão.

### *Observatório*

» Para assessorar a Secretaria com informações sobre o mercado de trabalho do Espírito Santo, a Setades implantou em agosto de 2008 o Observatório Estadual do Trabalho. A entidade tem a função de difundir informações, análises e propostas de ações voltadas para o desenvolvimento econômico e para promover a inclusão social e produtiva no Estado.

O Observatório Estadual do Trabalho dispõe de informações como a evolução do emprego formal nos diversos segmentos econômicos e as características gerais do mercado de trabalho capixaba. Além disso, gera dados específicos sobre gênero, raça, idade e renda no mercado de trabalho formal.

A partir do levantamento feito pelo Observatório, é possível desenvolver políticas públicas de inclusão social e produtiva nas áreas de maior vulnerabilidade social, o que leva a impactos positivos para os cidadãos capixabas com mais desenvolvimento e melhorias em sua qualidade de vida e de renda.

### *Capacitação*

» De 2005 a 2009, aproximadamente 30 mil trabalhadores realizaram cursos de capacitação nas áreas de agronegócio, artesanato, alimentação, comércio, confecção, construção civil, educação, mármore e granito, metalmecânica, petróleo e gás, serviços, turismo, entre outros. Os investimentos para a área de qualificação passaram de R\$ 1,1 milhão no primeiro ano de Governo para quase R\$ 8 milhões em 2009.

» **As capacitações alcançaram 30 mil trabalhadores, incluindo cursos de agronegócio e turismo**



## **3.15 Esportes e Lazer**

» Os últimos oito anos trouxeram avanços históricos para o mundo do esporte capixaba. A estrutura foi renovada, criaram-se um fundo e uma lei de incentivo aos esportes e iniciou-se a construção do Estádio Estadual Kleber Andrade, só para ficar entre as ações de maior vulto. Confira os detalhes.

A Secretaria de Estado de Esportes e Lazer (Sesport) foi criada em 19 de maio de 2005, por meio da Lei Complementar nº 322 de 2005. Sua missão é promover a implantação e a modernização da infraestrutura esportiva no Espírito Santo e formular políticas voltadas para o desenvolvimento do esporte e do lazer.

Incentiva a prática de atividades esportivas como um importante instrumento para a construção da cidadania. Além de levar uma vida mais saudável, quem pratica esportes adquire determinação, senso de participação e integração social.

A Sesport é a responsável pela política estadual de desenvolvimento do esporte e do lazer, estimulando as iniciativas públicas e privadas e firmando parcerias com entidades investidoras, sejam elas públicas ou privadas.

A atuação beneficia a democratização da prática esportiva, por meio de projetos e ações, desenvolvidos junto aos cidadãos capixabas desportistas e paradesportistas, entre eles: o esporte educacional – complemento da atividade escolar, envolvendo a educação física e a revitalização dos jogos estudantis; o esporte de recreação e lazer – direcionado para a qualidade de vida; e o esporte de alto rendimento – apoiando as equipes e atletas que representam o Espírito Santo em competições nacionais e internacionais.

### *Planejamento estratégico*

» O Primeiro Seminário de Planejamento Estratégico da Sesport foi realizado em 2009. As discussões foram abertas a toda a sociedade, que contou com centenas de participantes junto à equipe técnica. Esse grande encontro produziu um documento com o compromisso de metas e objetivos a serem atingidos e seguidos no biênio 2009-2010.

### *Ações*

» As ações da Sesport estão dispostas em várias áreas. Com o Desporto Escolar, complementa-se a atividade escolar através da educação física cotidiana e a realização de jogos estudantis.

O Esporte de Alto Rendimento é desenvolvido junto às federações esportivas, permitindo o desenvolvimento de atletas e equipes de competição nos mais variados níveis e categorias.



Com o Esporte Participação, atua-se para melhorar a saúde e qualidade de vida das pessoas em geral, oferecendo estrutura para desenvolvimento de atividades, como por exemplo, a academia da Sesport que está acessível à comunidade e atletas de alto rendimento.

Com o Paradesporto, há iniciativas ligadas a todas as suas formas e expressões, além de importantes parcerias. A partir de 2010, a Sesport inseriu nas Olimpíadas Escolares, que reúne crianças e adolescentes de escolas públicas e privadas em todo o Estado, modalidades paraolímpicas, visando ao fortalecimento de competições paraolímpicas também na esfera escolar e no esporte de base.

Com as prefeituras, a Sesport celebra convênios que permite melhoria e até construção de espaços para prática de esportes, como ginásios, quadras poliesportivas, campos de futebol, dentre outros que visam à inclusão social feita pelo esporte, oportunizando, assim, qualidade de vida a todos os capixabas.

### *Olimpíada e jogos*

» A Olimpíada Escolar do Espírito Santo (OES) é uma das atividades da Secretaria para incentivar o esporte nas escolas. Tem o objetivo de integrar crianças, adolescentes, escolas, municípios e o Estado. Esse projeto fomenta o desporto escolar para os alunos de colégios particulares e públicos. Os vencedores estaduais nas categorias infantil e juvenil se tornam representantes do Espírito Santo em competições nacionais, realizadas anualmente envolvendo parceria entre os Estados, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e o Ministério do Esporte.

A competição é dividida em etapas municipais, coordenadas pelas Secretarias de Esportes de cada cidade, e finais regionais e estadual, coordenadas pela Secretaria de Estado de Esportes e Lazer (Sesport). As equipes e/ou alunos vencedores tornam-se representantes do Estado na edição nacional das Olimpíadas Escolares, promovida pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e pelo Ministério do Esporte.

Além de possibilitar a identificação de talentos esportivos nas escolas, a competição contribui para o desenvolvimento social do aluno e oferece acesso à prática do esporte escolar aos estudantes como: atletismo, basquetebol, ciclismo, futsal, ginástica rítmica, handebol, judô, natação, tae-kwondo, tênis de mesa, voleibol e xadrez.

Promovendo a integração de atletas de diferentes regiões do Estado, a Sesport promove os Jogos Abertos do Espírito Santo (Joabes) que também proporcionam qualidade de vida e inserção dos participantes à prática de esportes e lazer. O Joabes oferece a oportunidade para que nossos atletas, acima de 18 anos, mostrem suas potencialidades. Os campeões em cada modalidade representam o Espírito Santo nos Jogos Abertos Brasileiros realizados, anualmente, com custeio de transporte, alimentação e hospedagem pela Sesport.

Os Estados participantes são: Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. As modalidades disputadas são: atletismo, basquetebol, futsal, handebol, judô, natação e voleibol.

E, para completar o atendimento a todas as faixas etárias, em 2009 a Secretaria realizou pela primeira vez os Jogos Estaduais dos Idosos no Espírito Santo (JEIs). A competição tem como objetivo promover uma vida mais saudável para os idosos, associando a prática esportiva com o lazer, melhorando, assim, a qualidade de vida de atletas da também conhecida como a melhor idade.

E visam, ainda, a proporcionar a integração dos participantes, a socialização e a melhoria na autoestima. O evento esportivo é realizado em parceria com as prefeituras municipais. Na etapa estadual, a Sesport custeia hospedagem e alimentação dos atletas.

O campeonato envolve participantes com 60 anos ou mais, nas modalidades: atletismo, bocha, buraco, coreografia, dama, dança de salão, dominó, natação, tênis de mesa, truco, voleibol e xadrez.

Os Jogos dos Servidores Estaduais (Joserv) é uma das ações do Governo do Estado e da Sesport em comemoração à Semana do Servidor Público, homenageado, anualmente, no dia 28 de outubro. A competição abrange todos os órgãos do Executivo Estadual e busca a integração sociocultural e esportiva com a participação de servidores em diversas modalidades, atendendo à política da Sesport na integração de servidores estaduais por meio do esporte.

A expectativa do Governo do Estado e da Sesport é que seus servidores passem, a cada ano, a praticar mais atividade física, esportes e lazer. Entre as modalidades disputadas estão: bisca, bocha, dama, dominó, futsal, handebol, natação, tênis de campo, tênis de mesa, voleibol e xadrez.

### *Inclusão social*

» A Sesport passou a desenvolver um importante projeto de inclusão social pelo esporte, chamado Campeões de Futuro. Por meio deste, crianças e adolescentes, a maioria em condição de risco social, têm acesso à prática esportiva e ao lazer organizado, bem equipado, com professores e estagiários altamente treinados e motivados.

Atualmente, o programa é referência em políticas de inclusão social promovidas pelo Governo do Estado, pois permite o desenvolvimento de crianças e adolescentes, ampliando suas oportunidades por meio do esporte.

O Projeto Campeões de Futuro, desenvolvido em parceria com prefeituras de todo o Estado, foi criado em 2008 e até o primeiro semestre de 2010 atendeu 17 mil



crianças e adolescentes, com idade entre 7 e 17 anos. Sua principal preocupação é incluir socialmente, de forma permanente, as crianças e adolescentes do Espírito Santo em atividades esportivas e de direcionamento educacional, ensinando valores e ideais olímpicos: o jogo limpo, bom rendimento (obrigatório) na escola, organização, planejamento, dedicação, respeito, amizade, dentre outros bons valores.

Cada um dos 78 municípios e o Território Indígena de Aracruz possuem um núcleo (ou mais) do projeto. As modalidades são requeridas pelo município. Em 2009 a Sesport ofereceu: atletismo, basquetebol, bodyboard, capoeira, futebol de areia, futebol de campo, futsal, ginástica rítmica, handebol, lutas, natação, voleibol e xadrez.

Todo o material esportivo necessário é repassado às prefeituras. Os professores e monitores são treinados pela Sesport para identificar as dificuldades dos alunos e desenvolver atividades para solucioná-las, a fim de que sejam transformados em cidadãos atuantes na sociedade.

### *Campo Bom de Bola*

» Setenta e cinco municípios capixabas receberam recursos para a construção de campos de futebol soçaite, equipados com alambrado e iluminação. O Campo Bom de Bola tem como objetivo integrar comunidades por meio da prática esportiva, aproveitando o espaço físico para promover projetos de inclusão social, como núcleos do Campeões de Futuro.

A utilização de gramados sintéticos oferece melhores condições para a prática esportiva, minimizando lesões e contusões, uma vez que o desgaste do equipamento é mínimo e a vida útil do material é mais longa, quando comparada à grama natural.

Com o Campo Bom de Bola, as comunidades podem desenvolver a prática de esporte e lazer 24 horas por dia, nos sete dias da semana. Isso tornou-se possível após convênios com as prefeituras, que receberam o projeto básico pronto da Sesport, tendo apenas que licitar a obra. Ao todo, serão 80 campos de futebol soçaite que vão beneficiar diretamente os capixabas de norte a sul do Estado.

Os recursos para a implantação dos campos nas 78 cidades capixabas serão provenientes do Governo do Estado. A expectativa é que cada campo custe, em média, R\$ 180.000,00, dependendo da localidade.

### *Centro de Treinamento*

» O Centro Estadual de Treinamento Jayme Navarro de Carvalho, que hoje abriga a sede da Secretaria de Estado de Esportes e Lazer (Sesport), está passando por obras de reformas e melhorias para se tornar o primeiro Centro de Treinamento destinado a atletas e para-atletas de alto rendimento.

O complexo esportivo vai contar com quatro ginásios – dois poliesportivos, um para ginástica artística e ginástica rítmica e outro para lutas –, duas quadras de areia para treino de vôlei de praia, uma piscina, uma pista de caminhada e uma academia, que hoje já atende a comunidade e é um espaço de excelência para atletas e para-atletas capixabas em sua preparação.

Na primeira parte do projeto de melhorias, foi realizada a substituição do muro de concreto por uma estrutura transparente, leve, para dar mais visibilidade ao equipamento que em breve será um ponto de referência para o esporte de alto rendimento.

Todo esse espaço de treinamento ganhará a companhia da nova sede administrativa da Sesport, que ficará ainda mais acessível para os atletas e todos os capixabas.

### *Ginástica*

» O Espírito Santo passou a ser, nos últimos anos, referência em algumas modalidades, como o futebol de areia, natação, atletismo e em outras modalidades, como a ginástica. Exemplo disso, foi a escolha da Confederação Brasileira de Ginástica (CBG), que em 2005 elegeu o Espírito Santo como o melhor Estado para abrigar a Seleção Brasileira Permanente para treinamento. Em 2010, a casa das meninas passou a ser Aracaju (SE), mas o trabalho de formação e de treinamento continuou, premiando o Estado em competições nacionais e internacionais.

Em parceria com a Federação do Espírito Santo de Ginástica (Fesg), a Sesport oferece espaço exclusivo para treinamentos e infraestrutura que permitem às atletas continuarem a levar o nome do Espírito Santo ao local mais alto dos pódios no Brasil e no mundo.

**» A Secretaria de Esportes e Lazer oferece suporte às ginastas capixabas, tornando o Estado uma referência nessa modalidade**





### *Alto Rendimento*

» O apoio ao Esporte de Alto Rendimento (aquele que visa ao resultado em competições) tem sido cada vez maior no Estado. Por meio de convênios celebrados com as federações esportivas, a Sesport oportuniza aos atletas e para-atletas de alto rendimento do Estado competir em nível nacional e internacional.

Anualmente, a Sesport também firma parcerias com as Confederações Brasileiras para trazer ao Espírito Santo o que há de melhor em competições nacionais e internacionais. Desafios Internacionais e Campeonatos Brasileiros, em diversas modalidades, permitem os intercâmbios dos capixabas com os melhores do mundo em suas categorias e modalidades.

A temporada anual é encerrada com um evento em homenagem aos esportistas capixabas de destaque, premiando aqueles que foram os melhores em cada modalidade, indicados por suas federações.

A crescente presença de atletas, treinadores, dirigentes e equipes do Estado e a melhoria dos resultados em competições nacionais e internacionais em várias modalidades indicam que o investimento no esporte e no paradesporto capixabas está evoluindo.

### *Pró-ESporte*

» Assim como ocorreu nas áreas de Ciência e Tecnologia e de Cultura, o esporte também ganhou uma Lei específica de incentivo e amparo ao seu pleno desenvolvimento no Estado. O Fundo de Incentivo ao Esporte e Lazer do Estado do Espírito Santo (Pró-ESporte) e o Projeto Bolsa Atleta Capixaba foram aprovados por unanimidade pela Assembleia Legislativa (Ales), no final de 2009 e já estão em vigor.

Os dois projetos do Governo do Estado, elaborados pela Secretaria de Estado de Esportes e Lazer (Sesport), receberam aprovação máxima dos deputados depois de mais de cinco anos de espera da comunidade esportiva.

Desde março do ano passado, o Pró-ESporte era ponto de pauta em várias audiências públicas Estado afora, numa sequência que chegou a reunir mais de 1.500 pessoas. Ambos os projetos de lei foram levados ao interior do Estado para que todos pudessem debater e conhecer cada detalhe de seu conteúdo.

A Lei de Incentivo e Fundo de Apoio ao Esporte e Lazer do Estado do Espírito Santo, o Pró-ESporte, objetiva a promoção do desporto escolar; a construção, ampliação e recuperação de instalações esportivas; e o apoio institucional às federações esportivas e aos atletas de alto rendimento.

Visa, também, ao desenvolvimento do esporte e do lazer entre crianças e adolescentes, principalmente em situação de risco pessoal e social, pessoas com deficiência e de terceira idade.

Por meio de concursos de projetos, a Sesport apoia práticas no campo do esporte, lazer e atividade física, em diversas dimensões. Anualmente, Editais de Incentivo ao Esporte e Lazer, cujos beneficiários são pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, de caráter esportivo, são lançados para beneficiar os capixabas.

Exemplo disso foi a divulgação do edital que visa a selecionar, anualmente, projetos socioesportivos. A proposta do edital é reconhecer e beneficiar os projetos que, assim como o Campeões de Futuro, promovem a partir da prática do esporte e do lazer, a proteção integral de crianças, adolescentes e jovens, a sua inserção na comunidade e a formação de cidadãos conscientes de seus deveres, direitos e atuantes na sociedade.

Já o Bolsa Atleta Capixaba colocará à disposição dos atletas do Espírito Santo o equivalente a R\$ 1,5 milhão, que serão usados para adoção de atletas e para-atletas de alto rendimento que tenha sido, no ano anterior ao pleito do benefício, os três melhores resultados em competições nacionais e internacionais.

O Programa adota, anualmente, atletas com resultados expressivos nas modalidades estudantil, nacional e internacional, oferecendo bolsas nos valores de R\$ 500, R\$ 1,5 mil e R\$ 2 mil, respectivamente.

O Bolsa Atleta Capixaba tem como objetivo principal dar condições aos atletas para que continuem aperfeiçoando os treinamentos e, assim, melhorem o rendimento em competições nas quais representam o Espírito Santo.

A existência desses mecanismos de incentivo na forma de Lei estadual estabelece um marco regulatório histórico e fundamental para o uso dos recursos públicos, bem como define de forma mais eficaz e transparente o desenvolvimento das políticas públicas para o esporte, paradesporto e lazer no Estado.

### *Copa e Olimpíadas*

» A Copa 2014 e os Jogos Olímpicos/Paraolímpicos no Rio 2016 são uma oportunidade única para o Brasil e para o Espírito Santo. Esses eventos vão provocar um grande impacto no esporte nacional e elevar o patamar do esporte brasileiro.

Os capixabas iniciaram a preparação para aproveitar todo o período anterior aos Jogos, melhorando o intercâmbio, realizando eventos pré-olímpicos, clínicas e diversas capacitações técnicas para desenvolver o ambiente esportivo capixaba.

Com a instituição da Lei e do Fundo de Apoio ao Esporte (Pró-ESporte), a ideia é adotar, desde já, os atletas infantis e juvenis que estarão prontos para representar o Brasil nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2012, em Londres, e em 2016, no Rio de Janeiro.

Para isso, a Sesport lançou o movimento ES no Rio 2016, planejando com toda a sociedade como os capixabas poderão aproveitar na totalidade a rara oportuni-



dade que se oferece a essa geração de esportistas. Segundo estimativas do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), de 2010 até 2016, 300 equipes passarão pelo Rio de Janeiro para treinar e competir.

Porém, a cidade não suporta, segundo o COB, tantas competições, o que vai oportunizar a outros Estados, de preferência os vizinhos, sediar competições, treinamentos, oficinas a atletas e para-atletas locais, além do impulso econômico que eventos esportivos de grande expressão proporcionam.

### *Novo Kleber Andrade*

» Com capacidade para mais de 23 mil pessoas sentadas e bem-acomodadas, o Novo Estádio Estadual Kleber Andrade nasce para ser a casa de todos os clubes e todos os capixabas. Será um complexo esportivo que abrigará a primeira pista oficial de atletismo do Estado, um edifício educacional e um palco para megashows.

O novo Kleber Andrade será implantado em área superior a 85.000 m<sup>2</sup> e, em suas áreas verdes, terá espaço para o desenvolvimento de atividades esportivas

em cinco quadras poliesportivas, totalmente integradas à natureza, valorizando o conceito de um “Estádio verde”.

O pontapé inicial para a realização de um sonho adormecido há mais de 40 anos foi dado com o começo das obras em 2010. A Sesport participou do esforço de vários órgãos do Governo do Estado para dar início às obras do Novo Estádio Estadual Kleber Andrade. Um extraordinário e moderno equipamento público, multiuso, com custo estimado de aproximadamente R\$ 100 milhões, que ajudará o futebol capixaba a atingir patamares mais elevados.

O Novo Estádio Estadual Kleber Andrade tem a previsão de conclusão das suas obras para o ano de 2013 e ajudará o Estado na iniciativa de receber uma ou duas seleções campeãs mundiais para fazerem no Espírito Santo o seu treinamento e pré-temporada da Copa do Mundo de 2014, atraindo milhares de torcedores e jornalistas estrangeiros, que divulgarão as belezas e hospitalidade capixabas no mundo inteiro. Quanto às Olimpíadas Rio 2016, também se pode trazer para o Estado vários eventos pré-olímpicos, já que o Estado vai ter a primeira pista oficial de atletismo.

» **O novo Kleber Andrade será uma arena multiuso com 23 mil lugares e espaços para práticas esportivas e eventos culturais**





## 3.16 Turismo

» Nos últimos anos, o setor do turismo passou a ter atenção especial, com planejamento estratégico, mapeamento de potenciais, e uma secretaria exclusiva. Até 2003, a gestão do turismo do Espírito Santo ficava por conta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur), que iniciou sua atividade num mercado em processo de crescimento e transformações. Para tanto, contava com uma equipe técnica responsável pela formulação e execução das políticas de turismo no Estado.

Com a retomada do crescimento econômico do Estado, e com a entrada de grupos de redes nacionais e internacionais implantando equipamentos de hospedagem, de alimentação, de serviços de transporte e prestação dos novos serviços no Estado, a administração pública passou a ser mais fortemente demandada para dar suporte a esses processos.

Nesse contexto, a criação de uma secretaria de Estado do Turismo se fez necessária, facilitando a viabilização de projetos que garantissem um crescimento sustentável e diversificado do turismo capixaba.

A Secretaria de Estado do Turismo (Setur) foi criada no dia 03 de abril de 2007, tendo a finalidade de planejar, coordenar, fomentar e fiscalizar o desenvolvimento do turismo, objetivando a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a geração de emprego e renda e a divulgação em nível estadual, nacional e internacional do potencial turístico do Espírito Santo.

### 3.16.1 Planejamento e estudos

» Um dos primeiros passos, em 2003, foi o incentivo aos municípios para que eles criassem seus Conselhos Municipais de Turismo, uma das ferramentas de planejamento da atividade turística municipal.

Ao mesmo tempo, em 29 de maio de 2003, a Sedetur criou o Conselho Estadual de Turismo do Espírito Santo (Contures), com representantes de órgãos estaduais, federais e entidades dos diversos setores da cadeia produtiva do turismo, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento sustentável da atividade turística no Estado.

Em 2003, os números do turismo não tinham sido contabilizados, havia apenas alguns de fontes externas. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o número de empregos no setor de turismo no Espírito Santo em 2003 correspondeu a 16.297 empregados.

Seguindo as orientações de realinhamento governamental, no ano de 2003, a então Sedetur elaborou o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do

Espírito Santo – 2004/2013, em parceria com o Conselho Estadual de Turismo, e apoio do Sebrae-ES; Bandes; Espírito Santo Convention & Visitors Bureau; e Usina de Imagens. A construção do plano foi realizada através de três oficinas de planejamento, sendo uma de Regionalização com apoio do Ministério do Turismo.

O Plano de Desenvolvimento do Turismo 2004-2013 foi construído tendo como base um amplo leque de participações, incluindo instituições públicas, representantes do setor privado, instituições de ensino, secretarias municipais de Turismo, o Conselho Estadual de Turismo do Espírito Santo (Contures), profissionais especializados e organizações da sociedade civil.

Numa etapa seguinte de planejamento, o Governo do Estado, em 2006, desenvolveu o Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2025, e o turismo está inserido nessa visão estratégica como um projeto estruturante de desenvolvimento do arranjo produtivo. O intuito é melhorar a competitividade do turismo capixaba, através da revitalização de centros turísticos, melhoria da infraestrutura, criação de centros de eventos, consolidação de rotas turísticas, qualificação empresarial e dos trabalhadores e melhoria da governança.

Após a elaboração do ES 2025, a Sedetur fez uma readequação do Plano de Desenvolvimento do Turismo 2004-2013 para Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo no Espírito Santo 2025. O principal objetivo desse ajuste foi atualizar dados, informações e rever diretrizes e metas para que efetivamente os trabalhos de promoção e desenvolvimento do turismo do Estado possam acontecer.

No ano de 2010 ocorreram duas oficinas para elaboração e revisão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo no Espírito Santo 2025. Além do diagnóstico da atividade turística do Estado, esse plano propõe novas metas a serem alcançadas por todos os representantes da cadeia produtiva do turismo, que envolve 52 setores.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável apresenta metas mobilizadoras, diretrizes estratégicas e propostas desafiadoras distribuídas em sete macroprogramas: gestão e relações institucionais, infraestrutura, ações de fomento, diversificação da oferta turística, qualidade dos produtos turísticos, promoção e comercialização e, ainda, informações turísticas.

A visão prevista no plano é que o Espírito Santo esteja entre os maiores destinos competitivos do Brasil com um crescimento do gasto médio diário individual (GMDI) do turista de 15% ao ano até 2014.

### 3.16.2 Principais realizações

» De 2003 até 2010, o Governo implantou projetos estratégicos de sustentabilidade da atividade turística, seguindo as diretrizes estabelecidas no Plano de



Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Espírito Santo 2025, focado em qualificação, infraestrutura, sinalização turística e divulgação das Rotas Turísticas.

### *Cadastur*

» No ano de 2006, com a finalidade de promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos no Brasil, por meio do cadastro de empresas e profissionais do setor, a Setur criou o Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor do Turismo (Cadastur).

Hoje no Espírito Santo encontram-se cadastrados 727 prestadores, sendo 149 agências de turismo, 143 meios de hospedagem, 114 transportadoras, 159 guias de turismo, 59 bacharéis em turismo, dois parques temáticos, três locadoras de veículos, 40 organizadoras de eventos, um especializado em segmento turístico e 19 infraestruturas para eventos.

### *Regiões*

» A Secretaria de Estado do Turismo (Setur) implantou o Macroprograma de Regionalização Turística – Roteiros do Brasil, do Ministério do Turismo, por meio de realização de encontros regionais de secretários municipais de Turismo e representantes da iniciativa privada, com o objetivo de planejar, fomentar e estruturar a atividade turística no âmbito regional e municipal, por meio do incentivo da gestão

**» As montanhas capixabas compõem uma das dez regiões turísticas mapeadas pelo Governo**



municipal e regional; infraestrutura; capacitação, promoção e comercialização.

O programa dividiu o Estado em 10 regiões turísticas: Região Metropolitana, Região do Verde e das Águas, Região da Costa e da Imigração, Região dos Vales e do Café, Região do Caparaó, Região das Montanhas Capixabas, Região dos Imigrantes, Região das Pedras, Pão e Mel, Região Doce Pontões Capixaba e Região Doce Terra Morena.

Com a finalidade de elaborar um Plano de Ação Municipal do Turismo para cada município do Estado do Espírito Santo, a Setur em parceria com o Sebrae-ES, realizou 26 planos municipais. Institucionalizou sete instâncias de governança e elaborou quatro planos regionais de turismo. E também renovou o contrato junto à entidade parceira para finalização e execução dos planos restantes.

### *Infraestrutura*

» Em infraestrutura turística, a Setur desenvolveu o Projeto Executivo de Sinalização dos Atrativos Turísticos de 46 municípios, com implantação de 310 placas, tendo finalizado este processo em agosto de 2010. Em parceria com o Dnit e com o DER, foi autorizada a instalação de placas de sinalização turísticas para 46 empreendimentos localizados ao longo da BR 262 e das estradas estaduais.

A Setur captou recursos junto ao Ministério do Turismo para vários municípios. Em Venda Nova do Imigrante, o convênio garante a construção do Centro Cultural e Turístico, no valor de R\$ 1.000.000,00 (MTur), R\$ 649.447,54 (Governo do Estado) e R\$ 164.413,54 (município), sendo o investimento total na construção do Centro Cultural R\$ 1.813.861,08. A compra de equipamentos chega a R\$ 1.394.285,00. O total de investimento no Centro Cultural e Turístico de Venda Nova do Imigrante fica em R\$ 3.208.146,08.

Em Guarapari, o Programa de Recuperação Turística beneficia cinco praias do centro: Areia Preta, Meio, Castanheiras, dos Namorados e das Virtudes. O investimento totaliza cerca de R\$ 5,5 milhões, dos quais R\$ 1,1 milhão é proveniente do Ministério do Turismo e R\$ 4,4 milhões foram assumidos pelo Governo do Estado.

Em Vitória e na Serra, o investimento foi na implantação de Postos de Informações Turísticas, no valor de R\$ 100.000,00 do Mtur e R\$ 27.000,00 de contrapartida de cada município. Totalizando um investimento nos dois municípios na ordem de R\$ 254.000,00

Em Conceição da Barra, houve investimento no Sistema de Esgotamento Sanitário da Vila de Itaúnas, no valor de R\$ 3.000.000,00. Nesse convênio a Setur é interveniente.

Em Castelo, o investimento é de R\$ 628.046,23, com objetivo de aprimorar a estrutura física no entorno do atrativo turístico da Gruta do Limoeiro, incluindo acesso, paisagismo, edificações e segurança.



Em Alfredo Chaves, melhorias na ordem de R\$ 120.000,00 para a construção da rampa de acesso à Cachoeira de Matilde. Em Domingos Martins, na localidade do Vale da Estação, encontra-se a reestruturação da Casa da Turma, no valor de R\$ 195.930,76.

Em Ibiracu, ocorreu investimento de R\$ 250.000,00 com o convênio celebrado com a Cáritas Diocesana de Colatina para criação e implantação de um circuito turístico/religioso, com o envolvimento da população do entorno das 30 capelas que compõem o circuito da comunidade católica e do Mosteiro Zen Morro da Vargem.

A Secretaria firmou convênio com o Instituto Rota Imperial para sinalizar a Rota Imperial São Pedro de Alcântara, no valor de R\$ 500.000,00, para demarcar o percurso da Rota em 14 municípios capixabas.

Na área de fomento, a Setur desenvolveu uma cartilha de linhas de financiamento para o turismo e elaborou o estudo de viabilidade turística do Complexo Lagunar em Linhares, com o intuito de atrair investidores para a região.

### Prodetur

» A Setur criou, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento, a carta consulta para inserção do Estado no Prodetur Nacional do Ministério do Turismo, nova linha de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para dotar de infraestrutura básica e turística o Estado e municípios.

O Prodetur Espírito Santo abrange a Região Metropolitana da Grande Vitória, composta de sete municípios (Vitória, Vila Velha, Cariacica, Viana, Fundão, Serra e Guarapari). Os principais projetos a serem desenvolvidos são: Centro de Convenções e Multiuso de Vitória e a reurbanização da orla do canal de Guarapari. O valor da carta consulta foi de US\$ 80 milhões, sendo US\$ 48 milhões de financiamento e US\$ 32 milhões do Governo Estado e Governo Federal.

Atendendo às condicionantes para aprovação do BID, foi elaborado pela Fundação Getulio Vargas o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Espírito Santo (PDITS) da Região Metropolitana.

### Rotas

» Com o objetivo de diversificar a oferta turística do Estado do Espírito Santo, a Setur criou e consolidou oito rotas turísticas: Rota do Sol e da Moqueca, Rota do Mar e das Montanhas, Rota do Verde e das Águas, Rota dos Vales e do Café, Rota da Costa e da Imigração, Rota Caminhos do Imigrante, Rota do Caparaó e a Rota do Mármore e do Granito.

Para cada uma dessas rotas turísticas a Setur desenvolve um trabalho de fomento em conjunto com o Sebrae-ES para criação de circuitos turísticos. Até

o ano de 2010 possui 16 circuitos formatados e 10 circuitos em formatação. Essa parceria envolve capacitação de empreendedores das localidades turísticas com objetivo de qualificar o produto turístico, visando à promoção e à comercialização dos mesmos.

### Trem das Montanhas

» Outra ação de diversificação da oferta turística é a implantação do Projeto Trem das Montanhas Capixabas. Parceria da Setur com as prefeituras de Viana, Marechal Floriano e Domingos Martins, o Movimento Empresarial Espírito Santo, Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), o Sebrae-ES e Serra Verde Express.

O passeio ocorre na estrada de Ferro Leopoldina, hoje Ferrovia Centro-Atlântica no trecho entre Viana a Marechal Floriano, que parte de uma altitude de 15 metros acima do nível do mar e chega ao seu destino a uma altitude de 530 metros, com um percurso de 46 quilômetros, todos os finais de semana e feriados.

O trem tem capacidade para 56 passageiros, com um carro automotriz, que possui motorização própria, toda em aço inoxidável. Os modelos 7000 são os mais modernos, pesam mais de 40 toneladas e podem circular isoladamente ou em múltiplos.

» **O passeio de trem pelas montanhas tornou-se mais um atrativo turístico para o Estado**





### Capacitação

» Para melhoria da qualidade dos produtos turísticos, a Setur realizou capacitação de profissionais de hotéis, bares e restaurantes em parceria com o Sindicato dos Bares, Restaurantes e Similares do Espírito Santo (Sindbares). Promoveu treinamento para gestores municipais de turismo, qualificou profissionais para o mercado de trabalho por meio de cursos de boas práticas nos serviços de alimentação; qualidade no atendimento ao turista; atendimento ao cliente; serviços de arrumação e organização de ambientes; e qualidade em serviços de alimentos e bebidas e culinária capixaba.

- > **2004:** Mil pessoas foram qualificadas e capacitadas em diversos temas e especialidades de turismo, incluindo policiais militares e civis, funcionários de bares e restaurantes, taxistas;
- > **2005:** A Secretaria capacitou 650 trabalhadores ligados a meios de hospedagem, agências, transportadoras turísticas, organizadoras de eventos, guias de turismo;
- > **2006:** A Setur qualificou 850 empregados de meios de hospedagem, agências, transportadoras turísticas, organizadoras de eventos, guias de turismo;
- > **2007:** A Secretaria certificou 1.200 trabalhadores de meios de hospedagem, agências, transportadoras turísticas, organizadoras de eventos, guias de turismo;
- > **2008:** Capacitaram-se mais de 1.600 pessoas (professores, gestores, taxistas, agentes de viagens, policiais, entre outros);
- > **2009:** A Setur dedicou-se aos planos municipais e ao Conselho do Turismo;
- > **2010:** Para melhoria da qualidade dos produtos turísticos, a Secretaria realizou convênios e contrato para a capacitação de profissionais de hotéis, bares e restaurantes em parceria com o Sindbares, Sebrae-ES e Senac; promoveu treinamento para gestores municipais de turismo; qualificou profissionais para o mercado de trabalho por meio de cursos de boas práticas nos serviços de alimentação, qualidade no atendimento ao turista, atendimento ao cliente, serviços de arrumação e organização de ambientes, qualidade em serviços de alimentos e bebidas e culinária capixaba, totalizando 3.000 empregados.

### Divulgação

» Com o intuito de promover e comercializar o destino Espírito Santo, a Setur, ao longo dos anos, contribuiu com os seguintes serviços para divulgação do Estado:

- > **2003/2004:** Participou de eventos nacionais e promoveu propaganda em TV de mídia espontânea;
- > **2005:** Realizou a divulgação do Estado em 16 navios turísticos, promoveu 05 fampress, 16 famtours, gerando 64 páginas de revistas, 12 páginas de jornal e 314 minutos de propaganda em TV de mídia espontânea;
- > **2006:** Trabalhou na divulgação do Estado em feiras, propagandas em outdoors, mídia eletrônica e confeccionou diversos materiais promocionais;
- > **2007:** Esteve presente em cinco feiras de turismo nacionais, divulgou o Estado no mercado internacional, realizou workshops com operadores, agentes de viagens e imprensa especializada. Veiculou anúncios publicitários em revistas, divulgou a gastronomia e artesanato capixaba e apoiou feiras e eventos regionais/estaduais;
- > **2008:** Participou de 13 eventos realizou 06 fampress gerando mídia espontânea em 17 veículos de comunicação e divulgou o destino Espírito Santo em 25 veículos de comunicação divididos em revistas, sites, jornais, guias, rádios, e programas de TV;
- > **2009:** Esteve presente em 17 eventos, promoveu uma campanha de divulgação interna para divulgação do destino Espírito Santo para os próprios capixabas nos principais cinemas e nos grandes portais na internet. Promoveu 06 fampress, abrangendo 03 programas de televisão da Rede Record e também realizou a campanha nacional Descubra o Espírito Santo em 10 cadernos de turismo dos principais jornais e 09 revistas de turismo;
- > **2010:** Implantou o portal Descubra o Espírito Santo na internet, criou e confeccionou diversos materiais promocionais, folders, sacolas, mapas, revistas, guias, brindes. Participou de 20 eventos, promoveu 08 fampress, abrangendo programas de televisão e divulgação em revistas, jornais, sites, guias e rádios;

Na área de informações turísticas, 53 municípios receberam da Setur e do Sebrae-ES o inventário da oferta turística.



### Fluxo

» Foi realizada uma série histórica de pesquisas de fluxo do turista que frequenta o Estado e implantado o Sistema de Boletim da Ocupação Hoteleira para acompanhamento dos dados. De acordo com as pesquisas de turismo realizadas pela Secretaria de Estado do Turismo, o número de turistas é expressivo a cada ano:

### Número de turistas em alta temporada

2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
413.595	378.290	666.392	522.841	509.486	Sem pesquisa	749.459

Em 2004 a pesquisa teve por objetivos quantificar o número de turistas na alta temporada, identificar o perfil do turista que visita o Estado, apurar características como o tempo de permanência, os gastos e a origem, e avaliar a opinião do turista a respeito do Estado.

No ano seguinte, a pesquisa forneceu informações sobre o perfil do turista na Grande Vitória, além de realizar uma contagem dos turistas que frequentam a região. Nos anos de 2006, 2007 e 2008, as pesquisas tiveram o intuito de mensurar o fluxo turístico e o perfil do turista durante a alta temporada.

Em 2010 o objetivo foi identificar os principais hábitos de consumo dos turistas que estão no Estado, procurando também avaliar os serviços utilizados e a infraestrutura local.

## 3.17 Gestão e Recursos Humanos

» A formação de uma estrutura de Governo eficiente, profissionalizada e transparente, que promova desenvolvimento econômico e social de forma sustentável. Esse é o objetivo da área de gestão e recursos humanos do Executivo estadual desde 2003.

Depois de retomar o equilíbrio financeiro, o Governo do Estado iniciou profundas mudanças nas áreas administrativa e gerenciais. As secretarias de gestão dos governos carregam o estigma de serem órgãos que possuem como única responsabilidade a administração de meios materiais, financeiros e recursos humanos.

Para modificar esse pensamento, em 2003, o Espírito Santo iniciou um processo de consolidação de uma nova visão, que produziu uma modificação fundamental no trabalho da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Sege).

Nessa direção, a Sege passou a acompanhar as mudanças que acontecem na sociedade e refletir sobre os métodos a serem implantados na administração pública para garantir que o Estado não fique obsoleto e atrasado e possa atender de forma eficiente às demandas da população.

Hoje, se consolida uma outra visão. É necessário rever o papel tradicional dessas áreas e lhes dar um papel fundamental de pensar a reforma do Estado. Para honrar esse compromisso com a população, o Governo, através da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos, formulou e implantou uma política pública de gestão (PPG).

Essa política foi desenvolvida a partir das orientações estratégicas contidas no Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 e foi fruto de um processo de planejamento estratégico no âmbito da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos.

### 3.17.1 Diagnóstico e planejamento

» Diagnóstico realizado em janeiro de 2003 constatou uma situação de sucateamento da máquina pública, o que refletia diretamente na qualidade dos serviços prestados à população e na péssima organização dos processos administrativos e das contas públicas.

A falta de motivação dos servidores públicos se dava por conta da falta de qualificação profissional e por salários atrasados, direitos e promoções que não eram pagos, além de planos de carreira desatualizados.

O emprego de tecnologia era realizado sem qualquer planejamento e organização, o que acarretava altos custos e a adoção de sistemas ineficientes. A partir do levantamento das circunstâncias em que a gestão pública se encontrava, foi possível planejar a modernização de todos os setores da administração estadual.

Os objetivos estratégicos da Política Pública de Gestão estão centrados no desenvolvimento das capacidades de formulação, implementação e avaliação de ações referentes a recursos (financeiros, materiais, pessoal, tecnológicos, organizacionais).

A política pública de gestão, desenvolvida no âmbito da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos, trata das políticas de pessoal, de eficiência administrativa e do controle do gasto, de tecnologia da informação e comunicação, de parcerias com o terceiro setor, de novos modelos organizacionais, de qualidade no atendimento à população e de ética pública.

Alguns resultados alcançados na implementação desse plano estão relacionados a seguir. Eles apontam para uma vigorosa reconstrução da governança pública no Estado do Espírito Santo a partir de 2003. Confira:



### 3.17.2 Profissionalização

» O Governo do Estado colocou em dia salários, benefícios e vantagens de servidores ativos e aposentados, que estavam atrasados pelas gestões anteriores, somando um montante de aproximadamente R\$ 370 milhões de dívidas.

A unificação das folhas de pagamento em um único sistema e o estabelecimento de um calendário anual de vencimentos, os reajustes anuais e o pagamento de abono salarial no fim do ano foram outras ações realizadas em busca de manter em dia as obrigações com os servidores. Outra importante medida foi a reestruturação de Planos de Cargos e Salários de 114 categorias da administração direta e indireta.

A transparência para a sociedade em relação ao salário dos servidores públicos também passou a ser maior a partir da implantação da remuneração por subsídio que instituiu o pagamento dos salários em parcela única. Atualmente, 75% dos servidores efetivos já têm remuneração por subsídio.

#### Concursos

» Os concursos para o serviço público realizados no Espírito Santo passaram de três, em 2002 com a nomeação de 104 servidores, para um total de 46 seleções até agosto de 2010 com a nomeação de outros 13.506 profissionais. Somente em 2010, já foram nomeados 5.459 servidores e foram autorizados mais onze concursos com mais 1.374 vagas oferecidas e previsão de realização até o final do exercício.

Para o setor de gestão destaca-se a criação das carreiras e respectivas vagas para os cargos de analista administrativo e financeiro e de especialista em políticas públicas e gestão governamental, tendo em vista a recuperação da capacidade de gestão administrativa e de formulação e implementação de políticas públicas no Espírito Santo.

#### Capacitação

» A profissionalização dos servidores resultou na especialização do atendimento ao público, maior agilidade de processos e, também, na melhoria das condições de trabalho para os profissionais do setor público.

A Escola de Serviço Público (Esesp) teve sua gestão completamente modificada e ofereceu capacitação a cerca de 42,9 mil servidores, entre 2003 e 2009. Para se ter uma ideia do avanço, em 2002, 929 servidores passaram por cursos de aperfeiçoamento. Em 2009, foram 13.633 profissionais capacitados. O crescimento continua em 2010. Somente até junho deste ano, mais de 9 mil servidores já passaram por cursos da Esesp. O número representa 54% do total realizado no ano passado.

Uma parceria firmada entre o Centro Universitário Vila Velha (UVV), a Fundação





**Parque Estadual Paulo César Vinha** Guarapari

FOTO: DAVID PROTTI

Getúlio Vargas (FGV) e o Governo do Espírito Santo viabilizou a realização de uma pós-graduação em políticas públicas de gestão em 2008 e 2009 e está programada para continuar em 2010. Também foi oferecido MBA em gerenciamento de projetos em 2009 que permanecerá em 2010.

O Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) foi mais uma iniciativa em prol da especialização do serviço público capixaba. Por seu intermédio, foram capacitados 1.329 gerentes de todos os níveis e há previsão de qualificar mais 940.

### *Empreendedorismo*

» O empreendedorismo no serviço público também é incentivado através de políticas de capacitação desenvolvidas pelo Empretec, que capacitou, entre 2006 e setembro de 2009, 1.780 servidores.

O Governo do Estado também envidou esforços para a melhoria das gestões municipais, por meio da capacitação dos servidores das prefeituras. De 2007 a 2009, 12.047 profissionais participaram dos cursos oferecidos pela Seger. Em 2010, até junho, já foram capacitados 2.435 servidores municipais.

Outro importante projeto implantado para incentivar ações empreendedoras no Estado foi o Prêmio de Inovação da Gestão Pública (Inoves), que reconhece e premia ações inovadoras desenvolvidas no setor público capixaba.

A sexta edição do Inoves, realizada em 2010, recebeu 211 inscrições, o que representa um aumento de mais de 500% em relação à primeira edição, que teve a participação de 42 projetos, em 2005.

### *Incentivo*

» O Governo do Espírito Santo, através da Seger, promove uma ação que é destaque para incentivar o empenho dos trabalhadores: a Semana do Servidor Público, na qual é comemorada a importância do trabalho dos funcionários do Estado para a promoção de maior qualidade de vida para a população. Na ocasião, os servidores que completam 10, 20 e 30 anos de atuação no setor são homenageados com um certificado por tempo de serviço.

### *Código de Ética*

» Os cuidados que os servidores públicos devem ter com os recursos públicos e seus deveres com o cidadão capixaba foram reunidos em um Código de Ética, elaborado para orientar o trabalho no serviço estadual e funcionar como um mecanismo de controle social. Uma Comissão Estadual de Ética e comissões setoriais



em todos os órgãos públicos também foram criadas visando à manutenção da ética republicana no dia a dia das repartições estaduais.

### 3.17.3 Nova gestão

» Um novo modelo de gestão foi implantado no Espírito Santo, a partir do desenvolvimento de parcerias com as organizações da sociedade para a prestação de serviços públicos. Esse avanço se dá a partir do reconhecimento de que a solução dos graves e complexos problemas da sociedade não passa apenas pelas mãos do Estado.

A Lei Complementar 489, de 22 de julho de 2009, criou o Programa Estadual de Organizações Sociais, para substituir de forma ampla a legislação anterior. Já foram firmadas parcerias com organizações sociais para prestação de serviços de saúde prisional, no Hospital Central e também no Iases, que conta ainda com o trabalho de Organizações da Sociedade Civil do Interesse Público (Oscips). Organizações sociais também atuarão nas seguintes instituições:

- > Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas
- > Orquestra Filarmônica do Espírito Santo (Ofes)
- > Centro Estadual de Educação Técnica (CEET) Vasco Coutinho
- > Faculdade de Música do Espírito Santo (Fames)

Criou-se, também, através da Lei n° 476, de 23 de dezembro de 2008, um novo modelo organizacional, denominado Fundação Estatal, cujo objetivo é dotar os serviços públicos de uma alternativa de gestão mais eficiente. A primeira organização pública a se transformar em Fundação Estatal será o Centro de Hemoterapia e Hematologia do Espírito Santo (Hemoes).

### 3.17.4 Atendimento

» O atendimento direto aos cidadãos é outro ponto de trabalho estratégico e prioritário do Governo do Estado. A Ouvidoria Geral no Estado foi um canal criado pelo Estado para promover a comunicação entre os cidadãos e órgãos do Governo.

A implantação de Centrais de Atendimento Integrado (Faça Fácil) visa a oferecer à população atendimento de qualidade com mais rapidez e conforto. A primeira unidade do programa foi inaugurada no segundo semestre de 2010, em Cariacica.

A Central reúne em um único local representações de órgãos públicos estaduais, municipais, federais e concessionárias que prestarão serviços de atendimento presencial aos cidadãos. Mais de 400 tipos de serviços estarão disponíveis

no local, entre eles a expedição de documentos, como carteira de trabalho e de identidade, CNH e CPF, além de espaço bancário para o pagamento de taxas e tributos; atendimento fazendário; serviços de abertura e fechamento de empresa; proteção e defesa do consumidor; dentre outros. Está prevista uma média de seis mil atendimentos à população.



» Cariacica ganhou a primeira unidade do Faça Fácil, central que reúne diversos serviços públicos, garantindo melhor atendimento à população





### *Desburocratização*

» Para simplificar processos de compras feitas pelo Governo do Estado e proporcionar atendimento mais rápido às demandas da população, foi criado o Programa Estadual de Desburocratização, através do qual foram sancionadas leis que eliminam a cobrança de variados tipos de documentos para processos simples, como, por exemplo, contratos de prestação de serviço.

O principal avanço é a extensão da lógica do pregão a diversas modalidades de licitação, como a concorrência e tomada de preços. A inversão das fases de abertura dos envelopes de documentação e de propostas através da Lei n° 9.090, de 23 de dezembro de 2008, foi outra medida que reduziu em até 20 dias o tempo de realização dos trâmites e que deu mais transparência ao processo.

### *Guia de serviços*

» A criação de um Guia de Serviços possibilitou a organização do acesso da população a informações relacionadas aos serviços prestados por cada órgão do Estado e sobre os procedimentos que devem ser realizados em busca de documentos ou registros, por exemplo.

### *Terminais*

» A instalação de 188 terminais de atendimento para a parcela da população que não possui acesso à internet foi outra ação programada pela Seger. Ela já atinge 73 municípios capixabas.

Nos terminais de atendimento, cidadãos e representantes de empresas podem buscar as mesmas informações sobre os serviços públicos oferecidos pelo Estado disponíveis na rede, reduzindo o tempo gasto na busca por informação e demanda de atendimento nos órgãos públicos.

## **3.17.5 Controle e compras**

» Eficiência administrativa e controle dos gastos também são eixos principais na atuação da Seger. As medidas adotadas entre 2003 e 2009 resultaram em uma redução de R\$ 375 milhões nos gastos de custeio, que incluem somente despesas de uso comum administradas pela Secretaria, como telefone, combustível e material de escritório.

Para aumentar ainda mais a eficiência do investimento do dinheiro público e garantir, ao mesmo tempo, a qualidade do serviço prestado, foi aprovado em 2009

o Programa de Controle e Eficiência do Gasto Público (Mais com Menos), que prevê ainda mais ações com esse direcionamento.

Outra importante ferramenta para proporcionar maior controle e transparência ao gasto público é o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), que visa a aperfeiçoar a gestão administrativa dos órgãos do Poder Executivo estadual.

### *Preços*

» Com o Sistema de Preços Referenciais, a Fundação Getulio Vargas (FGV) realiza periodicamente pesquisas de preços dos produtos e serviços comprados pelo Governo. Essas averiguações servem como base para a avaliação de licitações e também fundamentam as decisões das compras e contratações de serviços por todos os órgãos da administração estadual. Cerca de 800 itens são pesquisados, entre gêneros alimentícios, suprimentos de informática e materiais diversos de expediente e escritório. Todos os preços, item a item, são publicados nas tabelas que são disponibilizadas na internet para serem consultadas pela população.

### *Micro e pequenas empresas*

» Para ampliar as oportunidades das micro e pequenas empresas capixabas, foi regulamentada uma lei federal que estabelece que as compras de até R\$ 80 mil realizadas pelo Governo devem, obrigatoriamente, ser feitas em empresas com essas características.

## **3.17.6 Governo eletrônico**

» O aperfeiçoamento da gestão pública na sociedade do conhecimento e mundialmente conectada em rede somente é possível através do investimento em tecnologia da informação e comunicação. Nessa direção, a modernização da gestão pública pressupõe a utilização de tecnologia da informação e comunicação, seja para prestar serviços ao cidadão, seja para aprimorar a gestão interna do serviço público.

Para tanto, está sendo realizado um grande investimento em tecnologia da informação e comunicação do Governo do Estado. Um desses investimentos é a criação da Rede.ES, que disponibilizará uma infraestrutura de rede multisserviço – dado, voz e vídeo – de alta velocidade, integrando todos os órgãos da administração pública estadual. Outra iniciativa é a instalação de um data center, que



protegerá os dados do Estado e dos cidadãos do Espírito Santo de forma eficaz.

O primeiro Data Center do Estado exigiu um investimento de aproximadamente, R\$ 22 milhões, e será inaugurado até o final de 2010.

### 3.17.7 Gestão municipal

» Com o objetivo de articular, integrar e coordenar esforços entre os governos estadual e municipais para promover a melhoria da gestão pública no Estado, foi criado em 2005 o Conselho Estadual de Secretários de Gestão do Espírito Santo (Cesg).

Já foram realizados dez encontros do conselho, promovendo-se a integração e o intercâmbio de informações e experiências sobre práticas exitosas de gestão pública, além da capacitação permanente de secretários municipais responsáveis pela área de gestão. Outra ação desenvolvida em prol da melhoria da gestão municipal do Espírito Santo é o programa de capacitação dos servidores públicos municipais, já tendo capacitado 12.047 servidores municipais no período de 2007 a 2009. Em 2010, 2.435 servidores foram capacitados.

### 3.17.8 Imprensa Oficial

» O Departamento de Imprensa Oficial (DIO), que completou 120 anos em 2010, é uma autarquia ligada à Seger e também cumpriu um intenso processo de reestruturação a partir de 2003, tendo em vista a situação encontrada.

Nesse sentido, os últimos anos testemunharam importantes investimentos em infraestrutura, modernização tecnológica e melhorias de processos produtivos. O dia a dia na Imprensa Oficial passou a ser mais qualificado, resolutivo e produtivo, com ganhos para todos, trabalhadores e contribuintes. As interfaces entre a instituição e organizações da sociedade civil, como a Universidade Federal do Espírito Santo, entre outras, também se ampliaram.

Outra importante conquista: o DIO não apenas se tornou autossuficiente financeiramente, como passou a contribuir com recursos ao Tesouro Estadual para investimentos em áreas prioritárias, como educação e capacitação no serviço público. De 2003 a 2010, o DIO repassou R\$ 25,8 milhões ao Executivo, a partir das receitas próprias.

### 3.17.9 Instituto de Previdência dos Servidores do Estado

» O Instituto de Previdência (IPAJM) é o gestor único do sistema de previdência dos servidores do Estado, o ES – Previdência, centralizando todos os procedimentos relacionados à concessão e manutenção de benefícios previdenciários, bem como arrecadação e pagamento, investimentos e administração de fundos previdenciários.

Nesse sentido, o Estado do Espírito Santo foi um dos primeiros a se adequar à Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, instituindo o Regime Próprio de Previdência do Estado, enquanto gestor único do sistema.

Essa transformação se deu por meio da Lei Complementar nº 282, de 26 de abril de 2004, que organizou e unificou, na forma da Constituição Federal, o Regime Próprio do Estado, passando a ter a competência da concessão e da gestão de benefícios previdenciários – aposentadoria, pensão por morte e auxílio-reclusão, bem como arrecadação, investimentos e administração das contribuições previdenciárias dos órgãos e servidores do Estado.

O atual Regime de Previdência possui cerca de 24 mil segurados inativos e aproximadamente 5 mil beneficiários de pensão. Com a implementação da referida lei complementar, foi criado o Fundo Financeiro, que se destina ao pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público estadual até a data de publicação da LC 282/2004 e aos que já recebam benefícios previdenciários do Estado; e o Fundo Previdenciário, que se destina ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressarem no serviço público estadual a partir da publicação da LC 282.

Destaca-se que o Fundo Previdenciário apresentava, no final de 2009, uma reserva financeira, devidamente aplicada, de mais de R\$ 205 milhões de contribuições previdenciárias. O mês de julho de 2010, por exemplo, fechou com o valor aplicado (reserva) de R\$ 259.363.849,42.

» **A Imprensa Oficial tornou-se autossuficiente e chegou a repassar R\$ 25,8 milhões ao Poder Executivo**





O IPAJM AMPLIOU O QUADRO DE PROFISSIONAIS, COM A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS E CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS PERITOS. TAMBÉM DIVERSIFICOU AS ESPECIALIDADES MÉDICAS, COMO PSIQUIATRIA, CARDIOLOGIA E MEDICINA DO TRABALHO

### Perícia Médica

» Em paralelo, também em 2004, no mês de junho, o IPAJM assumiu a gestão da Perícia Médica dos servidores do Estado do Espírito Santo. Para tanto, reforçou sua equipe de profissionais médicos peritos, firmando parcerias com o Instituto Estadual de Saúde Pública (Iesp) e com a Polícia Militar (PM).

Em 2005, o IPAJM ampliou o seu quadro de profissionais, com a realização do credenciamento de médicos peritos, bem como diversificou as especialidades médicas como psiquiatria, cardiologia e medicina do trabalho. Essa ação visou a proporcionar mais agilidade e eficácia no atendimento dos segurados quando em busca dos serviços de perícias médicas.

Com a finalidade de regulamentar os procedimentos relacionados às atividades da perícia médica, o instituto criou, em 2006, o Manual de Perícia Médica. Esse material tem como objetivo informar e orientar os segurados e profissionais da Perícia Médica quanto às competências e procedimentos necessários à realização dos serviços relacionados à inspeção médica.

A partir da publicação do Decreto 1.829 – R, de 03 de abril de 2007, foi autorizado que o instituto realizasse o credenciamento de médicos peritos em todos os municípios capixabas. Assim, o IPAJM elaborou um projeto que, na época, criou mais unidades regionais de Perícia Médica.

As regiões contempladas com essas unidades seguiram o critério do número de servidores residentes nos municípios e a distância entre as localidades. Atualmente, são: Vitória, Afonso Cláudio, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Barra de São Francisco, São Mateus, Iúna, Alegre, Mimoso do Sul, Itapemirim, São José do Calçado, Montanha e Linhares.

A instalação dessas novas unidades visa a facilitar e a conceder um melhor atendimento aos servidores efetivos ativos que residem no interior do Estado. A ação é importante para, principalmente, atender aqueles que estão doentes, com dificuldades de locomoção física e até mesmo financeiras.

Em 2009, a Perícia Médica Central, localizada em Vitória, passou a funcionar em novo endereço. Agora, com instalações ampliadas e mais modernas, a Perícia está localizada na Rua Desembargador José Batalha, 121, no bairro Consolação, na capital.

A nova sede tem aproximadamente 500m<sup>2</sup> de área construída, possui uma recepção confortável para receber os segurados, três salas de atendimento médico, espaço para que os profissionais possam se reunir e trocar experiências sobre o trabalho, sala de espera e seis banheiros. A Unidade Central de Perícia Médica do Estado, que é de responsabilidade do IPAJM, atende cerca de 70 pessoas por dia.

### Concurso

» É válido destacar que o Instituto, após ser transformado em Gestor Único do Sistema Previdenciário do Estado, teve ampliadas suas atribuições e, portanto, foi necessário realizar a revisão de suas estruturas organizacional, física, de pessoal e tecnológica para assumir essa nova responsabilidade.

Em 2006, foi realizado o concurso público que preencheu, inicialmente, 30 vagas distribuídas por sete cargos – seis de nível superior e um de nível médio, entre advogado (quatro), assistente social (duas), contador (duas), médico perito (seis), psicólogo (duas), técnico superior (nove) e técnico médio (cinco).

No início de 2007, foi autorizada a nomeação de mais 14 concursados, nos cargos de advogado (2), médico perito (2), técnico médio (3) e técnico superior (7). A realização desse concurso foi de grande importância para o órgão, pois a instituição pôde reforçar o seu quadro de profissionais com servidores especializados, em várias áreas.

Em maio de 2009, o Governo autorizou o preenchimento de mais 22 vagas no quadro de servidores do Instituto, sendo 20 técnicos superiores e dois advogados. Esses candidatos foram aprovados no último concurso público em 2006.

Além disso, também foi autorizada a realização de um novo concurso no IPAJM. As vagas dessa seleção foram destinadas ao cargo de médico perito e, também, à formação de cadastro de reserva para outros cargos, dentre eles contador, advogado e técnico superior.

O edital do concurso foi publicado em março deste ano, no Diário Oficial do Estado, e o resultado da seleção, no dia 30 de junho. O processo aconteceu por meio de provas objetivas, para todos os cargos, e de prova discursiva, somente para o cargo de advogado, ambas de caráter eliminatório e classificatório.

### Beneficiários

» Em janeiro de 2006 foi iniciado o primeiro recadastramento presencial dos beneficiários do IPAJM. Com esse cadastro foi possível atualizar os dados dos mesmos e proporcionar o controle da legitimidade dos benefícios concedidos. É importante ressaltar que, em 2009, o IPAJM promoveu o recadastramento dos aposentados e pensionistas do regime único de previdência estadual, incluindo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado, de forma presencial – nas agências do Banestes. No caso de beneficiários portadores de incapacidade física, foram agendadas cerca de 400 visitas domiciliares na Grande Vitória e no interior do Estado.

Outra grande mudança relativa à vida do cliente do IPAJM ocorreu também em



2009. Com a aprovação da Lei Complementar (LC) nº 479, que alterou dispositivos da LC 282/2004, tornou-se desnecessária a comprovação da união estável e dependência econômica, para fins previdenciários, perante a Justiça.

Desde então, tanto a prova da união quanto a certificação da dependência econômica podem ser obtidas no próprio Instituto, por meio de justificativa administrativa. Essa nova medida tornou o processo de concessão de pensão mais ágil e objetivo, pois a norma anterior exigia a comprovação por meio de Ações Declaratórias, ajuizadas junto do Poder Judiciário, sendo que esse procedimento, por sua natureza, tem uma tramitação demorada.

### Legislação

» A idade limite para o recebimento do benefício pensão por morte, que é concedido pelo IPAJM, passou de 18 para 21 anos. Essa mudança, entre outras previstas na Lei Complementar nº 282/2204, foi realizada a partir da publicação da LC nº 539, de autoria do Governo do Estado, no dia 29 de dezembro de 2009.

Ainda em relação a esse benefício, foi incluído um novo parágrafo na LC 282, na Seção I – Dos Dependentes, que estende o direito à pensão até 24 anos, desde que o dependente não exerça atividade remunerada e esteja comprovadamente matriculado e participando efetivamente do primeiro curso de graduação em estabelecimento de ensino superior. Essa situação não era prevista na lei anterior.

Destacam-se outras alterações: a exclusão da palavra Assistência do nome do IPAJM, anteriormente intitulado “Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Espírito Santo”, e a inclusão da sigla ES-Previdência, que faz referência ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Estado do Espírito Santo.

A modificação realizada no parágrafo 1º, artigo 12, da LC 282, facilitou a vida do beneficiário do Instituto para o recebimento do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Agora, o acesso ao seu ato de aposentadoria publicado no Diário Oficial do Estado – que é o documento necessário para a aquisição do Pasep, é mais rápido. Isso porque não há mais a necessidade do prévio registro das aposentadorias pelo Tribunal de Contas (TCE-ES) para que o IPAJM possa efetuar a publicação desses atos no Diário Oficial do Estado (DIO-ES).

### Eleição

» A eleição para a escolha dos representantes dos segurados do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (ES-Previdência) – servidores ativos civis e militares e os inativos, nos Conselhos Administrativo e Fiscal do IPAJM, foi realizada no dia 01 de junho de 2010, por meio do voto direto, secreto e facultativo.

O processo eleitoral ocorreu através dos sistemas de votação eletrônico e manual – voto por correspondência. No total, foram eleitos três membros para cada um dos Colegiados. Vagas preenchidas:

#### > CONSELHO ADMINISTRATIVO:

- 1 representante dos servidores ativos civis
- 1 representante dos servidores ativos militares
- 1 representante dos servidores inativos

#### > CONSELHO FISCAL:

- 1 representante dos servidores ativos civis
- 1 representante dos servidores ativos militares
- 1 representante dos servidores inativos

Para votar, foi necessário que o eleitor levasse em consideração a categoria à qual estava vinculado, ou seja, o servidor ativo civil elegeu somente candidatos de sua categoria; o militar ativo escolheu candidatos militares ativos; e o inativo optou por candidatos inativos. Nos municípios de Afonso Cláudio, Baixo Guandu, Guaçuí, Aracruz, Nova Venécia, Alegre, Barra de São Francisco, Guarapari, São Mateus, Linhares, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Serra, Cariacica, Vila Velha e Vitória, a eleição foi processada por meio do sistema de Votação Eletrônica, através de urnas cedidas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo. Já nos demais municípios, bem como no caso dos segurados residentes fora do Estado, o processo de votação foi executado de forma manual.

### Horário de atendimento

O período de atendimento, que antes era realizado das 9h às 17h30, passou a ser feito das 8h às 18h. A Portaria nº 062-R, que regulamentou essa extensão de uma hora e meia no período de funcionamento da autarquia, foi publicada no Diário Oficial do dia 30 de abril de 2010.

## 3.18 Procuradoria Geral do Estado

» A Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (PGE) é a instituição responsável pela defesa do Estado e pela consultoria jurídica interna aos órgãos do



Poder Executivo. O órgão se manifesta em processos judiciais e administrativos em geral, especialmente os relacionados às licitações e aos contratos do Estado e à cobrança judicial de dívida. A defesa do patrimônio e do meio ambiente e a elaboração de projetos de lei, decretos, vetos e atos normativos em geral também são funções da PGE.

A principal atribuição da Procuradoria é defender os interesses do Estado de maneira preventiva e corretiva, visando a garantir a legalidade de todos os atos da administração. O trabalho desenvolvido pelos procuradores do Estado é fundamental para que os órgãos que compõem o Governo atuem de forma uniforme e coordenada.

Atualmente, a instituição conta com 97 procuradores do Estado em atividade, dos quais 14 ocupam posições de chefia. O órgão possui ainda 124 servidores administrativos. As ações e os projetos elaborados pela PGE no exercício de sua competência de defesa judicial e extrajudicial do Estado, e de assessoramento a todos os órgãos integrantes da administração estadual capixaba, vão ao encontro das metas mobilizadoras do Planejamento Estratégico do Governo do Espírito Santo.

### *Caminhada*

» Em 2003, a Procuradoria Geral do Estado, assim como os demais órgãos do Estado, enfrentava dificuldades orçamentárias que resultavam no atraso do pagamento dos servidores e dos prestadores de serviço. Mas, como também aconteceu com os demais órgãos, essa história mudou. E muito.

O orçamento destinado à PGE, que era de pouco mais de R\$ 780 mil em 2002, registrou um crescimento contínuo ao longo dos últimos anos, chegando a R\$ 3,3 milhões em 2010, o que possibilitou a realização de contratos para otimizar o trabalho do órgão, na área de informática, manutenção e publicidade.

O montante de investimentos feitos na Procuradoria em 2003 teve um salto de 1.104% em comparação ao ano de 2002, quando os recursos empregados foram de R\$ 32 mil. Os altos investimentos se mantiveram elevados desde então, registrando a média de R\$ 405 mil anuais. Esses recursos foram aplicados na reestruturação, reforma e ampliação do espaço físico do órgão e também na substituição do mobiliário e aquisição de equipamentos de informática.

### *Concurso público*

» Demanda antiga, dois concursos públicos para o cargo de procurador do Estado foram realizados nos últimos cinco anos e duplicaram o quadro de profissionais em atividade.

Para permitir melhor acompanhamento dos processos do Estado, foram criadas novas setoriais, merecendo destaque a Procuradoria do Estado na capital federal, cuja atuação é de grande importância para os órgãos da Administração Pública. É ela quem auxilia na tramitação de processos judiciais nos Tribunais Superiores e dos processos administrativos no Governo Federal.

### *Precatórios*

» A absoluta falta de controle em relação aos precatórios judiciais já vencidos foi identificada em 2004 e levou a PGE a tomar medidas em busca de identificar os débitos do Estado na Justiça Estadual e do Trabalho. Uma comissão formada pela Procuradoria organizou um relatório chamado Listagem Geral de Precatórios, cruzando informações fornecidas pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) 17ª Região e pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Com base nesses dados, foi possível quitar todas as pendências relativas a obrigações de pequeno valor.

Em 2007, o Estado começou a propor acordos com credores de precatórios. Em 2009 foram realizados acordos em 75 processos envolvendo 2.122 credores. O deságio negociado com os credores foi de até 50% respeitando o limite mínimo de R\$ 8.517,34.

No ano de 2010, o Estado aderiu ao Regime Especial de pagamento de precatórios, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62. O Decreto nº 2.482 determinou a destinação anual de 2% da receita corrente líquida estadual para a quitação do débito.

Cinquenta por cento dos recursos, que são depositados em conta do Poder Judiciário, são destinados para o pagamento de precatórios em ordem cronológica. Os 50% restantes são usados para o pagamento por acordo com os credores. Por meio desses recursos foi possível que o Tribunal de Justiça e o TRT promovessem a liquidação de aproximadamente 700 precatórios em 2010, o que representa a quitação de 63% do total de processos.

### *Cálculos e perícias*

» Até 2004, os cálculos de processos judiciais eram realizados pelos próprios procuradores, que não possuíam instrumentos adequados para obtenção de resultados eficientes. Para solucionar essa questão, foi criada então a Gerência de Cálculos e Perícias, na qual passaram a atuar profissionais da área de contabilidade, que fizeram a conferência e recálculo dos valores cobrados do Estado em juízo. A economia proporcionada ao Estado nos últimos anos por meio da correção de valores de processos já ultrapassa R\$ 260 milhões.

**A ECONOMIA  
PROPORCIONADA  
AO ESTADO NOS  
ÚLTIMOS ANOS POR  
MEIO DA CORREÇÃO  
DE VALORES DE  
PROCESSOS JÁ  
ULTRAPASSA R\$ 260  
MILHÕES**



### *Novos procedimentos*

» A Lei Complementar 265, de 2003, regulamentada pelo Decreto 1.955-R, de 2007, padronizou os registros de convênios realizados por secretarias e autarquias, o que deu mais agilidade e eficiência aos processos de contratação e estabelecimento de parcerias.

Antes dessa medida, todos os trâmites passavam pela Procuradoria, gerando acúmulo de trabalho no órgão e lentidão no andamento das contratações. Com a padronização, o processo foi descentralizado e o órgão foi dispensado de realizar a análise prévia de todos os processos.

### *PGE.Net*

» O controle dos processos na Procuradoria foi implantado em 2004 a partir da criação do Sijaf.net. Antes do sistema, a inspeção dos processos era feita utilizando processadores de texto, planilhas, cadernos e outros programas isolados. Com o Sijaf.net o sistema de controle de processos sob a responsabilidade da PGE passou a ser feito de forma mais abrangente e eficaz.

Depois de operar durante três anos, o Sijaf.net não atendia mais a todas as necessidades de controle e informação que a Procuradoria demandava. Por isso, em 2007, um novo programa foi adquirido: o PGE.Net, desenvolvido especialmente para atender às necessidades do órgão.

O programa permitiu melhor gestão dos processos – desde a distribuição para o procurador até o arquivamento – em meio eletrônico, eliminando o uso de papel e proporcionou ganho de tempo, economia e segurança.

Visando a dar suporte ao sistema PGE.Net, foi criada a Central de Cadastros de Processos (CCAD), para padronizar o procedimento de cadastro e evitar interpretações diversas de um mesmo fato. Sem o CCAD, cada setor cadastrava seus processos e eram identificadas diferenças na forma de registrar os dados.

### *Virtualização de cobrança*

» Com o objetivo de dinamizar a cobrança da dívida ativa, a Procuradoria empreendeu ações para virtualizar a tramitação desses processos. Em parceria com o Tribunal de Justiça e a Secretaria de Estado da Fazenda foi concretizado, em 2010, o projeto de virtualização do processo de execução fiscal, que possibilitará o ajuizamento de um maior volume de processos em menor tempo, cobrando com maior rapidez e eficiência os créditos do Estado.

### *PGE na web*

» Em 2004, foi lançado um endereço eletrônico para a Procuradoria ([www.pge.es.gov.br](http://www.pge.es.gov.br)). No site era disponibilizado um canal aberto por meio do qual o órgão divulgava suas atividades. O Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (Prodest) realizou uma reformulação da página em 2008 e deu ao endereço uma nova versão com visual mais leve e operações simplificadas para facilitar a navegação.

No endereço, é possível acompanhar o andamento dos processos administrativos que entram na PGE, além de obter informações sobre o acervo da biblioteca do órgão e sobre o conteúdo das revistas jurídicas que a PGE assina, por meio do serviço de Alerta.

### *Biblioteca*

» Em 2003, o acervo da Biblioteca da Procuradoria estava completamente desatualizado e carente de um mecanismo de controle de empréstimos. Muitos títulos raros eram perdidos ou armazenados de forma inadequada. Em 2005, a PGE adquiriu um software que possibilitou o total controle dos empréstimos e maior agilidade na consulta ao acervo.

Investimentos na aquisição de novos livros, além das mudanças de espaço físico e mobiliário, como a aquisição de estantes deslizantes, otimizando o espaço e garantindo a melhor conservação das obras também foram realizados. Um profissional com formação específica para atuação na área foi nomeado e foi formada uma nova equipe de trabalho para o setor.

### *Capacitação profissional*

» A necessidade de desenvolver programas de atualização, aprimoramento profissional e integração entre os procuradores do Estado culminou com a criação, em 2005, da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado. O objetivo da instituição é organizar, coordenar e promover cursos, simpósios, seminários, palestras e outras atividades relacionadas à especialização dos profissionais. O Encontro Capixaba de Direito do Estado em parceria com a Procuradoria Geral do Município de Vitória, que já está em sua quarta edição, é uma das ações de destaque da Escola.

### *Revista da PGE*

» A retomada das atividades da Revista da Procuradoria, por meio da qual são veiculados artigos de integrantes da advocacia pública e da comunidade jurídica



em geral, em 2005, foi outro importante passo em busca de um diálogo mais eficaz com o setor jurídico.

O incentivo à produção acadêmica e à atualização é um fator de grande importância no desenvolvimento das atividades dos procuradores na defesa dos interesses do Estado.

### 3.19 Controle e Transparência

» Controle e transparência – se não fossem esses dois gestos um requisito republicano considerado fundamental para o Governo, a sua adoção prioritária teria ocorrido simplesmente por uma exigência inarredável de moralização do Executivo estadual, em função do descontrole e do desgoverno que sombrearam a gestão pública capixaba na virada do milênio.

Para reverter o quadro de descaso e desgoverno encontrado em 2003, foi necessário que todas as equipes com atuação nos setores de gestão governamental passassem a desenvolver seu trabalho de forma ética, fundamentados na transparência das ações e na adoção de ferramentas de controle interno.

Ao mesmo tempo que eram implantados os projetos governamentais, havia também a inserção de medidas preventivas de controle, com o objetivo de tornar o gasto público mais focado e garantir os resultados dos investimentos.

Em 2003, a Auditoria Geral do Estado (AGE), antecessora da Secretaria de Controle e Transparência (Secont), estava com a estrutura física sucateada e com quadro reduzido de servidores por falta de investimento em qualificação. Para se ter uma ideia, havia somente 28 auditores para realizar a fiscalização em todos os 78 municípios do Espírito Santo.

Ao longo de seis anos, o órgão passou por um realinhamento, e uma nova organização estrutural foi estabelecida. Uma ampla revisão de procedimentos foi promovida e resultou em mais economia de tempo e de recursos financeiros para o Estado.

Logo no primeiro ano houve a implantação de uma Coordenação de Convênios, com o objetivo de acompanhar a distribuição e os investimentos repassados por meio de parcerias firmadas entre os governos Estadual e Federal e entidades privadas. Em 2004, a AGE teve sua estrutura organizacional modificada com a criação do Conselho dos Auditores e as coordenações da AGE.

Outra importante realização foi o concurso público para a seleção de pessoal, o que não ocorria havia 12 anos. Vinte novos profissionais foram incorporados ao

quadro da AGE. Esse conjunto de ações realizadas fez do Espírito Santo referência nacional em controle e transparência.

Em 2005, instituiu-se o Código de Ética do Servidor. A regulamentação resulta de uma iniciativa da Secretaria de Gestão e Recursos (SeGer), em parceria com a Auditoria Geral do Estado e a ONG Transparência Capixaba. O texto original do documento, disponível durante um mês na internet, recebeu sugestões da sociedade civil, que contribuiu para a alteração e a redação definitiva do Código.

#### 3.19.1 De auditoria a secretaria

» De acordo com a Lei Complementar nº 478, em 2009, a AGE foi transformada em Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont), tendo sua área de atuação ampliada no âmbito do Governo Estadual.

Entre as atribuições da Secont estão a promoção de políticas de transparência de gestão e a ampliação dos mecanismos de controle dos bens públicos a partir da abertura de canais que ampliem a participação do cidadão no processo de avaliação e fiscalização das ações governamentais.

A supervisão técnica e a instrução dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno, a implantação de procedimentos de prevenção e combate à corrupção e a administração do Portal da Transparência são outras competências da Secretaria.

A equipe da Secont também tem a função de determinar a prestação de contas, a apuração de fatos e a identificação dos responsáveis por eventuais danos e desvios do patrimônio público.

A organização do setor de controle e transparência também foi viabilizada por um plano estratégico, que é periodicamente revisado para definir as principais prioridades do Plano Anual de Auditoria (PAAI). A seguir, os principais projetos e ações em desenvolvimento.

#### *Auditoria Baseada em Riscos*

» As atividades de controle interno e de gestão de riscos são instrumentos gerenciais fortemente institucionalizados na administração pública de vários países do mundo. Nesse contexto, o Estado do Espírito Santo não poderia manter-se alheio. A Secont vem implantando mecanismos de adoção desses instrumentos em função da essencialidade dessas ferramentas para maximizar a eficiência, eficácia, efetividade e transparência na gestão pública.

A partir do segundo semestre de 2010, iniciou-se a implementação do Projeto



Auditoria Baseada em Riscos, visando a minimizar os efeitos da incerteza na consecução dos objetivos pretendidos, por meio da mensuração e avaliação dos impactos das situações que possam impedir ou dificultar a realização de um objetivo.

### *Sistema Informatizado de Auditoria (Control-ES)*

» O Control-ES, em fase de implantação pela Secont, é um sistema informatizado de gestão e realização de auditoria governamental desenvolvido especificamente para a administração pública.

Essa ferramenta possibilitará a padronização dos procedimentos de auditoria, a criação de uma base de conhecimentos produzidos, a elaboração e execução do planejamento dos trabalhos, estruturado numa matriz de risco baseada nos critérios de materialidade, criticidade, relevância e impactos das fragilidades e potencialidades.

Com a utilização do Control-ES, a Secont conseguirá elevar consideravelmente o padrão de qualidade dos trabalhos desenvolvidos, com a otimização dos recursos disponíveis e maximização dos resultados, impactando positivamente na melhoria dos controles internos das instituições governamentais e, conseqüentemente, viabilizando a transparência da gestão pública.

### *Unidades Setoriais de Controle*

» O segundo semestre de 2010 foi o marco de início da implantação das Unidades Setoriais de Controle Interno (USCIs) nas Secretarias da Saúde e da Educação, no DER e Iopes.

Com a implantação das Unidades, será possível acompanhar os procedimentos em todas as fases, aprimorando os mecanismos de controle interno das atividades governamentais e de gestão, imprimindo maior segurança para o gestor público e ao mesmo tempo reduzindo o tempo entre a realização da ação de controle e a decisão administrativa.

### *Diligências nas Empresas Terceirizadas*

» Para solucionar as demandas trabalhistas contra o Estado, oriundas de empregados de empresas prestadoras de serviços, a Lei Complementar nº 508/2009 ampliou a competência da Secont para realizar diligências nas empresas parceiras do Estado, com vistas a avaliar os riscos de descontinuidade na prestação dos serviços e empregar os meios precisos, visando a avaliar o cumprimento das obrigações trabalhistas e fiscais, entre outras.

A equipe destacada para a implantação desse projeto recebeu treinamento intensivo e finalizou a etapa de praticagem e, a partir de setembro, iniciou o primeiro trabalho de avaliação de empresas que prestam serviços terceirizados para o Estado.

### *Portal da Transparência*

» O Portal da Transparência, concebido com o intuito de dar transparência aos atos públicos por meio de participação do cidadão, facilitando seu acesso e acompanhamento da despesa pública no ato de sua execução, comemora seu primeiro ano de existência com mais de 70.000 acessos e centenas de manifestações encaminhadas à Ouvidoria, o canal de comunicação entre o Governo e o cidadão.

Em julho de 2010, a ONG Contas Abertas realizou avaliação dos Portais dos Estados e da União. A avaliação foi feita por um comitê formado por especialistas em finanças e contas públicas, definindo, assim, o Índice de Transparência que desenvolveu o ranking que classifica os Portais pelo maior e menor grau de transparência. Nessa primeira classificação, o Espírito Santo ficou em 8º lugar entre os Estados da Federação, com nota acima da média nacional.

A avaliação mostrou que o Portal da Transparência do Governo do Estado está no caminho certo e possui uma demanda importante para evoluir e se tornar ainda mais completo para o cidadão.

Em processo de aprimoramento contínuo, no mês de agosto de 2010 foram lançados novos produtos e outros estão em fase de análise, o que facilitará a pesquisa por parte do cidadão, e, também, ampliará a possibilidade de acompanhamento da aplicação dos recursos públicos. Com isso, a expectativa é de que se alcance uma posição ainda melhor no ranking nacional.

### *Observatório da Despesa Pública (ODP)*

» O Observatório da Despesa Pública (ODP), que está em desenvolvimento na Secont, é um projeto que tem como objetivo o acompanhamento dos gastos governamentais, visando a contribuir para o aprimoramento do controle interno e sua utilização como ferramenta de apoio à gestão pública.

O ODP será construído para aplicar metodologia científica, apoiada em tecnologia da informação, na produção de conhecimentos capazes de subsidiar e acelerar a tomada de decisões estratégicas por parte dos gestores públicos, por meio do monitoramento dos gastos públicos. Ele consolida e analisa informações a partir de um esforço integrado de todos os órgãos do Poder Executivo Estadual, transformando dados em conhecimento de alto valor agregado, contribuindo para aumentar a transparência da gestão e prevenir a corrupção.



### Manual de Gerenciamento de Projetos

» A gestão de projetos é um instrumento eficiente que permite focar prioridades, implementar as mudanças exigidas, fornecer técnicas que auxiliem no atingimento das metas e gerenciar processos. Além disso, a gestão de projetos favorece, ainda, o desenvolvimento e a capacitação gerencial.

Nesse sentido, a Secont está editando seu Manual de Gerenciamento de Projetos, com o objetivo de padronizar a sistemática de gerenciar os múltiplos projetos em desenvolvimento no Poder Executivo Estadual.

### Reforço do Quadro Técnico

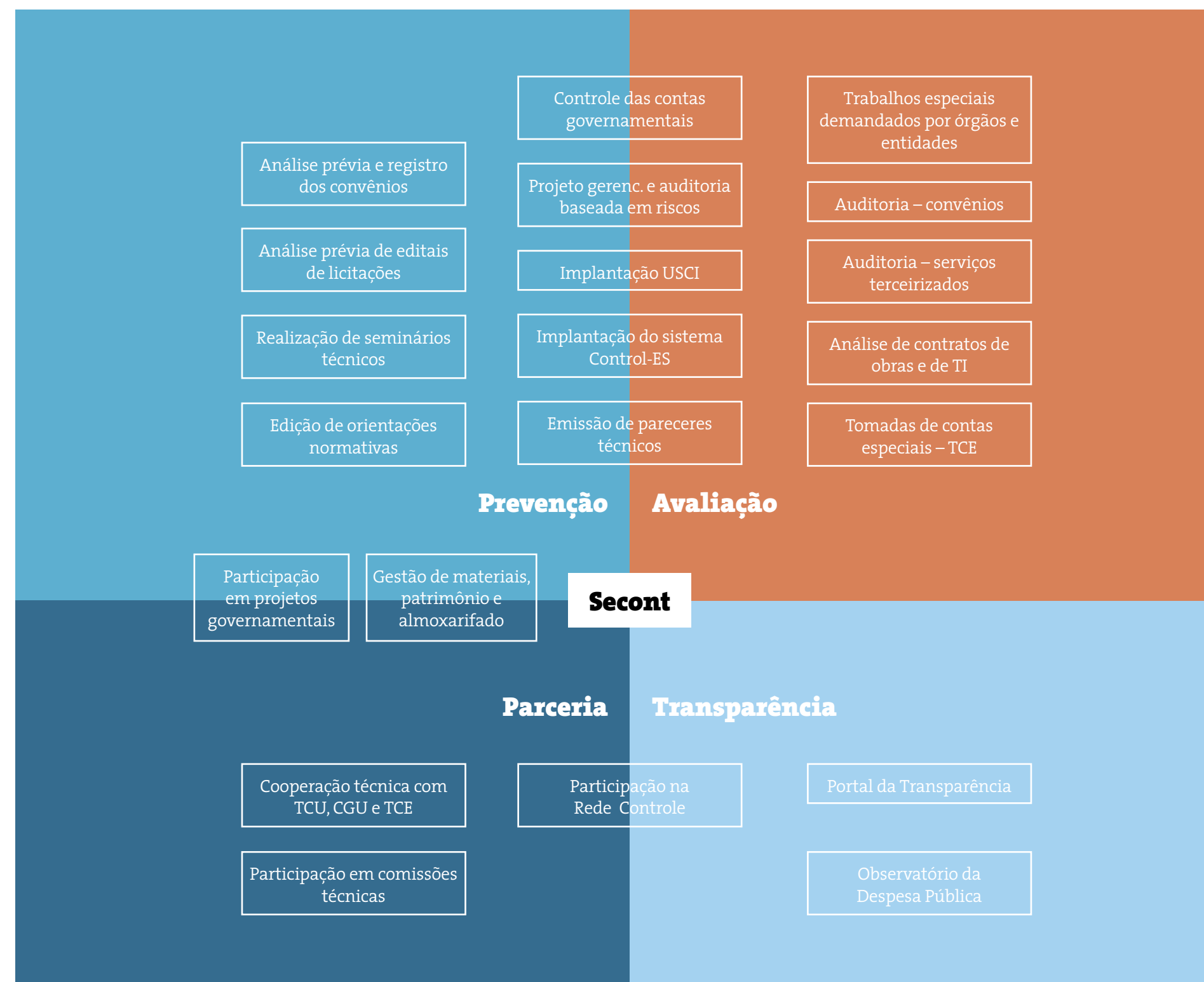
» No decorrer deste ano o quadro técnico da Secont recebeu o reforço de 27 auditores aprovados em concurso público de provas e títulos. As nomeações foram divididas nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Direito e Tecnologia da Informação. Todos os auditores passaram por treinamento e reforçarão as diversas coordenações da Secont, assim como as Unidades Setoriais de Controle Interno.

### Treinamento e Capacitação

» Com os inúmeros projetos em implantação e outros em desenvolvimento na Secretaria, não podia ser diferente: o investimento em capacitação tem sido prioridade. Além disso, a Secont considera que seu principal ativo é o servidor. Portanto, a concepção de um programa de treinamento visa a potencializar a melhoria da eficiência dos serviços prestados, além de contribuir tanto para o crescimento do indivíduo como pessoa e profissional, quanto para o desenvolvimento da instituição em relação ao resultado oferecido à sociedade.

### Estratégia de Atuação

» No decorrer do exercício de 2010, a Secont continuou pautando suas ações na modernização de sua estrutura investindo em: tecnologia da informação, recursos humanos bem selecionados e treinados, implantação dos projetos definidos no planejamento da instituição e atuando estrategicamente com foco na prevenção, parceria, transparência e avaliação, priorizando as atividades demonstradas na figura ao lado:





## 3.20 Defensoria Pública

» A Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, órgão garantidor de acesso jurídico integral e gratuito ao cidadão capixaba, adotou a partir de 2003 um programa de gestão diferenciado, aumentando em mais de 400% o número de atendimentos, ampliando em 150% a quantidade de audiências, mutirões e diversas ações pontuadas. Conforme se verificará a seguir, houve uma série de avanços em todas as áreas da Defensoria.

### Carreira

» A Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPEES) foi criada em 1975, institucionalizada em 1994, e definitivamente reconhecida como carreira no ano de 2006 com a realização do primeiro concurso público para defensor público, com o ingresso de 100 novos defensores públicos.

No ano de 2009, o Governo do Estado promoveu um novo concurso público, desta vez sendo nomeados 80 novos defensores públicos, totalizando até setembro de 2010 um quadro de 195 defensores para dar atendimento aos 78 municípios do Estado do Espírito Santo.

Os concursados participaram de cursos de formação, capacitação e ambientação na carreira. Foram formados eficazmente 80 novos defensores públicos para o bom atendimento à população.

Em janeiro de 2010, através do Decreto nº 538-R, os defensores públicos do Estado obtiveram um plano de cargos e salários, passando a ser sua remuneração nominada e paga como subsídio, agregando tempo de carreira com o nível, assegurado com promoções e ascensão, fator gerador de direitos no exercício de suas atividades e função.

### Núcleos

» De 2003 a 2010, foram abertos e reformados Núcleos de Atendimento em todas as regiões, passando de cinco para 27 o número desses espaços de atenção ao cidadão. Entre os anos de 2007 e 2010 foram inaugurados:

- > Departamentos de Atendimento e Triagem (DATs), em todos os Núcleos da DPEES;
- > Núcleo Especializado DNA Cidadão, na Rua Pedro Palácios, nº 60, Ed. João XXIII, Cidade Alta – Vitória;
- > Núcleo Especializado Maria da Penha, na Rua Campinho, 96, Centro, Serra;
- > Núcleo Especializado em Execuções Penais (Nepe), na Av. Antonio Ferreira de Queiroz, 4.471, Centro, Vila Velha;

- > Núcleo dos Tribunais (Tribunal de Justiça, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal);
- > Núcleo dos Endividados;
- > Núcleo da Cidadania, na Casa do Cidadão.

A criação dos Núcleos representou um grande avanço, proporcionando e garantindo total acesso à Justiça. Só no ano de 2009, foram 598.000 atendimentos em diversas áreas do direito, com práticas inovadoras e atendimento específico ao consumidor, à mulher vítima de violência, aos apenados, ao condenados a penas alternativas, aos que estão em busca da paternidade reconhecida.

### Fadepes

» Criado no ano de 1997, através da Lei Complementar 105, o Fundo de Aparentamento da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (Fadepes) garante melhores condições de estruturação da Defensoria Pública. Os recursos são fruto de verbas honorárias oriundas do Poder Judiciário para crédito da Defensoria. Houve um crescimento de aproximadamente 1.350%, passando de R\$ 7.000,00 para R\$ 120.000,00 ao ano, demonstrando assim a qualidade dos serviços prestados e a credibilidade da Defensoria junto ao Poder Judiciário.

### Reestruturação

» Para prover melhores condições de trabalho aos defensores públicos do Estado do Espírito Santo, foram adotados projetos de estruturação e adquiridos notebook, novos computadores, impressoras a laser, mobílias personalizadas, salas de espera com TVs e DVDs e sistema modernizado de senhas eletrônicas, com normatização, modernização e avanço nos atendimentos e serviços oferecidos pela Defensoria.

### Mutirões

» Denominadas Ações Sociais Organizadas, de 2007 a 2010, foram realizados mais de 2 mil mutirões, englobando atendimento e orientações jurídicas nas ações globais de cidadania, entidades civis organizadas, movimentos religiosos, ONGs, projetos governamentais federais, estaduais e municipais, etc.

A Defensoria Itinerante garantiu ao cidadão capixaba atendimento pontuado em toda a Região Metropolitana da Grande Vitória e áreas rurais, alcançando todos os municípios do Estado, garantindo, com isso, o Prêmio Inovés – Inovação em Gestão Pública –, quesito Atendimento ao Cidadão, no ano de 2008.



### Área criminal

» Na área criminal muitas foram as conquistas, em especial para os apenados e presos provisórios do Estado. Nos mutirões prisionais e dezenas de mutirões judiciais na área criminal em todos os municípios capixabas, foram analisados mais de 15 mil processos, tendo sido atendidas em torno de 4.500 famílias.

Com a equipe que integrou o Projeto de Assistência Integral aos Presos e Seus Familiares, bem como na ação Em Defesa do Sentenciado, executada por meio de convênios firmados entre os governos Federal e Estadual, através do Ministério da Justiça – Secretaria de Reforma do Judiciário – Pronasci, foram ultrapassadas todas as metas. Foram obtidos atendimentos semanais em todo o sistema carcerário, mais agilidade no andamento dos processos que tramitam na Justiça, pedidos de progressão de regime, livramentos condicionais, liquidação de pena, extinções de pena, pedidos de ações administrativas, salvo-conduto, habeas corpus, diligências e recebimento de flagrantes.

Em 2010, através das Defensorias de Ofício, foi possível localizar defensores públicos do quadro de carreira em 95% das varas criminais que integram a Região Metropolitana da Grande Vitória e demais municípios do interior nas execuções penais. Para tanto, foram criados os seguintes meios: Núcleo das Execuções Penais (Nepe), Núcleo de Apoio às Execuções Penais (Ganepe), Central de Flagrantes, Tribunal de Júri, Grupo Recursal. De 2001 a 2010, foram realizados mais de 3 mil júris sob a assistência integral e gratuita da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo.

A instituição ampliou e dinamizou a rede de informação, integrando cadastro de localização de presos, requisição/Polinter, recebimento de flagrantes, chegando ao número de 2.600 habeas corpus nos últimos anos.

Os presídios femininos e agrícolas do Estado receberam atendimento especializado e específico dentro do programa de valorização do capital humano. Registra-se a criação de políticas públicas criminais em diversas esferas do poder público, com parcerias relevantes, junto ao Poder Judiciário Estadual, Secretaria da Justiça, Secretaria de Segurança e demais áreas convergentes ao tema.

### Área cível

» Na área cível, a Defensoria, além dos mutirões institucionais e judiciais em parceria com diversas organizações da sociedade civil, órgãos municipais e secretarias estaduais, inovou e implantou políticas específicas no atendimento ao idoso, à criança e ao adolescente, à mulher, com destaque para a esfera dos direitos humanos, no combate à homofobia, na atenção aos quilombolas, na erradicação à tortura, no direito do consumidor e nas Varas de Família, com

atendimento diário, plantões judiciais e mutirões institucionais. Também foram criadas cartilhas, visando a dar orientação, educação e conhecimento sobre os direitos de todo cidadão e cidadania.

No ano de 2009, a Defensoria foi considerada a quarta Defensoria mais produtiva do País, tendo sido de forma especial reconhecida com prêmios e convites para expor, por todo o Brasil, programas e projetos.

A Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo tem como marco, nesses últimos oito anos, o investimento na qualidade e na expansão dos serviços prestados, a ampliação do quadro de servidores, a instalação de novos núcleos de atendimento e a expansão e padronização dos serviços, garantindo melhor atenção aos cidadãos e o fortalecimento institucional. Dessa forma, com uma nova Defensoria, forte e estruturada, contribui para a construção de um novo Espírito Santo.

» **A Defensoria Pública se reestruturou, ampliou o quadro de servidores e melhorou as condições de atendimento à população**





### 3.21 Comunicação

» Na visão gramsciana da história, um dos fundamentos da vida republicana e democrática é o permanente diálogo entre as instituições da sociedade política (poderes públicos) e os personagens e entes da sociedade civil (cidadãos, igrejas, sindicatos, imprensa, empresas, associações, etc.).

É por meio desse diálogo que são debatidos os principais problemas e questões de uma comunidade (bairro, município, Estado, País), promovendo-se a produção de consensos e decisões coletivas, tendo em vista a construção da civilização e da cidadania para o conjunto da sociedade.

Através da comunicação pública, presta-se conta de ações e políticas de governo, debatem-se os desafios socioeconômicos e mobiliza-se em função de causas essenciais ao avanço da vida em coletividade.

É com essa visão que se estruturou o setor de comunicação pública do Governo do Estado do Espírito Santo, a partir de 2003. Uma comunicação do Governo com a sociedade por meio dos veículos de comunicação de massa – potentes intermediários no diálogo com a população –, mas também através de mídias próprias, como livros e sites da internet. Trabalham-se conteúdos informativos e educativos, por meio de linguagens jornalística, publicitária e documental.

Ressalte-se que esse movimento de mobilização e comunhão de informações é fundamento do método de trabalho adotado pelo Executivo em 2003: o mutirão interinstitucional e a convocação de homens e mulheres de bem do Estado a fazerem a mudança, a promoverem a superação, a produzirem a diferença e a compartilharem do avanço.

#### 3.21.1 Comunicação pública

» A Superintendência Estadual de Comunicação Social (Secom) é um órgão subordinado diretamente ao governador do Estado e atua no planejamento e coordenação das políticas de informação, divulgação e publicidade de atos, projetos e processos do Poder Executivo Estadual. A seguir, os principais projetos e ações de comunicação pública.

#### *Rede de comunicação*

» Consciente de que o diálogo com a imprensa é fundamental para o diálogo com a população e as entidades da sociedade civil como um todo, uma das primeiras medidas do novo Governo do Estado, ao assumir em 2003, foi a estruturação de uma





**Parque Estadual Cachoeira da Fumaça Alegre**

FOTO: DAVID PROTTI

rede de assessores de comunicação, articulando a mediação entre as secretarias e órgãos estaduais e os veículos de imprensa capixabas e nacionais, administrando estrategicamente a imagem em mídia espontânea do poder público.

São 75 assessores de comunicação de secretarias, órgãos e autarquias do Estado, responsáveis pelo atendimento cotidiano à imprensa, sob a coordenação e diretriz da Superintendência Estadual de Comunicação Social, por meio de sua Superintendência Adjunta de Imprensa, que orienta, consulta e valida as ações e estratégias de comunicação para a estrutura de Governo.

O trabalho eficaz dos assessores da rede e de sua coordenação permitiu a ampliação do relacionamento do Governo com os veículos de comunicação regionais, bem como a ampliação do alcance das notícias capixabas para as mídias nacionais.

### *Mídias Eletrônicas*

» A internet avançou num dinamismo sem precedentes nesse período e o Governo do Estado investiu no diálogo por meio da rede mundial de computadores. É uma ferramenta de comunicação dialógica, ou seja, em que se fala e se ouve, em mão dupla, por meio da qual comunica-se com as instituições e os cidadãos conectados.

Uma das principais ações foi a reformulação do sítio [www.es.gov.br](http://www.es.gov.br), realizada no início da gestão, transformando essa mídia no portal do Governo. O portal é uma funcional e reputada agência virtual de notícias multiuso, contemplando a difusão de informações jornalísticas (notícias, fotos, vídeos) e de projetos de Governo (relatórios, planilhas, etc.), o que auxilia na interface com a imprensa e no processo de transmissão de informação à sociedade civil.

A criação desse portal visou à consolidação do Governo do Estado como fonte para o jornalismo regional e nacional, ampliando o acesso das redações às pautas de Governo, coesas e sem ruídos. Confere velocidade, credibilidade e profissionalismo à comunicação pública no Espírito Santo, sendo utilizado como diferencial junto às redações de jornais e a diversos segmentos sociais.

O site é referência de serviço e notícia também para a população, que muitas vezes pode se ver no portal como agente participante das ações que visam a melhorar sua vida como cidadão. Há a prestação de serviços on-line, com links específicos sobre Carteira de Identidade, Atestado de Antecedentes Criminais, CPF, CNH, Título de Eleitor, Certidões Negativas, cuidados com a família, dicas e informações sobre serviços de saúde e educação, acesso on-line a contas de água, luz e telefone, ofertas de empregos e de estágio.

Além do site, o Governo do Estado do Espírito Santo conta com canais de vídeos no YouTube, disponibilizando o acervo de publicidade e jornalístico produzido pela Secom nesta plataforma, ampliando o alcance de suas mensagens na rede.



### *Mídias próprias*

» Num tempo em que a sociedade se relaciona em grande medida por meio da troca de informações, forma opinião, toma decisões e estabelece diferentes diálogos por meio dos conteúdos informacionais que acessa, a intensa comunicação por parte dos governos com a população, que é um preceito republicano e democrático, torna-se uma obrigação. Isso porque os governos não podem estar dissociados da cultura em que estão imersos, sob pena de ostracismo e falta de credibilidade e representatividade.

Nessa direção, além dos canais tradicionais, via assessoria de imprensa e campanhas publicitárias, o Governo do Estado tem investido em canais próprios e mídias diferenciadas de comunicação.

Uma experiência de marketing inovadora e bem-sucedida se transformou em um programa institucional de Governo na internet, sendo hoje produto referência para pauta e produção jornalística das emissoras de televisão regionais e nacionais. O informe publicitário ES em Dia veiculou informações de formatação jornalística em espaço publicitário de TVs abertas e rádios de 2007 a 2009, num total de 288 edições.

O sucesso foi tão reconhecido que, ao final do período de veiculação, foi revisto e reestruturado em um novo produto: o ES em Dia WEB. Trata-se de um produto jornalístico dividido em uma série de reportagens por semana, cobrindo a agenda de Governo por todo o Estado. Veiculadas no portal do Governo e no canal do YouTube, permite à sociedade acompanhar as ações, eventos e resultados de gestão, dividindo informação de norte a sul do Espírito Santo por meio da internet.

Como complemento aos modernos produtos de comunicação eletrônica, e a fim de consolidar as ações governamentais, a história do Espírito Santo neste ciclo de gestão foi toda registrada em livros de prestação de contas e de resgate de aspectos da memória histórica, de alta qualidade editorial e padrão gráfico.

Registrar fatos e passagens da história em suportes com vocação à permanência é fundamental para a constituição de uma memória comum. Isso porque, sem memória, pouco se pode avançar efetivamente na construção de uma sociedade sempre melhor e mais justa para todos.

### *Marketing*

» Atenta à imperiosa responsabilidade de zelar pela imagem institucional, bem como de prestar contas de investimentos, estratégias e resultados das ações do Governo, a Superintendência Estadual de Comunicação Social construiu e consolidou a comunicação institucional do Governo do Estado do Espírito Santo entre 2003 e 2010.

Com estratégias alinhadas às necessidades e demandas das secretarias, órgãos e autarquias do poder público, e por meio da atuação em rede das estruturas de comunicação, planejamentos de publicidade e marketing foram desenhados e executados, alcançando temas de relevância para a comunidade capixaba.

Por meio das campanhas publicitárias, pode-se fazer um retrato da caminhada de travessia e também das conquistas do percurso. Os próprios slogans do Governo, frases por meio das quais se pretende marcar a principal característica do Executivo em determinado momento histórico, formam um painel da trajetória dos últimos anos. “Governo da Mudança” (2003), marcando o início de uma gestão inovadora; “A Hora é Essa” (2004), como um marco de oportunidade de mudança; e “Um Novo Espírito Santo” (a partir de 2007), mostrando que uma nova história está sendo escrita no Estado.

Diversas campanhas institucionais foram elaboradas a partir do caminhar capixaba, mostrando conquistas e desafios. São campanhas que falam de Reconstrução, Confiança, Trabalho, Mudança, Ética, Avanço, Oportunidades, Identidade Capixaba, Superação, Conquistas, além de campanhas educativas e de interesse público.

Para promover a transformação de sua imagem junto ao País, passo importante para a conquista de apoio, representatividade e investimentos socioeconômicos em âmbito nacional e internacional, os planejamentos de mídia foram ousados e inovadores. Passaram a delinear estratégias de alcance nacional, projetando a imagem positiva do Espírito Santo para outros Estados brasileiros, promovendo o turismo e a captação de investimentos.

Esse planejamento também contemplou as redes e veículos do interior do Estado, levando as mensagens institucionais e de prestação de contas do Governo a 128 veículos regionais nos 78 municípios do Espírito Santo, fomentando o mercado de comunicação e promovendo a transparência e equidade de seus investimentos em publicidade.





A VIDA EM  
OITO ANOS

*Cap. IV*



## Cap. IV A Vida em Oito Anos

» Qual o tempo necessário para se operar uma grande transformação? Dias, segundos, meses, décadas, séculos? Em termos históricos, as transformações se contam em gerações. Ou seja, esperam-se diferenças marcantes a cada “espaço de tempo correspondente ao intervalo que separa cada um dos graus de uma filiação, avaliado em cerca de 25 anos”, conforme definição do dicionário Houaiss para o termo “geração”.

No Espírito Santo, a transformação socioeconômica e política foi bem mais veloz. Oito anos. Quase três mil dias. Entre os anos de 2003 a 2010, os capixabas passaram a experimentar uma vida diferente, para além da constatação óbvia de que o tempo não para e muda a cada instante.

A partir da reconstrução político-institucional, uma nova história começou a ser escrita. As terras capixabas se tornaram mais ricas. Entre 2003 e 2009, o total da riqueza produzida (Produto Interno Bruto) no Espírito Santo cresceu 31%. Nesse mesmo período, o PIB do Brasil cresceu 27%. Mesmo com a crise que tomou conta do mundo entre 2008 e 2009, estimativas do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) mostram que a economia estadual irá crescer algo próximo a 10% em 2010. Ou seja, a geração de prosperidade não para, pelo menos por aqui.

Para gerar riqueza é preciso empregar, distribuindo renda entre todos. No emprego formal, o Espírito Santo apresentou crescimento acumulado de 49,8% no nível de empregados com carteira assinada no período de 2002 a 2009, sendo superior à taxa verificada para o Brasil (+40,3%).

Esse resultado observado no Espírito Santo coloca o Estado na primeira posição entre as Unidades da Federação que mais geraram postos de trabalho no período, ficando acima de Estados mais dinâmicos e tradicionais, como São Paulo (+43,1%), Minas Gerais (42,5%), Rio de Janeiro (+37,8%) e Rio Grande do Sul (+32,2%).

Nunca se abriu tantas vagas de emprego no Estado do Espírito Santo. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), entre outubro de 2009 e setembro de 2010, foram criados 41.720 novos postos de trabalho, um recorde para o período de 12 meses. A expectativa é que o ano de 2010 supere 2005, quando se registrou o maior crescimento na abertura de vagas, desde 1999, quando a pesquisa começou a ser feita.

O número de capixabas extremamente pobres e pobres foi reduzido em centenas de milhares. O maior crescimento da renda obtida pelos menos favorecidos possibilitou a redução das desigualdades. A renda dos 10% mais pobres cresceu 8% na média anual entre 2003 e 2009. A renda dos 10% mais ricos também cresceu, mas em menor intensidade (4,3%) e isso explica, em grande medida, por que a sociedade se torna cada vez menos desigual.

Entre 2003 e 2009, a proporção de pessoas pobres caiu de 29,4% para 15% dos habitantes. A porcentagem de indigentes passou de 9,1% para 3,6%. Ou seja, nesse período, 437 mil capixabas saíram da pobreza e 173 mil, da indigência. Mais de 560 mil capixabas melhoraram de condição de vida, e ascenderam à classe média. Ainda há muito o que fazer para oferecer cidadania plena a todos os capixabas, mas o Espírito Santo avançou e muito.

Na educação, a base da transformação do presente e da construção de um futuro melhor, a vida também mudou. Precisa avançar muito mais, até porque esse é um setor em constante evolução, mas a história é muito diferente do que se registrava na virada do milênio. O número de analfabetos está acima do aceitável (5%), mas diminuiu de 10,3% em 2003 para 8,5% em 2009. Se se considerar apenas os jovens entre 15 e 24 anos, a taxa de alfabetização atingiu, em 2009, um nível extraordinário: mais de 99%. Também precisamos destacar a frequência dos jovens entre 15 e 17 anos à escola: o aumento foi de 77,8% em 2003 para 84,5% em 2009. Entre os jovens pobres a evolução foi mais destacável ainda: de 71% em 2003 para 79,2% em 2009.

Entre 2007 e 2009, o crescimento registrado na rede estadual no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é o dobro do resultado observado na rede privada. O índice das escolas estaduais cresceu 21,95% e o das escolas privadas, 11,11%.

O nível médio de escolaridade da população adulta do Estado (25 anos ou mais) também apresentou evolução de 6,2 anos de estudo em 2003, para 7,2 anos de estudo em 2009. Considerando-se a educação, certamente, o futuro será melhor do que o presente. Está provado e comprovado.

A partir da reconstrução político-institucional, uma nova história começou a ser escrita. Base de tudo: os capixabas ganharam mais tempo de vida, cuja expectativa se ampliou em mais de três anos (de 71,6 anos, em 2000, para 74,4 anos, em 2008).

A qualidade de vida também deu um salto e se expandiu. Entre 2003 a 2007, a cobertura do abastecimento de água aumentou de 82% para 83,9% das casas. O acesso a esgotamento sanitário adequado cresceu de 73,4% para 76,7% dos domicílios capixabas. Quase a totalidade (99,9%) das moradias passou a contar com energia elétrica.

É mais conforto, mais respeito ao meio ambiente e saúde. Em particular, na saúde, nessa área de complexo enfrentamento e de pesadas heranças, a taxa de mortalidade infantil caiu mais ainda, com redução de 25,4% (de 16,3 por mil nascidos vivos em 2003 para 12,2 por mil nascidos vivos em 2009).

Enfim, como bem traduzem os indicadores citados, apurados pelo Instituto Jones dos Santos Neves, cujo estudo completo se pode ver no capítulo anterior, o



capixaba passou a viver mais e melhor, com mais emprego, melhores condições de vida e aumento do consumo.

Temos melhores condições de vida e vivemos mais, mas como bem traduziu o intelectual francês Romain Rolland (1866-1944), “nada está feito enquanto resta alguma coisa para fazer”.

E há muitos desafios, em todas as áreas, principalmente com relação à perda de vidas em função de um quadro complexo que mistura causas históricas e motivações de um presente instável, constituindo-se uma realidade de desigualdade e desencanto, que leva a violências de todos os tipos e naturezas.

Mas em meio a essa contingência desafiante que é própria da vida em coletividade, que pautou a invenção da política pelos gregos e mantém viva a necessidade da ação política, entre nós a caminhada é de avanço – de avanços inquestionáveis, como bem mostra o transformado cotidiano dos milhões de espírito-santenses, nesses últimos anos.

Nas terras capixabas, a realidade é de nova história para quem, a partir de janeiro de 2003, nasceu, tornou-se jovem e avançou na juventude, pautou-se por novos desafios pessoais e profissionais, casou, ampliou a família, entrou na terceira idade.

Pesquisa realizada pelo Ibope, em dezembro de 2009 em todo o Estado, mostrou que o capixaba está feliz de viver nas terras espírito-santenses. Noventa e seis por cento acham que o Estado é um bom lugar para se morar. Noventa e quatro por cento têm orgulho de viver no Espírito Santo.

A ação do Executivo também agrada à maioria absoluta dos espírito-santenses. O Governo do Estado é aprovado por 80% dos entrevistados. A avaliação de ótimo, bom e regular chega a 92% - 67% só de bom e ótimo. Para 75%, a situação do Estado melhorou a partir de 2003.

Enfim, esses quase três mil dias terão sido um tempo de novas oportunidades para quem começou a estudar, se formou, conquistou o primeiro emprego, constituiu ou ampliou o patrimônio familiar. Ou seja, trata-se de um novo tempo para quem experimenta viver na porção do Espírito Santo do Brasil. Um tempo que está fazendo a diferença no presente e transformando as bases e as perspectivas do futuro.





**RAIELY DA CRUZ COSTA ARAÚJO** *Baixo Guandu*

» A abertura da Unidade de Saúde foi uma coisa muito boa, agilizou o atendimento, facilitando o acesso aos serviços. A segurança de saber que, quando necessário, eu e o meu filho seremos atendidos me dá muita tranquilidade. Antes, o atendimento era muito difícil, incerto, faltavam até vacinas. Eu tinha de comprá-las para o meu filho. Agora, não, isso tudo mudou. Vivemos uma nova realidade, muito melhor.



**ALEX ALEFFER DA VITÓRIA MATTOS** *Vila Velha*

» Gosto de estudar, gosto de tudo na minha escola – a EEEF Dante Michelini –, principalmente de escrever, de fazer educação física, de artes e de português. Estudar é muito importante para o meu futuro.





**YALUNARA LOCATELI BOEQUE** *Vila Velha*

» O curso Técnico de Rádio e TV é bem legal, estou gostando muito. A exigência é alta, mas são muitas as possibilidades oferecidas. Eu sempre gostei dessa área. O curso mudou muito a minha visão – tirou as vendas. Hoje eu vislumbro um novo mundo, com os horizontes bastante ampliados. Há novas produtoras chegando ao mercado e eu já me sinto preparada para trabalhar no segmento.



**MARINAIVA KRÜGER** *Vila Velha*

» Eu sempre trabalhei, mas não tinha condições de pagar uma faculdade, meu grande sonho para melhorar de vida. Eu já estava quase desistindo do meu sonho, quando descobri o Nossa Bolsa, que mudou a minha vida e foi fundamental para me dar um estudo de qualidade, sem preocupação com a parte financeira. A universidade muda a gente, o estudo nos faz crescer, com ele nos tornamos pessoas melhores. Estou muito feliz com a minha formatura, que será no final deste ano. Às vezes, fico rindo sozinha de tanta felicidade. É um sonho que está sendo realizado. Agradeço às pessoas que tiveram a ideia, criaram o projeto e o sustentaram – e desejo que ele continue, para ajudar a realizar os sonhos de muitas outras pessoas.





**RUBENS ALEKSANDRO BOLDRINI DA-RÓS** *São Gabriel da Palha*

» Esse projeto foi uma grande conquista nossa com o Movimento dos Pequenos Agricultores. Nós tínhamos a terra, mas não conseguíamos construir a casa e vivíamos como meeiros. A ajuda do Governo foi fundamental, caso contrário, teríamos ido para a cidade. Com as casas, as famílias permanecem unidas e no campo. Agora vivo tranquilo com a minha família e trabalho na nossa roça. Essa conquista importante melhorou muito a nossa vida.



**DEIVID SCHEREDER DA SILVA** *Vila Velha*

» O curso técnico em Hospedagem foi uma revolução na minha vida, a melhor coisa que me aconteceu. Foi o curso que me despertou para o setor de turismo e eventos, e me impulsionou para fazer faculdade de turismo e comunicação empresarial. O mais importante é gostar do que se faz. Eu quero e vou chegar bem mais longe, os projetos são muitos.







**DAGMAR MIRANDA OBERMÜLLER** *Serra*

» Faço uso de medicamentos continuados há 15 anos e sou transplantada de rins há 10. Acompanhei toda a evolução do serviço de saúde, e as dificuldades eram muitas. Hoje, com a Farmácia Cidadã, tudo ficou muito melhor. Não faltam medicamentos e o atendimento é agendado e ágil. A continuidade no uso dos remédios é vital para mim, e eu sempre tive a alegria de sair daqui com o meu medicamento certinho. A Farmácia Cidadã é a minha joia mais preciosa, que garante a minha vida.



**MARCUS XAVIER SOBRINHO E SILVA** *Vitória*

» Sou do Rio de Janeiro e vinha com frequência para Vitória, onde eu sempre quis morar. Há 4 anos, quando eu tive a oportunidade de trabalhar fora do Rio, escolhi viver aqui. Gosto da cidade e estou muito contente, inclusive financeiramente. Vivíamos em um apartamento alugado e, neste ano, compramos um novinho. Trabalho com perfuração de petróleo, e sinto que o Espírito Santo é um Estado promissor. Eu vejo bastante crescimento por aqui.





**ADRIANO RODEX SILVA** *Viana*

» O Nossocrédito é fantástico. Temos todas as facilidades e os juros são muito baixos. Há seis anos, quando eu estava começando o meu negócio em uma lojinha modesta, apenas com a coragem e algumas dívidas, fui abordado pelos agentes do programa que me ofereceram crédito. Ter crédito quando a gente está começando é muito difícil, mas tudo foi diferente com o Nossocrédito. O negócio foi dando certo e depois fiz vários outros empréstimos para ampliação e abertura de novas lojas. Hoje tenho outras quatro, e a lojinha inicial teve a sua área multiplicada. Tenho bastante estoque. É interessante perceber como objetivos que antes pareciam distantes hoje são atingidos com muita facilidade. Neste ano, fiz um cruzeiro marítimo com a minha família. Sinto-me uma pessoa extremamente realizada.



**ALEJANDRO DUENAS** *Venda Nova do Imigrante*

» Sou empresário desde 1994 e nunca havíamos vivido um momento tão auspicioso para os investimentos e a abertura de novos negócios e mercados como agora. O Governo do Estado promoveu para o setor industrial, e para o de alimentos em particular, importantes benefícios fiscais que deram grandes ganhos de competitividade para as empresas, considerando os mercados interno e externo e propiciando segurança para os investimentos. Essa nova realidade permitiu o crescimento das pequenas e médias empresas.





**ODILON VILAÇA DA SILVA JUNIOR** *Alto Rio Novo*

» O projeto Produtores de Água é ótimo para incentivar a preservação das matas e das águas. Minha família está nesta propriedade há mais de 60 anos, e o meu pai nunca deixou derrubar a mata, nem tirar sequer uma árvore, muito menos caçar. Muitas pessoas diziam que isso era bobagem, mas hoje eu vejo que ele estava certo. Esse incentivo que o Governo dá é importante, ajuda bastante o pequeno produtor. Sei que é essencial a preservação da natureza, e tendo o nosso esforço reconhecido pelo Governo é melhor ainda. Espero que esse projeto continue.



**MOEMA MOTTA LOPES** *Vitória*

» Adoro morar no Espírito Santo, adoro Vitória. O Estado está cada vez melhor, em todos os sentidos. Está organizado, em evolução, em crescimento. Os serviços do Estado melhoraram muito, as coisas funcionam, as pessoas sabem o dia que vão receber os seus pagamentos. Eu acho que tudo isso reflete em ganhos para a qualidade de vida das pessoas.







**TERTOLINO BALBINO** *Mestre Terto, Mestre do Ticumbi de São Benedito, Conceição da Barra*

» Estou achando bom esse apoio, o reconhecimento que a Secretaria da Cultura está tendo com os Mestres. É mais uma força. O prêmio ajuda bastante. Antes tínhamos mais dificuldades, agora as coisas estão melhores. Se esse prêmio continuar, vai ser muito bom.



# PRONUNCIAMENTOS

**A** seguir, como registro histórico, os pronunciamentos do Excelentíssimo Senhor Governador Paulo Hartung proferidos no ano de 2010, a partir da data de 19 de março. Os principais discursos anteriores, desde janeiro de 2003, estão reunidos em publicação de prestação de contas lançada naquela data.

## **Pronunciamento do Senhor Governador Paulo Hartung por ocasião de entrega de relatório de atividades do Governo em 19 de março de 2010.**

» Com imensa alegria, cumpro neste dia a sétima prestação de contas à sociedade referente ao nosso trabalho frente ao Governo.

Esse é mais um movimento que reforça a democracia representativa em nosso Estado.

Semanas atrás, estive na Assembleia Legislativa, como também se tornou tradição desde 2003.

Num contexto democrático republicano, esses dois movimentos, além de outros atos de prestação de contas, aproximam representados e representantes – povo e governo.

Esta publicação, que será enviada a escolas e bibliotecas públicas, também está a partir de hoje disponível na internet para consulta pelos cidadãos capixabas.

Estão aqui reunidas informações sobre a caminhada de travessia que, em conjunto, cumprimos desde janeiro de 2003.

Ao mostrar as realizações, este livro deixa visível o rumo que tomamos. Um rumo que está muito bem expresso no ES 2025.

E aqui registro que, nos últimos anos, o Espírito Santo encontrou o rumo certo a seguir, porque, mesmo com toda a sorte de dificuldades, a vida mudou e



mudou para muito melhor, alcançando milhares de irmãos capixabas.

Falo do rumo do desenvolvimento com inclusão social, com respeito ao meio ambiente, que chega a todos os municípios do Estado, identificando e incentivando as vocações locais e regionais. Refiro-me ao rumo da prosperidade compartilhada com sustentabilidade.

Ao reunir dados sobre obras e realizações, como escolas, estradas, hospitais, e diversas políticas públicas, este livro deixa claro que construímos uma base sólida para um futuro sempre melhor.

Ao trazer nossos fundamentos éticos e explicitar as nossas razões, as intenções dos nossos gestos, este livro também evidencia a obra simbólica que erguemos. Um legado que se nota muito claramente na restauração do Palácio Anchieta, símbolo do renascimento do Espírito Santo.

São valores que passaram a fazer parte de nosso dia a dia. Valores como devoção ao interesse coletivo, respeito aos recursos dos cidadãos, união de esforços em torno da justiça e da cidadania, oferta de igualdade de oportunidade. Enfim, estou dizendo da noção clara de que, em um ambiente democrático e republicano, os governos não pertencem aos governantes de plantão, mas aos cidadãos que nos elegem para construir o bem-estar comum.

Com humildade, falamos de uma obra coletiva, que soma muitas e históricas vitórias. Há ainda muito a fazer, mas, além de as conquistas serem inegáveis e transformadoras, lançamos as bases de novo futuro nas terras capixabas.

Vindo de uma geração que sonhou e projetou um novo tempo em nosso País, governante que assumiu um Estado atordoado pelos descaminhos a que vinha sendo submetido, posso dizer hoje que a minha sensação é indescritível.

Pelo tamanho do desafio que nos foi colocado em 2003, chegamos muito além do que imaginávamos alcançar nos primeiros dias de nosso Governo.

Como disse há pouco, o patrimônio construído nos últimos sete anos é uma obra coletiva, que demandou energias, esforços, abnegação e compreensão de muita gente.

Daqueles que estiveram muito próximos de mim e daqueles que, mesmo a distância, não se distanciaram, inclusive orando em momentos extremamente delicados.

Por isso, dedico uma emoção especial a agradecer.

Agradeço a minha família. Especialmente minha esposa Cristina. Minha família, que viveu e vive os desafios impostos por um cotidiano de muito dinamismo

e até riscos de integridade física, em função da teia de interesses inescrupulosos que tivemos de desarticular.

Para enfrentar as desafiantes questões referentes à construção de uma nova realidade capixaba, montei uma equipe, um time de primeira, em que têm se revezado alguns dos melhores nomes do Espírito Santo e do Brasil em diversas áreas de políticas públicas.

Um agradecimento especial a um integrante dessa equipe. Estou falando de Ricardo Ferraço, um dos mais dinâmicos secretários da Agricultura que este Estado já teve e um vice-governador que tem me ajudado a governar nesses últimos anos. Inclusive tendo assumido o Executivo por 10 ocasiões, com desempenho irretocável.

Agradeço às mulheres e aos homens de bem deste Estado, que, do voto ao sorriso das conquistas, passando muitas vezes pela angústia e apreensão dos graves enfrentamentos que tivemos, nunca me abandonaram na solidão do poder. Estão firmes ao meu lado.

Agradeço a Deus. Deus que me dá equilíbrio, discernimento, serenidade e tolerância – atributos também essenciais de quem tem a democracia como um valor.

Neste início do fim de meu segundo mandato, o calendário eleitoral pauta um momento de decisão. A mim cabe decidir pela permanência no cargo até o fim do mandato para o qual fui eleito pelos capixabas com a maior votação proporcional deste País em 2006. Ou renunciar em função da disputa por um outro mandato.

Passei os últimos dias em profundo processo de reflexão pessoal. Conversei muito com familiares, amigos e companheiros de caminhada. Li as muitas e expressivas mensagens de capixabas sobre o tema.

A decisão é de honrar o compromisso assumido com os capixabas nas urnas da eleição de 2006. Permaneço à frente do Executivo Estadual até o dia 31 de dezembro de 2010.

Ao abrir mão da renúncia do cargo de governador, acabo fazendo uma outra renúncia. Renuncio a um projeto pessoal de disputar um novo mandato. A permanência à frente do Governo significa não disputar as próximas eleições. Mas faço esse gesto com serenidade e consciência republicana.

Um homem público, mesmo tendo horizontes bem claros e até seguros que lhe proporcionariam realização pessoal, deve permanecer fiel ao interesse coletivo ao qual consagrou sua trajetória.



Meu compromisso é com o povo capixaba e com ele firmei um contrato de trabalho que se encerra no dia 31 de dezembro de 2010. Sigo firme, animado e cheio de energia cumprindo esse meu compromisso.

Essa é uma decisão madura. Até porque eu tinha plenas condições de seguir no caminho contrário. Se decidisse disputar as próximas eleições, o Governo seria entregue a mãos seguras, firmes e plenamente capacitadas à liderança da continuidade do nosso projeto de Espírito Santo.

Como disse, o vice-governador tem me ajudado a liderar a equipe e coordenar as políticas públicas.

Ricardo tornou-se um profundo conhecedor dos desafios, dos projetos e demandas dos capixabas colocados na pauta de nossa gestão. Está preparado para assumir qualquer função em benefício do avanço do Espírito Santo.

A alternativa de entregar a condução do Estado a mãos preparadas foi um facilitador no meu processo de decisão, concedendo-me plena autonomia para decidir segundo os meus mais profundos valores pessoais e políticos.

Para uma pessoa com a minha trajetória, não é fácil renunciar a uma missão de Executivo. Forjado na luta por objetivos concretos, para mim, trabalho iniciado tem de ser trabalho concluído. E a marca principal do Executivo, um pouco diferente do Legislativo, é essa: implementar ações, realizar projetos, cumprir objetivos, de acordo com determinado plano de governo aprovado nas urnas, por determinado período de tempo.

Como sempre, respeito quem pensa diferente. Essa é uma decisão fundada em convicções pessoais, formadas ao longo de uma trajetória política peculiar.

Senhoras e senhores, ao decidir cumprir todo o meu mandato de governador, renunciando à disputa nas próximas eleições, tomo uma decisão marcante em minha trajetória como cidadão e como homem público.

Sigo a minha essencial convicção republicana de devoção à política e à democracia como instrumento de construção da civilização. Reafirmo meu compromisso com todos os capixabas de bem – compromisso lavrado nas urnas de seguir até o último dia do honroso mandato que me foi delegado, trabalhando por um Novo Espírito Santo, com oportunidade para todos e prosperidade compartilhada, nos marcos da inclusão social e da sustentabilidade.

Para finalizar, reafirmo minha crença na política de base democrática e republicana.

Mesmo consciente dos problemas vividos pelo campo político nacional e também mundial, não imagino abandoná-lo. Pelo contrário. Temos um desafio novo, complexo, não menos apaixonante: ressignificar a representação política, reaproximando-a de suas origens históricas de construção das nações democráticas.

A tarefa de contribuir para a reconstrução da ação política, e assim ajudar a construir uma sociedade cada vez melhor, encontra respaldo em minhas mais sólidas convicções.

Para mim, como mostra a História, e como temos experimentado aqui no Espírito Santo nesses últimos anos, a política de verdade é uma especial ferramenta para a construção de avanços civilizatórios entre nós.

Voluntária ou involuntariamente, somos uma comunidade. E por essa condição humana essencial, o caminho da civilização passa pela política.

Daí a minha crença e o meu investimento na política, que, como bem escreveu o saudoso Milton Santos, é “a arte de pensar as mudanças e torná-las efetivas”.

### **Palestra no Fórum Estadão Sudeste - O Petróleo, o Aço e a Logística, realizado em São Paulo, em 9 de junho de 2010.**

» Agradecimentos. Gostaria de iniciar cumprimentando os organizadores pela pertinência do debate e também pela decisão de realizá-lo em momento estratégico para a nossa região e o nosso País.

Entre os setores da economia nacional que mais têm se destacado no mundo, podemos listar o Aeronáutico, Óleo, Gás & Petroquímica, Biocombustíveis (biodiesel e etanol), Mineração e Siderurgia, Celulose e Papel, Agronegócio.

Todos eles estão fortemente representados na economia da Região Sudeste e unidos por diversos desafios em comum, como incremento de competitividade, agregação de valor a cadeias produtivas, acesso a pessoal qualificado, oferta de logística, entre outros.

Assim, o tema desta sessão, “Petróleo, aço e logística”, se por um lado representa uma síntese deste Brasil que vem dando certo, por outro nos desafia a repensar estratégias que consolidem e façam avançar a produção de riquezas em nosso País.

Esses são temas que, para além de suas especificidades, apresentam em comum



o fato de que demandam um movimento articulado. Ação coordenada com vistas a superar desafios e a potencializar resultados.

Sei que aqui todos conhecem muito bem a Região Sudeste, mas para nos aprofundarmos nesses temas é importante lembrar que a região abriga 42% da população brasileira (81 milhões entre os 191 milhões de habitantes do País) e participa com 56% do PIB (dados de 2007 do IBGE).

Além disso, o Sudeste não é uma região homogênea, tem paradoxos, diferenças e desníveis. Essa situação traz imensos desafios. Vencê-los demanda esforços conjuntos para um desenvolvimento compartilhado, em benefício de todo o Brasil.

O tema da sessão traz o Aço como elemento representante do Setor de Mineração e Siderurgia, o que por si só já nos instiga a pensar na agregação de valor dentro desta importante cadeia produtiva.

Para termos uma ideia do potencial de ganho que temos nesse setor, desde o minério bruto ao aço ou outros produtos, a tonelada de minério de ferro, na média de 2009, foi vendida por 52 dólares, a tonelada de pelotas, por 71 dólares; a tonelada de placas, por 373 dólares; enquanto que a tonelada de bobinas, por 483 dólares.

Há de se acrescentar que o Brasil está se tornando um grande consumidor dos produtos finais dessa cadeia, o que traz a oportunidade e a necessidade de se agregar mais valor dentro de nosso território.

A siderurgia nacional, assim como o petróleo, tem um marco histórico importante em meados do século passado, principalmente na chamada Era Vargas. Nessa ocasião foram criadas a Petrobras, a Vale e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda (RJ).

Desde então muita coisa foi feita e hoje, aqui na Região Sudeste, temos muitos projetos em implantação ou em fase de estudos de viabilidade técnico-econômica. Nos próximos dias teremos a inauguração da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) em Itaguaí (RJ); o Porto de Açú está sendo implantado como um terminal multiuso e prevê unidades siderúrgicas em sua retroárea no norte fluminense, a Ferrous tem um projeto de exportar minério de ferro via um terminal multiuso no Sul Capixaba; a Vale está construindo sua 8ª usina de pelotização no Complexo de Tubarão (Grande Vitória) e pretende implantar a Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU) em Anchieta (ES); mesmo local em que a Samarco está licenciando sua

4ª usina de pelotização. A ArcelorMittal anuncia expansão na sua produção de laminados a quente no Espírito Santo.

Esses projetos, em geral, trazem matérias-primas de Minas Gerais para alcançarem o mercado global via portos e terminais dedicados, instalados principalmente nos litorais do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, passando por minerodutos ou ferrovias de cerca de 500 km de extensão.

Esses são apenas alguns dos projetos de expansão desse setor. Naturalmente sobre a Usiminas, também presente e querida no Espírito Santo, quem pode falar melhor é o seu presidente Wilson Brummer que está aqui conosco. Brummer que, pelo conhecimento que tem, pode falar mais detalhadamente sobre o setor.

Na área de petróleo e gás, a trajetória de forte crescimento nos últimos 10 anos, agora catalisada pelo Pré-Sal, nos remete a estabelecer um paralelo com a Siderurgia. Os dois setores juntos estão entre os principais indutores do desenvolvimento do nosso País, com uma fortíssima presença no Sudeste brasileiro (não podemos esquecer que a Bacia do São Francisco em Minas Gerais tem grande potencial para gás natural, ainda inexplorado).

Os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, além de toda a “logística litorânea” para o Setor Siderúrgico, estão sendo demandados de modo intenso e crescente pelo desenvolvimento da indústria do petróleo.

Hoje, 90% da produção nacional de petróleo estão concentrados nos Estados do Rio de Janeiro (80%) e Espírito Santo (10%) e, com o Pré-Sal, ao longo dos próximos 20, 30 anos, os três estados litorâneos do Sudeste concentrarão 95% ou mais da produção de óleo e gás natural do País.

No Petróleo, assim como na Siderurgia, há uma pressão por utilização de faixas litorâneas para instalação de estaleiros para construção/reparo/manutenção de plataformas; bases para suprimento de plataformas; unidades de processamento de óleo e gás; produção de fertilizantes e energia; entre outros.

Essa “migração” para o litoral exige um olhar atento em função das consequências socioeconômicas e ambientais desses deslocamentos. As cidades precisam ser replanejadas ou mesmo reinventadas, especialmente no litoral do Sudeste.

Além dos desafios da ocupação ordenada das faixas litorâneas, os setores de Petróleo e Siderurgia têm muito em comum. Ambos são e serão grandes demandadores de mão de obra especializada, por vezes até havendo competição intersetorial.



Uma solução talvez seja integrar o planejamento e a qualificação, a criação de um Prominp (Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural) estendido, que envolvesse esses setores, até porque muitas vezes o profissional é o mesmo.

Mas o desafio da educação não diz respeito apenas a esses dois setores. A formação profissional em nosso País demanda atenção prioritária em todos os ramos da economia. Até porque ela é fator-chave para a agregação de valor às nossas diversas cadeias produtivas.

Outro desafio comum a esses setores é o do desenvolvimento econômico com sustentabilidade. Impensável produzir sem responsabilidade social e ambiental.

Até agora não tínhamos falado detalhadamente em Logística, um elemento comum entre os setores de Petróleo e Siderurgia, que são demandantes e provedores desse setor, nos mais diversos modais.

É preciso fazer valer as sinergias até agora pouco exploradas. Por que não desenvolver uma logística compartilhada entre esses setores, otimizando custos, trazendo ganhos de produtividade e reservando espaços nobres para a preservação e ampliação da qualidade de vida?

Questão fundamental para o processo de desenvolvimento competitivo e sustentado de qualquer nação, a logística apresenta imensos desafios não só ao Sudeste, mas como a todo o Brasil.

Rodovias, portos, aeroportos, ferrovias. Estamos na região brasileira com uma importante estrutura logística nacional. Mas a necessidade de conservação, melhorias e ampliações, aliada às demandas por novos patamares de investimento e crescimento, impõe uma agenda urgentíssima de investimentos no setor.

O Estado do Espírito Santo que o diga. É grave o problema do aeroporto, que funciona basicamente nas mesmas condições de sua construção. As BRs 101 e 262 precisam de ampliação. O tradicional Porto de Vitória, responsável pela movimentação de contêineres, espera obras urgentes de dragagem e derrocagem de seu canal de evolução.

O Brasil ocupa menos de 1% do comércio internacional, o que é muito pouco. Os números de exportação e importação do País mostram o quanto se poderia avançar na geração de riqueza caso tivéssemos uma rede logística mais ampliada e eficaz. E isso só para ficar com o exemplo de um setor, considerando que a logística é fator-chave para todos os segmentos da economia.

Por fim, retomo o desafio relacionado à superação de problemas e à potencialização de resultados que mencionei no início.

Estou falando do desafio de uma ação articulada entre esses três setores da nossa economia, alcançando os agentes públicos e privados envolvidos nesses segmentos estratégicos para a produção brasileira.

Precisamos de uma articulação para planejar e viabilizar a expansão dos negócios relacionados a logística, aço e petróleo, citando somente setores envolvidos nesse debate.

Uma ação conjunta que contemple demandas e possibilidades de respostas em campos como investimentos, prestação de serviços, oferta de bens, formação e distribuição de mão de obra qualificada, entre outros.

É importante destacar que essa integração pode e deve ocorrer em cada um desses setores e entre esses setores, uma vez que logística afeta diretamente as áreas de aço e também de petróleo e gás, por exemplo.

Senhoras e senhores, essa experiência de projeto de desenvolvimento articulado encontrou lugar no Espírito Santo. Em parceria, governo, setor produtivo e sociedade organizada elaboraram um plano estratégico com horizonte em 2025.

Desde o meu primeiro mandato, estamos trabalhando de maneira articulada para garantir desenvolvimento sustentável, socialmente inclusivo e geograficamente desconcentrado.

No âmbito do ES 2025, também criamos o Plano Estratégico de Logística e Transportes, o Peltes. O plano contempla diagnóstico, e projetos e ações, para viabilizar um eficiente sistema de logística como base necessária para a integração regional, a ampliação e a diversificação econômica do Espírito Santo.

Com os recursos dos royalties de petróleo, criamos fundos para a política estadual de recursos hídricos, incluindo pagamento por serviços ambientais, e também para promover o desenvolvimento regional, mitigando as disparidades socioeconômicas entre as diversas regiões capixabas.

Também investimos recursos dos royalties na educação, na formação profissional e em pesquisa, ciência e tecnologia.

O Espírito Santo, que passou anos e anos estagnado, com o papel de proteção natural às riquezas das Minas Gerais, mudou o rumo de sua história com forte presença desses três segmentos da economia.



A partir dos anos 60/70, a logística e a siderurgia, com suas cadeias, permitiram ao Estado iniciar a modernização de sua economia e ingressar na rota da produção e do comércio globais.

Bem mais recentemente, o negócio do petróleo e gás passou a sustentar o terceiro ciclo da economia capixaba. A exploração do pré-sal começou no Espírito Santo.

Mas esses setores, que de igual maneira têm representado estratégicas oportunidades para o Sudeste, também se colocam como questões desafiantes, conforme descrevi até aqui.

Acredito que o nosso maior desafio seja construir uma ação articulada, com vistas ao planejamento e à execução de uma agenda de desenvolvimento harmônico e sustentável.

Um projeto de desenvolvimento que, somando energias, articulando saberes, inteligências e conhecimentos, unindo a boa política com a boa técnica, aproveite o máximo de nossas imensas potencialidades de produção de riquezas.

Precisamos de uma ação colaborativa que garanta sucesso na superação de dificuldades e promova a prosperidade compartilhada entre todos nós – capixabas, fluminenses, mineiros, paulistas. Entre todos nós, brasileiros.

### **Palestra “A distribuição dos royalties”, proferida em 09 de agosto de 2010, no 11º Encontro Internacional de Energia, promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em São Paulo.**

» Agradecimentos e cumprimentos. Senhoras e senhores, os royalties são uma das formas mais antigas de pagamento de direitos. No caso brasileiro, os royalties do petróleo são uma compensação financeira pelas demandas sociais e de infraestrutura e pelos riscos ambientais.

São pagos pelas empresas que produzem petróleo e gás natural. É uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos, que são limitados e não renováveis. A compensação é garantida pela Constituição de 1988, de acordo com seu artigo 20, parágrafo 1º, que diz:

“É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Muni-

cípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração”.

Feita essa breve conceituação, passemos ao histórico da produção e da legislação acerca de royalties no Brasil.

As atividades de exploração de petróleo no Brasil ganharam força a partir de 1939. Há 71 anos foi encontrado óleo em Lobato, na periferia de Salvador (BA). À época, as iniciativas de exploração eram predominantemente pessoais, como as do escritor Monteiro Lobato, verdadeiro visionário do setor petrolífero brasileiro.

Nos primeiros anos, as atividades de exploração foram concentradas nos campos terrestres, com destaque para as bacias localizadas no Nordeste e na Região Amazônica.

Após a Segunda Guerra Mundial, quando o País sofreu com a falta de derivados do petróleo, teve início a campanha “O petróleo é nosso”. Assim, o governo Getúlio Vargas, em 03 de outubro de 1953, sancionou a Lei Nº 2004, que criou a Petrobras.

O artigo 27 dessa mesma lei determinava o pagamento de 4% aos Estados e de 1% aos municípios produtores sobre o valor da produção terrestre de petróleo e gás natural em seus territórios.

Quanto à exploração marítima, a primeira descoberta comercial aconteceu em 1968 no litoral de Sergipe. No entanto, o início da exploração no mar ocorreu no litoral norte do Espírito Santo, também em 1968.

Nessa época, o petróleo era importado a baixo custo – cerca de US\$ 3,00 por barril. Mas a estratégia da Petrobras foi fundamental para que seus técnicos desenvolvessem a habilidade de trabalhar no mar.

Em dezembro de 1974, a empresa fez a sua primeira grande descoberta marítima. Operando a partir do Espírito Santo, passou a explorar a Bacia de Campos, litoral norte do Rio de Janeiro.

Em 1977 foi iniciada a produção da Bacia de Campos e, oito anos depois, foi estabelecido, por meio da Lei nº 7.453, de 27 de dezembro de 1985, que esta atividade também estava sujeita ao pagamento de royalties, mantendo-se o percentual de 5%.

Diferente da produção terrestre, a arrecadação era distribuída da seguinte for-



ma: 1,5% aos Estados confrontantes com poços produtores; 1,5% aos municípios confrontantes com poços produtores e àqueles pertencentes às áreas geoeconômicas dos municípios confrontantes; 1% ao Ministério da Marinha; e 1% para constituir o Fundo Especial, a ser distribuído entre todos os Estados e municípios da Federação.

Em seguida, a Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986, estabeleceu normas complementares para a execução do disposto no art. 27 da Lei nº 2.004/53, com a nova redação dada pela Lei nº 7.453/85. Foram introduzidos os conceitos de região geoeconômica e da extensão dos limites territoriais dos Estados e municípios litorâneos na plataforma continental.

Esses conceitos são aplicados até hoje na distribuição dos royalties decorrentes da produção marítima de petróleo e gás natural.

Em 1997, a Lei nº 9.478, conhecida como Lei do Petróleo, aumentou para até 10% a alíquota básica dos royalties. No seu artigo 48 manteve os critérios de distribuição dos royalties para a parcela de 5% adotados na Lei 7.990/89 e introduziu, em seu artigo 49, uma forma diferenciada de distribuição para a parcela acima de 5%.

Importante ressaltar que, durante a Assembleia Nacional Constituinte, de 1985 a 1988, o tratamento diferenciado aos Estados produtores foi usado como argumento para que o ICMS sobre o petróleo não fosse cobrado na fonte, mas integralmente no destino, uma vez que os estados e municípios produtores já teriam sido compensados com os royalties.

Senhores e senhores, ao longo de sua história, o Brasil vem apresentando descobertas e riquezas surpreendentes. Hoje, a produção de petróleo é crescente e já vislumbramos um futuro ainda mais promissor com as descobertas no Pré-Sal. Isso sem contar que o País concentra diversas bacias sedimentares ainda inexploradas, no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste e no Sul, que podem esconder novas áreas ricas em óleo e gás natural.

Existem dois testes de longa duração em andamento no Pré-Sal. O primeiro foi iniciado em 2 de setembro de 2008 no Campo de Jubarte, litoral sul do Espírito Santo, e o segundo em 1º de maio de 2009, na Área de Tupi, litoral do Rio de Janeiro. A primeira produção comercial do Pré-Sal no Brasil também ocorreu no Espírito Santo, em 15 de julho último, no Campo de Baleia Franca.

A partir dessa nova realidade, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional, em setembro de 2009, a proposta do novo marco regulatório do petróleo.

Os quatro projetos de lei apresentados ao Congresso, conforme acordado entre o Presidente da República e os governadores de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, não tratavam da divisão dos recursos dos royalties para a produção do pré-sal. No entanto, durante o trâmite na Câmara, o deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) modificou o documento e criou uma emenda propondo o pagamento de royalties de 15% e distribuindo esse recurso oriundo tão somente das áreas futuras do Pré-Sal, ou seja, das áreas ainda a serem licitadas.

Contrariando os entendimentos políticos estabelecidos, os deputados federais Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Humberto Souto (PPS-MG) e Marcelo Castro (PMDB-PI) apresentaram, em 16 de março deste ano, uma emenda que suscitou a divisão do País, desequilibrando o Pacto Federativo. Propõem uma distribuição que passa o valor dos royalties para 10% e o distribui de forma chamada equivocadamente de igualitária, pois utiliza como critérios de rateio os Fundos de Participação dos Estados e Municípios. E mais, não só distribuir royalties relativos ao Pré-Sal a ser licitado, mas redistribuir royalties de áreas já licitadas do Pós-Sal, quebrando contratos efetivados.

Vale lembrar que, no início deste ano, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional o artigo 2º da Lei Complementar 62/89, que define os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados. A edição dessa lei foi baseada no contexto socioeconômico do País totalmente diferente de hoje. Além disso, os coeficientes teriam sido instituídos por acordos políticos daquele tempo.

A partir dessa emenda, a título de ilustração, a Bahia, que hoje produz cerca de 50 mil barris/dia e, pelas projeções atuais, terá cerca de 1% da produção nacional futura, ficaria com 8,5% do valor dos royalties. Enquanto São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, que juntos serão responsáveis por 95% da produção nos próximos 20 anos, ficariam com pouco mais de 4%.

Ou seja, os três Estados litorâneos do Sudeste, que juntos possuem cerca de 59 milhões de habitantes, ficariam com a metade dos royalties destinados à Bahia, que possui 14 milhões de habitantes – população quatro vezes menor que os três Estados juntos. Em outras palavras, a receita per capita na Bahia seria oito vezes maior que a de um cidadão dos três chamados Estados produtores (SP, RJ e ES). Isso, por nenhum critério, pode ser chamado de distribuição equânime.

São Paulo concentra um potencial de cerca de 17 bilhões de barris (20% das áreas atuais do Pré-Sal), percentual que é maior do que todas as atuais reservas brasileiras.



A despeito de todos os esforços para remeter a discussão sobre royalties para depois do período eleitoral, durante o trâmite no Senado Federal, na madrugada de 10 de junho, a emenda Ibsen, com duas modificações, foi levada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) para votação, tendo sido aprovada por 41 votos a 28. O que já estava ruim ficou ainda pior. O senador Simon fez duas alterações nessa emenda: uma inconstitucional e outra casuística.

A afronta à Constituição está na proposta de uma compensação aos Estados produtores. E essa compensação vai de encontro à Carta Magna por contrariar o 1º parágrafo do artigo 20 e os princípios constitucionais da isonomia, do Pacto Federativo e da proporcionalidade, visto que o termo "compensação" deve ser entendido como uma retribuição causada por uma perda prévia (efetiva ou potencial), representada, no caso, pelos custos ambientais, sociais e fiscais da instalação da indústria do petróleo na economia dos Estados e municípios produtores.

E o casuismo está relacionado ao único protesto realizado pelo Rio Grande do Sul, Estado do deputado Ibsen Pinheiro e do senador Pedro Simon, autores das emendas. A demanda aconteceu devido à perda dos royalties que já são recebidos pelos municípios gaúchos que possuem instalações de embarque e desembarque para refino e distribuição.

Dessa forma, o senador Simon incluiu na emenda a manutenção desses royalties para esses municípios. Ou seja, Estados e municípios produtores não receberam a distribuição já prevista na Constituição, mas os municípios que têm instalações de embarque e desembarque receberam um tratamento diferenciado, mesmo não havendo esse comando na Constituição.

Diante do exposto, confiamos e trabalhamos para que essas emendas sejam vetadas na apreciação presidencial. Precisamos buscar uma negociação, coordenada pelo presidente Lula, que envolva toda a Federação, de forma que a riqueza futura – e não a já concedida – seja compartilhada por todos, respeitando as diferenças entre Estados produtores e demais entes federados.

Senhoras e senhores, em uma outra dimensão, proporção e escala, mas pautados pelo mesmo desafio de compartilhar a riqueza do petróleo entre todos os cidadãos de uma mesma coletividade, respeitando-se as peculiaridades de

produtores e não produtores, estamos caminhando com ações inovadoras no Espírito Santo.

No âmbito estadual, a questão que se colocou foi: como distribuir riquezas entre municípios produtores e não produtores, de forma a alcançar, com justiça, os 3,5 milhões de capixabas? Mais: como fazer isso sem alimentar rivalidades e ao mesmo tempo partilhar um bem que é comum, mas cuja fonte está restrita a poucas cidades que arcam com riscos e demandas bem específicas?

Ao contrário da situação esdrúxula que estão querendo estabelecer no País, o Espírito Santo vem seguindo uma linha de vanguarda, com ações em várias frentes.

Nessa direção, criamos o Fundo para Redução das Desigualdades Regionais (Lei nº 8.308/2006), que transfere aos municípios 30% da arrecadação estadual proveniente da compensação financeira dos royalties. Esses recursos são aplicados em preservação ambiental, educação, saúde, assistência social, transporte, segurança, geração de emprego e renda, entre tantos outros benefícios para a sociedade capixaba.

A transferência é destinada àqueles municípios que recebem menos de 2% de royalties e até 10% de participação no bolo do ICMS, diminuindo a concentração de renda nas regiões metropolitana e de extração de petróleo e gás, portanto, descentralizando o desenvolvimento. Foi o primeiro projeto desse tipo aprovado no País.

Os recursos dos royalties também alcançam todo o Estado por meio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fundágua), criado pela Lei 8.960/2008, e através da regulamentação do Pagamento por Serviços Ambientais (Lei 8.995/2008). Por este mecanismo, garantimos compensação financeira a proprietários rurais que conservarem áreas verdes próximas às nascentes, visando à preservação da água em todo o território capixaba.

Destacamos ainda a aplicação sustentável e compartilhada dos royalties por meio da Política Pública de Formação e Capacitação Profissional.

Estamos ampliando a nossa capacidade de formação de capital humano, principalmente da juventude, com a compra de vagas em instituições particulares de ensino técnico, escolas de línguas e faculdades, sempre de acordo com as demandas dos arranjos produtivos capixabas.

Cerca de cinco mil jovens são bolsistas matriculados em cursos superiores,



com seleção pela nota do Enem. Também estamos investindo na formação de mestres e doutores.

No entanto, é importante ressaltar que os recursos por compensações da produção de petróleo e gás ainda são uma promessa quanto à dinamização da economia e à melhoria das condições de vida nas terras capixabas.

Todo o processo de retomada dos investimentos públicos a partir de 2003 no Espírito Santo foi sustentado pela reconquista da estabilidade político-institucional e pelo combate sistemático e recorrente à corrupção e à sonegação, principalmente, relativa ao ICMS.

Com moralização governamental, o Estado reconquistou a credibilidade e voltou a atrair investimentos privados para expansão de atividades ou início de operações, estabelecendo a dinamização da base econômica instalada.

Em verdade, o negócio do petróleo e gás inaugura um novo ciclo de nossa economia, mas ainda se coloca como uma potencialidade – uma extraordinária oportunidade, mas ainda assim apenas uma potencialidade.

Nesse sentido é que o Espírito Santo, no vislumbre de novas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico, não pode cruzar, e nem tem cruzado, os braços diante de nenhuma ilegalidade e injustiça.

Até porque, ao longo de sua trajetória de quase cinco séculos, pode-se dizer que essa é uma oportunidade histórica de virada econômica de um Estado que, até o século XIX, fora relegado ao ostracismo oficial, com sérias consequências para o seu povo.

Senhoras e senhores, como venho sempre registrando, a questão do petróleo e gás se apresenta como uma grande oportunidade e ao mesmo tempo um enorme desafio, e requer do Brasil um sério debate acerca do que o País fará com esse patrimônio.

A força do Brasil está, como sempre esteve, na união dos Estados, no respeito ao Pacto Federativo. A oportunidade do petróleo e gás não pode se transformar num fator de risco de desagregação e disputa insana entre os entes federados.

Esse debate precisa ser travado fora do ambiente de disputa eleitoral. De preferência, fundamentado na racionalidade.

Além disso, é preciso considerar que o planeta vive um momento desafiante, enfrentando o aquecimento global e as mudanças climáticas, e já caminha na alocação

de recursos para a viabilização de fontes de energias alternativas, renováveis e limpas.

Enfim, considerando questões nacionais e globais, é preciso ter visão de futuro, clareza do País que queremos legar às próximas gerações.

O desafio é fazer de uma riqueza natural, de um bem mineral, mais um instrumento para a construção da emancipação de homens e mulheres, para o fortalecimento do Brasil como um país justo, igualitário e sustentável.

### **Palestra “Política, poder, lei e cidadania”, proferida em 22 de setembro de 2010, no Centro Educativo Leonardo Da Vinci, em Vitória.**

» Agradecimentos aos organizadores. Parabéns aos participantes. Política, poder, lei e cidadania. Esses são temas correlatos, com uma ligação bastante evidente, como vamos ver, tendo a política como meio central para o exercício do poder, a formulação dos mais variados códigos legais e o exercício da cidadania. As eleições são um exemplo dessa conjugação.

#### **POLÍTICA**

» Milton Santos nos deixou como um de seus mais importantes legados uma definição do que seja a política: “a arte de pensar as mudanças e torná-las efetivas”.

Acredito na política de verdade, milito e trabalho por ela, e nela vejo um dos melhores caminhos para o avanço da humanidade, para a construção da civilização.

O professor Marco Aurélio Nogueira (2001) escreveu que a “política diz respeito às atividades que fazem com que as comunidades humanas se organizem, se reconheçam e se governem. Tem a ver com tudo o que torna os homens mais humanos, mais bem preparados para conviver, dialogar e construir seu destino com autonomia e inteligência”. “A política”, escreveu o professor, “propicia a conversão da disputa destrutiva em disputa construtiva, permite a passagem do conflito paralisante para o conflito transformador”.

O homem é um ser político, tendo em vista que vive em comunidade e não é capaz de se tornar uma ilha. A política é uma necessidade da vida civilizada.



## PODER

» O poder, que, em linhas gerais, é a capacidade de constituir liderança, fazer valer decisões e propósitos, quando não exercido despótica ou ditatorialmente, é viabilizado pela política.

Enxergamos a política como um espaço privilegiado de negociação e diálogo para quem está no poder. Ela é um processo de conciliação de pontos de vista e construção de decisões fundadas na convergência.

No âmbito dos governos, que não podem tudo, ao contrário do que prega o velho populismo, é essencial essa visão racional da política como mediadora de desejos em função das limitações do real.

É nesse ambiente de múltiplas demandas, capacidade limitada de respostas e campo de ação restrito que entra a arte da política no processo de intermediação entre as possibilidades das instâncias públicas e as demandas da sociedade civil. Nesse sentido, a política é, em muitos aspectos, a arte de definir prioridades.

A política de verdade, distante das promessas e discursos de onipotência, afastada do patrimonialismo e do paternalismo, é uma criação extraordinária para pôr em movimento o curso da história, considerando a multiplicidade de projetos e visões de mundo, conciliando desejos e possibilidades concretas, promovendo a necessária e contínua transformação da vida em coletividade.

## LEI

» A lei é o resultado e o espaço da ação política. É ela que, produzida a partir da ação política democrática e legítima, garante que as instituições e as conquistas da civilização não se percam ao sabor de qualquer ditador ou retrocesso.

A lei é o paradigma dos limites, dos direitos e dos deveres, sendo, portanto, um efetivo elemento civilizador. Ela possibilita a convivência equilibrada e respeitosa entre os homens, entre as comunidades.

E a política é o meio pelo qual as sociedades vêm elaborando seus códigos legais, sendo as constituições o maior deles.

Ao adotar a política como instrumento de mediação e produção de maiorias e até de consensos, a Humanidade foi vencendo os obstáculos de uma relação baseada no conflito e também avançando na estruturação de sistemas de poder legitimados e submetidos às regras da lei.

Platão, analisando as diferenças entre o bom e o mau governo, diz: “Onde a lei é súdita dos governantes e privada de autoridade, vejo pronta a ruína da cidade; mas onde, ao contrário, a lei é senhora dos governantes e os governantes seus escravos, vejo a salvação da cidade”.

Tendo a lei como expressão da razão, Aristóteles questiona se é preferível ser governado pelo melhor dos homens ou pelas melhores leis. Ao filósofo grego, não restava dúvida: “A lei não tem paixões, que ao contrário se encontram necessariamente em toda alma humana”.

## CIDADANIA

» A cidadania é a incorporação de grupos e indivíduos a novos e mais elevados estágios da vida comunitária, baseada em direitos e deveres, apontou o professor Marco Aurélio Nogueira. Mas essa melhoria nas condições de vida, de forma justa e ampliada, não é conquista pacífica e rápida. Demanda disputas e debates no campo da arena política.

Seja na conquista, seja na manutenção e no exercício da cidadania, a interação e a participação dos cidadãos é fundamental. Os direitos do homem são conquistas no campo da história, não derivando da natureza nem de um poder metafísico.

Eles são produto das sociedades concretas, das condições socioeconômicas, políticas e culturais. E exigem uma constante vigilância, porque a civilização tem a fragilidade de uma vida, como escreveu Paul Valéry. Esta hora de eleições, por exemplo, é decisiva para o avanço ou o retrocesso da vida cidadã, democrática e republicana.

## OPORTUNIDADES

» Este é um tema que não está no script, mas toco neste assunto por entender que ele é a razão do exercício do poder político, no âmbito da república democrática, tendo em vista a cidadania plena.

Nos dias de hoje, o espaço republicano e democrático é fundamental para a construção da oferta de oportunidade a todos. Oportunidade entendida como a chance histórica de conquista da autonomia e da realização cidadã de indivíduos, comunidades e povos.

A busca pela igualdade de oportunidade continua sendo uma luta viva em pleno século XXI. Em todo o planeta, ainda que com graus e intensidade diversos,



é a principal bandeira política da atualidade, potencializada por um tempo de dramática desigualdade.

Superar esse tempo é o grande desafio daqueles que têm disposição para se dedicar à vida pública. Dos homens e mulheres que investem na construção de avanços na civilização. Daqueles que têm energia para enfrentar a força da correnteza do individualismo e do egoísmo tão presentes nos dias atuais.

Afinal, como bem assinalou Hannah Arendt, todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos. Por isso, acreditamos que não haja solução extrapolítica, apenas a barbárie.

#### **VALOR**

» Para finalizar, reafirmamos nossa crença na política de base democrática e republicana. Conscientes dos problemas vividos pelo campo político nacional e também mundial, não imaginamos abandoná-lo. Pelo contrário. A tarefa de contribuir para a reconstrução da ação política, e assim ajudar a construir uma sociedade melhor, encontra respaldo em minhas mais sólidas convicções.

Para nós, como mostra a História, e como temos experimentado aqui no Espírito Santo nesses últimos anos, a política de verdade é uma especial ferramenta para a construção de avanços civilizatórios. Voluntária ou involuntariamente, somos uma comunidade. E por essa condição humana essencial, o caminho da civilização passa pela política. Daí a minha crença e o meu investimento na política – “a arte de pensar as mudanças e torná-las efetivas”.



## EQUIPE DE GOVERNO

### **PAULO CESAR HARTUNG GOMES**

Governador

### **RICARDO DE REZENDE FERRAÇO**

Vice-Governador

## Gabinete do Governador

### **Simone Carvalho Trancoso Modolo**

Chefe de Gabinete do Governador

#### SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO GABINETE DO GOVERNADOR

##### **Valdir Klug**

Subsecretário

#### SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO

Titular da Pasta: **José Eduardo Faria de Azevedo**

#### CASA CIVIL

Titular da Pasta: **Marilza Barbosa Prado Lopes, respondendo**

#### CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO

Secretário Chefe de Estado: **Cel. Helvio Brostel Andrade**

#### SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Titular da Pasta: **Elizabeth Maria Dalcolmo Simão**

#### ÓRGÃOS VINCULADOS

##### **RTV – Rádio e Televisão**

Diretor Presidente: **Sérgio Egitto**

## Secretaria Extraordinária de Gerenciamento de Projetos

Titular da Pasta: **Regis Mattos Teixeira**

## Secretaria Estado de Controle e Transparência

Titular da Pasta: **Ângela Maria Soares Silveiras**

## Procuradoria Geral do Estado

Procurador Geral: **Rodrigo Rabelo Vieira**

## Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

Titular da Pasta: **Ênio Bergoli da Costa**

#### ÓRGÃOS VINCULADOS

##### **Ceasa – Centrais de Abastecimento do ES**

Diretor Presidente: **Luiz Carlos Prezotti Rocha**

##### **Idaf – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal**

Diretor Presidente: **Aladim Fernando Cerqueira**

##### **Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica Extensão Rural**

Diretor Presidente: **Evair Vieira de Melo**

## Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia

Titular da Pasta: **Lúcio Fernando Spelta**

#### ÓRGÃOS VINCULADOS

##### **Fapes - Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Estado do Espírito Santo**

Diretor Presidente: **Aureliano Nogueira da Costa**



## Secretaria de Estado da Cultura

Titular da Pasta: **Dayse Maria Oslegher Lemos**

### ÓRGÃOS VINCULADOS

**APEES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**

Diretor Geral: Agostino Lázaro

## Secretaria de Estado de Desenvolvimento

Titular da pasta: **Márcio Félix Carvalho Bezerra**

### ÓRGÃOS VINCULADOS

**Aderes – Agência de Desenvolvimento em Rede**

Diretor Presidente: Cristina Vellozo Santos

**Aspe – Agência de Serviços Públicos de Energia**

Diretora Geral: Maria Paula de Souza Martins

**Bandes – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.**

Diretor Presidente: José Antonio Bof Bufon

**Ipem – Instituto de Pesos e Medidas do ES**

Diretor Presidente: Alex Mariano

**Prodetur – Gerência de Planejamento**

Diretor presidente: Carla Rezende Bastos

**Suppin – Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial**

Diretor Geral: William Galvão Lopes

## Secretaria de Estado da Educação

Titular da Pasta: **Haroldo Corrêa Rocha**

### ÓRGÃOS VINCULADOS

**Fames – Faculdade de Música do Espírito Santo**

Diretor Presidente: Edilson Barbosa

## Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano

Titular da Pasta: **Regina Curitiba da Silva**

### ÓRGÃOS VINCULADOS

**Cesan – Companhia Espírito-Santense de Saneamento**

Diretor Presidente: Paulo Ruy Valim Carnelli

**Idurb – Instituto de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado do Espírito Santo**

Diretor Presidente: Helena Zorzal Nodari

**Arsi – Agência Reguladora de Saneamento Básico e**

**Infraestrutura Viária do Espírito Santo**

Diretor Geral: José Eduardo Pereira

## Secretaria de Estado de Economia e Planejamento

Titular da Pasta: **Guerino Balestrassi**

### ÓRGÃO VINCULADO

**IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves**

Diretora Presidente: Ana Paula Vitali Vescovi

## Secretaria de Estado da Fazenda

Titular da Pasta: Bruno Pessanha Negris

**Banestes – Banco do Estado do Espírito Santo**

Diretor Presidente: Roberto da Cunha Penedo

**Jucees – Junta Comercial do Espírito Santo**

Presidente da Junta Comercial: Marcelo Zanúncio







## Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

Titular da Pasta: **Heráclito Amâncio Pereira Junior**

### ÓRGÃOS VINCULADOS

#### **DIO: Diário de Imprensa Oficial**

Diretor Presidente: Ademir Rodrigues

#### **Esesp – Escola de Serviço Público do Espírito Santo**

Diretora Presidente: Maria Luiza Veloso

#### **IPAJM – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado Espírito Santo**

Presidente Executivo: Osvaldo Hulle

#### **PRODEST – Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do ES**

Diretor Presidente: Paulo Henrique Rabelo Coutinho

## Secretaria de Estado da Justiça

Titular da Pasta: **Ângelo Roncalli de Ramos Barros**

### ÓRGÃOS VINCULADOS

#### **Iases – Instituto de Atendimento Socioeducativo**

Diretora Presidente: Silvana Gallina

#### **Procon – Grupo Executivo de Proteção ao Consumidor**

Diretor Geral: Antônio Caldas Brito

## Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Secretária: **Maria da Glória Brito Abaurre**

#### **Diretora Presidente do Iema**

Sueli Passos Tonini

## Secretaria de Estado da Saúde

Titular da Pasta: **Anselmo Tozi**

## Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Titular da Pasta: **André Albuquerque Garcia**

### ÓRGÃOS VINCULADOS

#### **Comando Geral da PM**

Comandante Geral: Cel. PM Oberacy Emmerich Júnior

#### **Corpo de Bombeiros**

Comandante Geral: Cel. BM Fronzio Calheira Mota

#### **Defesa Civil**

Coordenador Geral: Cel. Álvaro Coelho Duarte

#### **Polícia Civil**

Delegado Chefe: Júlio César Oliveira Silva

## Secretaria de Estado de Esporte e Lazer

Titular da Pasta: Lenise Menezes Loureiro

## Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Titular da Pasta: Tarciso Celso Vieira Vargas



## Secretaria de Transporte e Obras Públicas

Titular da Pasta: Neivaldo Bragato

### ÓRGÃOS VINCULADOS

#### **Ceturb/GV – Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória**

Diretora Presidente: Denise Moura Gazinelli Cruz

#### **DER – Departamento de Estradas e Rodagem**

Diretor Geral: Eduardo Antônio Mannato Gimenes

#### **Iopes – Instituto de Obras Públicas do Estado do Espírito Santo**

Diretor Presidente: Pedro José de Almeida Firme

#### **Detran|ES**

Diretor Geral: Marcelo Ferraz Goggi

## Secretaria de Estado de Turismo – Setur

Titular da Pasta: João Felício Scárdua

## Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo

Defensor Geral: Elizabeth Yazeji Hadad

## REFERÊNCIAS

CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1998.

ENNE, Ana Lucia S. *Discussões sobre a intrínseca relação entre memória, identidade e imprensa*. Disponível em: < <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/artigos/1249.html> >. Acesso em: 05 jan 2009.

ESPÍRITO SANTO 2025: *Plano de Desenvolvimento. Secretaria de Estado de Economia e Planejamento*: Vitória, 2006.

HALL, Stuart. "Cultural Identity and Diaspora". In: RUTHERFORD, Jonathan. *Identity. Community. Culture. Difference*. London, Lawrence & Wishart, 1990.

PHILLIPS, Donald T. *Liderança segundo Abraham Lincoln*. São Paulo: Landscape, 2007.

QUINTANA, Mario. *Para viver com poesia*. São Paulo: Globo, 2007.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: UNB, 2001.



# CRÉDITOS

**Concepção, pesquisa, autoria e edição:** José Antonio Martinuzzo

**Informações setoriais:** Position papers da Rede de Comunicação da Superintendência Estadual de Comunicação Social – Gerência de Imprensa: Márcia Brito; Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo (Arsi): Luisi Pessôa ; Arquivo Público (APE): Cilmar Francischeto; Secretaria de Estado de Controle e Transparência: Linda Kogure; Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes ): Lena Mara Leite Gomes, Bárbara Bonato ; Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes): Dora Dalmasio; Centrais de Abastecimento do Espírito Santo S/A (Ceasa): Stephenson Grobério; Centro Integrado Operacional de Defesa Social (CIODES-190): Julia Gama, Juliana Gomes; Silvana Sarmento: Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo (CBMES): Tenente-coronel CBMES Samuel Rodrigues Barboza ; Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan): Almir Casagrande, Charley Rodrigues, Leila Oliveira, Nathalia Poloni; Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb): Isabela Nucci ; Defensoria Pública: Caê Guimarães ; DER-ES: Valéria Morgado ; Departamento Estadual de Trânsito (Detran): Sayonara Lacerda, Vinicius Yungtay; Diário Oficial (DIOES): Lucas Monteiro; Faculdade de Música do Espírito Santo ( Fames): Paula Norbim , Daniela Ramos; Governador (GOV): Daniel Simões; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM): Carolina Paixão; Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Espírito Santo (Ipem): Fabíola Zardini; Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf): Jória Scolforo; Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do Espírito Santo (Iases): Lorenza Rodrigues Grativol ; Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper): Paula Varejão; Instituto de Obras Públicas do Espírito Santo ( Iopes): Bernardo Aguirre; Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN): Francisca Proba; Instituto de Tecnologia da Informação (ITI): Eric Menequini; Junta Comercial: Lino Rezende; Polícia Civil (PC): Natália Magalhães, Talyta Cavalcante; Procuradoria Geral do Estado (PGE): Thalita Dias; Polícia Militar do Espírito Santo (PMES): Geiza Ardiçon, Sandra Dalton; Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon): Breno Áreas, Marcela Pedroni; Secretaria de Estado da Agricultura (Seag): Karyna Amorim; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama): Daniela Klein, Amanda Amaral; Secretaria de Estado da Cultura (Secult): Larissa Ventrorm; Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT): Nides de Freitas; Secretaria de Estado de Desenvolvimento: Fabiola Zardini, Vagner Bissoli; Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos: Clarissa Scardua, Flávia Zambrone; Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop): Adriano Pimenta; Vice-Governadoria: Léo Júnior; Secretaria de Estado de Educação (Sedu):

Álvaro Muniz, Daniele Bolonha; Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz): Daniel Hirschmann, Maíra Piccin, Vera Caser; Secretaria de Estado de Justiça (Sejus): Rhuana Ribeiro Albuquerque, Rafael Porto; Secretaria de Esportes de Lazer (Sesport): Júnior Costa; Secretaria de Estado de Economia e Planejamento: Kikina Sessa; Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sedurb): Cynthia Silva, Rubens Borges; Secretaria de Estado da Saúde (Sesa): Alessandra Fornazier, Jucilene Borges, Fernanda Porcaro, Marcos Bonn, Raquel d'Ávila,; Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Segep): Clarissa Scárdua; Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp): Kárita Iana, Mirela Marcarini, Gustavo Tenório; Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades): Edgard Correa, Flávia Pinheiro; Secretaria de Estado de Turismo (Setur): Andressa Moreno, Karoline Campolin; Superintendência de Projetos de Polarização Industrial (Suppin): Anibal José de Souza; Secretaria de Estado de Governo e Secretaria de Estado Extraordinária de Gerenciamento de Projetos (Segep): Linda Kogure.

**Fotografia:** Alair Caliar

David Protti (CAPA E P. 421 - SOL NASCENTE NA REGIÃO DO CAPARAÓ; P. 27 - SÃO PEDRO DE ITABAPOANA, MIMOSO DO SUL; P. 36 - MATA ATLÂNTICA; P. 41 - BAÍA DE VITÓRIA; P. 67 - VALE DA ALIANÇA, DIVISA ENTRE MUQUI E JERÔNIMO MONTEIRO; P. 369 - BAÍA NOROESTE, VITÓRIA)

**Produção:** Estúdio Zota

**Projeto gráfico e diagramação:** Allan Ost, Roges Morais

**Revisão:** Márcia Rocha

**Tratamento de imagens:** Fabio Hentz

**Impressão:** GSA Gráfica e Editora

**Gestão de Projeto:** Contemporânea Comunicação





***Sol nascente na Região do Caparaó***

FOTO: DAVID PROTTI



